

Desejei libertar a profunda unidade cultural que permaneceu viva sob ilusórias aparências de heterogeneidade.

Só um verdadeiro conhecimento do passado é passível de manter na consciência o sentimento de uma continuidade histórica, indispensável para a consolidação de um estado multi-nacional. [...] Não é indiferente para um povo entregar-se a uma investigação desta natureza, a um tal reconhecimento de si próprio; isto porque, ao proceder desta forma, o povo em causa apercebe-se daquilo que é sólido e válido nas suas próprias estruturas culturais e sociais, no seu pensamento em geral; para além disso, dá conta daquilo que existe de frágil nestes últimos, e que por conseguinte não resistiu ao tempo. Aquele descobre a amplitude real dos seus empréstimos, pode agora definir-se de modo positivo partindo de critérios endógenos não imaginados, mas reais. Possui uma nova consciência dos seus valores e pode agora definir a sua missão cultural, não de modo entusiástico, mas de maneira objectiva; porque apreende melhor os valores culturais que está mais apto, tendo em conta o seu estado de evolução, a desenvolver e a proporcionar aos outros povos.

apoio:



edições pedagogo



A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA

CHEIKH ANTA DIOP

CHEIKH ANTA DIOP

A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA

ESFERAS DO PATRIARCADO
E DO MATRIARCADO
NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA



edições pedagogo

Colecção Reler África

Nota de Apresentação

Uma das lacunas do mercado editorial dos países de língua oficial portuguesa é a ausência, em língua portuguesa, de obras de referência de autores africanos e africanistas, que fizeram cátedra no domínio dos chamados “estudos africanos” nas academias dos países anglófonos e francófonos.

A Colecção *Reler África* pretende colmatar essa lacuna. Trata-se de uma colecção especializada em temáticas africanas no domínio das Ciências Sociais e Humanas. Ao inaugurar esta colecção, as Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda – Angola) e as Edições Pedagogo (Mangualde – Portugal) pretendem criar um espaço de debate, alteridade e reflexão crítica sobre o continente africano.

A colecção publicará obras, textos e artigos compilados de reconhecidos autores africanos e africanistas, que contribuam para a compreensão e a reinterpretação do continente africano.

Além de apresentar uma visão endógena (de dentro) do continente, a colecção está aberta à comunidade científica internacional que tem o continente africano como objecto da sua pesquisa.

Publicar e divulgar conhecimentos e saberes sobre África e provenientes de África é, assim, um desafio que a colecção abraça, contribuindo para a construção de uma nova epistemologia e uma nova hermenêutica dos estudos africanos no espaço lusófono, livre de estereótipos e de um olhar folclórico e exótico. Ao abraçar esse desafio, a colecção pretende ser uma galeria de conhecimentos e saberes de África e sobre África, que interpele os leitores e investigadores especializados a reler África para compreendê-la e reinterpretá-la.

Luanda, 19 de Agosto de 2012.

Víctor Kajibanga
(Coordenador da Colecção *Reler África*)

Copyright © 1982, Présence Africaine (2.^a edição revista e aumentada)

Título Original: L'unité culturelle de L'Afrique noire. Domaines du patriarcat et du matriarcat dans l'antiquité classique

© desta edição

Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

Título: A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica

Autor: Cheikh Anta Diop

Colecção: Reler África

Coordenador da Colecção: Vítor Kajibanga

Tradução: Sílvia Cunha Neto

Revisão do Texto: Susana Ramos

Design e Paginação: Márcia Pires

Impressão e Acabamento: Cafilesa, Soluções Gráficas

ISBN: 978-989-8655-47-9

Depósito Legal: 382245/14

Outubro de 2014

A presente publicação é uma coedição das Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola e das Edições Pedagogo, Portugal.

Nenhuma parte desta publicação pode ser transmitida ou reproduzida por qualquer meio ou forma sem a autorização prévia dos editores. Todos os direitos desta edição reservados por

EDIÇÕES MULEMBA

Faculdade de Ciências Sociais da
Universidade Agostinho Neto
Rua Ho Chi Minh, 56
Caixa Postal 1649
LUANDA - ANGOLA

emulemba@fcs.uan.ao
emulembafcsuan@yahoo.com.br
facisouan@fcs.uan.ao
facisouan@yahoo.com.br

EDIÇÕES PEDAGO, LDA.

Rua Bento de Jesus Caraça, 12
Serra da Amoreira
2620-379 Ramada
PORTUGAL
geral@edicoespedago.pt
www.edicoespedago.pt

CHEIKH ANTA DIOP

A UNIDADE CULTURAL DA ÁFRICA NEGRA

ESFERAS DO PATRIARCADO
E DO MATRIARCADO
NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA



ep
edições pedagogo

Índice

Introdução	9
Prefácio da Primeira Edição (1959)	11
I.	
Historial do Matriarcado	13. 24
Apresentação das Teses de J.-J. Bachofen, de Morgan e de F. Engels. Crítica destas Teses	13
<i>Tese de Bachofen</i>	13
<i>Tese de Morgan</i>	16
<i>Tese de Engels</i>	19
II.	
Crítica da Tese Clássica de um Matriarcado Universal	25. 50
Culto das Cinzas	31
Culto do Fogo	31
Berço Meridional e Matriarcado	32
Culto dos Mortos	39
Crítica das Teses de Morgan e de Engels	40
III.	
História do Patriarcado e do Matriarcado	51. 101
Berço Meridional, Berço Nórdico e Zona de Confluência	51
<i>Berço Meridional</i>	51
Etiópia	51
Egipto	54
Líbia	58
África Negra	61
<i>Berço Nórdico</i>	66
Creta	67
Grécia	69
Roma	75
Germânia	79
Cítia	82
<i>Zona de Confluência</i>	85
Arábia	85
Ásia Ocidental: Fenícia	90
Indo e Mesopotâmia	93

Mesopotâmia	95
Bizâncio	100
IV.	
Anomalias Detectadas nas Três Zonas	103. 127
Explicação	103
Reinado da Rainha Hatsheput	103
Época Ptolomaica	105
Amazonismo	107
O Matriarcado Fula	110
Patriarcado Africano	112
Poligamia	113
Matriarcado Neolítico	115
Matriarcado Germânico	117
Matriarcado Céltico	119
Matriarcado Etrusco	121
Amazonismo do Termodonte	122
Ásia: Reino da Rainha Semíramis	124
Matriarcado Lício	126
V.	
Comparação dos outros aspectos das Culturas Nórdica e Meridional	129. 162
Concepção do Estado Patriótico	129
África	129
Europa	130
Realeza	135
Religião	139
<i>Aquilo Que vi de Bom na Conduta dos Negros</i>	148
Literatura	149
<i>O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo de Nietzsche</i>	150
VI.	
Será histórica a comparação da África Negra actual e do Egipto antigo?	163. 166
VII.	
Os factores perturbadores	167. 172
Culto dos Antepassados	167
Vocabulário Mediterrânico	170
Conclusão	173
Apêndice	177
<i>Anotações acerca de La Resurrection d'Homère. Au temps des héros por Victor Bérard</i>	179
Referências Bibliográficas	189

Introdução

Desejei libertar a profunda unidade cultural que permaneceu vivaz sob ilusórias aparências de heterogeneidade.

Seria imperdoável se aquele a quem o acaso o levou a viver de modo profundo a realidade do seu país, não tentasse prover o intellecto com o factor sociológico africano.

Na medida em que os factores sociológicos estão motivados desde a sua origem ao invés de serem gratuitos, basta agarrar a ponta do fio condutor para sair do labirinto.

De acordo com esta perspectiva, este trabalho representa um esforço de racionalização.

É evidente que um investigador africano é mais privilegiado do que os outros e, por esse motivo, não possui nenhum mérito particular por desobstruir as leis sociológicas que parecem estar na base da realidade social que o mesmo atravessa.

De resto, se inúmeros investigadores não nos tivessem já precedido, talvez não alcançássemos hoje qualquer pretensão resultado.

Neste sentido, manifestamos o nosso profundo reconhecimento para com todos os estudiosos cujos trabalhos nos foram úteis.

Devo evocar aqui a memória do meu Professor Marcel Griaule que, até duas semanas antes da sua morte, não deixou de prestar a maior atenção às minhas investigações. Manifesto de igual modo o meu agradecimento a M. Gaston Bachelard. Expresso também a minha maior gratidão, enquanto aluno, aos meus Professores André Aymard e Leroi-Gourhan.

Voltando ao assunto deste trabalho, passo a indicar os factores que são de natureza a revelar as diligências do meu pensamento.

Procurei partir das condições materiais para explicar todos os traços culturais comuns a todos os Africanos, desde a vida doméstica à da nação, passando pela superestrutura ideológica, os sucessos, os fracassos e as regressões técnicas.

Fui então levado a analisar a estrutura da família africana e ariana, bem como a tentar demonstrar que o fundamento matriarcal sobre a qual se baseia a primeira não é de todo universal, apesar das aparências.

Abordei a noção de estado, de realeza, a moral, a filosofia, a religião e a arte consequente, a literatura e a estética.

Em cada um destes domínios tão diversificados, procurei desvendar o denominador comum da cultura africana por oposição à cultura nórdica ariana.

Se escolhi a Europa enquanto zona de oposição cultural, foi pelo facto de, para além dos argumentos de ordem geográfica, a documentação proveniente do Mediterrâneo setentrional ser actualmente mais abundante.

Caso alargasse o meu estudo comparatista para lá da Índia, à China, correria o risco de fazer afirmações acerca das quais não estaria totalmente convencido por falta de documentos.

Apercebemo-nos de que um trabalho desta natureza, que se quer demonstrativo, não pode evitar a apresentação e o alinhamento de provas que servem de fundamento, ao invés de as referir de modo mais ou menos cavaleiroso.

O leitor teria o direito de duvidar; poderia, ao chegar à última palavra, ser invadido por um sentimento de cepticismo, ter a impressão de que acabou de ler um romance.

Isto obrigou-nos a reproduzir os documentos sempre que nos pareceu necessário.

Como é evidente, não fui vítima de um conformismo intelectual. Se eu não tivesse citado autores como Lenormant, que representa um autor antigo, não poderia ter realçado a estratificação em castas das sociedades babilónias, indianas e sabeias.

Oxalá este trabalho contribua para reforçar o sentimento dos laços que sempre uniram os Africanos de um lado ao outro do continente e demonstrar, deste modo, a nossa unidade cultural orgânica.

Prefácio da Primeira Edição (1959)

Os intelectuais devem estudar o passado não para nele se comprazer, mas para dele extrair lições ou, ainda, para se afastar dele com conhecimento de causa, caso seja necessário. Só um verdadeiro conhecimento do passado é passível de manter na consciência o sentimento de uma continuidade histórica, indispensável para a consolidação de um estado multinacional.

A psicologia clássica advoga a favor de uma natureza humana essencialmente universal; isto porque a mesma deseja o triunfo do humanismo. Para que este último seja possível, é necessário que o homem não seja intrinsecamente impermeável a qualquer manifestação por parte do seu semelhante. É necessário que a sua natureza, a sua consciência, o seu espírito, estejam aptos para assimilar tudo aquilo que lhe é estranho *a priori* através da aprendizagem.

Porém, isto não significa que a consciência humana se modifique desde a sua origem pelas experiências particulares realizadas em sociedades que se desenvolveram separadamente. Neste sentido, existiam inicialmente, isto é, antes do contacto regular dos povos e das nações, antes da era das influências recíprocas, diferenças não essenciais, mas relativas entre os povos. Estavam relacionadas com o clima e com as condições de vida particulares. Os povos que viveram durante muito tempo na sua terra natal foram moldados de forma duradoura pelo ambiente social. É possível recuar até este molde primitivo sabendo identificar as influências estrangeiras que se sobrepuseram. Não é indiferente para um povo entregar-se a uma investigação desta natureza, a um tal reconhecimento de si próprio; isto porque, ao proceder desta forma, o povo em causa apercebe-se daquilo que é sólido e válido nas suas próprias estruturas culturais e sociais, no seu pensamento em geral; para além disso, dá conta daquilo que existe de frágil nestes últimos e que, por conseguinte, não resistiu ao tempo. Aquele descobre a amplitude real dos seus empréstimos, pode agora definir-se de modo positivo partindo de critérios endógenos não imaginados, mas reais. Possui uma nova consciência dos seus valores e pode agora definir a sua missão cultural, não de modo entusiástico, mas de maneira objectiva; porque apreende melhor os valores culturais que está

mais apto, tendo em conta o seu estado de evolução, a desenvolver e a proporcionar aos outros povos.

Não nos seria possível desenvolver prematuramente as ideias de vanguarda. Limitamo-nos a referir o prefácio de *Nations Nègres et Culture*, publicado em 1953-54. A partir de Setembro de 1946, dei a conhecer aos estudantes africanos, em conferências reiteradas, as ideias que são ali desenvolvidas. Até estes últimos dois anos, não somente os homens políticos africanos não aceitavam estas ideias, mas até mesmo alguns de entre eles procuraram criticá-las no plano puramente doutrinário.

Mesmo aqueles que, através da escrita e da palavra, procuraram demonstrar que a independência nacional representa uma fase historicamente ultrapassada na evolução dos povos, e que não se podem elevar a nenhuma forma de federação africana independente, à noção de um Estado africano multi-nacional, são estes que desenvolvem hoje, de modo sub-reptício, as ideias abrangidas no prefácio de *Nations Nègres et Culture*. As suas plataformas políticas actuais emergem assim como uma mera cópia deste prefácio, quando não estão ainda aquém das ideias que ali são desenvolvidas.

I.

Historial do Matriarcado

Apresentação das Teses de J.-J. Bachofen, de Morgan e de F. Engels. Crítica destas Teses

Este capítulo é consagrado à exposição sucinta das teses relativas ao predomínio do matriarcado, considerado enquanto etapa geral da evolução da humanidade. O primeiro historiador do matriarcado é J.-J. Bachofen, que publicou em 1861 *Le droit de la Mère (Das Mutterrecht)*. Em 1871, um investigador americano, Morgan, apresentou uma confirmação das visões de Bachofen acerca da evolução das primeiras sociedades: *Systems of Consanguinity and Affinity*. Por último, em 1884, Friedrich Engels descreve os pontos de vista de Bachofen e de Morgan, baseia-se nas suas descobertas, como em materiais reconhecidos com convicção, para melhor afirmar e demonstrar a historicidade da família: *Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*.

Tese de Bachofen

A exposição desta tese é retirada essencialmente da obra que Adrien Turel consagrou ao seu autor: *Du règne de la mère au patriarcat*. Esta é, segundo o meu conhecimento, a única que existe a este respeito em língua francesa.

Bachofen considera que a humanidade conheceu, em primeiro lugar, uma época de barbárie e de promiscuidade afrodita de tal modo que a filiação só podia ser calculada através da linhagem uterina, sendo incerta qualquer filiação paterna. O casamento não existia.

Uma segunda época, dita ginecocrática, sucede à primeira enquanto consequência lógica desta. A mesma caracteriza-se pelo casamento e pela hegemonia da mulher; continua a calcular-se a filiação através da linhagem uterina, tal como durante o período precedente. É a verdadeira época do matriarcado, segundo a concepção bachofeniana. O Amazonismo é igualmente característico desta época.

Por último, a terceira etapa distingue-se das outras através de uma nova forma de casamento sob a hegemonia do homem, por um imperialismo masculino: é o reino do Patriarcado.

O patriarcado é superior ao matriarcado: é antes de mais espiritualidade, luz, razão, delicadeza. É simbolizado pelo sol, pelas elevações celestiais onde reina uma espécie de espiritualidade etérea. Em contrapartida, o matriarcado está ligado às profundezas cavernosas da terra, à noite, à lua, à matéria, à esquerda que pertence à feminilidade passiva, por oposição à direita, relacionada com a actividade masculina.

Bachofen extrai o seu principal argumento a partir da análise da Oresteia de Ésquilo, que considera enquanto representante da luta entre os direitos maternal e paternal. Durante o período heróico, os Gregos eram regidos pela ginecocracia; esta alterou-se progressivamente e, deixando de estar adaptada às circunstâncias, viria a ser eliminada com o seu cortejo de antigas divindades terrestres: as Euménides; estas darão lugar às novas divindades celestiais do patriarcado: Apolo e Atena, a filha sem mãe. O tema da peça é o seguinte: Agamémnon, generalíssimo dos Gregos, regressa da guerra de Tróia e encontra a sua esposa com um amante, Egisto. Clitemnestra vê-se livre do marido através de um homicídio. Orestes, filho de Agamémnon, vinga o seu pai matando a sua mãe; conseqüentemente, é perseguido pelas divindades protectoras do direito maternal, as Erínias – ou Euménides, ou Fúrias. Para estas, o homicídio mais grave que se pode cometer, o único que é inexpiable, é o de uma mãe.

Nas *Euménides*, Corifeu exprime-se do seguinte modo:

CORIFEU – Foi então um profeta que te arrastou a matar a tua mãe?

ORESTES – E até aqui não vejo razão para me queixar da minha sorte.

CORIFEU – Se o voto te condenar, vais talvez falar de outra maneira.

ORESTES – Estou confiante. E o meu pai há-de enviar-me do túmulo o seu auxílio.

CORIFEU – A confiases nos mortos, tu que mataste a tua mãe!

ORESTES – Ela sofria o efeito de duas manchas.

CORIFEU – Como assim? Explica isso aos juizes.

ORESTES – Ao matar o marido, ela matou o meu pai.

CORIFEU – O quê? O facto é que tu estás vivo, enquanto ela já expiou o assassinio com a sua morte.

ORESTES – Mas porque é que tu não a perseguiste em vida?

CORIFEU – É que ela não era do mesmo sangue daquele a quem matou.

ORESTES – E eu sou do sangue da minha mãe?

CORIFEU – Celerado, como foi então que ela te criou no seu seio? Renegas assim o sangue caríssimo de uma mãe?

(Euménides, verso 595 e seg.)

O caso é tanto mais significativo que foi Apolo que, de acordo com a vontade de Zeus, ordenou o crime a Orestes. Para além disso, toma também a sua defesa. Atena preside o tribunal que deve julgar este último. Eis a defesa de Apolo antes do voto dos Areópagos:

APOLO – Vou responder às tuas perguntas e tu verás se o meu raciocínio é correcto. Aquela a quem chamam mãe não é a geradora do seu filho, mas tão só a alimentadora do germe nela recentemente semeado. Quem gera é o semeador; ela, como estrangeira a estrangeiro, limita-se a conservar o jovem rebento, a menos que um deus o impeça.

Vou dar-te uma prova do que afirmo e é que se pode ser pai sem a ajuda da mãe. Pode testemunhá-lo alguém aqui presente, a filha de Zeus Olímpico, que não foi criada nas trevas do seio materno e, no entanto, nem uma deusa seria capaz de dar à luz um tal rebento.

(Euménides, verso 667 e seg.)

Após a defesa de Apolo, o contraste entre os dois sistemas, o seu carácter irredutível é suficientemente posto em evidência. Os Aerópagos votam: uma segunda volta sucede, isto porque os dois partidos angariaram o mesmo número de votações; mas Atena, que preside e que ainda não tomou parte no sufrágio, entrega o seu boletim a Orestes absolvendo-o deste modo do homicídio da sua mãe. Este gesto consagrava o triunfo do segundo regime; Atena esclarece-o da seguinte maneira:

ATENA – Cabe-me pronunciar-me em último lugar. Juntarei o meu voto aos que foram dados a Orestes. É que eu não tive mãe que me desse à luz e, por isso, sou em tudo e de todo o coração pelo homem, pelo menos até que um dia eu venha a celebrar as minhas núpcias. Sou inteiramente a favor do pai. Assim não terei em conta especial a morte de uma mulher, que matou o marido, guarda do seu lar. Orestes será absolvido, mesmo em caso de igualdade na votação.

Tirai depressa os votos das urnas, juizes a quem compete esta tarefa.

(Euménides, verso 734, e seg.)

Para Bachofen, a ubiquidade do matriarcado é inegável; este não representa a marca distintiva de um ou de outro povo, mas regeu, a um dado momento, a organização social de todos os povos da terra: daí os inúmeros vestígios extraídos da literatura clássica da Antiguidade.

Neste sentido, existiu uma passagem universal do matriarcado para o patriarcado, o que não implica que tal tenha sucedido durante a

mesma época para todos os povos. Porém, segundo a concepção evolucionista do autor, trata-se incontestavelmente de uma passagem de um estádio inferior para um estádio superior, de uma verdadeira ascensão espiritual da humanidade abrangida no seu todo.

Tese de Morgan

Por vias distintas, Morgan chega à mesma conclusão de Bachofen no que diz respeito ao matriarcado e à filiação uterina. Este partiu do sistema de parentesco em vigor nos Índios Iroqueses da América (Estado de Nova Iorque) para reconstituir as formas primitivas da família humana. Constrói deste modo uma teoria da qual se servirá para explicar os aspectos obscuros da organização familiar e social da Antiguidade clássica (genos, fratrias, tribos,...). A sua teoria, inteiramente exposta por Engels (*op. cit.*), é a seguinte:

Morgan, que passou grande parte da sua vida entre os Iroqueses ainda hoje estabelecidos no Estado de Nova Iorque, e que foi adoptado numa das suas tribos, a dos Senecas, encontrou ali um sistema vigente de parentesco que estava em contradição com as suas verdadeiras relações familiares. Reinava entre eles este casamento individual, facilmente dissolúvel de ambas as partes, que Morgan designa de “família sindiásmica”. A descendência de um casal deste género era então manifesta e reconhecida por toda a gente; não havia lugar para qualquer dúvida acerca da questão de saber a quem deviam ser atribuídas as designações de pai, mãe, filho, filha, irmão, irmã. Mas a utilização destes termos contraria esta constatação. Não são unicamente os seus próprios descendentes que os Iroqueses chamam de “filhos” e “filhas”, mas também os dos seus irmãos, e estes apelidam-nos de “pai”. Em contrapartida, aquele dá o nome de “sobrinhos” e “sobrinhas” aos filhos das suas irmãs, que por sua vez o chamam de “tio”. Inversamente, a Iroquesa, ao lado dos seus próprios descendentes, designa os das suas irmãs como seus “filhos” e “filhas”, e recebe deles o nome de “mãe”. Contudo, a mesma nomeia de “sobrinhos” e “sobrinhas” os filhos dos seus irmãos, cujos filhos a chamam de “tia”. Do mesmo modo, os descendentes de irmãos nomeiam-se entre eles “irmãos” e “irmãs”, tal como o fazem por seu turno os filhos de irmãs. Os filhos de uma mulher e os descendentes de irmãos tratam-se por “irmãos” e “irmãs”, tal como sucede entre os descendentes de irmãs. Os filhos de uma mulher e os de seu irmão designam-se mutuamente de “primos” e “primas”.¹

1. *L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'État* (trad. Bracke – A.-M. Desrousseaux). Alfred Costes, Paris, 1936. P. 12.

Engels considera que não se trata aqui de meros nomes, mas de termos que exprimem o grau real do parentesco ou, mais concretamente, as ideias que os Iroqueses têm acerca do parentesco consanguíneo. Em seguida, insiste na amplitude e no vigor deste sistema de parentesco que se encontra em toda a América - nenhuma excepção a esta regra foi encontrada nos Índios -, na Índia com os Drávidas do Decão, nas tribos “Gauras do Hindustão”. Mais de duzentas relações de parentesco são expressas nos mesmos termos com os Tâmulos da Índia e com os Iroqueses. Do mesmo modo, nos dois povos existe a contradição entre o parentesco real resultante do sistema familiar existente e a maneira como esta se manifesta através da língua.

Morgan encontra a explicação para esta anomalia numa configuração familiar encontrada no Havai, durante a primeira metade do século XIX, e que designa de “punaluana”; a mesma será analisada de seguida.

Segundo o antropólogo, a família representa o elemento dinâmico, as suas formas evoluem constantemente, enquanto que os termos que a representam permanecem estanques durante um lapso de tempo relativamente longo. Por conseguinte, produz-se uma espécie de fossilização do sistema de parentesco traduzida através das palavras. Só bem mais tarde é que a língua retém o progresso concretizado. Porém, escreve Engels:

Com a mesma certeza com que Cuvier pôde, a partir da descoberta dos ossos marsupiais de um esqueleto animal em solo parisiense, deduzir que o mesmo pertencia a um sariguê e que animais deste género, então desaparecidos, tinham outrora vivido naquele local, com a mesma convicção, podemos concluir que existiu um sistema de parentesco historicamente transmitido e que existiu uma família correspondente, actualmente extinta.²

Ao proceder assim, de modo recorrente, a partir de “sistemas de parentesco historicamente transmitidos”, Morgan reconstitui a história da família e evidencia quatro tipos que se sucederam.

A mais antiga, aquela que resulta da promiscuidade primitiva, é a família dita consanguínea: esta caracteriza-se pelo facto de o casamento ser proibido apenas entre pais e filhos. Todos os homens de uma dada geração são casados com todas as mulheres da mesma geração; todos os “avós” a todas as “avós”, etc. e por conseguinte, todos os irmãos e irmãs são casados entre eles. A família consanguínea desapareceu até mesmo nos povos mais atrasados; mas Morgan afirma a sua existência na base do sistema de parentesco encontrado no Havai.

2. Engels; *op. cit.*, p. 14.

A segunda é a família “punaluana”. A humanidade, tendo ressentido obscuramente o inconveniente resultante da união dos irmãos e irmãs que provoca a debilidade da descendência, proibiu-a como se da emergência de uma necessidade se tratasse. Doravante, todo um grupo de irmãs e de primas casar-se-ão com um grupo de irmãos ou de primos vindos do exterior. Estes irmãos nomeiam-se então entre si *punalua*, tal como também o fazem as mulheres. Daqui decorre a designação atribuída por Morgan a este tipo de família.

A família “punaluana” reveste uma grande importância na teoria do antropólogo, no sentido em que dali extrai o “genos” que se encontra na base de qualquer organização político-social da Antiguidade clássica.

*A intensidade com a qual se manifestava a acção deste progresso está demonstrada por uma instituição que, imediatamente resultante deste, ultrapassa em grande medida o objectivo primeiro, o da gens, que representa o fundamento da ordem social da maior parte, se não mesmo de todos os povos bárbaros da terra, e a partir da qual, na Grécia como em Roma, se alcançou, sem transições, a civilização.*³

Segundo Morgan, este tipo de família demonstra claramente o sistema de parentesco dos Iroqueses. Com efeito, as irmãs têm, de algum modo, os filhos em comum. Reciprocamente, todos os irmãos são pais comuns; todos os filhos comuns se consideram enquanto irmãos e irmãs. Porém, estando o casamento interditado entre irmãos e irmãs verdadeiros, os descendentes de uma irmã representarão os sobrinhos e sobrinhas de um irmão que será seu tio, enquanto que a irmã é tia dos deste último. Os filhos encontram-se então divididos em duas classes: por um lado, os filhos e filhas, por outro lado, os sobrinhos e sobrinhas; estes dois grupos são primos entre si.

Morgan faz derivar a filiação uterina destas duas primeiras épocas da história da família. O matriarcado está implicado neste género de casamentos por grupos, uma vez que só a descendência matrilinear se mantém patente: neste sentido, é anterior ao patriarcado.

A terceira é a família “sindiásmica”. Consiste na monogamia, com facilidade recíproca de divórcio: era aquela que regia toda a sociedade indiana quando Morgan a estudou. A filiação é ali matrilinear e o homem oferece o dote à mulher. Esta não abandona o seu clã e pode dele excluir o marido (que deve necessariamente pertencer a um clã diferente), caso este não proporcione mantimentos suficientes para o sustento comum. Qualquer que seja o motivo da separação, todos os filhos permanecem no clã materno.

3. Engels; *op. cit.*, pp. 26 a 27,

Neste sentido, o regime do matriarcado, sob a sua forma mais amadurecida, é-nos transmitido pela família dita “sindiásmica”.

A quarta família é a monogâmica patriarcal na qual o divórcio se torna, se não impossível, pelo menos extremamente difícil; a mulher vive sob a dependência total do marido, sob a sua autoridade jurídica, sendo a descendência patrilinear.

Uma outra descoberta de Morgan, cuja importância é sublinhada por Engels, consiste na identificação dos clãs “totémicos” dos Índios com o *genos* grego e a *gens* romana. Este demonstra que as formas indianas de organização social são as mais antigas e que as formas greco-latinas derivam destas: foi o clã totémico que deu origem ao *genos*.

*Esta demonstração elucidou, subitamente, as partes mais difíceis da antiga história grega e romana e, simultaneamente, proporcionou esclarecimentos inesperados acerca dos traços fundamentais do regime social da época primitiva – antes da instituição do Estado.*⁴

Enquanto que Bachofen partiu dos vestígios do matriarcado que a literatura clássica da Antiguidade encerra – em particular da Oresteia de Ésquilo – para afirmar a universalidade do matriarcado e a sua anterioridade, Morgan chega às mesmas conclusões a partir da análise das sociedades indianas da América. Este encontra ali um sistema de parentesco cuja originalidade desperta a sua atenção. Tomou providências no sentido de desenvolver uma investigação levada a cabo pelo governo americano em todo o território habitado pelos Índios, e pôde assim constatar a generalidade do sistema. Outras investigações efectuadas noutras partes do mundo (África Negra, Índia, Oceânia) confirmaram estas observações.

Ao mesmo tempo que reconstitui a história da família partindo destes dados, Morgan investiga a organização clânica iroquesa e chega à conclusão que o matriarcado que ali predomina representa uma forma universal que, num dado momento da sua evolução, dominou todos os povos.

Tese de Engels

As conclusões de Bachofen e de Morgan são da maior importância para um marxista como Engels, convicto em demonstrar a historicidade, o carácter provisório de todas as formas de organização política e social. Os factos acima relatados serviram-lhe de material para demonstrar

4. Engels; *op. cit.*, pp. 94 e 95.

que a família monógama burguesa tradicional, longe de ser uma estrutura permanente, será abalada pela mesma caducidade das instituições anteriores. Percebe-se, então, o motivo pelo qual o teórico foi levado a adoptar as teorias de Bachofen e de Morgan acerca do matriarcado universal. Aquele procurou enriquecê-las com uma contribuição sobre “*La gens chez les Celtes et les Germains*” (capítulo VII da sua obra).

Considerando que Engels forneceu sobretudo um complemento de argumentos para apoiar as teorias do matriarcado de que necessitava para a sua própria tese, é no capítulo II, consagrado à crítica, que teremos ocasião de retornar às suas ideias. A análise de que estas serão objecto não procura, de modo algum, atacar os fundamentos do marxismo: trata-se tão somente de demonstrar que um marxista recorreu, numa construção teórica, a materiais cuja consistência não estava provada.

Ésquilo, o criador da tragédia ática, estava convicto de que todo o acto humano levantava um problema de direito, de justiça; a tragédia deveria, de igual modo, tratar essencialmente da justiça. Tal parece ter sido o objectivo que o autor procurou atingir de modo consciente. Desta forma, foi levado a utilizar materiais relativos a uma época durante a qual a noção de justiça praticamente se confundia com uma espécie de resignação estóica ao destino, à fatalidade. A este rigor dos costumes das primeiras sociedades, Ésquilo, que pertencia a uma outra época, quis opor uma justiça mais flexível, mais adequada ao progresso da consciência humana do seu tempo, menos elementar.

No entanto, todo o material cultural implementado reflecte igualmente a luta consciente dos princípios sociais nórdicos e meridionais. Foi por este motivo que Bachofen não teve qualquer dificuldade em ver na *Oresteia* a luta do matriarcado e do patriarcado, com o triunfo deste último.

Voltando à noção de justiça, pode citar-se a atitude do coro das Fúrias hostis a Orestes:

*Ah! Lá achou ele um novo refúgio: abraçado à estátua de uma deusa imortal, quer ser julgado pelo acto de sua mão. Mas não pode ser! Uma vez derramado na terra o sangue materno, não é assim tão fácil trazê-lo de novo às veias. O líquido espalhado no solo perde-se para sempre. Em troca, ainda vivo, terás de deixar-me sorver a oferenda rubra do teu sangue. Que em ti eu possa saciar a minha sede dessa horrível bebida!*⁵

Orestes dirige-se a Atena, explica-lhe o seu caso e solicita a sua protecção. Esta responde-lhe em termos que levantam o problema da nova justiça: uma justiça que parece transcender a fragilidade da consciência

5. Ésquilo, *L'Orestie*; trad. Paul Mazon. Edições Albert Fontemoing, 1903.

dos mortais, responsável sobretudo por sentimentos de vingança, de subjectividade odiosa, em suma, uma justiça absolutamente serena.

ATENA – *A matéria é demasiado grave para que um mortal a possa julgar. Tampouco me é lícito pronunciar-me sobre um crime cometido sob a acção da cólera vingadora... A situação é portanto esta: acolhendo ou repelindo um dos dois partidos, assumo, irremediavelmente, uma dolorosa responsabilidade. Mas, atendendo à gravidade da questão, vou eleger juizes, obrigados por juramento, para julgarem os casos de sangue, criando assim um tribunal que funcionará para sempre. Quanto a vós, reuni testemunhos e provas que, cobertos pelo juramento, auxiliem a justiça. Eu voltarei, trazendo comigo os melhores dos meus cidadãos, para que eles decidam rectamente esta questão, sem em nada transgredirem a equidade e o seu juramento.*⁶

O coro reage como seria de esperar ao manifestar a sua preocupação face a novas leis que a deusa vai instaurar para a eternidade, a partir do julgamento divino.

CORO – *Novas leis derrubarão hoje as antigas, se a causa – o crime – deste matricida triunfar. A acontecer isto, todos os mortais acharão mais fácil a prática do crime. Muitas e reais feridas, rasgadas pelos filhos, esperam os pais no futuro.*⁷

Uma nova edição das obras de Bachofen foi publicada na Basileia, entre 1943 e 1948. Os volumes II e III são consagrados ao matriarcado⁸. Nestas, o autor analisa os costumes e as tradições das populações do Egeu, tal como os Lícios, os Cretenses, os Atenienses, os habitantes de Lemnos, os Egípcios, os Índios e os habitantes da Ásia Central, os Lócios Epicefrios, os habitantes de Lesbos; culmina com a análise do Pitagorismo e do seu aspecto tardio. No total, a obra compreende mil páginas.

O autor revela, em todas as populações estudadas, os traços culturais que atribui ao matriarcado, os mesmos que se encontram expostos ao longo da tese. Considera que o papel desempenhado pela mulher na iniciação pitagórica representa um elemento matriarcal. É a análise destes factores que vai constituir a crítica da tese de Bachofen.

A obra de Morgan⁹ compreende três partes. Na primeira, após uma introdução geral acerca do sistema de parentesco, o autor demonstra

6. “Euménides”; verso 470 e seguintes.

7. Ésquilo, *op. cit.*, “Euménides”, verso 490 e seguintes.

8. Bachofen, Johann Jacob, *Das Mutterrecht*, mit Unterstützung von H. Fuchs, G. Meyer u. K. Scheffold hrsg. von K. Meuli. Basel, Benno Schwabe, 1948.

9. Morgan, Lewis. M., *Systems of Consanguinity and Affinity*; publicado pela Smithsonian Institution, Vol. XVII, “Contribution to Knowledge”, 1870 a 1871 (Washington, 1871).

a existência de dois sistemas, um deles classificador – não Ariano –, e o outro descritivo – Ariano. A partir desta distinção, examina o sistema de parentesco nas famílias Ariana, Semítica e Urálica.

Na segunda parte, analisa a família Ganowaniana (Índios da América) e a dos Esquimós.

Na terceira parte, examina-se a família Turânica, a dos Malaio e outros povos da Ásia.

Depois de cada análise consta uma tabela do sistema correspondente: dois desses quadros encontram-se aqui reproduzidos e dizem respeito ao parentesco no sistema de classificação não ariana.

Segundo o Pastor Leenhardt, a dualidade e a paridade desempenham um papel fundamental na noção de parentesco nos Melanésios:

DUALIDADE – Quando a base da relação emerge orgânica, mãe e filho, irmão e irmã e também, num outro plano, pai e filho, marido e esposa.

PARIDADE – Quando os dois elementos se encontram em posição de reciprocidade, iguais em direito e constituindo uma réplica uma da outra. Por ex.: tio uterino e sobrinho, etc. Paridade é mais concreto do que dualidade... O dual (dualidade) ajuda então o Canaco a situar as paridades humanas nos diferentes domínios, espacial, social e parental.

Nestes domínios, apenas um tem fronteiras definidas e fragmenta-se em divisões circunscritas: o domínio parental.

As balizas que marcam estas divisões são permanentes, bem como o espaço existente entre elas. Aqueles circunscrevem-no tal como uma parcela, e o Canaco vê nesta última o território próprio onde se desenvolve a relação entre dois parentes confundidos numa paridade. Este nomeia este conjunto através de um único vocábulo que é um substantivo dual. Assim,

duaeri, significa a paridade de avô e neto;

duamara, significa a paridade de tio uterino e sobrinho;

duawe, significa a paridade de cônjuges;

duavene, significa a paridade homônima, porque o homónimo corresponde à identidade das pessoas.

Poderíamos de igual modo aproximar da análise de Maurice Leenhardt, a de Pierre Métais em *Mariage et Équilibre social dans les sociétés primitives*¹⁰.

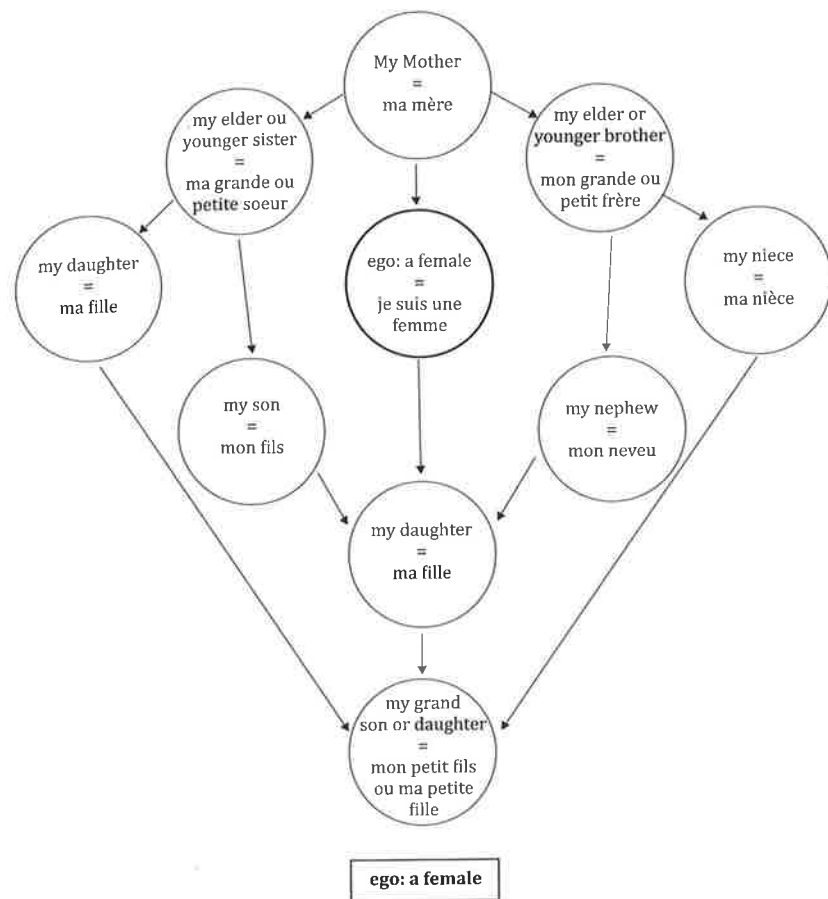
10. Leenhardt, Maurice, "La personne mélanésienne"; École des Hautes Études, secção das ciências religiosas, Anuário 1941-1942, Imprimerie Administrative, Melun, 1942.

DIAGRAMA



Sistema de Parentesco a partir de um Homem da Tribo Iroquesa

"Diagram of consanguinity: Seneca Iroquois", em *Systems of Consanguinity and Affinity* de Lewis M. Morgan (quadro IV). A tradução em francês e o reforço do círculo de base são nossos.



Sistema de Parentesco a partir de uma Mulher da Tribo Iroquesa

II. Crítica da Tese Clássica de um Matriarcado Universal

Esta crítica poderia ter uma utilidade considerável no plano das investigações históricas. Com efeito, caso fosse demonstrado – contrariamente à tese geralmente aceite – que em vez de uma passagem universal do matriarcado para o patriarcado, a humanidade se dividiu, originalmente, em dois conjuntos geograficamente distintos, entre os quais um deles propiciou a eclosão do matriarcado e o outro a do patriarcado, e que estes dois sistemas se reencontraram e chegaram mesmo a disputar as diferentes sociedades humanas, que em determinadas localidades, estes se sobrepuseram ou justapuseram, dar-se-ia início ao esclarecimento de um dos aspectos obscuros da história da Antiguidade. Dispor-se-ia, desde logo, de um critério que permitiria identificar alguns vestígios do passado, tal como as marcas incontornáveis do matriarcado durante a época egeia.

«A tese clássica, que é de igual modo adoptada pela maior parte dos sociólogos e dos etnólogos – a de Durkheim –, já foi posta em causa por Van Gennep que, ele próprio, se baseava, em certa medida, nos trabalhos de Graebner.

A posição que o Sr Graebner adopta face a este problema é, se é que entendo a sua afirmação, a seguinte: “Parece-me, diz o autor, que pelo menos na Austrália um dos sistemas de filiação não constitui um desenvolvimento contínuo do outro, mas que aqueles se cruzaram e misturaram, tendo um dos sistemas conservado a preponderância numa das regiões e o outro, na outra.” O mesmo será dizer, segundo me parece, que algumas populações de filiação masculina teriam estabelecido contacto com populações de filiação uterina, e que teria havido penetração dos dois sistemas, sendo um e outro, originariamente, instituições autónomas.

O facto é que, em várias tribos da Austrália Central, o conjunto dos dois sistemas de filiação encontram-se aplicados.

Nos Arunta, por exemplo, onde a filiação masculina rege a maior parte das instituições, verificam-se simultaneamente vestígios inegáveis

de procedência uterina “que dão provas, afirma M. Durkheim, da sua preexistência¹.

Van Gennep demonstra que a posição de Durkheim acerca desta questão não era clara e que, por momentos, parecia admitir a autonomia originária de cada sistema. Foi em consequência de *l'étude critique du second volume de Spencer e Guillen* que a sua posição foi determinada: Resumindo a sua argumentação, afirma por fim de modo claro: “A anterioridade da filiação uterina sobre a filiação paternal é de tal modo evidente nas diferentes sociedades que acabámos de referir, está demonstrada através de uma tal abundância de provas, que nos parece difícil pô-la em causa”².

Van Gennep acusa Durkheim de ter resolvido o problema sem tê-lo formulado. A única coisa que este teria provado na sua profunda investigação em torno das relações matrimoniais nas sociedades oceânicas, seria a combinação infinita dos dois sistemas de filiação, mas não a anterioridade de um sobre o outro.

A anterioridade e a inferioridade da filiação uterina poderiam estar relacionadas apenas, nas nossas teorias, com um preconceito: as nossas civilizações europeias, ao mesmo tempo que revelam por vezes vestígios de uterismo, estão de tal modo fundadas no outro sistema, que a nossa tendência inconsciente consiste em considerar a filiação masculina enquanto superior, enquanto culturalmente posterior à outra. É este o princípio que aplicamos a outrem. Como é legítimo, explicámos a posteriori esta teoria apriorística: afirmámos que o parentesco da criança com a mãe não deixa margem para dúvidas, enquanto que a filiação com o pai não é de modo algum certa, sobretudo no que diz respeito a “selvagens”. Porém, resguardámo-nos ao fazer antecipar esta afirmação por um estudo aprofundado das opiniões dos bárbaros acerca do mecanismo da concepção, análise esta que, apesar de alguns estudos detalhados, permanece ainda hoje por fazer.”³

Ao que parece, a *tendência inconsciente* mencionada por Van Gennep no Ocidental – cuja civilização se encontra tão fundada no patriarcado – justifica a hierarquia estabelecida por Bachofen entre o matriarcado e o patriarcado. Recorde-se que para este, o patriarcado é sinónimo de aspiração espiritual em direcção às regiões divinas do firmamento, de pureza e de castidade moral, enquanto que o matriarcado constitui o sinónimo de dependência passiva da vida terrestre, material, das necessidades do corpo. Ao invés de a realização do ser humano, que está

relacionada com o matriarcado – e em particular com a mulher – e com o respeito que a envolve, se lhe afigurarem como o verdadeiro progresso e contribuírem para estabelecer uma hierarquia objectiva dos valores, aquele apenas considerará este conjunto de instituições favoráveis à mulher e ao ser humano em geral, enquanto expressão de uma liberdade perigosa, quase satânica. A hierarquia estabelecida deste modo entre os dois sistemas carece, neste sentido, de uma fundamentação objectiva.

Um primeria crítica importante que pode ser feita à tese de Bachofen, é aquela que comporta uma lacuna primordial que não foi suficientemente enfatizada. A demonstração da passagem universal de um matriarcado para um patriarcado só seria cientificamente aceitável caso se provasse, no seio de um determinado povo, que esta evolução interna se tivesse de facto efectuado. Ora, esta condição nunca foi preenchida nos trabalhos do autor. Nunca se pôde determinar uma época histórica durante a qual os Gregos e os Romanos tivessem conhecido o matriarcado. Contorna-se a dificuldade substituindo os povos aborígenes que foram encontrados no local, no momento da sua sedentarização, e que foram destruídos enquanto representantes de uma cultura que lhes era estrangeira: é deste modo que somos forçados a remontar aos Etruscos – completamente suprimidos pelos Romanos – para demonstrar a existência do matriarcado em Itália. Ora, nada é mais duvidoso do que a ginococracia etrusca, tal como será referido de seguida. Quando se trata dos Atenenses, é nos Pelasgos que se devem procurar os elementos justificativos de um matriarcado.

Quando examinada de perto, a tese de Bachofen afigura-se anti-científica. É improvável que berços tão distintos geograficamente como as estepes eurasiáticas – propícias à vida nómada – e as regiões meridionais do globo, em particular a África – propícias à agricultura e à vida sedentária – tenham engendrado os mesmos tipos de organização social. Esta crítica adquire todo o seu valor se admitirmos a influência do meio sobre as formas sociais e políticas. Supondo que o matriarcado surgiu no sul e o patriarcado no norte, que o primeiro precedeu o segundo na Bacia do Mediterrâneo, e que na Ásia Ocidental os dois sistemas se sobrepuseram em alguns locais, a hipótese de uma evolução universal de um para o outro deixa de ser necessária; as lacunas das teorias deixam de existir e o conjunto dos factos torna-se explicável: posição da mulher, sistema de legado, dote, natureza do parentesco, etc.

Por mais que se possa recuar no passado indo-europeu, sobretudo por via da linguística comparada, encontra-se apenas uma forma de família patriarcal que se afigura comum a todas as tribos antes da sua separação (Arianos, Gregos, Romanos). Os termos relativos à vida

1. Gennep, A. Van, *Mythes et légendes d'Australie*; Ed. E. Guilmoto, Paris, s/d., p. 23.

2. *Id.*, p. 24.

3. *Op. cit.*, p. 26.

nómada são comuns, contrariamente àqueles que dizem respeito à vida política a à agricultura:

As raízes comuns para a designação do gado atestam tradições pastoris. O rebanho ou gado (paçu em sânscrito, pecu em latim, filhu = vieh em alemão) era a principal riqueza (pecunia). Consistia, sobretudo, em bovinos (sânscrito e avéstico grau, arménio kov, grego bous, latim bos, irlandês bò) e em ovelhas (sânscrito avi, lituano avis, grego ois, latim ovis, irlandês oi, alto-alemão ouwi, eslavo antigo ovinu). O boi, tal como o cavalo, era atrelado à carroça, uma vez que o nome joug permaneceu conservado de modo notável nos diversos dialectos (yuga em sânscrito, jugum em latim, zygon em grego, juk em gótico, jungas em lituano). Da mesma forma, encontra-se um radical que se aplica quer ao próprio carro (ratha em sânscrito, rathô em avéstico), quer à roda (rota em latim, roth em irlandês antigo, ratas em lituano, rad em alto-alemão antigo). Daquilo que precede parece resultar que os Indo-Europeus, cerca do final da sua vida comum, eram um povo de pastores, criadores de bovinos e ovinos e, enquanto tal, se não seminómadas, pelo menos bastante móveis...⁴

Esta vida nómada é característica do Indo-Europeu: segundo Heródoto e Diodoro da Sicília, a casa do Cita era a carroça. O mesmo sucedeu na época posterior com os Germanos. A prova disto reside no facto da ausência de um termo genérico designando a cidade no fundo primitivo do vocabulário:

O chefe da família é designado de chefe da casa: em sânscrito: dampati, em grego despotès (para demspotâ), em latim dominus.

Um radical comum designa quer a casa, quer o grupo de casas ou aldeia (em sânscrito viç, em avéstico vis, em latim vicus, em grego oikos), com um chefe da aldeia (viçpati em sânscrito, vispaiti em avéstico, vëszpats em lituano). Não existe um termo para aldeia, mas uma palavra para lugar fortificado, que, depois, significará aldeia: pur em sânscrito, pilis em lituano, polis em grego⁵.

Nesta existência que se reduzia a deslocações perpétuas, o papel económico da mulher era levado estritamente ao mínimo; esta era apenas um fardo que o homem arrastava atrás dele. Exceptuando a procriação, o seu papel na sociedade nómada é nulo. É partindo destas considerações que uma nova explicação pode ser tentada, para justificar o destino da mulher na sociedade indo-europeia. Tendo menor valor económico, é ela que abandona o seu clã para se juntar ao do seu

marido, contrariamente à tradição matriarcal que exige o inverso. Nos Gregos, nos Romanos e nos Arianos da Índia, a mulher que abandona o seu *genos* (ou *gens*), para se unir ao do seu marido passa a estar sujeita a este último e deixa de ser herdeira do seu: a mesma rompeu com a sua família natural, perante a qual não passa de uma estrangeira. Já não pode participar no culto doméstico, sem o qual nenhum parentesco é possível: deve mesmo compensar a sua inferioridade económica através de um dote que oferece ao seu cônjuge. Este possui o direito de vida e de morte sobre aquela: não tem de prestar contas ao Estado no que diz respeito ao destino que lhe possa atribuir. Esta instituição privada anterior à do Estado, e relativa ao período de vida comum nas estepes eurasiáticas, permaneceu durante muito tempo inviolável. O marido podia vender a sua esposa ou escolher um eventual esposo para ela como forma de prevenção da sua própria morte.

Muito tempo após a sedentarização, as mulheres indo-europeias ainda permaneceram enclausuradas. Engels relembra que estas aprendiam, no máximo, a fiar, a tecer, a costurar e a ler um pouco; que apenas podiam estabelecer relações com outras mulheres: mantinham-se isoladas no gineceu, que constituía uma parte distinta da casa localizada no piso superior, ou na retaguarda, por forma a afastá-las do olhar dos homens e, sobretudo, dos estrangeiros. As mulheres não podiam sair sem estar acompanhadas por uma escrava. A criação de eunucos para vigiá-las é tipicamente indo-europeia e asiática; no tempo de Heródoto, Quios era o principal centro de comércio⁶.

Um espécie de poligamia latente existiu também nos Indo-Europeus:

Toda a Ilíada se desenvolve, como sabemos, em torno do conflito entre Aquiles e Agamémnon a respeito de uma das escravas. A propósito de cada herói homérico relevante, refere-se uma jovem prisioneira de guerra com quem partilha a sua tenda e o seu leito. Estas jovens donzelas são de igual modo trazidas para o país e para a casa conjugal, tal como sucede com Cassandra por Agamémnon, em Ésquilo; os filhos nascidos destas escravas têm uma parte reduzida da herança paterna e contam como homens livres; deste modo, Teucro, filho ilegítimo de Télamon, possui o direito de adoptar o nome do pai. Quanto à esposa legítima, espera-se dela que tudo suporte, guardando ela própria uma castidade, uma fidelidade conjugal rigorosa⁷.

A poligamia estava igualmente em vigor na aristocracia germânica, durante a época de Tácito.

4. *Les Premières Civilisations*, por André Aymard, F. Chapoutier, Georges Conteneau... (Col. Peuples et Civilisations), Ed. Presses Universitaires de France, 1950, pp. 200 a 202.

5. *Id.*, p. 200.

6. Engels, *op. cit.*, p. 63.

7. Engels, *op. cit.*, pp. 60 e seguintes.

A monogamia que parecia constituir – à primeira vista – o apanágio do mundo indo-europeu e traduzir um respeito quase religioso pela mulher, por oposição ao desprezo de que esta era objecto nas regiões meridionais, esta monogamia, apenas se instaurou com muito custo ao longo do tempo sob a pressão das condições económicas⁸.

O parentesco matrilinear é inexistente nos Indo-Europeus: os filhos de duas irmãs pertencem a duas famílias diferentes, as dos seus pais. Contrariamente à tradição matriarcal, não possuem nenhum laço parental. O mesmo acontece com as suas mães que não herdam uma da outra. Apenas o irmão mais velho de sexo masculino é que herda; caso não haja descendentes, é o irmão e não a irmã. Se não houver irmão, procura-se, no ramo colateral mais próximo, um antepassado homem, cujo descendente – também ele de sexo masculino e vivo – se torna o herdeiro⁹.

Neste regime, no qual todos os direitos – sobretudo políticos – são transmitidos pelo pai, compreende-se por que motivo os diversos dialectos não exprimem objectivamente o parentesco feminino:

Em todos os dialectos indo-europeus, observam os linguistas, os termos de parentesco encontram-se admiravelmente conservados pela família do homem. Em contrapartida, existe uma total imprecisão relativamente à família da mulher¹⁰.

Em caso de período de crise, a mulher transforma-se numa boca desnecessária. É a única explicação sociológica que possa ser atribuída para explicar, nos nómadas, a supressão das raparigas à nascença. Tornada inútil com a sedentarização, esta prática foi interdita pela Bíblia e pelo Corão. Encontra-se no prefácio da obra de Engels uma crítica dirigida a um autor, Mac-Lennan, que procurou explicar a origem da filiação matrilinear considerada, também por ele, como a mais antiga, a mais primitiva. Este parte de uma hipótese de trabalho segundo a qual o matriarcado está relacionado com o rapto das mulheres e com o assassinio das crianças. Esta é apenas uma hipótese que, sendo justa, deve ser comprovada através dos factos. Porém, a experiência demonstra o contrário e Mac-Lennan teve a boa fé de constatá-lo, com alguma surpresa, tal como Engels refere:

Ao que parece, contudo, a teoria de Mac-Lennan, com toda a sua plausibilidade, não se lhe afigurou de modo suficientemente consistente. No máximo,

8. *Id.*

9. Fustel de Coulanges, *La Cité antique*; Hachette, 1930, pp. 59 a 62.

10. Aymard, André, *op. cit.*, p. 200.

este é marcado pela necessidade de “enfatizar que a forma do rapto (simulado) das mulheres é a mais pronunciada e a mais expressiva precisamente nos povos onde domina o parentesco masculino (isto é, a descendência em linha paternal), e escreveu, de igual modo: “O facto de o assassinato das crianças não ser, tanto quanto sabemos, sistematicamente praticado em nenhum local onde a exogamia e a mais antiga forma de parentesco existiam lado a lado constitui um dado peculiar. Duplo acontecimento que vai ao encontro do seu modo de explicar os factos, e ao qual apenas pode opor novas hipóteses ainda mais confusas¹¹.

Culto das Cinzas

Partindo da hipótese da dupla origem, a prática da cremação torna-se inteligível. É certo, com efeito, que sob o nomadismo não é possível dedicar um culto a sepulcros fixos; ora, o culto dos antepassados já existia e traduzia-se sob a forma de uma religião doméstica à qual voltaremos mais adiante. A única solução que emergia era a de reduzir o corpo dos defuntos a um peso e um volume mínimos por forma a torná-los transportáveis. Desta forma, as urnas contendo as cinzas dos antepassados não eram outra coisa que não um cemitério ambulante atrás do bando em busca de novas pradarias. É sabido que as práticas mais imutáveis, as mais difíceis de abandonar, são aquelas que resultam da religião; do mesmo modo, o culto das cinzas foi perpetuado, mesmo após a sedentarização, na Grécia, em Roma e nas Índias. Por conseguinte, deixou de se afigurar como uma prática lógica e explicável a partir do contexto local. Tornou-se tanto mais ininteligível que o túmulo, doravante necessário, foi adoptado paralelamente; consequentemente, manifestavam-se ritos bastante curiosos, com o passado a exigir sempre os seus direitos, cremavam-se frequentemente os mortos antes de os enterrar. César foi cremado, Gandhi e Einstein também.

Culto do Fogo

A tranquilidade dos Manes dependia da manutenção de um fogo que jamais devia ser apagado. Era o asilo doméstico iluminado sobre um altar. A originalidade reside na presença do fogo, uma vez que o culto dos Antepassados não constitui o apanágio de nenhum povo: admite-se facilmente a sua universalidade. Por conseguinte, os altares

11. Engels, *op. cit.*, p. 25.

resultantes existem igualmente em todos os países, mas só nos Indo-Europeus é que estes serão superados por um fogo sagrado que nunca se pode extinguir. É difícil não relacionar a presença deste fogo ao carácter frio do clima nórdico: a sua função benfeitora é primordial. Por força da sua utilidade, tornou-se sagrado e foi idolatrado enquanto tal. É deste modo que o culto do fogo se torna característico do berço nórdico; se a “sociologia” da chama da memória fosse realizada, seria difícil não recuar até esta origem.

A hipótese da dupla origem permitiu, então, dar conta dos acontecimentos característicos da sociedade indo-europeia, cujo nomadismo foi, na sua origem e de modo incontestável, o traço dominante:

O termo “laborar” é comum a todos os dialectos, excepto ao indo-iraniano (aroô em grego, aro em latim, airim em irlandês, ariu em lituano, arja em gótico, e arado diz-se arow em arménio). A ausência da palavra “laborar” nos Indo-Iranianos pode explicar-se supondo que estes povos a tivessem perdido durante as suas migrações prolongadas na sequência de um período transitório da vida nómada¹².

Podemos supor que se a língua tivesse registado o termo antes da separação do ramo indo-iraniano, as regiões cultivadas, os campos atravessados durante a migração deveriam ter perpetuado a sua memória.

A língua pode conter alguns termos designando plantas sem que o povo falante as cultive. Neste sentido, não podemos partir da existência de uma palavra referente a um cereal para daqui deduzir o carácter agrícola de um povo. É, portanto, quase certo que no momento da separação, todas as tribos indo-europeias ainda eram nómadas. Sendo a sedentarização e a prática da agricultura nestes povos, posteriores a este acontecimento, compreende-se que aqueles que se sedentarizaram, de modo mais ou menos simultâneo, no norte do Mediterrâneo, tenham adoptado o mesmo conceito enquanto que os Indo-Iranianos tenham optado por uma palavra diferente, possivelmente, devido ao contacto com as populações agrícolas drávidas.

Berço Meridional e Matriarcado

O exposto precedente estabelece que, quando a estrutura social é de modo tal que, no casamento, a esposa abandona a sua família para construir uma nova em conjunto com o seu marido, encontramos

perante um regime patriarcal; como é evidente, originariamente a família confundia-se com o clã. Inversamente, quando a estrutura social é de tal forma que o homem que se casa abandona o seu clã para ir viver com o da mulher, estamos perante um regime matriarcal. Ora, o primeiro só é concebível na vida nómada; o segundo, apenas na vida sedentária e agrícola. Efectivamente, só neste âmbito é que a mulher pode, apesar da sua inferioridade física, trazer um contributo considerável para a vida económica. Esta chega até a tornar-se o elemento estabilizador enquanto dona de casa, guardiã das provisões; ao que parece, esta também desempenhou uma função importante na descoberta da agricultura, bem como na selecção das plantas, enquanto que o homem se dedicava à caça. Nestas épocas primitivas, durante as quais a segurança do grupo representava a maior preocupação, a consideração de que usufruía um dos sexos estava relacionada com a sua contribuição para esta segurança colectiva. Por conseguinte, num regime agrícola, é expectável que a mulher receba o dote ao invés de o trazer, tal como acontece na vida nómada. É deste modo que se deve explicar, sociologicamente, o significado do dote: uma compensação ou uma garantia trazida pelo sexo economicamente menos favorecido. Se a indo-europeia que oferece o seu dote não compra o seu marido, o africano que dá o seu, também não a compra.

Compreende-se igualmente que a filiação seja contabilizada, nestas duas estruturas sociais, a partir do cônjuge que não abandona o seu clã depois do casamento. No nomadismo indo-europeu, a filiação será patrilinear, sendo a sua esposa apenas uma estrangeira no seu *genos*; em contrapartida, no sedentarismo, a filiação será matrilinear uma vez que é o homem que é estrangeiro e que a sua mulher pode, a qualquer altura, repudiar caso este não satisfaça todos os seus deveres conjugais.

*Em geral, a parte feminina governava o lar, as provisões eram comuns; mas aí do pobre marido ou amante que fosse demasiado preguiçoso ou demasiado desajeitado para trazer a sua contribuição para o aprovisionamento comum. Qualquer que fosse o número de filhos ou a quantidade de influências pessoais que tivesse dentro de casa, este podia a qualquer momento ser convidado a embrulhar as suas coisas e a ir-se embora. Além disso, não lhe valia de nada oferecer resistência; estava demasiado calor dentro de casa para ele; só lhe restava regressar ao seu próprio clã (*gens*), ou ainda, o que lhe acontecia com mais frequência, a procurar um novo casamento num outro clã. As mulheres eram as grandes potências nos clãs (*gentes*), tal como em qualquer outro lado. Se a ocasião se apresentasse, estas não hesitavam em destronar um chefe e a rebaixá-lo ao nível de um simples guerreiro¹³.*

12. Aymard, André, *op. cit.*, p. 201.

13. Engels, *op. cit.*, pp. 41 e 42.

Este texto de um missionário, Arthur Wright, citado por Engels, diz respeito aos costumes iroqueses. O mesmo poderia ter colocado Engels ao abrigo de um erro de interpretação do matriarcado, firmado a partir da ideia de uma promiscuidade primitiva: isto porque demonstra que a mulher deve o seu estatuto social e a sua consideração exclusivamente à estrutura da sociedade, que lhe permite desempenhar um papel económico preponderante. É de lamentar que este factor “económico” tenha escapado a um marxista.

A existência das “famílias azuis” da Irlanda ilustra tudo aquilo que foi referido. Estando realizadas as condições necessárias, é possível ver o matriarcado emergir sob o nosso olhar na época moderna, independentemente da raça.

Quando o marido, por outro lado, é um estrangeiro, sem família na Irlanda, a pequena família que ele funda passa a estar agregada à da sua esposa; designa-se por família azul, “glas-fine”, porque é suposto que o marido tenha chegado por mar; diz-se então que o “casamento” é do homem e o “bem” da mulher¹⁴.

O imigrante que deixa o seu país, o seu “clã” por assim dizer, encontra-se em desvantagem, ainda que o sistema em vigor na Irlanda seja patrilinear.

O modo de herança, por conseguinte, está subordinado ao sistema de filiação. No sistema matriarcal no seu estado puro, não se herda do pai, mas sim do tio materno e desposa-se a sua filha, a fim de que esta não seja totalmente desfavorecida. Todos os direitos políticos são transmitidos pela mãe; exceptuando o recurso à usurpação, nenhum príncipe pode herdar um trono se a sua mãe não for uma princesa. A importância do tio materno reside no facto de que é este que auxilia a sua irmã, que a representa em todo o lado e, caso seja necessário, toma a sua defesa. Este papel de assistência à mulher, inicialmente, não cabia ao marido considerado antes como um estrangeiro aos olhos da família da mulher. Esta concepção encontra-se diametralmente oposta à do indo-europeu. O tio, em algumas línguas africanas, significa aquele que tem o direito de vender (subentende-se, o seu sobrinho): isto quer dizer que, caso se torne prisioneiro, este pode voltar a comprar-se entregando o seu sobrinho para ocupar o seu lugar. Daí a etimologia de sobrinho, na mesma língua: aquele que pode servir de resgate, que pode ser vendido para libertar o primeiro das correntes da escravidão.

Em wolof, língua falada no Senegal, existe a seguinte terminologia:

Na Diây = que ele venda = tio

Djar bât = valer um resgate = sobrinho

A generalidade destas tradições para toda a África Negra é comprovada através de um estudo de Delafosse:

Isto não impede, aliás, que o papel de chefe de família seja desempenhado por um homem, ainda que o seja algumas vezes por uma mulher; porém, nas populações que apenas admitem o parentesco uterino, o chefe da família é o irmão uterino da mãe. Nas outras populações, é o pai.

Na realidade, nos Negros, a mulher não é considerada enquanto incorporada na família do esposo em lado nenhum; esta continua, depois do casamento, a fazer parte da sua própria família, mas é momentaneamente iludida em benefício do seu marido e, por conseguinte, em benefício da família deste último. É este o motivo pelo qual a tradição universalmente aceite na África Negra exige, para que haja uma união válida e regular, que a família do futuro entregue à família da futura uma indemnização, como forma de compensação pelo prejuízo causado a esta última devido à recolha de um dos seus membros. Não existe, tal como se pretendeu erradamente, a compra da mulher pelo marido, já que a esposa não deixa de pertencer legalmente à sua própria família e não se torna, de modo algum, no objecto do homem que desposou; existe unicamente a entrega de uma compensação, ou, mais precisamente, de uma caução, cujo valor varia aliás significativamente consoante os países e de acordo com a condição dos futuros cônjuges, podendo ir desde vários milhares de francos, a um objecto que apenas valha alguns centimos; neste último caso, já só há lugar para a concretização de uma simples formalidade exigida pelo respeito das tradições usuais¹⁵.

Nas sociedades meridionais, tudo aquilo que concerne a mãe é sagrado; a sua autoridade é, por assim dizer, ilimitada. Esta pode escolher um cônjuge para o seu filho sem consultar antecipadamente o interessado. Este costume ligado à vida agrícola existe também nos Iroqueses:

Por outro lado, nos Índios da América e noutros países (no mesmo estágio), a conclusão do casamento não representa um assunto relativo aos interessados – que muitas vezes nem sequer são consultados – mas às suas mães. Frequentemente, dois seres totalmente desconhecidos um do outro tornam-se noivos, e são informados do acordo concluído quando o momento do casamento se aproxima. Antes da boda, o noivo oferece aos parentes gentílicos da noiva (isto é, aos seus pais maternos e não ao seu próprio pai e aos seus

14. Hubert, Henri, *Les Celtes*; col. Evolution de l'humanité Albin Michel, Paris, 1950, p. 247.

15. Delafosse, Maurice, *Les Noirs de l'Afrique*; Payot e Cia, Paris, 1922, pp. 140-141.

*próximos) prendas que são consideradas como valor de compra da jovem concedida. O casamento permanece dissolúvel com o acordo de ambos os cônjuges*¹⁶.

Qualquer sermão invocando a mãe deve ser executado sob pena de depreciação: originariamente, os mais sagrados foram aqueles que se pronunciavam com a mão estendida acima da cabeça da mãe. A sua maldição acaba irremediavelmente com o futuro do seu descendente: esta representa a maior desgraça que deve ser evitada a qualquer custo. Um africano de formação universitária ocidental (que deveria ser um emancipado da tradição) poderia ser apenas ligeiramente sensível a uma maldição lançada pelo seu pai; o mesmo seria completamente diferente caso esta se manifestasse através das palavras da mãe. Toda a sociedade africana negra está convicta da ideia segundo a qual o destino da criança depende unicamente da sua mãe e, em particular, do labor que esta concretiza no lar conjugal. Para além disso, não é raro ver as mulheres suportar voluntariamente injustiças por parte do seu marido, com a convicção de que dali resulta o maior benefício para as crianças; por isto se deve entender que estes terão todas as facilidades para ter sucesso em quaisquer que sejam os seus empreendimentos, que serão poupados pela “má sorte”, e pelas desgraças de qualquer espécie, que estes representarão um triunfo e não um fracasso social. Um conceito sociológico preciso corresponde a esta ideia na mentalidade africana: deste modo, diz-se em wolof:

N'Day dju liguèy = uma mãe que trabalhou.

Etnólogos e sociólogos procuraram fundamentar o matriarcado extraído nas sociedades meridionais com base na ideia que estas têm acerca da hereditariedade. Aqueles não afirmam, propriamente, tal como Bachofen, Morgan e Engels, que a incerteza que paira sobre a paternidade se deve a uma promiscuidade primitiva; para estes últimos, o “primitivo” não está inapto para reconhecer o papel do homem na concepção da criança; não existe qualquer dúvida acerca da participação do pai, mas a estrutura social não permite identificar este último, e é este o único motivo pelo qual a filiação teria sido, primeiramente, matrilinear¹⁷.

Para etnólogos e sociólogos, o “primitivo” não pode ser elevado à noção “abstracta” da participação do pai. A função deste é mais ténue, mais difícil de apreender pelo espírito humano; a sua concepção exige uma maturidade e uma lógica que carecem na mentalidade arcaica.

Percebe-se, deste modo, por que vias estes especialistas chegam mesmo a adoptar a mesma escala de valores que Bachofen: não existe qualquer dúvida em relação à superioridade do patriarcado, e a sua espiritualidade destaca-se na materialidade dos primeiros tempos. Existiu, portanto, uma evolução universal, uma passagem do inferior para o superior.

É de lamentar que esta tese só tenha podido ser formulada com base nas investigações das sociedades oceânicas efectuadas pelos etnólogos e sociólogos supracitados: os próprios, cujos trabalhos foram criticados por Van Gennep (cf. p. 26). Com efeito, se quisermos que um problema relativo às ciências humanas seja insolúvel, basta colocá-lo a partir da Oceânia. O alargamento das terras habitáveis no Oceano, a sua exiguidade na maior parte do tempo, o cruzamento das direcções das migrações, o número de raças que se confrontaram, justapuseram, sobrepuseram ou que se fundiram, atribuem àquilo que convém designar por continente oceânico, um aspecto cuja originalidade se opõe à solução de qualquer problema humano. O fenómeno de regressão e de degenerescência emergente a partir deste estado de coisas só pode desorientar mais ainda o espírito do investigador. Teria sido importante prosseguir estas análises num outro continente “atrasado”, a África ou a América, onde o nativo beneficia de uma base de resistência aos factores externos mais ampla e mais sólida.

Pelo contrário, segundo parece, nas sociedades ditas primitivas, o nativo nunca pôs em causa a participação do pai e da mãe, mas não as situa no mesmo plano. No caso particular da África Negra, acredita-se, em quase todo o lado, que a criança deve muito mais, biologicamente falando, à sua mãe do que ao seu pai. A herança biológica do lado materno é mais sólida, mais importante do que a herança do lado paterno. Por conseguinte, é-se aquilo que a mãe é, é-se apenas metade daquilo que o pai é. Eis um exemplo retirado das crenças africanas que ilustra esta ideia.

No Senegal, tal como no Uganda, na África Central, acredita-se na existência, entre os humanos, de um ser que deveria ser designado especificamente de “feiticeiro – devorador de seres vivos” por forma a distingui-lo do feiticeiro tradicional mencionado nas obras dos etnólogos. Aos olhos dos Africanos, apenas o primeiro merece a designação de feiticeiro; o segundo é simplesmente detentor de uma ciência secreta – a qual cobiça grandemente –, que só revela no momento da iniciação a pessoas que o merecem, quer porque a sociedade lhes dá esse direito (classes idosas), quer porque são discípulos. O primeiro é dotado de um poder sobrenatural, graças ao qual pode transformar-se em toda a espécie de animais para amedrontar a sua vítima, em geral durante a noite,

16. Engels, *op. cit.*, p. 40.

17. O culto fálico da pré-história é prova disto.

afugentar assim o “princípio activo” do seu corpo (*fit* em wolof). Logo que a vítima, considerada morta, seja enterrada, o feiticeiro dirige-se ao túmulo, volta a reanimá-la e mata-a verdadeiramente para consumir a sua carne, tal como a de um açougue. É suposto este feiticeiro possuir um par de olhos na nuca, para além dos olhos vulgares, o que lhe permite não ter de virar a cabeça. Possui bocas fortemente dentadas ao nível das articulações dos braços e das pernas. Tem o poder de voar deixando escapar chamas através das axilas ou da boca. Consegue ver facilmente as entranhas dos seus convivas e a medula dos seus ossos; vê o seu sangue circular; o seu coração bater; detém este curioso poder de um ser da quarta dimensão, que nos poderia retirar um osso sem nos abrir. Com efeito, o nosso corpo só se encontra hermeticamente fechado, só está protegido pela Natureza nas três dimensões do nosso espaço. Se existisse um ser que tivesse o sentido de uma quarta dimensão, e que pudesse viver entre nós, este veria efectivamente as nossas entranhas e poderia, graças a esta quarta dimensão, que nos escapa e perante a qual estamos abertos, extrair-nos os ossos dos nossos membros sem ter necessidade de nos abrir. Quando é identificado e espancado pela população pelo facto de ser responsável pela morte de uma vítima, este feiticeiro tem o poder de dissociar o seu ser; de manter no seu corpo o seu “princípio vital”, de expulsar o seu “princípio activo” ligado à sua sensibilidade e à sua dor, e fazê-la suportar por qualquer objecto próximo. A partir deste momento, deixa de sentir as pancadas, até que seja descoberto este novo “objecto-suporte” do seu “princípio activo” e por sua vez atacado. Deste modo, possui um poder mediúnico. Esta descrição detalhada dos poderes sobrenaturais do feiticeiro tem por objectivo enfatizar melhor as ideias que os Africanos têm acerca da herança patrilinear e matrilinear. Apenas se pode ser feiticeiro, dotado de todas as qualidades aqui referidas, isto é, feiticeiro total, caso se seja proveniente de uma mãe feiticeira do mesmo nível; pouco importa aquilo que o pai é. Se a mãe não é dotada de nenhum poder e se o pai é feiticeiro-total (*demn*, em wolof), a criança é feiticeira apenas pela metade: este é *nohor*; não possui nenhuma qualidade positiva do feiticeiro, tem apenas os aspectos passivos. Será incapaz de matar uma vítima para se alimentar da sua carne, o que constitui a principal característica do *demn*. Em contrapartida, poderá contemplar passivamente as entranhas dos seus convivas.

Portanto, vemos aqui que a participação do pai na concepção da criança não é posta em causa, não é ignorada, mas que é secundária e menos operante do que a da mãe. Ao mesmo tempo que se sabe que o pai contribui com alguma coisa, existe a convicção acerca da identidade do filho e da mãe.

Estas ideias, pela sua natureza, correspondem aos primeiros tempos da mentalidade africana: neste sentido, as mesmas são arcaicas e representam, actualmente, uma espécie de fósseis que flutuam no âmbito das reflexões actuais. Constituem um conjunto que só podemos considerar enquanto consequência lógica de um estágio anterior, mais primitivo, no qual teria predominado, exclusivamente, a filiação matrilinear.

Culto dos Mortos

É no âmbito da vida sedentária que a existência do túmulo se justifica. Para além disso, é impossível encontrar, num país agrícola como a África Negra, vestígios de cremação, desde a antiguidade até aos nossos dias. Todos os casos assinalados são inautênticos: tratam-se apenas de suposições de investigadores no espírito dos quais a demarcação destas duas origens não é clara e que, resultante do berço nórdico, tendem a identificar qualquer vestígio do fogo enquanto uma marca de incineração, mesmo quando não se encontra nenhum objecto cultural ao lado. O antigo Egipto também não conheceu a prática da cremação.

Em qualquer parte onde se encontre a prática da incineração, quer seja na América ou na Índia, é possível discernir a presença de um elemento indo-europeu proveniente das estepes eurasiáticas. Não é possível explicar a formação da América pré-colombiana sem fazer intervir um elemento nómada introduzido pelo estreito de Bering: esta é a tese geralmente aceite e permite justificar este ritual fúnebre que se sobrepõe à prática do enterro nos Índios da América. No México, a cremação dos chefes, isto é, da classe dirigente, enquanto que os cidadãos do povo eram enterrados, parece atestar uma vitória de conquistadores nórdicos nómadas, talvez de origem mongólia, sobre uma população agrícola e sedentária. O facto de o termo para designar a piroga, ou seja, o único elemento passível de servir de elo de ligação entre a África e a América, ser o mesmo em algumas línguas africanas (*lothio* em wolof) e em algumas línguas indianas da América pré-colombiana parece provar as relações marítimas entre os dois continentes, através do Atlântico. Assim, teria existido, também aqui, justaposição de duas populações de origem distinta: uma meridional, a outra nórdica. Os túmulos representam a residência dos Antepassados após a morte. Ali se fazem libações, trazem-se oferendas e reza-se; quando se pretende aumentar as suas hipóteses na vida quotidiana, a propósito de uma diligência específica, dá-se a volta ao túmulo dos Antepassados. Daí a expressão wolof, *ver-seg* = dar a volta aos cemitérios = sorte.

Mas em lado nenhum da África existe esta imensidão de altares domésticos, dominados por fogos sagrados que devem queimar tanto quanto a família durar, tradição esta que parece resultar directamente do cutlo nórdico do fogo.

Tais são as ideias gerais que se podem opor ao sistema construído por Bachofen, com base nos vestígios do matriarcado encontrados na Antiguidade clássica – marcas que serão examinadas em detalhe no próximo capítulo. No entanto, poderíamos questionar se, aos argumentos apresentados anteriormente para justificar o matriarcado das populações meridionais, não seria judicioso acrescentar outro, relativo ao ciclo da vida vegetal. Com efeito, sabemos com toda a certeza que, com a descoberta da agricultura, a Terra afigurou-se como uma divindade periodicamente fecundada pelo Céu por intermédio da chuva. A partir desse momento, a função do segundo é determinada e é este que alimenta as sementes depositadas no seio da primeira; dá origem à vegetação. Daí a Tríade ctónico-agrária: Céu-Terra-Vegetação. Em alguns países, tal como o Egipto, esta acabou por ser identificada com uma tríade de semideuses: Osíris-Ísis-Hórus. A assimilação do papel da Terra na origem da vegetação ao da mulher no nascimento da criança é evidente. Esta tríade contribuiu para a formação das ideias dos povos meridionais relativamente à herança biológica, tal como esta é acima descrita. Estas, por sua vez, puderam reagir às concepções matriarcais, reforçando-as.

Crítica das Teses de Morgan e de Engels

Na tese de Morgan, trata-se de fazer o levantamento de duas ideias específicas que estão na base do sistema.

Por um lado, os sistemas de parentesco, que lhe permitiram reconstituir a história da família, não correspondem à interpretação que lhes atribui; estes reflectem pura e simplesmente as relações sociais dos povos nos quais estão em vigor.

Por outro lado, aquele extraiu de facto o significado sociológico do clã totémico fundado no matriarcado, mas não conseguiu estabelecer a relação lógica, de filiação, que permita passar de um para o outro, que permita afirmar a universalidade do processo que conduz do matriarcado ao patriarcado. Ora, enquanto esta demonstração tardar em ser feita, temos o direito de supor, à luz de tudo aquilo que precede, que se trata de dois sistemas irredutíveis, adaptados aos seus meios recíprocos, e provocados por esta dialéctica que liga o homem à natureza.

Engels não fornece mais esclarecimentos acerca deste processo.

Como e quando se concretiza esta revolução nos povos civilizados, não sabemos realmente. Esta recai inteiramente no período pré-histórico. Mas o facto de esta se ter concretizado está sobejamente demonstrado pelos numerosos vestígios do matriarcado reunidos nomeadamente por Bachofen; e a facilidade com que a mesma se cumpre é visível através de toda uma série de tribos índias onde acaba de se concretizar e onde ainda permanece, actualmente, em parte sob a influência de uma prosperidade crescente e de um tipo de vida modificado (migração da floresta para a pradaria), em parte devido à influência moral da civilização e dos missionários¹⁸.

Nos capítulos seguintes, veremos que é necessário distinguir a evolução de um povo específico que, sob a influência de factores externos, muda de sistema de filiação sem alterar as condições materiais de vida. Segundo esta citação de Engels, é evidente que o processo do qual se trata é postulado, mas a sua existência não é demonstrada.

Deve sublinhar-se que a historicidade das diferentes formas de família não é posta em causa, cada uma delas evolui de modo constante; é quase certo também que o casamento por grupos mencionado por Engels e Morgan existiu, mas não se encontra nem na origem do “sistema de parentesco” de Morgan, nem na origem da filiação matrilinear.

Em todas as formas de família por grupos, não é possível saber-se com toda a certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a sua mãe. Ainda que esta designe como seus filhos todos os filhos da família comum, e tenha para com eles deveres maternos, a mesma não deixa de distinguir os seus próprios filhos de entre os outros. É portanto evidente que em toda a parte onde existam casamentos em grupos, a descendência só pode ser demonstrada pelo lado materno, e por conseguinte, a filiação feminina é a única que é reconhecida. É efectivamente o caso em todos os povos bárbaros e pertencentes ao estágio inferior da barbárie; tê-lo descoberto em primeiro lugar constitui o segundo grande mérito de Bachofen¹⁹.

O postulado sobre o qual o sistema é fundamentado – visível segundo as citações anteriores e esta última – é que todas as nuances de parentesco objectivo são, primitivamente, reproduzidas através da linguagem. Este regista apenas relações que realmente existiram a um dado momento. Portanto, não seria compreensível o motivo pelo qual, no caso do casamento por grupos, a mãe, sabendo propriamente que

18. Engels, *op. cit.*, pp. 52-53.

19. Engels, *op. cit.*, pp. 30-31.

as outras crianças não são suas descendentes, ainda assim as designa como tal. Neste caso, a linguagem trai voluntariamente a realidade e não exprime o parentesco real, mas um parentesco social; e o facto é tanto mais significativo que esta espécie de alteração devida à sociedade remonta à época mais primitiva, a do “*estádio inferior da barbárie*”. Desde a sua origem, a sociedade introduz insidiosamente motivos de erros e o sistema cuja objectividade parecia garantida, está viciado na base; este necessita, para se edificar, de confundir primeiramente todas as mães, torná-las comuns, para justificar uma forma de denominação: a tia chamada de mãe pelos filhos da sua irmã; necessita, numa segunda operação, de distinguir estas mães para dar conta da filiação matrilinear.

Esta contradição que reside nos seus fundamentos não foi correctamente ultrapassada, mas foi abafada, esmagada pelo edifício teórico. Ao invés, parece que o sistema de parentesco, cuja descoberta por Morgan se afigurou tão importante, traduz apenas relações puramente sociais. Se tivesse sido de outro modo, perguntar-nos-íamos por que motivo o mesmo não sobreviveu sob a forma de vestígios, por muito ténus que fossem, no berço nórdico, nos protótipos dos indo-europeus de quem conhecemos as tradições mitológicas e a história com convicção (Gregos, Romanos, Germanos). Por muito que se recue no passado, só se encontra o *genos* patrilinear com o sistema de parentesco que caracteriza, ainda hoje, os seus descendentes.

É difícil sustentar que nesta época das estepes os indo-europeus fossem já demasiado evoluídos para conservar o sistema de parentesco encontrado nos Índios da América, na África e na Índia, que já tivessem ultrapassado o “*estádio inferior da barbárie*” e que, por conseguinte, já não tivessem conservado este sistema de parentesco, mesmo em estado de vestígios. Poderíamos, então, perguntar-nos de que modo este pôde subsistir nos construtores de impérios da África Negra. O império do Gana durou desde o século III até 1240; antecedeu, portanto, de quinhentos anos o império de Carlos Magno, submeteu os Berberes de Audagoste que lhe pagavam tributos. A organização social e política que ali prevalecia será descrita nos capítulos seguintes. A sua proeminência expandia-se até à Ásia. Ora, o sistema de parentesco que prevalecia no Gana e ainda hoje nos Soninqueses, descendentes dos imperadores, é aquele que é descrito por Morgan, ainda que se tenham convertido ao Islão. O Gana, em 1240, deu lugar ao império do Mali, a propósito do qual Delafosse escreve:

No entanto, Gao tinha recuperado a sua independência entre a morte de Gongo-Moussa e o advento de Souleimân e, cerca de um século mais tarde, o

*império Mandinga (o Mali) viria a entrar em declínio sob os golpes do Songô, ao mesmo tempo que conservava poder e prestígio suficientes para que o seu soberano negociasse de igual para igual com o rei de Portugal, então no apogeu da sua glória*²⁰.

O sistema iroquês de Morgan prevaleceu igualmente – e até aos nossos dias – nos Mandingas do Mali, enquanto que já teria desaparecido nos Indo-Europeus das estepes que tinham atingido o “*estádio superior da barbárie*”, para lá do qual já não deve existir pelo facto de se entrar na civilização.

Por conseguinte, de acordo com aquilo que é previamente referido, aquele não deve relacionar-se com o estado mais ou menos atrasado, com o grau de evolução das sociedades. É peculiar o facto de o encontrarmos de modo consistente apenas nas populações meridionais e agrícolas (África Negra, Decão, Melanésia, América pré-colombiana). Sabe-se que a população da América proveio de outro lado, uma vez que ali não são encontrados homens fósseis. Deste modo, este não é universal; só pode ser considerado enquanto tal se as lacunas forem preenchidas por postulados. Parece evidente que, tal como o matriarcado, o sistema resulta de uma estrutura de organização política e social, de um tipo de vida sedentária e agrícola, irredutível ao estilo de vida nórdica nómada.

Tal como é supramencionado, este sistema possui apenas um significado social. Quando um Wolof ou um qualquer Africano chama de pai ou mãe ao irmão do seu pai ou à irmã da sua mãe, este sabe que aqueles lhes são substituíveis em caso de falecimento, de doença, ou de insuficiência. A estrutura da sociedade africana – tal como será descrita mais adiante – exige esta assimilação dos tios e das tias aos verdadeiros pais. Daqui resulta uma série de obrigações recíprocas que Delafosse não deixou de revelar:

*Foi possível, por outro lado, afirmar justamente que não existem órfãos nos Negros. Poder-se-ia acrescentar que também não existem viúvas expostas à miséria, uma vez que a viúva regressa para a sua família e permanece ao encargo desta última, enquanto não se voltar a casar, a não ser que pertença, tal como acontece frequentemente, à sucessão do esposo defunto, e seja entregue à responsabilidade do herdeiro deste.*²¹

Na verdade, introduz-se com frequência uma nuance para sublinhar que não se trata do verdadeiro pai ou da verdadeira mãe. Um Wolof

20. Delafosse, *op. cit.*, p. 62.

21. Delafosse, *op. cit.*, pp. 142-143.

designará sempre o irmão de seu pai *Bây-bu-ndaw* = pequeno pai. Dirá de igual modo *Yây-dju-ndav* = pequena mãe. Estas expressões têm para ele apenas um valor social²².

É curioso que Morgan nunca tenha conseguido levantar nenhuma coincidência entre o seu sistema de parentesco e o verdadeiro parentesco que existe nas famílias, no seio das quais o detecta. Nos Iroqueses, a correspondência com a família dita sindiásmica está errada: é no Havai, na Polinésia, na família designada punaluana que aquele encontra o tipo correspondente ao sistema de parentesco iroquês.

*Mas, espantosamente, o sistema de parentesco que estava em vigor no Havai, também não correspondia ao tipo de família que ali existia de facto*²³.

Explica-se esta contradição afirmando que a família continua a viver, ao passo que a língua se fossiliza e deixa-se ultrapassar pela realidade:

*Enquanto que a família continua a viver, o sistema de parentesco fossiliza-se, e enquanto que se mantém pela força do hábito, a família ultrapassa-o*²⁴.

Perguntamo-nos, então, por que motivo não é possível encontrar um fenómeno de fossilização desta natureza, revelado através da linguagem, no sistema de parentesco indo-europeu, há já 4 000 anos.

O carácter sagrado da mãe nas sociedades sedentárias, agrícolas, matriarcais, adapta-se mal à ideia de uma promiscuidade primitiva anterior, das quais estas seriam provenientes. Por toda a parte onde existiu, parece ter conduzido directamente ao amazonismo, que não deve ser confundido com o matriarcado: esta distinção será feita posteriormente.

A facilidade de divórcio nos casamentos do berço matriarcal não pode, objectivamente, ser considerada como um sinal de inferioridade e de anterioridade, ao ponto de distinguir uma família dita sindiásmica, arcaica, de outra dita monogâmica, na qual o divórcio é quase impossível. A espontaneidade da separação não deve ser encarada enquanto reveladora de costumes dissolutos, mas como o índice do grau de desenvolvimento que uma sociedade concede a todos os seus cidadãos, sem distinção de género.

A mulher africana, mesmo depois do casamento, conserva toda a sua personalidade e os seus direitos; esta continua a usar o nome da sua família, contrariamente à mulher indo-europeia que perde o seu para adoptar o do seu marido.

22. Designam os pais "secundários".

23. Engels, *op. cit.*, p. 13.

24. Engels, *op. cit.*, p. 14.

Assim, são estes os traços relevantes dos dois regimes: matriarcado e patriarcado. O seu carácter exclusivo, quanto à filiação e ao direito à herança, revela uma escolha consciente, sistemática, e não uma impossibilidade de optar decorrente da indeterminação de uma qualquer paternidade. Foi demonstrado que as coisas ainda acontecem desta forma sob o nosso olhar, nos dois berços e em plena consciência. Deste modo, não faz sentido imaginar um salto qualitativo que explicaria a passagem de um para o outro. Afigura-se mais científico considerar os dois sistemas enquanto irredutíveis; porém, se assim é, devemos ser capazes de prová-lo melhor, reconstituindo rapidamente a história geral destas duas origens e das suas zonas de confluência. Este será o objecto do capítulo III.

Piganiol, na sua tese acerca das origens de Roma, é formal: foram os Indo-Europeus nómadas das estepes eurasiáticas, Celtas, Germanos, Eslavos, Aqueus, Latinos, que introduziram a cremação e o culto do fogo no Mediterrâneo. Os povos agrícolas que viviam nesta região praticavam o sepultamento; para além disso, não é raro encontrar os dois rituais nas populações mistas, como os Pelasgos. Este critica a ideia de Fustel de Coulanges que extraía todas as instituições antigas do culto dos mortos; deste modo, é levado a observar nos dois rituais de enterro e de cremação duas concepções diferentes do além. Veremos, de seguida, o quão difícil é sustentar esta perspectiva.

Do culto dos defuntos dependem, segundo Fustel de Coulanges, todas as instituições da cidade antiga. Ora, os antepassados dividiam-se em povos que enterravam e povos que cremavam. Não teremos nós o direito de questionar se as diferentes práticas não serão inspiradas nas diferentes crenças, se os cremadores e os sepultadores não concebiam de modo distinto a relação entre os vivos e os mortos? O problema coloca-se nos mesmos termos em Itália e na Grécia: os Úmbrios cremadores subjugaram os Lígures sepultadores, do mesmo modo que os Aqueus cremadores subjugaram os Minoicos sepultadores.

Foram os invasores provenientes da Europa de Leste e do Centro que introduziram no mundo mediterrânico e na Europa Ocidental o rito da incineração: Úmbrios, Aqueus, Celtas, eram os mesmos povos que traziam as línguas indo-europeias; dada a persistência do ritual de sepultamento, podemos avaliar a resistência do fundo mediterrânico.

Os Pelasgos, que são um povo misto, praticavam os dois rituais. Uma lenda infinitamente valiosa sensibiliza-nos para a confusão das consciências deste tempo. Em Creta, Pollis e Delphos conduziram uma colónia mista de Pelasgos tirrenos e de Lacónios; os colonos, após um período de incerteza, dividiram-se em fiéis da tradição minoica e em adeptos do novo evangelho...

Os primeiros colonos albinos praticam a incineração, tal como o comprova o nível superior dos túmulos do Fórum; diz a lenda que Numa recusou ser cremado. O ritual sabino teria talvez triunfado sem a invasão úmbrio-etrusca do final do século VI...

Entre os dois rituais, os casos de contaminação são frequentes...

Deste modo, ainda que naquele período histórico a cremação e o sepultamento tenham sido aplicados em simultâneo, estas duas tradições derivam de práticas de dois universos distintos, o universo pastoral nórdico, que cremava os seus defuntos, e o mundo agrícola mediterrânico que os enterrava²⁵.

Concordamos totalmente com esta conclusão, que representa uma das ideias fundamentais da nossa tese. Não nos é possível enfatizar com maior clareza a origem nómada da incineração, bem como a origem agrícola sedentária do sepultamento. Porém, contrariamente à opinião de Piganiol, consideramos que se trata, não de duas crenças diferentes em torno da vida do além-túmulo, mas de um mesmo pensamento religioso – o culto dos Antepassados – interpretado por Nómadas e por Sedentários.

O autor não procurou a causa material que impedia os nómadas de dedicar um culto a túmulos fixos; ter-se-á apercebido que a cremação constituía o único meio, para um povo sem domicílio, de transportar as cinzas dos seus ancestrais e de lhes dedicar um culto. Teria assim concordado com Fustel de Coulanges, que relata o culto dos antepassados nos antigos, sem insinuar em demasia nas suas duas variantes.

O túmulo e o estatúário são absurdos na vida nómada; a sua ausência explica-se racionalmente, ao invés de traduzir inclinações intelectuais particulares. Deste modo, em vez de acreditar que foram as condições materiais que impuseram duas formas diferentes a um mesmo pensamento religioso, Piganiol argumenta que se trata de duas concepções fundamentalmente distintas:

Estes rituais pareciam corresponder a duas crenças distintas relativamente à vida além-túmulo...

O sepultador vive num terror constante, o cremador quase faz lembrar um livre-pensador. Estas crenças tão diferentes não se deixam abarcar por uma fórmula comum; de cada uma delas, não podia resultar o mesmo sistema de instituição. Não estará já enfraquecido o postulado de Fustel de Coulanges? Seria necessário, na verdade, que uma análise comparativa atenta das religiões confirmasse as nossas conclusões. Note-se desde já que este livre pensamento aqueceu ou homérico se encontra no Rigveda, tal como Rodes o

restituiu. O Bramanista ri-se dos fantasmas; a cremação confia o defunto a Agni para que este o eleve ao mundo dos antepassados, e a urna é simplesmente depositada numa floresta, sem monumento fúnebre na maior parte das vezes. Nos Judeus, é fortemente provável que se encontrasse os dois tipos de crença que definimos... Acreditamos que obteríamos uma resposta satisfatória se admitíssemos que os Cananeus praticavam o culto dos antepassados segundo rituais análogos aos ctónicos, e que os Israelitas nómadas trouxeram, se não a cremação, pelo menos um costume diferente face aos defuntos, semelhante à indiferença aqueia ou bramanista.²⁶

A oposição entre Cananeus sedentários agrícolas e Israelitas nómadas é precisamente esta que acabámos de apontar; esta vem confirmar a tese desenvolvida relativamente à zona de confluência dos dois berços. Porém, é necessário apresentar integralmente a perspectiva de Piganiol, acerca das religiões nórdicas e meridionais, antes de criticá-lo.

Deve-se à escola dos filólogos ingleses uma interpretação da religião grega muito subtil, sedutora e contestada. Esta teria surgido da fusão de cultos ctónicos e de cultos ouranianos. Os últimos, deuses da clara vontade, são objecto de uma tsrapsia; são homenageados na esperança de um benefício. Os ctónicos, pelo contrário, são espíritos impuros que o culto visa afastar...

O duelo entre as religiões ctónica e ouraniana corresponde à guerra entre os Pelasgos e os invasores nórdicos, povos cuja fusão produziu a Grécia clássica... ..oposição entre o culto do fogo nórdico e o culto da pedra mediterrânico.

Os povos que idolatram o céu possuem a ideia de um parentesco entre o fogo do lar, a atmosfera e o fogo solar. Por via do fogo, as oferendas que se queimam dispersam-se através do éter, que representa o imenso deus disperso por toda a parte; e este deus invisível condensa-se, torna-se sensível através da chama. Os povos que adoram a terra comunicam com as suas divindades transportando as suas dádivas para as grutas, precipitando-as nos abismos, deixando-as atolar-se lentamente pelos pântanos...

Uma das tradições ensina que o culto do fogo, confiado a sacerdotes por Rómulo, passou mais tarde para sacerdotisas, por vontade do sabino Numa... São os invasores nómadas, povos pastoris, que terão introduzido o culto do fogo. O sacrifício pelo fogo é desconhecido em Atenas antes de Cécrope, que é também o primeiro a atribuir a Zeus o título de Magnânimo...

Os povos que introduziram o culto do fogo na bacia do Mediterrâneo, operaram simultaneamente no sentido de afastar superstições selvagens²⁷.

25. Piganiol, *Les origines de Rome*; Librairie Fontemoing, Paris, 1916. Cap. I, pp. 87 a 91.

26. Piganiol; *op. cit.*, pp. 90 e 91.

27. Piganiol; *op. cit.*, cap. II, pp. 93 a 101.

Este último ponto de vista é certamente exagerado. Depois do triunfo do elemento nórdico, durante a época clássica em Roma, existiam mais divindades do que cidadãos: Fustel de Coulanges teve justamente o cuidado de recensá-las. O conjunto do texto citado reflecte claramente a tendência persistente em muitos escritores ocidentais, para erigir tudo aquilo que é nórdico em qualidades superiores. Observa-se, com efeito, a oposição clássica da religião das grutas, dos pântanos e da declarada vontade celestial.

Deve, antes de mais, afirmar-se que nada é mais duvidoso do que a atribuição de uma religião celestial ou solar ao elemento indo-europeu, procurando excluir qualquer outro povo. Muito provavelmente, uma tal religião deveria ser o apanágio do Sul, onde o sol brilha vigorosamente, onde o céu é realmente límpido. É no céu mediterrânico e não no nórdico que deveria reinar um Zeus, deus da luz.

Inúmeros argumentos permitem justificar esta perspectiva. RA é de facto um deus do Sul. Em contrapartida, Grenier é levado a constatar a ausência de uma divindade solar na religião romana, o que se apresenta, no mínimo, surpreendente, depois de todas as considerações que formula acerca da etimologia de Zeus; todavia, a este respeito, sugere-se a consulta da página 198 para que se constate o quanto esta é extremamente duvidosa e discutível!

*O sol e a lua regularam o calendário romano; as designações de Sol e de Lua, no entanto, não aparecem. O Sol Indiges de Roma, que tinha o seu templo no Quirinal, seria um deus de Lavínio; Luna tinha um templo no monte Aventino, que teria sido fundado por Servius Tullius, mas será necessário aguardar o império e as influências estrangeiras para assistir ao desenvolvimento destes cultos. É provável que estes se encontrem representados na antiga religião romana, por designações sob as quais ainda não foram reconhecidos.*²⁸

Na medida em que o calendário romano representa uma adaptação de calendário egípcio, não surpreende o facto de ali se encontrarem os termos de Lua e de Sol. Apesar da constatação que acaba de fazer – a da ausência de uma divindade solar autêntica nos Romanos –, Grenier não deixa de escrever – note-se, porém, com pouco convicção:

*No seu todo, as divindades celestes seriam indo-europeias; as da terra, pelo contrário, divindades do subsolo e das grutas, representariam os avatares da Terra Mãe, a grande divindade mediterrânica primitiva: culto ouraniano por um lado, culto ctónico por outro lado*²⁹.

28. Grenier; *op.cit.*, p. 88.

29. *Id.*

Na verdade, aquilo que se sabe com maior certeza acerca das crenças nórdicas, Grenier resumiu-o: é o seu carácter vetusto. Existe uma espécie de indigência do pensamento religioso. Os documentos são raros e relativamente recentes.

Os documentos mais antigos que possuímos acerca da religião indo-ariana, os poemas do Rigveda, datam apenas do século VI a.C.

*A religião grega, tal como a encontramos em Homero, permite remontar um pouco mais no tempo, mas esta religião surge grandemente misturada com elementos estrangeiros ao mundo indo-europeu. Só relativamente a uma época próxima da nossa era é que as religiões dos Celtas e dos Germanos nos são conhecidas. As informações que possuímos acerca das religiões antigas dos Lituanos e dos Eslavos reportam-se apenas ao século XVI da nossa era, em grande parte devido aos pastores que lhes ensinavam o cristianismo. É partindo da comparação entre estas indicações tão diversas que se pode extrair uma ideia da religião dos indo-europeus antes da sua separação cerca do ano 2000*³⁰.

Desta análise comparatista resulta que o culto do fogo era comum a todos os Indo-Arianos, até aos Prusso-Lituanos do século XVI.

*Deve entregar-se a estes Brâmanes arroz, em simultâneo com presentes, no recinto consagrado ao ofertório para o fogo*³¹.

De entre todas as razões que invocámos para explicar o culto do fogo, poder-se-á privilegiar aquela que já foi apresentada: no frio glacial nórdico, o deus benfeitor por excelência é o fogo; graças à sua incomparável utilidade nestas latitudes, a alma primitiva nórdica não tardou em prestar-lhe culto. Tal terá sido a base material que terá originado, consequentemente, uma superestrutura religiosa.

Portanto, em consequência da análise de Piganiol, de Grenier e das Leis de Manou, conclui-se que a cremação e o culto do fogo resultam de uma tradição especificamente indo-europeia, tradição esta que se perpetua nos nossos dias, mesmo nas consciências de quem esqueceu a sua origem: a chama da memória, as tochas olímpicas, as associações cujos membros, ainda que cristãos, são cremados, explicam-se provavelmente a partir desta tradição ariana. É plausível afirmar-se que alguns Europeus não pediriam hoje para ser cremados, mesmo por motivos de higiene, caso já não mantivessem esta tradição dos seus antepassados arianos. É notável constatar que a cremação representa

30. Grenier; *op. cit.*, pp. 85 e 86.

31. *Lois de Manou*; Livre XI, "Pénitence et Expiation" (trad. Loiseleur Deslongchamps, 1843).

o vestígio etnológico, cultural, absolutamente distintivo do mundo ariano e do mundo meridional, africano em particular. É impossível desvendar um único caso autêntico de cremação na África Negra, desde a antiguidade até aos nossos dias. Este é um facto que nunca foi suficientemente sublinhado.

III.

História do Patriarcado e do Matriarcado

Berço Meridional, Berço Nórdico e Zona de Confluência

Não se trata propriamente de resumir, mesmo que brevemente, a história das três origens; não teria qualquer interesse para o objectivo em vista. O método que será aplicado consiste em escolher, em cada berço, os factores históricos relevantes de modo a demonstrar que este é efectivamente característico de um ou outro sistema.

Berço Meridional

Limitaremos a sua análise à África, por forma a circunscrever o assunto a factores convincentes. Efectivamente, a África é o continente meridional que se encontra menos transformado pelas influências externas. A penetração árabe foi travada no sul pela floresta, devido à mosca tsé-tsé que mata os cavalos; as primeiras expedições que alcançaram o coração da África, as de Livingstone e de Stanley, são posteriores a 1850.

Etiópia

Trata-se da Etiópia tal como é descrita por Heródoto e Diodoro da Sicília, e cuja antiga capital, Meroé, localizada próximo do confluente do Nilo branco e do Nilo azul, foi descoberta por Cailliaud sob a Restauração. O seu posicionamento corresponde aproximadamente ao actual Sudão; designou-se também Núbia e País de Senar. A Etiópia actual, cuja capital é Aksum, era apenas uma província periférica.

A Etiópia foi o primeiro país do mundo a ser governado por uma rainha – depois do Egipto, que conheceu Hatshepsut na XVIII^a dinastia, e cujo reinado será abordado no capítulo VI. Existiu em primeiro

lugar a rainha semilendária de Sabá, contemporânea de Salomão, Rei dos Hebreus, cerca do ano mil. Possuímos pouquíssimos documentos relativos ao seu reinado e à sua vida. Uma passagem lacónica da Bíblia informa-nos que esta visitou Salomão, cuja sabedoria lhe tinha sido exaltada, e que a mesma lhe levou presentes; a visita não terá durado muito tempo, apenas alguns dias e a rainha terá voltado a partir em direcção aos seus Estados carregada de oferendas feitas por Salomão. Nenhum documento histórico permite afirmar o seu casamento com este último, a Bíblia não faz qualquer alusão a este acontecimento. Os historiadores questionam-se, por vezes, se aquela terá reinado na Etiópia, propriamente dita, ou na Arábia Feliz, que seria então o verdadeiro país de Sabá. Porém, até ao nascimento de Mahomet, a Arábia meridional é inseparável da Etiópia; o seu destino histórico foi comum, a suserania da Etiópia sobre a Arábia foi interrompida apenas momentaneamente; factor este comprovado por um versículo do Corão intitulado “os Elefantes”. Mahomet narra ali de que modo a armada etiópia, enviada do continente africano de modo a reprimir uma revolta dos Árabes do Iémen contra o governador etíope Abraha, foi destruída pelos “Mensageiros do Céu”, ainda que apenas com 40 000 homens. Cada um dos soldados foi miraculosamente atingido na parte superior do seu casco por um projectil que o atravessou de um lado ao outro da sua armadura. Admite-se, geralmente, que o exército etíope terá provavelmente sido destruído por uma tempestade de areia, ou por uma epidemia de peste que se teria manifestado durante a viagem.

Afigura-se portanto, segundo os poucos documentos históricos de que somos detentores, que é sobretudo à Etiópia, e não à Arábia “Sabeia” que se deve associar a rainha de Sabá.

De qualquer modo, é de salientar que durante o primeiro milénio antes da nossa era, isto é, numa época que se situa entre a Guerra de Tróia e Homero, os países meridionais já poderiam ser governados por mulheres.

O reinado da rainha Candace foi verdadeiramente histórico. Foi contemporânea de César Augusto no apogeu da sua glória. Este, depois de ter conquistado o Egipto, empurrou as suas armadas para o Deserto da Núbia até às fronteiras da Etiópia. Segundo Strabon, estas eram comandadas pelo General Petrónio. A Rainha assumiu, ela mesma, o comando das suas tropas; para dirigi-las, encarregou os soldados romanos, tal como viria a suceder posteriormente com Joana d’Arc, contra o exército inglês. A perda de um olho durante o combate apenas contribuiu para redobrar a sua coragem. Esta resistência heróica impressionou toda a Antiguidade clássica, não pelo facto de a rainha ser negra, mas pelo facto de se tratar de uma mulher: no mundo indo-europeu, ainda

não se estava acostumado à ideia de uma mulher a desempenhar um papel político e social.

Strabon refere que César Augusto, que descansava então numa ilha do Mediterrâneo, em Rodes, acedeu com plena confiança às delegações da Rainha. Esta resistência gloriosa permaneceu na memória dos Sudeanese; o prestígio de Candace foi de tal modo, que todas as rainhas posteriores adoptaram genericamente o mesmo nome.

Heródoto menciona o facto de os Etíopes Macríobes serem os mais belos e os maiores de todos os homens. Estes são dotados de uma saúde robusta; atribuir-lhes a designação de Macríobes, é fazer referência à sua longevidade, sendo o Rei escolhido de entre os mais fortes. A abundância dos recursos alimentares é simbolizada por aquilo que Heródoto e a lenda referem como “a Mesa do Sol”: durante a noite, alguns emissários do Rei depositam discretamente uma quantidade de carne bem cozinhada sobre uma grama reservada para este efeito. Ao nascer do Sol, qualquer membro do povo pode vir usufruir deste alimento oferecido gratuita e anonimamente. Os prisioneiros eram retidos com correntes de ouro. Compreende-se as razões materiais que mantinham os Etíopes no seu berço, e que os impediam de se tornar conquistadores. Com efeito – ainda segundo Heródoto – quando Cambises conquistou o Egipto (-525), este quis atravessar o Deserto da Núbia, mas esteve perto de ali sucumbir. Terá então enviado Etíopes “ictiófagos” como espões para junto do rei; este descobriu a conspiração e deu uma lição de moral a Cambises, por intermédio dos seus agentes nos seguintes termos:

“Saiba o Rei dos Persas, que Amon não incutiu, no coração dos Etíopes, o desígnio de conquistar territórios estrangeiros; mas que não se atreva a vir atacar enquanto não for capaz de dominar esta região.”

Segundo o mesmo autor, o respeito pela personalidade era tal que, quando um Núbio era condenado à morte, dava-se-lhe ordem de acabar com a sua vida sozinho, no seu lar. Heródoto afirma que, caso este pensasse em abandonar o país secretamente, era a sua própria mãe quem o vigiava, e se encarregava de o entregar à morte antes que aquele tivesse conseguido executar o seu projecto. Como é evidente, a condenação era justificada por se tratar de um crime contra a humanidade, bem como contra a sociedade, e era esta a razão que levava a mãe – e nunca o pai que parece não ter o direito – a acabar com o seu filho.

Todas estas narrativas, mais ou menos lendárias, mencionadas por Heródoto, só são importantes na medida em que reflectem, apesar de tudo, os costumes e as tradições vigentes no país, durante a época do

autor. Se assim não fosse, não teria sido possível inventá-las com todos os fragmentos.

Egipto

Este é um dos países da África onde o matriarcado foi mais manifesto e mais duradouro. Com efeito, foi possível determinar, através de cálculos astronómicos, com um rigor matemático, que 4 241 anos antes da nossa era, o calendário já era usado no Egipto. O que significa que os Egípcios chegaram a adquirir conhecimentos científicos teóricos ou práticos suficientes para inventar um calendário, cuja periodicidade é de 1 461 anos. É o intervalo de tempo que separa os dois nascimentos helíacos de Sothis ou Sírius: a cada 1 461 anos, Sírius e o Sol elevam-se simultaneamente sob a latitude de Mênfis. É provável que este número tenha sido fixado mais por cálculos do que pela experiência, isto é, através da observação. É difícil, de facto, imaginar que quarenta e oito gerações possam transmitir as suas observações celestes para que, chegado o momento previamente referido, a quadragésima oitava geração, durante uma aurora específica, se prepare para assistir, pela primeira vez, ao nascimento helíaco de Sothis. Isto levaria a supor, de resto, a existência de arquivos astronómicos por escrito, com uma cronologia precisa, durante o período considerado como pré-histórico. Em todo o caso, o mito de Ísis e de Osíris é anterior a esta data, uma vez que está na origem da nação egípcia. Portanto, desde esta época recuada – e até ao final da história egípcia – o casamento entre irmãos permaneceu em vigor na família real, já que Ísis e Osíris são, em simultâneo, cônjuges e irmãos. Durante este longo período, único pela sua duração nos anais históricos do mundo, o Egipto terá conhecido todos os refinamentos da civilização e iniciado todos os jovens povos do Mediterrâneo, sem que a sua estrutura social deixasse de ser fundamentalmente matriarcal. Podemos, então, ficar legitimamente surpreendidos com o facto de não ter existido uma passagem do matriarcado para o patriarcado.

O carácter agrário e matriarcal da sociedade egípcia faraónica encontra-se suficientemente representado no mito de Ísis e de Osíris. Segundo Frazer, Osíris é o deus do trigo, o espírito da árvore, o deus da fertilidade:

A análise do mito e do ritual de Osíris que antecede pode ser suficiente para provar que, sob um dos seus aspectos, o deus representava uma personificação do trigo, acerca do qual se pode afirmar que se extingue e retorna à vida

a cada ano. Através de toda a pompa e glória com as quais os sacerdotes revestiram o seu culto, a concepção de Osíris como deus do trigo emerge de modo evidente na celebração da sua morte e da sua ressurreição, que era concretizada no mês de Khoiak e, posteriormente, durante o mês de Athyr. Esta festividade parece ter sido essencialmente uma comemoração das sementeiras, que coincidia justamente com a data em que o agricultor confiava as sementes à terra. Nesta ocasião, enterrava-se, com rituais fúnebres, uma efígie do deus do trigo, construída com este último e terra; esperava-se que ao morrer naquele local, o mesmo poderia ressuscitar com uma nova colheita. A cerimónia era, de facto, um encanto, destinado a fazer crescer o trigo através de uma magia simpática¹.

De seguida, o autor descreve a cerimónia identificando Osíris à árvore: no interior de um pinheiro oco, colocava-se o corpo modelado de Osíris, juntamente com material de linho. O autor considera que esta é, sem dúvida, a contrapartida ritual da descoberta lendária do corpo de Osíris encarcerado numa árvore. Mais adiante, descreve a Celebração do Djed, que terminava a 13 do mês Khoiak com o levantamento de um pilar, que não era outra coisa senão uma árvore com os ramos cortados: esta elevação simbolizaria a ressurreição de Osíris, visto que, na teologia egípcia, o pilar era interpretado enquanto a coluna vertebral do mesmo.

Originalmente, Ísis era, de acordo com Frazer, uma deusa da fecundidade. É a grande benfeitora Deusa-Mãe cuja influência e cujo amor prevalecem em toda a parte, quer seja nos vivos, ou nos mortos. Esta representa, à semelhança de Osíris, a Deusa do trigo, do qual tinha inventado o cultivo:

Ísis deve certamente ter sido a deusa do trigo. Com efeito, existem bastantes motivos que justificam esta apreciação. Diodoro da Sicília, cuja autoridade parece ter sido o historiador Manetão, atribuíu a Ísis a descoberta do trigo e da cevada; nas suas celebrações transportavam-se, em procissão, caules destes cereais para comemorar a dádiva que esta tinha dado aos homens. Santo Agostinho acrescenta um outro detalhe: Ísis terá descoberto a cevada no momento em que oferecia um sacrifício aos antepassados do seu esposo, que eram também os seus e que tinham todos sido reis; esta terá mostrado as espigas recentemente descobertas a Osíris e ao seu conselheiro Thot (ou Mercúrio, tal como o designavam os escritores romanos). É este o motivo pelo qual, acrescenta Santo Agostinho, Ísis e Ceres se identificam².

1. Frazer, James George, *Atys et Osiris: étude de religions orientales comparées*; Librairie Orientaliste, Paul Guthner, 1926, p. 117.

2. Frazer; *op. cit.*, pp. 133-134.

Constata-se aqui uma espécie de confirmação, através da lenda da tradição, que atribui às mulheres um papel activo na descoberta da agricultura.

Na época das colheitas, os Egípcios entregavam-se a lamentações em honra do espírito do trigo ceifado, isto é, em honra de Ísis, criadora da verdura, Senhora do pão, Senhora da cerveja, Dona da abundância, personificando o campo de trigo. Frazer vê a prova desta identificação no epíteto Sochit, atribuído a Ísis e que significa ainda, em língua copta, campo de trigo.

Os Gregos identificavam-na também a Demetra e consideravam-na como a deusa do trigo. Foi esta que deu origem aos “frutos da terra”.

O fundamento do mistério de Ísis e de Osíris representa então, essencialmente, a vida agrária.

A monogamia constituía originalmente uma regra, já que Osíris tinha apenas uma mulher, Ísis, cujo nome é uma alteração do termo egípcio Sait ou Sît. É interessante notar, ocasionalmente, que estes dois termos, numa língua africana, o wolof, significam “a nova noiva”, a esposa.

Seth, irmão de Osíris, é igualmente monógamo; a sua esposa – que é também sua irmã – é Néftis.

Até ao fim da história egípcia, o povo permaneceu monógamo. Unicamente a família real e os dignatários da corte praticaram a poligamia, em graus diferentes segundo a sua fortuna. Esta emergiu como um luxo que foi transplantado na vida familiar e social, ao invés de constituir o seu fundamento primordial. Existiu no Egipto, tal como na Grécia no tempo de Agamémnon, na Ásia e na aristocracia germânica na época de Tácito; poder-se-ia também citar outros exemplos nas Cortes Reais ocidentais dos Tempos Modernos.

O casamento com a irmã é uma consequência do direito matrilinear. Já observámos que, no regime agrícola, o pivô da sociedade é a mulher; é ela que transmite todos os direitos, políticos e outros, porque representa o elemento fixo, podendo o homem ser relativamente móvel: este pode viajar, emigrar, etc., enquanto que a mulher educa as crianças e sustenta-as. É, portanto, normal que estas herdem tudo daquela e não do homem que, mesmo na vida sedentária, mantém um certo nomadismo. Originalmente, em cada clã, era ao elemento feminino – e somente a ele – que retornava a totalidade da herança. A preocupação em evitar contendas de sucessão entre primos – isto é, filhos de irmãos e irmãs – parece ter levado estes últimos, no âmbito da família real, a perpetuar o exemplo do casal real original, Ísis e Osíris. Com efeito, imagine-se um irmão e uma irmã descendentes de um casal real que se casam, no exterior da sua própria família, com uma princesa e com um príncipe. Segundo o direito matrilinear, só o descendente

da irmã é que pode reinar no país; o do irmão prevalecerá no país da sua mãe, caso o direito matrilinear se encontre ali em vigor; se for o contrário a suceder, não terá direito ao trono, a menos que o usurpe em um dos dois países. Ao desposar a sua irmã, o faraó conservava o trono na mesma família e eliminava, em simultâneo, os litígios de sucessão.

O Faraó que casa com a sua irmã é, ao mesmo tempo, o tio do seu filho. Ora, no regime matrilinear, só o sobrinho é que herda do tio materno, e este último possui o direito de vida e de morte sobre ele. Em contrapartida, os seus próprios filhos não são seus herdeiros e, ele próprio, não pertence à família da sua mulher. Todos estes inconvenientes são eliminados graças àquilo que se designou por “incesto real”. Este é o único exemplo de família meridional, com base matrilinear e na qual o homem e a mulher pertencem à mesma família; é um tipo específico no interior do matriarcado e que se justificava pelos interesses superiores da nação ligados à coesão da família real. Pode aqui entrever-se a possibilidade de uma explicação no caso da Rainha Hatsheput, que será apresentada no capítulo IV.

No casamento, o homem traz o dote à mulher. Esta última, durante toda a história egípcia faraónica, usufrui de uma liberdade total que se opõe à condição de mulher sequestrada indo-europeia dos tempos clássicos, seja ela grega ou romana.

Não há conhecimento de qualquer testemunho literário ou de documentos históricos – egípcios ou outros – dando conta de um mau tratamento sistemático das mulheres egípcias pelos homens. Estas eram honradas e circulavam livremente e sem véu, contrariamente a algumas Asiáticas. A afeição pela mãe e, sobretudo, o respeito com o qual esta devia ser tratada, representava o mais sagrado dos deveres. O mesmo encontra-se anotado num texto egípcio bastante conhecido:

Quando tu nasceste, ela (a tua mãe) tornou-se verdadeiramente tua escrava; as tarefas mais ingratas não entristeciam o seu coração ao ponto de a levar a pronunciar: “Por que terei de me submeter a isto?”. Quando ias para a escola para te instruir, ela instalava-se perto do teu instrutor, trazendo todos os dias os pães e a cerveja de casa. E agora que crescestes, que te casas, que constróis a tua própria família, lembra-te sempre de todos os cuidados que a tua mãe teve contigo, a fim de que ela nada tenha a censurar-te e não venha a levantar as mãos para deus, porque ele atenderia à sua maldição.

A este conselho dado ao jovem egípcio, poder-se-ia opor a conduta de Telémaco dando ordens à sua mãe Penélope, fazendo figura de um verdadeiro senhor da casa na ausência de Ulisses, ou a de Orestes matando a sua mãe Clitemnestra para vingar o seu pai.

Líbia

Qualquer que tenha sido a população da Líbia durante a época pré-histórica, a partir do segundo milénio e, possivelmente, cerca de 1 500, a região ocidental do Delta do Nilo foi invadida por povoações Indo-Europeias, altas, loiras, de olhos azuis, tatuadas em todo o corpo e vestidas com peles de animais. É este o modo como estas são descritas nos documentos encontrados por Champollion, em Biban-el-Molouk³. Depois de ter descrito as diversas raças de homens conhecidas dos Egípcios, tal como as viu representadas em baixo-relevo no túmulo de Ousiréi I, e chegando à última, escreve:

Finalmente, a última possui um tom de pele que designamos por cor da carne, ou pele branca, com a mais delicada nuance, o nariz direito ou ligeiramente protuberante, os olhos azuis, a barba loira ou ruiva, estatura alta e extremamente esguia, vestido com pele de gado ainda revestindo o seu pêlo, verdadeiro selvagem tatuado em diversas partes do corpo; são chamados de Tamhou.

Apressava-me a procurar a tabela correspondente a esta nos outros túmulos reais e, ao encontrá-la de facto em vários deles, as variações que ali observava convenciam-me plenamente de que se quis fazer constar aqui os habitantes das quatro partes do mundo, de acordo com o antigo regime egípcio, a saber: 1º, os habitantes do Egipto que, por si só, formavam uma parte do mundo, segundo o assaz modesto costume do povo antigo; 2º, os habitantes próprios da África, os Negros; 3º, os Asiáticos; 4º, e por último (e tenho vergonha de o dizer, já que a nossa raça é a última e a mais bárbara da série), os Europeus, que nestas épocas recuadas, sejamos justos, não faziam boa figura neste mundo. Entenda-se aqui todos os povos de raça loira e de pele branca habitando não somente a Europa, mas também a Ásia, o seu ponto de partida. Este modo de apreender estas tabelas é tão mais autêntico que, nos outros túmulos, os mesmos nomes genéricos reaparecem, e sempre pela mesma ordem...

O mesmo sucede com os nossos bons antepassados, os Tamhou; a sua indumentária é por vezes diferente; as suas cabeças são mais ou menos cabeludas e cheias de ornamentos "diversos", a sua vestimenta selvagem varia um pouco na sua forma; mas a sua tez branca, os seus olhos e a sua barba conservam todo o carácter de uma raça à parte. Copiei e colori esta curiosa série etnográfica. Não estava, de modo algum, à espera de encontrar, ao chegar a Biban-el-Molouk, esculturas que pudessem servir de vinhetas para a história dos habitantes primitivos da Europa, isto, caso um dia se tenha a coragem de assim proceder. Todavia, esta visão tem algo de lisonjeiro e reconfortante,

*tendo em conta que a mesma nos levou a apreciar o caminho que percorremos desde então*⁴.

São estas tribos nómadas, também designadas por "povos do mar" nos documentos egípcios, que se vão instalar em torno do Lago de Tritão e que se tornarão nos Lebou, Rebou, ou ainda Líbios. São também por vezes chamados Tehe nou; estes termos não são de origem indo-europeia: pode verificar-se que *Rebou* = país de caça, em wolof (língua senegalesa), e que *Reb* = caçador; na mesma língua africana, *Tahanou* = país onde se encontra floresta morta.

Os Líbios formaram frequentemente coligações dirigidas contra o Egipto; a mais importante foi fomentada por Merneptah, no tempo da XIX^a dinastia.

*Por volta do mês de Abril de 1922, Merneptah teve conhecimento, em Memphis, que o rei dos Líbios, Meryey chegava da região de Tehenou com os seus arqueiros e uma coligação dos "povos do Norte" formada por Shardanes, Sículos, Aqueus, Lícios e Etruscos, trazendo a elite dos guerreiros de cada região; o seu propósito consistia em atacar a fronteira ocidental do Egipto, nas planícies de Perir. O perigo era tanto maior que a província da Palestina tinha sido, ela mesma, atingida pela agitação; ao que parece, os Hititas tinham sido arrastados na tormenta, ainda que Merneptah tivesse prosseguido os seus bons ofícios para com aqueles, enviando-lhes trigo nos seus navios, durante um período de escassez, para fazer sobreviver o país de Khati... A batalha durou seis horas, durante as quais os arqueiros do Egipto levaram a cabo um massacre entre os Bárbaros: Meryey fugiu a sete pés, abandonando as suas armas, o seu tesouro, o seu harém; na tabela, foram inscritos, de entre os defuntos, 6 359 Líbios, 222 Sículos, 742 Etruscos, alguns milhares de Shardanes e Aqueus; mais de 9 000 espadas e armaduras e um grande espólio foram capturados no campo de batalha. Merneptah gravou um hino de vitória no seu templo fúnebre, em Thebes, no qual descreve a consternação dos seus inimigos; nos Líbios, os jovens dizem entre eles, a propósito das suas vitórias: não tivemos outras desde o tempo de Ra; e o ancião diz ao seu filho: oh! Pobre Líbia! Os Tehenou foram esgotados num único ano. E as outras províncias externas ao Egipto foram, também elas, levadas à obediência. Tehenou é devastada, Khati é pacificada, Canaã é saqueada, Ascalão é espoliada, Gazer é tomada, Yanoem é destruída, Israel está desolada e já não possui sementes, o Kharou transforma-se numa viúva sem apoio face ao Egipto. Todos os países são unificados e pacificados*⁵.

4. Champollion Le Jeune, "Lettres publiées par Champollion-Figeac" in *Égypte ancienne* (Col. L'Univers, 1839), pp. 30-31.

5. Moret, A. e Davy, G., *Des Clans aux empires*; Col. "L'évolution de l'humanité" (La Renaissance du

Muito tempo depois desta derrota, os Líbios tinham deixado de representar um perigo para o Egipto, enquanto não tiveram outro transporte rápido, para além do asno.

Mil anos após a sua chegada a África, estes ainda se mantêm nómadas; Heródoto descreve a sua expansão em torno do Lago de Tritão, na Cirenaica e até aos arredores de Cartago. Ao partir do Egipto em direcção ao Atlântico, encontram-se segundo a ordem seguinte: Os *Adyrmachides* são os primeiros, influenciados por um contacto prolongado com o Egipto, nas suas tradições e costumes; de seguida, surgem os *Giligames*, que ocupam um território alargado até à “ilha Aphrodisias”; na sequência destes, encontram-se os *Asbystes*, que habitam acima de Cirene: estes vivem no interior das terras e estão separados do mar pelos *Cireneus* e deslocam-se em carroças de quatro cavalos; depois, os *Auchises* que habitam acima de Barké: estes possuem uma fracção do litoral, junto aos Hespérides e perto do meio do seu território, estão os *Bacales*; de seguida, encontram-se os *Nasamons*:

Têm por tradição cada um possuir várias esposas, usando porém várias mulheres em comum, um pouco como os Massagetas⁶.

Surgem ainda os *Psylles*, que foram destruídos em circunstâncias misteriosas, talvez devido a um fenómeno natural, segundo Heródoto, como uma tempestade de areia. Acima dos Nasamões, em direcção ao Sul, encontram-se os *Gamphasantes* ou *Garamantes*:

... que fogem a todos os homens e a qualquer sociedade, não possuem nenhuma arma de guerra e não sabem defender-se⁷.

Os Maces estão instalados ao longo do litoral e depois destes encontram-se os *Gindanes*, que vivem próximos dos *Lotófagos*. A estes sucedem os *Machlyes* que se estendem até ao rio Tritão; este último desagua no Lago Tritão. Heródoto enumera ainda: os *Auses* que, ignorando o casamento, agrupavam as mulheres em comum, os *Amónios*, os *Atlantas*.

Tal é a situação demográfica da Líbia, desde o Egipto até ao monte Atlas, no século V antes da nossa era. Se esta enumeração de Heródoto foi rigorosamente respeitada, foi pelo facto de, no capítulo IV, quando tratarmos das Amazonas, ditas de África, constataremos que a sua

origem foi precisamente a dos Líbios nórdicos. Estes, enquanto Indo-Europeus emigrados do berço “nórdico”, e tendo permanecido nómadas, nunca praticaram o matriarcado.

África Negra

A história da África Negra é conhecida, sem solução de continuidade, desde o Império do Gana (século III da nossa era) até aos nossos dias, pelo menos no que diz respeito à parte setentrional do continente. Ao que parece, ao longo da Pré-história, este foi povoado a partir da África do Sul e da Região dos Grandes Lagos. Com efeito, não se encontram paleolíticos na África Ocidental; o único local onde é possível encontrar com toda a certeza, é em Pita, na Guiné; no sul do Saara, em geral, apenas se encontram neolíticos, enquanto que o próprio Saara possui todas as épocas da Pré-história.

Fomos então levados a supor que depois da secagem do deste último, culminada 7 000 anos antes da nossa era, a população primitiva teve que emigrar parcialmente em direcção ao Vale do Nilo, onde encontrou outros agrupamentos, provavelmente provenientes da Região dos Grandes Lagos. Estes povos terão, durante muito tempo, constituído uma espécie de aglomerado ao longo do Vale; e, devido ao sobrepovoamento e a invasões, estes reagruparam-se de novo em direcção ao centro do continente, afugentando diante deles os Pigmeus. É o que parecem confirmar as lendas recolhidas da boca dos Africanos actuais, e segundo as quais os Antepassados dos Negros terão surgido do Leste, do lado da “Grande água”; durante muito tempo, não se pensou em identificar a “Grande água” ao Nilo. As tradições bíblicas e as primeiras descobertas arqueológicas levavam os sábios a situar o berço da humanidade na Ásia. Era, portanto, lógico procurar povoar o resto do mundo a partir do continente asiático, onde se tinha exumado o Pitecantropo (Java) e o Sinantropo (China). Surge a teoria do continente lemuriano: esta consistia em fazer descender os Negros Africanos dos Australianos, sendo a rota de migração o Oceano Índico, e servindo as diferentes ilhas de escala aos pirogueiros.

As descobertas recentes, que tendem a provar que o berço da humanidade é a África do Sul, tornam cada vez menos necessária a hipótese lemuriana.

A toponímia e a etnonímia da África revelam um berço comum que seria, efectivamente, o Vale do Nilo. A linguística apresenta uma prova praticamente segura.

O Império do Gana surge, historicamente, como uma transição entre a Antiguidade e os Tempos Modernos. Na verdade, afirma-se, no

Livre, 1923), p. 389.

6. Heródoto, *Histoires*; Livro IV e seguintes. Trad. Ph. E. Legrand, Société d'édition "Les Belles Lettres", Paris, 1945.

7. *Ibid.*

Tarikh-es-Soudan, que a cidade de Koukia, sobre o Níger, perto de Gao, existia desde o tempo do Faraó. As ruínas de Gana, situadas no Noroeste da curva do Níger, foram descobertas por Bonne Ide Mézières e Desplagnes. A história do Gana é conhecida, nas suas grandes linhas, graças aos textos dos escritores árabes. Ibn-Khaldoun, nascido na Tunísia em 1332, apresenta, na sua *História dos Berberes*, informações acerca dos impérios negros da África, bem como acerca das migrações Norte-Sul dos povos de raça branca. Ibn-Haoukal, originário de Bagdad (século X), era um comerciante viajante que tomou muitas anotações acerca dos países que atravessou; a ele se deve *Les Routes et les Royaumes*. El Bekri, geógrafo árabe de Espanha, nascido em 1032, fornece indicações abundantes sobre a vida económica do Gana. Ibn Batouta, nascido em Tânger em 1302, visitou o Império do Mali durante a Guerra dos Cem Anos em 1352-53: este foi a Tombouctou, Gao, Oualata e Mali, a capital do Império que tinha sucedido o Gana a partir de 1240; redigiu *Voyage au Soudan*.

Os dados fornecidos por estes diversos autores informam-nos, entre outras coisas, que no Gana a filiação era matrilinear, particularmente no que concerne a sucessão ao trono. A dinastia real era a dos Sarakollé Cissé. Os historiadores defendem, por vezes – sem poder, no entanto, fundamentar a partir de documentos –, que a dinastia dos Cissé foi antecederada por uma dinastia de raça branca semita, que alguns príncipes teriam reinado antes de Mahomet; teria compreendido 44 reis, antes de passar o poder aos Cissé. É possível salientar aqui dois aspectos. Esquece-se, por um lado, que antes de Mahomet e do Islão, os Árabes não tinham qualquer potencial de expansão, que precisamente, neste período, era um Estado Negro, tal como o Sudão (Méroé), que exercia a sua suserania sobre a Arábia; portanto, não é possível explicar, a partir do Iémen, a origem desta força política capaz de construir um império tão vasto em país negro nesta época. Por outro lado, quanto aos Semitas que praticavam a filiação patrilinear, teriam sido os seus costumes que teriam regulado a sucessão ao trono do Gana, caso estivessem verdadeiramente na sua origem.

Só em 710, sob a direcção de Obka ben Nafi, é que os Árabes alcançam Marrocos e o Atlântico. É verdade que se afirma que durante o século I da nossa era, uma tribo de Árabes nómadas, os Berabich, terão abandonado o Iémen para parar na Tripolitânia; daí o facto de, no século II, esta se ter estabelecido no sul de Marrocos. Ali terá permanecido, junto dos Berberes Messoufa, até ao século VIII. É neste momento que, empurrada pelos muçulmanos, terá chegado ao deserto e, desde então, servido de ligação entre a África do Norte e a África Negra a partir de Tombouctou. Só no século XVII é que estes terão sido islamizados pelos Árabes Kounta.

Os Kounta e os Beni Hassan são duas tribos árabes que só entraram na África Negra no século XV: estas fazem parte dos elementos que povoam a Mauritânia.

Percebe-se, então, que a penetração árabe na África Negra é relativamente recente e que não poderia, de modo algum, explicar o regime matriarcal do Gana.

O matriarcado prevalecia igualmente no Império do Mali, com os Malinké. Ibn Batouta apresenta uma confirmação neste sentido; este tomou nota deste costume enquanto prática específica no mundo negro, e contrária àquilo que tinha por hábito observar em qualquer outra parte do mundo, exceptuando na Índia com outros negros.

Eles (os Negros) nomeiam-se segundo o seu tio materno e não segundo o seu pai; não são os filhos que herdaram dos pais, mas os sobrinhos, filhos da irmã do pai. Nunca encontrei este costume noutra parte, excepto nos infiéis de Malabar na Índia⁸.

Com a islamização, isto é, sob a influência de um factor externo, e não devido a um processo de evolução interna, a maior parte das populações que, na Idade Média, eram matrilineares, tornaram-se patrilineares, pelo menos aparentemente.

Os autores árabes que nos falaram do Gana e do Mandigue (Mali) na época da Idade Média chamaram a atenção para o facto de, nestes Estados, a sucessão se transmitir, não de pai para filho, mas de irmão para irmão uterino, ou ainda de tio para sobrinho descendente de uma irmã. Segundo as tradições endógenas, os Bambara teriam sido os primeiros a romper com esta prática, e é daí que resulta o seu nome – Ban-ba-ra ou Ban-ma-na, significando a separação da mãe –, enquanto que aqueles que pertenciam aos Ouangara, que tinham permanecido fiéis à velha tradição teriam recebido o nome de Manding ou Mandé – ma-nding ou ma-ndé, que significa “filho a mãe”. Actualmente, o parentesco masculino ou consanguíneo permaneceu nos Bambara e prevaleceu nos Sarakollé, bem como numa parte dos Mandingues ou Malinké; porém, muitos de entre estes últimos continuam a admitir apenas o parentesco feminino ou uterino, enquanto aquele que confere o direito de herança, tal como acontece na maior parte dos Peuls e dos Sérères, bem como com um número considerável de povos negros do Sudão, da Costa da Guiné e da África sul-equatorial⁹.

8. Batouta, Ibn, *Voyage au Soudan*; (trad. Slane), p. 12.

9. Delafosse, M., *op. cit.*, p. 139.

Batouta era o maior viajante do seu tempo; percorreu o mundo desde Pequim até ao Mali. A sua experiência das tradições estrangeiras não era, portanto, parcial.

A islamização da África Ocidental foi iniciada com o movimento Almorávida, no século X. É possível notar-se que este introduziu uma espécie de demarcação na evolução da consciência religiosa, em primeiro lugar dos príncipes, e por consequência, mais tarde, nos povos. A religião tradicional desvaneceu gradualmente sob a influência islâmica, bem como os costumes e as tradições. Foi deste modo que o regime patrilinear se substituiu, parcial e progressivamente, ao regime matrilinear desde o século X. Assim, compreendem-se as causas externas que originaram esta mudança.

Na África Ocidental, a adopção do sobrenome do pai pelas crianças parece derivar desta mesma influência árabe. De facto, acabámos de tomar conhecimento, com Ibn Batouta, que em 1253, as crianças eram nomeadas de acordo com o tio materno, ou seja, com o irmão da mãe. Portanto, o descendente adoptava o sobrenome de um homem, mas o regime era puramente matrilinear; só deixou de o ser a partir do momento em que o do pai substituiu o do tio, de acordo com a prática islâmica.

É importante salientar que, a partir da mesma época, a destribalização era um facto concretizado na África Ocidental: o mesmo é demonstrado através da possibilidade que o indivíduo possui de adoptar um sobrenome próprio, de família, e já não relativo ao clã. Nas regiões não destribalizadas do continente, os indivíduos têm apenas um nome. Quando são questionados acerca do seu nome de família, estes respondem que pertencem a um determinado clã totémico, cuja designação só pode ser adoptada colectivamente. Só quando os membros do clã se dispersam é que podem conservar individualmente, como lembrança da sua comunidade primitiva, o nome do clã que se torna no seu sobrenome de família.

No entanto, é necessário sublinhar um modo particular de nomear o descendente, que parece resultar de uma concepção dualista da vida social. Ao nome do rapaz, acrescenta-se o da mãe; e ao nome da rapariga, o do pai. Por exemplo, Cheikh Fatma designa o filho de Fatma, Magatte Massamba-Sassoum é filha de Massamba-Sassoum. Certamente que isto não provém, de modo algum, de uma influência árabe.

«O matriarcado africano existe à escala do continente:

O comportamento de um filho para com a sua mãe nos Swazi (que vivem na África do Sul) combina o respeito e o afecto. Para ele, jurar, despir-se, ou comportar-se de modo indecente na sua presença, dá origem, acredita-se, a um castigo directo dos antepassados; por outro lado, será publicamente repreendido e talvez forçado, pelo seu conselho familiar, a pagar uma indemnização. Espera-se que a sua mãe o censure, caso aquele negligencie os seus deveres de

*filho, de esposo e de pai; o mesmo não deve responder num acesso de fúria. A ênfase recai sempre na mãe pura: "a mãe que me carregou". A sua cabana é keftu – a nossa casa*¹⁰.

O parentesco nos Tswana que habitam na Bechuanalândia, na África do Sul, é igualmente matrilinear:

*Os pais maternos não são, em princípio, implicados nas situações que acabámos de descrever. Estes não podem ser rivais na propriedade ou na posição social, e muitas vezes, "ainda que isto não seja absolutamente geral", pertencem a uma outra comunidade local. Talvez por isso sejam, de modo evidente, notavelmente mais afectuosos e devotos do que os agnados. Os descendentes, quando são pequenos, são frequentemente enviados, durante algum tempo, para o lar dos seus pais maternos, que os encorajam depois a vir visitá-los com regularidade. Ali, é-lhes reservada uma calorosa recepção e uma generosa hospitalidade, para além de usufruírem de numerosas vantagens. Diz o provérbio que uma criança tem um lugar no lar dos pais da sua mãe. Um tio materno vinculado deve, em particular, ser consultado em todos os assuntos relacionados especialmente com os filhos da sua irmã; a sua opinião é tão importante que, por vezes, no momento em que se trata do casamento, o seu veto pode ser decisivo... É do tio materno, talvez mais do que de qualquer outra pessoa, que um homem espera a opinião desinteressada e a assistência em caso de necessidade... Os pais e as irmãs da mãe são, geralmente, reconhecidos como sendo mais afáveis e indulgentes do que os do pai*¹¹.

Nos Ashanti do Gana, a filiação é de igual modo matrilinear.

*Os Ashanti consideram a ligação entre mãe e filho como a força motriz de todas as relações sociais... Consideram-na como um parentesco moral absolutamente obrigatório. Uma mulher Ashanti não se poupa no que concerne ao trabalho ou aos sacrifícios para o bem dos seus descendentes. É sobretudo para lhes fornecer o alimento, o vestuário, e actualmente as despesas de educação que esta trabalha tão arduamente, importuna o seu marido e vigia invejosamente o seu irmão para assegurar que este último cumpre criteriosamente os seus deveres de tutor legal. Nenhuma exigência é exagerada para uma mãe. Ainda que esta abomine punir e nunca repudie o seu filho, uma mãe Ashanti exige dos seus descendentes obediência e respeito afectuoso... Dar provas de falta de respeito face a uma mãe equivale a um sacrilégio*¹².

10. Radcliffe-Brown, A.-R e Forde, D., *Systèmes familiaux et matrimoniaux en Afrique*; Presses Universitaires de France, 1953, p. 120.

11. Radcliffe-Brown, A.-R e Forde, D., *op. cit.*, pp. 184-185.

12. Radcliffe-Brown, A.-R e Forde, D., *op. cit.*, pp. 345-346.

O matriarcado rege também a organização social dos Bantou, do centro da África.

*A maior parte dos povos bantou da África Central determinam a filiação segundo a linha matrilinear, mais do que segundo a patrilinear; e muitos de entre eles praticam uma certa forma daquilo que conhecemos, habitualmente, sob a designação de matrimónio matrilinear. Com efeito, é este carácter matrilinear da organização familiar que os distingue tão claramente dos Bantou do Leste e do Sul da África, e é por esta razão que o território que se estende dos distritos do Oeste e do Centro do Congo belga até à plataforma Noroeste da Rodésia setentrional e dos Montes da Niassalândia, é frequentemente referido como a "cintura matrilinear"*¹³.

Conclui-se do exposto que o regime matriarcal é geral em África, quer na Antiguidade, quer nos nossos dias, e este traço cultural não resulta de uma ignorância do papel do pai na concepção da criança. O culto fálico que é corolário do regime agrícola (pedras erguidas, obeliscos do Egito, templos da Índia do Sul) comprova-o largamente; este demonstra que no momento em que a humanidade arcaica optava pela filiação matrilinear, a mesma tinha conhecimento do papel fecundante do pai. Em nenhum dos regimes descritos no berço meridional se negligencia sistematicamente o parentesco patrilinear. Pelo contrário, a conduta social face aos parentes patrilineares é mais severa do que face aos parentes matrilineares. Com estes últimos, o comportamento é livre, sem hipocrisia social; o mesmo não acontece com os primeiros, uma vez que se deve sempre salvar as aparências. No campo de batalha, pode abandonar-se um irmão ou um meio-irmão maternos, mas jamais um meio-irmão paterno, ainda que se goste menos dele do que dos primeiros e que se esteja mais afastado dele. Este representa um rival social, deve ser ultrapassado ou, pelo menos, igualado em todas as coisas, para honrar, no âmbito da poligamia, a "casa" da sua mãe, isto é, a sua linhagem, a sua mátria.

Berço Nórdico

A área geográfica que será aqui abordada compreende as estepes eurasiáticas (a chamada civilização dos tumulus), a Alemanha, a Grécia, Roma e Creta. Na verdade, Creta surge já como uma zona de transição, em pleno oceano, entre o Sul e o Norte. Tendo em conta a anterioridade

da sua civilização, é com a análise desta que é desejável iniciar este capítulo.

Creta

Quais os nossos conhecimentos acerca de Creta? Segundo Tucídides, os Cretenses estabeleceram uma talassocracia sobre todo o Mediterrâneo egeu.

*Segundo a tradição, Minos é o rei mais antigo a criar uma marina. Expandiu o seu império à maior parte do mar que hoje designamos de helénico (o Mar Egeu). Dominou as Cíclades, onde designou como chefes os seus próprios filhos. Expulsou das ilhas os piratas que as infestavam e fundou colónias na maior parte de entre elas. Desde então, os habitantes das costas começaram a enriquecer e a possuir habitações menos precárias; alguns, cuja abastança tinha aumentado, chegaram mesmo a rodear as suas cidades com muralhas*¹⁴.

Nada mais se sabia acerca de Creta até que Schliemann, em 1876, e Evans, em 1900, levaram a cabo escavações no teatro das façanhas homéricas. Schliemann não era um profissional, mas um autodidacta de génio; estava portanto, em certo sentido, menos incapacitado nas suas iniciativas por uma formação clássica. Depois de ter tido sucesso nos negócios e ganho muito dinheiro, dedicou-se à ciência, ao estudo das línguas antigas para melhor se entregar à arqueologia. Ao interpretar literalmente os textos dos Antigos (Homero, Ésquilo, Eurípides, Sófocles), este descobriu as localizações das cidades antigas como Tróia, Micenas e Tirinto. Realizou ali escavações e conseguiu transformar a lenda em verdade histórica. Em Tróia, exumou um tesouro e as fundações de um palácio que considerou ser o de Príamo. Em Micenas, encontrou o "tesouro de Atreu", em Tirinto, um palácio cujos muros estavam ornados de frescos. Teve a ideia de comparar os objectos de cerâmica encontrados nestas duas últimas cidades. Pela sua aparência, provinham todos, por assim dizer, da mesma fábrica. Os vasos com motivos geométricos existiam no Egito na época de Tutmósis III (XVIII^a dinastia). Em Micenas, Schliemann desenterrou também um ovo de avestruz que, provavelmente, provinha de África. Um dos frescos do Palácio de Tirinto representava a luta de um homem com um touro. Aquele não teve tempo de vasculhar para se dar conta de

13. Radcliffe-Brown, A.-R e Forde, D., *op. cit.*, p. 274.

14. Thucydide, *Guerre du Péloponèse*, livro I, trad, Bétant.

que esta cena era típica da arte cretense. Todavia, pressentiu, com base nestes indícios, que outrora uma mesma civilização – cujo centro era esta ilha – originária da África ou da Ásia ter-se-á expandido sobre o Mediterrâneo oriental.

Caberá a Sir Evans demonstrar a existência da civilização egeia exumando o Palácio de Minos em Cnossos. Deste modo, foi confirmada a tradição apresentada por Tucídides: Creta era de facto a residência de um império marítimo, cujas cidades continentais eram colónias. Devido ao seu comércio, estava em relação com o mundo meridional e, em particular, com o Egipto desde a Pré-história. Com efeito, segundo Capart, as estátuas gerzeanas, com cabeça triangular, características do final da pré-história egípcia, são muito correntes em Creta. A colonização do Ático é simbolizada pela lenda de Teseu. Todos os anos, os Atenenses tinham que enviar, como tributo, sete rapazes e sete raparigas ao Palácio de Minos, em Cnossos. No Labirinto do Palácio vivia um monstro com cabeça de touro e corpo de homem, o Minotauro, que era suposto devorar os jovens Atenenses. Teseu libertou a sua cidade natal matando o Minotauro, com a ajuda de Ariadne – filha de Minos. Esta lenda confirma o estado de vassalagem, no qual se encontrava o Ático em relação a Creta.

Podemos supor que, sob o domínio cretense, as influências culturais se expandiam de norte a sul, talvez a partir do Egipto. Ora, em Creta, o regime matriarcal estava em vigor, tal como no Egipto. O Cretense chamava o seu país natal: a sua *mátria*¹⁵; mas de onde vinha ele próprio? Sabemos, apenas, que não se trata nem de um Indo-Europeu, nem de um Semita, nem de um Amarelo: era pequeno e moreno e deve ter pertencido a uma raça mestiça desde muito cedo. Esta não era, certamente, nativa, uma vez que a Ilha era desértica duante o Paleolítico. A raça que a habitou transformou-se então num qualquer continente; porém, com o seu inegável matriarcado, pode deduzir-se que era originária de um berço agrícola. A talassocracia cretense durou aproximadamente mil anos (2500 a 1500); a sua influência teve assim tempo de ser implantada no Mediterrâneo: talvez o primeiro matriarcado das populações aborígenes do Ático se deva, em parte, a Creta.

As interrogações ainda permanecem quanto às causas do desmoronamento brusco da civilização egeia. Sir Evans, que a descobriu, considera que se deve invocar um fenómeno natural, como um tremor de terra. Ao examinar as ruínas do Palácio de Minos, pôde determinar os vestígios de uma destruição, tão violenta e tão repentina, que se pode comparar à de Pompeia: as vítimas não tiveram tempo de realizar a causa da sua morte. Nenhuma invasão de “povos do mar” poderia ter

tido consequências tão imediatas. Foi depois de ter sido testemunha de um sismo na Ilha que Sir Evans teve esta ideia.

No entanto, é notável que a destruição da civilização minóica se situe na época das grandes invasões dos Indo-Europeus; é por volta de 1 500 que o berço meridional será invadido, e em parte submerso, pelos povos nómadas provenientes da estepe.

Grécia

A Grécia começa a existir, historicamente, depois da destruição da civilização cretense. Os Aqueus, tribo indo-europeia, teriam sido os responsáveis, tal como o demonstra André Aymard. O autor sublinha a influência cretense na sociedade aqueia, que se enriqueceu material e espiritualmente graças aos bens e aos “instrutores” trazidos de Creta:

No entanto, excelentes guerreiros utilizando o cavalo atrelado ao carro, cheios de força nova e expansiva, atraídos pelas riquezas dos seus educadores, os Aqueus acabaram por atacar estes últimos. Cerca de 1400, o Palácio de Cnossos foi completamente destruído, e não mais se reergueu...

... na civilização que então se desenvolveu, sobretudo em Micenas – de onde provém o seu nome tradicional – e em Tirinto, a influência cretense parece ter permanecido sólida. Ao pilhar a ilha e ao permitir-lhe prosseguir apenas uma vida limitada, os Aqueus tinham retirado dela os tesouros, os artistas e os operários a fim de embelezar a sua própria existência material; mas a presença destes objectos e deste homens não podia permanecer sem consequências no plano moral, nomeadamente em matéria religiosa”¹⁶.

Por volta desta época – em meados do segundo milénio –, a Grécia terá conhecido, para além da influência de Creta, a dos Egípcios e dos Fenícios.

Foi neste momento que estes últimos, simbolizados por Cadmo, substituindo os Cretenses no mar, introduziram o alfabeto e fundaram o Oráculo de Dodona, considerado como o mais antigo centro cultural da Grécia.

A propósito destes oráculos, aquele que se encontra na Grécia e aquele que está na Líbia, eis aquilo que contam os Egípcios. Acerca de Tebas, contaram-me os sacerdotes tebenses que duas mulheres consagradas ao deus teriam sido raptadas por Fenícios; e teriam tomado conhecimento que uma de entre

16. Aymard, André e Auboyer, Jeannine, *L'Orient et la Grèce antique* (Histoire Générale des Civilisations, vol. I), ed. P. U. F., 1955, pp. 214-215.

15. Turel, Adrien, *op. cit.*, p. 37.

elas teria sido conduzida para a Líbia e a outra para a Grécia; teriam sido estas mulheres que, em primeiro lugar, teriam estabelecido os oráculos nos povos supracitados. Perguntava-lhes de onde tinham obtido um conhecimento tão preciso acerca daquilo que me contavam; aqueles responderam à minha pergunta afirmando que tinham procurado activamente estas mulheres, que lhes tinha sido impossível encontrá-las, mas que mais tarde tinham vindo a saber, a respeito delas, aquilo que acabavam de me relatar. Eis aquilo que ouvi da boca dos sacerdotes de Tebas; e aqui está aquilo que afirmam as sacerdotisas de Dodona. Duas pombas negras teriam voado de Tebas no Egipto; uma terá ido para a Líbia, a outra para Dodona; pousada sobre uma corrente, esta teria declarado, com uma voz humana, que era necessário estabelecer neste local um oráculo de Zeus¹⁷.

Segundo Heródoto, quase todos os deuses da Grécia são originários do Egipto. Terá sido igualmente sob a influência dos Egípcios que os Pelasgos terão aprendido a designar as suas divindades. A fundação do Oráculo de Dodona, do qual acaba de se tratar, situa-se na sua época:

Quase todos os deuses vieram do Egipto para a Grécia... Que estes provêm dos Bárbaros, as minhas investigações levam-me a constatá-lo; e creio virem sobretudo do Egipto. Isto porque, à excepção de Poseidon e dos Dioscuros, algo que já afirmei acerca de Hera, de Héstita, Têmis, das Cárites e das Nereidas, as outras personagens divinas existem nos Egípcios de qualquer época. Afirmando aqui aquilo que os próprios Egípcios afirmam. Quanto às personagens divinas que declaram desconhecer, creio que terão recebido a sua designação dos Pelasgos, excepto Poseidon...

... Portanto, as tradições de que falámos, e outras ainda, acerca das quais falaremos, chegaram aos Gregos através dos Egípcios... Outrora, segundo ouvi dizer em Dodona, os Pelasgos ofereciam todos os sacrifícios invocando os deuses, sem designar nenhum de entre eles com um atributo ou nome individual; porque ainda não tinham ouvido nada deste género. Tinham-nos chamado assim (théos) partindo da consideração segundo a qual, era por ter estabelecido a ordem no universo que os deuses presidiam à repartição de todas as coisas. Mais tarde, ao cabo de muito tempo, os Pelasgos aprenderam a conhecer, provenientes do Egipto, as designações individuais dos outros deuses que não Dionísio; após mais algum tempo, obtiveram conselho acerca destas designações em Dodona; o oráculo de Dodona é visto, de facto, como o mais antigo nos Gregos e era o único nesta época¹⁸.

Geralmente, situa-se o reinado de Cécrope – rei lendário originário do Egipto – nesta mesma época dos Pelasgos. Terá sido ele a introduzir os costume do Sul na Grécia: a agricultura e, até mesmo, a prática do casamento. O matriarcado dos povos primitivos da península está relacionado com o seu nome. Ainda que se trate de uma lenda, não é demais insistir sobre esta tripla correlação: é um rei do Sul que traz a agricultura e o seu corolário, o matriarcado. A luta que os Gregos travaram conseqüentemente, para rejeitar estes valores culturais meridionais, encontra-se justamente expressa num lenda que relata acontecimentos que datam do tempo de Cécrope.

Chamo em primeiro lugar a atenção para uma narrativa de Varron, que Santo Agostinho conservou (De Civitate Dei, 18, 9). Sob o reinado de Cécrope, produziu-se um duplo prodígio. Em simultâneo, surgiram do solo a oliveira e, num outro local, uma fonte. O rei, assustado, mandou perguntar ao oráculo de Delfos o que isto significava e o que teria de se fazer perante tal ocorrência: O deus respondeu que a oliveira significava Minerva e a fonte Neptuno, e que cabia aos cidadãos nomear a sua cidade segundo um dos dois sinais, e uma das divindades. Imediatamente, Cécrope convocou os cidadãos para uma assembleia, tanto as mulheres como os homens, uma vez que nesta época era usual fazer participar as mulheres nas deliberações públicas. Os homens votaram então a favor de Neptuno, e as mulheres de Minerva; e como existia uma mulher a mais, foi a segunda que venceu. Neptuno, assim rejeitado, enfureceu-se e o mar cobriu as terras dos Atenienses. Para acalmar a fúria do deus, os cidadãos viram-se forçados a infligir três punições às suas mulheres: estas deveriam perder o direito de voto; os seus filhos deixariam de ser nomeados segundo a sua mãe; elas próprias não mais teriam o direito de ser designadas de Atenienses (segundo o nome da deusa). Santo Agostinho acrescenta as considerações seguintes: porque face às mulheres castigadas, Minerva, que primeiro triunfou, foi vencida. Esta abandonou de tal modo as suas companheiras que lhe tinham atribuído os seus sufrágios, que as mesmas não só perderam o direito de voto, como também o de chamar os seus filhos segundo o nome da mãe, para além de não mais poderem ser designadas de Atenienses e manter o nome da deusa que, graças ao seu voto, tinha vencido a divindade masculina¹⁹.

Este texto, tão explícito quanto a *Oresteia* de Ésquilo, situa, tal como este último, a demarcação no solo helénico, entre a época durante a qual os valores culturais meridionais foram preponderantes, e aquela em que cederam aos valores nórdicos. É representativo o facto de todas

17. Heródoto, Livro II, pp. 54-55.

18. Heródoto, *op. cit.*, Livro II, pp. 50-51-52.

19. Turel, *op. cit.*, pp. 95-96.

as menções de um matriarcado na época egeia estarem relacionadas com um factor meridional.

Vários factores parecem atestar esta extensão antiga dos valores do berço agrícola em direcção ao Norte. Estes são, sobretudo, enumerados e analisados num estudo de Louis Benloew:

Em contrapartida, sustentou-se várias vezes, e com uma certa persistência, que os resultados ainda não justificaram que a Grécia tenha sido colonizada por emigrantes provenientes do Egipto. Fréret procurou identificar Ínaco e Enaque, Faraó e Foroneu. Io, filha de Ínaco, que adopta vários dos seus traços à deusa Ísis. A semelhança destes nomes não deixa de ser discutível, mas não é suficiente para levar os génios a abordar este assunto seriamente e de modo convicto. A tradição que faz vir Cécrope e Danaus do Egipto não é mais segura. Pretendeu-se que Cécrope tinha introduzido no Ático a agricultura, a arboricultura (principalmente a cultura da oliveira), a instituição do casamento! Filocoro chegara a afirmar que, sob Cécrope, Atenas contava com 20000 almas...

... Foi Platão que, em Timeu, segundo uma tradição dos sacerdotes egípcios, afirmou que Atenas tinha mantido relações estreitas com a terra do Egipto, e nomeadamente com Saís...

A mitologia grega faz de Líbia a mãe de Belo, e atribui a este último Dánao e Egipto como filhos. Estas informações lendárias provam unicamente as antigas e íntimas relações que parecem ter unido, na mais alta antiguidade, Mizraim, Sem e Javã. Não é de todo inverosímil que na época em que os Hicsos se apoderaram do vale do Nilo, os Egípcios, guiados pelos Fenícios, tenham tentado colonizar alguns pontos do Peloponeso. Na Pausânia, existe mais do que uma lembrança, mais do que nome que relembra o antigo Egipto...

... Heródoto conta que as Danaides ensinaram as mulheres de Argos a celebrar as Tesmoforias de Demetra, celebrações cujo ceremonial estava relacionado principalmente com a união conjugal...

... Pouco importa, afinal, que os Egípcios tenham fundado ou não uma colónia nas costas da península helénica. Aquilo que gostaríamos de demonstrar é que o solo da Grécia não tinha sido ocupado, nos tempos mais antigos, unicamente por populações provenientes das regiões boreais, que o Oriente e o Sul forneceram o seu contingente de colonos de pele morena. A nossa tarefa será facilitada caso se concorde que os nomes encontrados na mitologia dos povos antigos representam outra coisa que não um mero som. Ora, foi este tom que deu o nome a estes Etíopes, de entre os quais os Gregos reconheciam duas espécies, aquela que habitava no Extremo Oriente, e aquela que permanecia no Oeste, ou seja, na Líbia (talvez também na Núbia). Terão eles penetrado na Grécia e ter-se-ão misturado com os habitantes deste país?"²⁰

O autor mostra que Dánao tinha uma esposa chamada Ethiopis e uma filha, Celeno, cujo nome significa: escuridão. Demonstra que o mesmo nome era também usado por uma das filhas de Atlas. Celeno teve um filho de Neptuno chamado Celenus. Um outro Celenos, filho de Phlyos, está na base dos antigos cultos léleges do Peloponeso. Perseu, rei de Argos, teve um neto chamado Celeno. *Celenea* era igualmente a filha de Preto, rei de Tirinto, que tinha mandado construir uma cidadela ciclópica pelos Lícios. A deusa Diana do Ático era etíope; era idolatrada em Braurónia e tinha sido Apolo a trazê-la da Etiópia; Anacreonte designava-a a filha da Etiópia; noutros lugares, é simplesmente chamada pelo nome de Etiópia. Esta tinha altares na Lídia e na Eubeia, dois países designados antigamente como Etiópia. *Hélanëis* era o antigo nome da cidade de Eritreia, na Eubeia: terá sido fundada por Melaneus. Uma Vénus negra era adorada em Corinto. Estes nomes melanésios expandiram-se igualmente no Peloponeso. Conhece-se um Melanto, filho de Neleu, rei de Élida; uma região da Sitônia chama-se Melântia. Segundo Homero, Proteu tinha partido do Egipto para se instalar na Macedónia, na península da Calcídia. Originariamente, as ilhas Samotrácia, Lemnos e Lesbos eram chamadas de Etiópia. Segundo o mesmo autor, Pélope – que deu o seu nome a Peloponeso – apenas significaria homem de tez morena. No tempo de Homero, esta região ainda não se chamava Peloponeso; este termo só teria sido adoptado no século VII.

A estratificação da população na Grécia, segundo Benloew, é a seguinte:

Uma primeira camada composta por Léleges, misturada com colonos fenícios, líbios e talvez egípcios, foi vencida pelos Aqueus, povo nórdico, que representa a segunda camada. Por sua vez, os Aqueus foram vencidos pelos Dóricos (terceira camada), igualmente nórdicos. Tanto o matriarcado da primeira camada, como o patriarcado das outras duas são inegáveis²¹.

A primeira população estava embebida de uma cultura meridional que a segunda teimará em destruir, a ponto de actualmente existirem vestígios apenas perceptíveis.

A mulher, eis onde pretendíamos chegar, parece ter desempenhado uma função diferente nos povos primitivos da Grécia, em relação aos descendentes de Deucalião, com quem viriam a partilhar o solo. Do mesmo modo que Demetra e Atena eram, para eles, objecto de uma idolatria particularmente fervorosa, a mulher usufruía ali de uma particular consideração, mas parece ter ocupado, por vezes, uma posição superior à do homem na constituição da tribo.

Sémites et Ioniens. Paris. Éd. Maisonneuve et Cie, 1877, pp. 132 a 135.

21. Existe actualmente a tendência de considerar o movimento dórico como uma luta de classes.

20. Benloew, Louis, *La Grèce avant les Grecs: Étude linguistique et ethnographique*. Pelasges, Lélèges,

*A mãe, sobretudo, era considerada como a base da família e da sociedade, e atribuíam-se-lhe direitos e prerrogativas que, nas nossas sociedades, pertencem unicamente aos homens*²².

De entre estas populações primitivas, aquelas que estão mais marcadas pelo matriarcado meridional são os Pelasgos, os Léleges e os Lócrios Epicefírios de que fala Políbio. Aludiu-se várias vezes à influência fenícia. Por volta de meados do segundo milénio (1450), sob o impulso crescente, talvez, de tribos indo-europeias que ocupavam o interior, e talvez também por razões comerciais, os Fenícios fundaram as suas primeiras colónias na Beócia para ali instalar o excesso populacional da cidade de Sídón. Foi deste modo que foi criada Tebas na Beócia, cuja escolha do nome confirma as relações estreitas com o Egipto desde esta época. Com efeito, este é o nome da capital sagrada do Alto Egipto, de onde os Fenícios trouxeram as mulheres negras que construíram os oráculos de Dodona na Grécia e de Amon na Líbia. Cadmo personifica o período sidónio, bem como, o contributo fenício à Grécia: os Gregos dizem que foi ele que introduziu a escrita, tal como diríamos hoje que foi Marianne que introduziu os caminhos-de-ferro na África Ocidental Francesa. A colónia fenícia teve a supremacia no início; mas cedo chegou uma luta de emancipação dos Gregos contra os Fenícios que, durante este período anterior aos Argonautas, possuía o domínio dos mares e a supremacia técnica. Segundo Lenormant, esta época de conflito é simbolizada pela luta de Cadmo (o fenício) contra a serpente, descendente de Marte (o grego); esta durou cerca de três séculos.

A discórdia lançada, deste modo entre os autóctones, com a chegada dos colonos cananeus, está representada na lenda mítica pelo combate travado, após a chegada de Cadmo, com os Espartos naturais daquela terra. Desde então, aqueles de entre os Espartos, cuja fábula faz sobreviver a este combate, e que se tornam Companheiros de Cadmo são os representantes das principais famílias Aónias que aceitaram a dominação estrangeira.

Cadmo não permanece por muito tempo como detentor pacífico do seu império; é rapidamente escoraçado e forçado a retirar-se para junto dos Enqueleus. É o elemento endógeno que triunfa; depois de ter aceitado a autoridade dos Fenícios, depois de ter recebido destes últimos os benefícios da civilização, aquele reage contra estes e procura expulsá-los...

... A única coisa que se pode discernir, nesta parte das narrativas relativas aos Cadmeus, é o profundo horror que a sua raça, enquanto estrangeira, bem como o seu culto, ainda marcado de toda a barbárie e de toda a obscenidade oriental, inspirava aos Gregos pobres e virtuosos, de quem tinham sido, no

*entanto, os mentores. Por outro lado, nas tradições helénicas, um temor supersticioso alia-se à lembrança dos reis da raça de Cadmo. São estes que fornecem o maior número de temas à tradição antiga*²³.

Por conseguinte, a influência cananeia na Grécia foi profunda; ter-se-á perpetuado durante três séculos por intermédio de reis que encontraram colaboradores no meio da população. Esta preponderância é também relatada pela Bíblia, que refere Dodanim, que não é outra coisa que não o oráculo de Dodona:

*A tradição da Gênese e a dos Gregos está em consonância ao fazer de Dodona (Dodanim, em hebreu) o mais antigo centro da civilização helénica. É curioso encontrar, na região onde esta cidade está situada, todos os nomes com os quais os Gregos se designaram desde a sua chegada ao país no qual permaneceriam fixados.*²⁴

Homero e Hesíodo foram os poetas que fixaram a tradição nacional grega. Hesíodo era Beócio. A sua teogonia é directamente inspirada na cosmogonia fenícia, revelada pelos fragmentos de Sanconíaton, traduzidos por Filo de Biblos, e referidos por Eusébio. Aqueles que consideram que o patriarcado era a base da organização social fenícia poderiam levantar objecções; é possível lembrar que importa distinguir essencialmente a Fenícia da época cananeia, da da época da Palestina israelita. Os emigrantes fenícios de Tyr, que tinham fundado Cartago, estavam sob o domínio, não de um rei, mas da rainha Dido. Os cananeus, que eram sedentários que praticavam a agricultura e o comércio, resultavam do regime meridional matriarcal e tinham grandes afinidades culturais com os Egípcios.

Tudo aquilo que precede demonstra que, só na medida em que nos abstraímos da sobreposição da cultura meridional e da cultura nórdica em torno do Mediterrâneo e na Grécia, em particular, é que se pode falar de uma passagem universal do matriarcado para o patriarcado, da omnipresença de todas as formas de organização social e de crenças humanas.

/ Roma

A situação histórica apresenta grandes semelhanças com a da Grécia, que acaba de ser descrita: ocupação anterior do solo por

22. Benloew, Louis, *op. cit.*, pp. 186-187.

23. Lenormant: *Histoire ancienne des Phéniciens*, Ed, Lévy, 1890, pp. 497-498.

24. Benloew, Louis, *op. cit.*, p. 3.

povos aborígenes com as suas próprias tradições, invasão e destruição destes povos por elementos nómadas do Norte chegados tardiamente. No entanto, as possibilidades de investigação encontram-se particularmente limitadas pela raridade dos documentos sublinhada por André Aymard.

*Importa precisar previamente os limites da nossa documentação: a sua insuficiência justifica a prudência com que se inspirarão as páginas seguintes. Alguns Gregos e Romanos interessaram-se pelos Etruscos, consagrando-lhes, por vezes, obras importantes. Limitamo-nos a dois exemplos, escolhidos devido à notoriedade dos seus escritores: Aristóteles não negligenciou este povo de entre os cento e cinquenta e oito dos quais estudou as “constituições” ou instituições políticas, em tantas monografias, e o fervoroso erudito que foi o imperador Cláudio, que escreveu Tyrrhenica em vinte livros. Porém, tal como os seus semelhantes, estes tratados sistemáticos desapareceram e da abundante “literatura” antiga, relativa ao mais prestigiado episódio das origens italianas, apenas restam hoje ínfimos e desordenados fragmentos.*²⁵

André Aymard revê as três hipóteses em vigor acerca da origem dos Etruscos. Uma delas fá-los vir do Norte através dos “Alpes réticos”; a outra considera-os como autóctones, cuja civilização terá eclodido em consequência de um processo de evolução interna e graças aos contactos marítimos com os povos do Mediterrâneo oriental; a terceira, que reúne o maior número de adeptos nos Antigos, vê-os enquanto invasores provenientes da Ásia Menor depois de ter vagueado longamente no Mediterrâneo, por volta do final do segundo milénio, em consequência da queda de Tróia.

Alguns factores parecem implicar que os Etruscos conheciam o matriarcado. Estes eram sedentários e agricultores e, como tal, praticavam todo um ritual para o traçado das cidades com o sulco do arado. Ao que parece, Rómulo ter-se-á inspirado nesta tradição ao fundar a cidade de Roma. Era frequente nomearem as crianças segundo o nome da mãe ou do pai.

Na Etrúria existem grandes famílias e a sua coesão manifesta-se através de um sistema de designação individual, até então desconhecido no mundo mediterrânico. Todo o Oriente tinha atribuído ao homem um único nome

*sucedido pelo sobrenome do pai, a fim de distinguir os homónimos; alguns Asiáticos, nomeadamente os Lícios, preferiam o da mãe, o que foi por vezes interpretado como o vestígio de um regime matriarcal. Ora, se os Etruscos também utilizam estes dois sistemas, estes recorrem também a outro, ou até mesmo unicamente, transformando-se o sobrenome, único noutros locais, num nome individual colocado antes do nome de família. Este costume afirma convictamente a força da continuidade familiar e, de facto, esta permite estabelecer, para algumas famílias etruscas, genealogias bastante extensas e complexas*²⁶.

Percebe-se, assim, que o matriarcado etrusco é, pelos menos, incerto. Porém, tendo em conta o seu carácter agrícola e sedentário, bem como as relações constantes que este povo teve com o Egipto – o uso do sarcófago comprova-o –, a prática do matriarcado não seria inverosímil. O sarcófago representa, de algum modo, a materialização da ideia religiosa que o Egípcio tinha em relação à imortalidade. Aquele reflectia a esperança de conquistar esta última; neste sentido, talvez as noções de sobrevivência, as práticas divinatórias, que ocupam um lugar considerável na religião etrusca, tenham tido uma origem meridional. É evidente que os Etruscos são bastante posteriores aos Egípcios.

Se os primeiros tivessem uma origem asiática, tal como o supõe a maior parte dos escritores antigos, se fossem os refugiados de Tróia, teriam sido, segundo a tradição, os aliados do Egipto antes da queda desta cidade, uma vez que o rei do Egipto e da Etiópia daquele tempo tinham enviado dez mil Etíopes para socorrer a cidade de Priamo, cercada pelos Gregos, conduzidos por Agamémnon. Neste caso, a influência egípcia seria anterior à Guerra de Tróia, o que não teria nada de improvável já que, numa época mais recuada, o Egipto já tinha influenciado a Fenícia. Os Sabinos viviam em Alba, na vizinhança dos Etruscos. A raiz do seu nome não é indo-europeia e faz lembrar uma etnonímia meridional. Estes adoravam o deus Consus, segundo Fustel de Coulanges; uma divindade egípcia conhecida é designada de Khonsu. Em egípcio antigo, Roma, cuja origem etimológica se desconhece, poderia estar relacionada com a raiz Rometou, que significa “os homens”. A lenda relacionada com a fundação da cidade revela práticas totémicas que parecem desconhecidas ao berço nórdico.

Não é improvável que, no momento em que a influência egípcia se expandia na Grécia (época de Cécropé), esta também tivesse conquistado a península itálica então habitada por povos aborígenes.

Este fundo primitivo de população será completamente dizimado com a chegada dos verdadeiros Indo-Europeus: os Latinos, enquanto

25. Aymard, A. e Auboyer, J., *Rome et son empire* (col. Histoire Générale des civilisations); P. U. F., 1954, p. 17.

26. Aymard, A. e Auboyer, J., *op. cit.*, p. 22.

representantes de uma cultura e de tradições estrangeiras. Aqui, tal como na Grécia, a descontinuidade é evidente entre antigos e novos habitantes e não saberíamos considerar, de modo válido, o patriarcado dos segundos, enquanto consequência lógica do matriarcado dos primeiros. Trata-se, de facto, de dois sistemas irreductíveis que se sobrepuseram uma vez mais. O discurso de Catão, citado por Tito Lívio para a manutenção da lei Oppia, contra a luxúria das mulheres, revela todo o fundamento patriarcal da sociedade latina:

Os nossos antepassados não permitiram às mulheres tratar de nenhum assunto, até mesmo doméstico, sem uma autorização especial; estes nunca deixaram de as manter na dependência dos seus pais, dos seus irmãos, dos seus maridos. Para nós, para agradar aos deuses, permitir-lhes-emos, em breve, tomar parte na direcção dos assuntos públicos, de frequentar o Fórum, de ouvir os discursos, e de se intrometer nas decisões dos comícios... A ausência de vantagens contra as quais estas reclamam actualmente são as de menor importância para aqueles, para seu grande desprazer, cujo deleite lhes é interdito pelos nossos costumes e pelas nossas leis... Enumerem todas as disposições legislativas através das quais os nossos antepassados trataram de acorrentar a independência das mulheres e submetê-las aos seus maridos; e vejam o quanto, com todos estes entraves legais, nos custa mantê-las neste dever. O quê?! Se as deixarem romper estes elos uns atrás dos outros, libertar-se de qualquer dependência, e assimilar-se inteiramente aos seus maridos, julgais que lhes será possível suportá-las? Elas já não se tornarão nossas semelhantes, mas dominar-nos-ão.²⁷

Este texto dispensa comentários: é difícil pensar que o povo que se pronuncia desta forma sobre a condição da mulher, através da boca de uma das suas mais importantes individualidades políticas, tenha conhecido um matriarcado esquecido; o excerto citado expressa exactamente o contrário, tendo em conta que consiste sobretudo em relembrar as virtudes coercivas dos antepassados para com as mulheres. Inicialmente, existiu uma submissão total que só foi atenuada com a evolução. Na época em que Catão pronunciava estas palavras no Fórum romano, no berço meridional, em África, as mulheres participavam na vida pública com direito de voto, podiam ser rainhas, e usufruíam de toda a sua personalidade jurídica, semelhante à do homem. É impossível encontrar o equivalente deste texto em toda a literatura egípcia desde a sua origem e em toda a literatura africana negra, seja escrita ou oral.

27. Lívio, Tito, *Histoire Romaine*, Livre 34: "Discours de Caton pour le maintien de la loi Oppia contre le luxe des femmes. 195 av. J.-C.

Germânia

Devem-se a César e a Tácito as poucas informações que se conhecem acerca da Germânia e da Gália. Segundo estes documentos, os Germanos ainda eram seminómadas e lutavam com todas as suas forças contra a sedentarização definitiva. Permaneciam conscientes do seu passado pastoral e recusavam conscientemente dedicar-se à agricultura. Correlativamente às tradições nómadas, a cremação estava em vigor. Segundo Tácito, a poligamia era geral nos bárbaros; nos Germanos, todos aqueles que dispunham de meios, isto é, a aristocracia, praticavam-na. Entregavam-se ao mesmo tipo de guerra devastadora que os Romanos; segundo Fustel de Coulanges, estes últimos não atacavam somente os homens, mas também a natureza circundante, as colheitas, etc. Após a sua passagem, os campos eram transformados em desertos incultos. O mesmo sucedia com os Germanos.

Estes não se dedicam, de modo algum, à agricultura e vivem essencialmente de leite, de queijo e de carne. Ninguém possui uma porção de terra específica ou limites determinados; porém, a cada ano, os magistrados e os chefes atribuem às diversas populações e às famílias que se reuniram uma determinada extensão de terreno, e num determinado cantão que consideram adequado, e, no ano seguinte, obrigam-nos a deslocar-se para outro local. Fornecem, para tal, vários motivos: receiam que o apelo e a força do hábito provoquem o abandono do gosto pelas armas em prol da agricultura... A maior honra para as cidades consiste em reunir em torno delas fronteiras devastadas e grandes extensões isoladas. Acreditam que a especificidade da coragem é a de forçar os povos vizinhos a desertar os seus territórios e não ver ninguém que ouse estabelecer-se perto deles: em simultâneo, julgam estar assim em maior segurança, não tendo que temer invasões súbitas... O roubo cometido para além das fronteiras da cidade nada tem de vergonhoso: este serve, afirmam eles, para exercitar os jovens e diminuir a preguiça²⁸.

Tácito retrata de modo ainda mais expressivo o espírito guerreiro e a barbarie dos Germanos.

O cúmulo da desonra consiste em ter abandonado o seu escudo... Restitui-se as feridas a uma mãe, a uma esposa; e estas não receiam contar as feridas, medir a sua grandeza. No meio da confusão, trazem aos combatentes comida e exortações... Se a cidade que as viu nascer esmorece na ociosidade de uma paz prolongada, estes chefes da juventude vão procurar a guerra com um povo

28. César, *La guerre des Gaules*; Livro 6, cap. 22 e 23.

estrangeiro. Tal é o ódio que estes povos sentem pelo descanso! Aliás, é mais fácil tornar-se célebre com os perigos e é necessária a prevalência da força e das armas para cuidar de numerosos companheiros... Persuadi-los-leis muito menos para trabalhar a terra e para esperar todo o ano do que para apelar a inimigos e procurar ferimentos. Aos seus olhos, adquirir pelo suor aquilo que podem obter através do sangue equivale a preguiça e cobardia...

... Vestem também peles de animais, mais grosseiras em direcção ao Reno, mais procuradas no interior, onde o comércio não fornece outros adornos. Ali, escolhem-se os animais e, para embelezar a sua pele, espalham-se manchas e matizam-se com a pele dos monstros que alimentam as praias desconhecidas do oceano mais longínquo....

... Nada de pompa nas suas cerimónias fúnebres; apenas se observa a cremação do corpo dos homens ilustres com uma madeira específica²⁹.

Uma passagem de Tácito, relativa à importância do tio materno nos Germanos, levou, com frequência, a pensar que estes últimos conheciam o matriarcado. Esta opinião teria fundamento se o sobrinho herdasse do tio na sociedade germânica; mas Tácito indica-nos o oposto; o filho herda do seu pai.

Todavia, neste país, os casamentos são virtuosos; não existem traços nas suas tradições que mereçam maior louvor. Praticamente sozinhos no meio dos bárbaros, estes contentam-se com uma mulher, exceptuando um grande número de ilustres que adquirem várias, não por espírito de devassidão, mas porque várias famílias ambicionam a sua aliança. Não é a mulher, mas sim o marido que traz o dote.

... O filho de uma irmã é tão importante para o seu tio, quanto para o seu pai; alguns chegam mesmo a pensar que o primeiro destes laços é o mais são e o mais estreito; e, ao receber reféns, preferem sobrinhos enquanto sinónimos de um laço mais forte e interessante para a família em vários locais. Todavia, mantém-se por herdeiros e sucessores os seus próprios descendentes³⁰.

Caso estes factores não representassem uma excepção confirmando a regra, poder-se-ia tentar explicá-los através de uma influência externa. A inconsistência da cultura nacional dos Germanos nesta época, e dos bárbaros em geral, tornava-os particularmente permeáveis aos costumes do Sul, que lhes eram trazidos ao mesmo tempo que os produtos manufacturados dos Fenícios. Existe a tendência de se representar os povos germânicos situados no Norte do império romano, entre o Reno e o Danúbio, como desligados de qualquer influência

exterior e sobretudo meridional. Esta perspectiva deve ser afastada, na medida em que aqueles foram submetidos a esta influência até nas suas crenças religiosas.

Os Germanos Suevos ofereciam sacrifícios a Ísis; Tácito, que apresenta este facto, surpreende-se e atribui-o a uma influência externa.

Uma parte dos Suevos oferece também sacrifícios a Ísis. Não encontro nem a causa, nem a origem deste culto estrangeiro. Só a figura de um navio, que representa o seu símbolo, anuncia que o mesmo proveio do ultramar³¹.

É no âmbito religioso que os povos são, de um modo geral, mais impermeáveis a qualquer influência externa. Quando esta fortaleza mental é destruída, as outras, menos consistentes, tal como as relações familiares e outras, já terão sofrido grandes danos, modificações profundas. Ora, a influência religiosa do Sul, na Germânia de outrora e em toda a Europa do Norte, é mais extensa, mais profunda e mais duradoura do que se imagina frequentemente. Esta alargava-se até à Inglaterra, provavelmente por intermédio dos Fenícios que iam ali procurar estanho.

De acordo com Tácito (Germanos 9), uma parte dos Suevos, povo germânico, oferecia sacrifícios a Ísis; com efeito, foram encontradas inscrições nas quais Ísis é associada à cidade da Noreia divinizada; Noreia é hoje Neumarkt, na Estíria. Ísis, Osíris, Serápis e Anúbis tiveram altares em Fréjus, em Nîmes, em Arles, em Riez (Baixos-Alpes), em Parizet (Isère), em Manduel (Gard), em Bolonha (Alta Garona), em Lyon, em Besançon, em Langres e em Soissons. Ísis era idolatrada em Melun, e Serápis, em Iorque e em Brougham Castle, mas também na Panónia e na Nórica.³²

No tempo de César, que escreveu cerca de 150 anos antes de Tácito, os Germanos ignoravam a maior parte dos deuses que viriam a idolatrar mais tarde: entre eles, apenas conhecem três. O culto era reduzido à sua expressão mais simples. Posteriormente, viriam a enriquecer o seu panteão integrando, cada vez mais, deuses meridionais.

As tradições dos Germanos são muito diferentes: isto porque estes não possuem Druidas para presidir ao culto e não se ocupam, de todo, de sacrifícios. Entre os deuses, apenas contam com aqueles que observam e cujas beneficiências são sensíveis, o sol, Vulcano e a lua: nem sequer ouviram falar dos outros.

29. Tácito, *Moeurs des Germains*; cap. 6, 7, 14, 17, 27.

30. Tácito, *op. cit.*, cap. 18 e 20.

31. Tácito, *op. cit.*, cap. 9.

32. Vendryes, J., *Les religions des Celtes, des Germains et des anciens Slaves*; col. "Mana", vol. III, p. 244.

*Passam toda a sua vida na caça ou nos exercícios guerreiros, e aplicam-se desde a infância a endurecer-se face ao cansaço.*³³

Esta influência estrangeira, meridional, no Norte da Europa e em todo o Mediterrâneo chega mesmo a ser comprovada por fósseis linguísticos.

*A mutação de ll em dd (som cacuminal no qual a ponta da língua se dobra para tocar na parte superior do palato, por vezes até com a parte inferior da língua) na Sardenha, na Sicília, Apúlia e Calabre, não apresenta uma mudança de menor importância de princípio, nem de um interesse menos considerável. Segundo Merlo, este modo de articulação particular dever-se-ia ao povo mediterrânico que viveu no país antes da sua romanização. Ainda que também existam sonoridades cacuminais noutras línguas, a mutação articulatória procedeu aqui numa base ampla e num âmbito que, expandindo-se além-mar, possui um carácter tão evidentemente arcaico que a concepção de Merlo tem todas as aparências de verdade. Sem dúvida, Rohlf's manifesta-se contra a ideia de se encontrarem igualmente sons cacuminais noutros locais. Porém, estes são casos que, de certo modo, confirmam sobretudo a opinião de Merlo. Deste modo, Pott e Benfey revelaram há muito tempo que a articulação cacuminal, que se introduziu nas línguas arianas faladas pelos invasores do Decão, era proveniente das populações Drávidas subjacentes.*³⁴

É notável que na época de César não existisse nenhuma deusa no panteão germânico. Ao mesmo tempo que constitui uma contradição para um povo que terá conhecido o matriarcado, este facto demonstraria que os *Nibelungos* (canção de gesta alemã) surgiram posteriormente, talvez durante a Idade Média.

Cítia

No século V a.C., os Citas ainda eram seminómadas. Os costumes horríveis são descritos por Heródoto no seu Livro IV. O seu caso é tão mais importante, que estes parecem constituir o agrupamento humano que permaneceu mais próximo do estado e do berço primitivo indo-europeu.

Quando um rei morre, estes arrastam o seu cadáver de tribo em tribo depois de tê-lo embalsamado à maneira egípcia: o corpo é revestido de cera, o estômago, esvaziado das entranhas e limpo, é preenchido com aromatizantes sendo novamente cosido. Sempre que o cortejo fúnebre

chega a uma tribo, os seus membros entregam-se a toda a espécie de mutilações; corta-se a extremidade da orelha, rapa-se o cabelo, outros fazem incisões nos braços ou laceram a testa ou o nariz; alguns espetam flechas na mão esquerda. Depois disto, a tribo amplia o cortejo e a ronda continua até alcançar os Gauras, o povo mais setentrional do grupo. O cadáver é, então, depositado na câmara fúnebre:

*No espaço deixado livre na câmara, estes sepultam, após tê-los estrangulado, uma das concubinas do rei, o seu copeiro-mor, um cozinheiro, um palafrenero, um valete, um mensageiro, cavalos, uma parte seleccionada de entre todos os seus outros bens, e taças em ouro (nada de prata ou de cobre); feito isto, todos trabalhavam para elevar um grande outeiro rivalizando zelosamente para que fosse o maior possível. Ao cabo de um ano, realizam esta nova cerimónia: tomam, de entre as outras pessoas da casa do rei, aqueles que estão mais aptos para bem servi-lo (estes são citas de nascença; são domésticos do rei aqueles a quem este dá ordens, os Citas não possuem domésticos comprados); estrangulam, então, cinquenta destes servos e os cinquenta cavalos mais belos. Dos cinquenta jovens que foram estrangulados, cada um foi montado no seu cavalo do seguinte modo: crava-se, através de cada um dos corpos, ao longo da espinha dorsal, um pedaço de madeira vertical que vai até ao pescoço; deste pedaço de madeira, uma extremidade permanece no exterior, na parte de baixo; esta é fixada num buraco apresentado por outro pedaço de madeira que atravessa o cavalo. Depois de ter erguido este género de cavaleiro em círculo à volta do túmulo, os Citas retiram-se. Eis o modo como se fazem as obséquias aos reis.*³⁵

/Era necessário citar inteiramente este excerto para dar uma ideia do nível da cultura cita no tempo de Heródoto. O princípio do enterro parece ser inspirado nas tradições egípcias; mas a crueldade que é ali implantada representa um traço cultural aferente ao berço nórdico eurasiático.

A vida é fundada sobre uma organização social patriarcal, com uma tendência exagerada para a luxúria característica destas regiões. Durante as celebrações de Mylitta, um escravo era elevado ao trono, algumas cortesãs e todos os outros bens da realeza estavam à sua disposição; de seguida, este era queimado vivo. Uma promiscuidade total era regra durante a festa. A religião exigia que as mulheres se prostituíssem nos templos (lugares sagrados).

Na região situada entre o Eufrates e os Montes Tauro, encontrava-se um santuário de Anahita, no qual as jovens raparigas mais nobres se tornavam

33. César, *op. cit.*, Livro 6, cap. 21.

34. Wartburg, Walter v., *Problèmes et méthodes de la linguistique*; P. U. F., 1946, p. 41.

35. Heródoto, *op. cit.*, Livro IV, p. 71 a 73.

*cortesãs sagradas ao sacrificar a sua virgindade à deusa. Estas eram rodeadas de um profundo respeito e nenhum homem hesitava em tomá-las como mulheres. Exisitia, na Babilónia, uma prostituição semelhante. Porém, enquanto que as prostitutas babilónicas, devotas de Mylitta, se deviam entregar a qualquer um, as mulheres consagradas a Anahita eram reservadas para os homens que pertenciam à sua classe social, a aristocracia.*³⁶

Este tipo de promiscuidade, bem como os mitos de Ganímedes, de Sodoma e de Gomorra são específicos da Eurásia e não têm equivalente na tradição, na mitologia e na literatura africana, quer se trate do Egito ou da África Negra.

*Foram também os Egípcios que estabeleceram, em primeiro lugar, uma lei para não se unirem às mulheres dentro de santuários e para não entrarem naquele local, caso viessem de junto de mulheres, antes de se terem lavado. Quase todos os outros homens, à excepção de Egípcios e Gregos, unem-se a mulheres em lugares sagrados ou, ao levantar-se da sua cama, entram num santuário sem se terem lavado previamente. Consideram que os humanos são como os animais: é possível observar, afirmam eles, toda a espécie de gado e toda a espécie de pássaros a acasalar nos templos dos deuses ou nos recintos sagrados; se isto desagradasse aos deuses, os animais não o fariam. Eis aquilo que afirmam para justificar a sua conduta. Contudo, não os aprovo de modo algum.*³⁷

Por sua vez, Engels, depois de ter analisado a prostituição das raparigas consagradas a Anahita e a Mylitta, chega à mesma conclusão:

*Costumes semelhantes, de distorção religiosa, são comuns a quase todos os povos asiáticos entre o Mediterrâneo e o rio Ganges.*³⁸

Todos os historiadores e etnólogos que compararam as sociedades africana e asiática foram levados a considerar a Ásia Ocidental como a terra da luxúria, por oposição à sanidade das tradições africanas.

Enquanto deusa da fecundidade, Ísis respondia às grandes deusas-mães da Ásia; mas diferia delas pela castidade e pela fidelidade da sua vida conjugal: estas não eram casadas e tinham costumes libertinos; Ísis tinha um marido e era uma esposa fiel, tal como era uma mãe afectuosa com o seu filho. Para além disso, a sua bela aparência de madona reflecte um estado de sociedade

36. Turel, *op. cit.*, p. 146.

37. Heródoto, *op. cit.*, Livro 2, par. 64.

38. Engels, *op. cit.*, p. 44.

*e de moral mais refinadas do que as figuras grosseiras, sensuais e cruéis de Astarte, Anahita e Cibele, entre outras.*³⁹

As celebrações de prostituição religiosa eram comemoradas pelos Babilónios, pelos Arménios e pelos Persas. A sua origem é muito controversa. Para alguns historiadores, estas são de origem babilónica. Conhece-se o detalhe do seu ritual através dos escritores bíblicos, como Ezequiel. Turel afirma que, segundo a tradição, terá sido Ciro, rei dos Persas, a instituí-las na sequência de uma vitória sobre os Sacas (ou Citas): estas seriam assim de origem cita e, aliás, não diferem em nada das tradições citas tal como as conhecemos através de Heródoto. Em todo o caso, o seu atributo -saco- parece comprovar a sua origem cita. A sua análise deveria assim terminar o parágrafo relativo aos Citas para dar início ao estudo da zona de confluência. Pretendeu ver-se ali um regresso temporário à igualdade primitiva; de qualquer modo, as mesmas permanecem particulares à Ásia e resultam especificamente desta região.

Zona de Confluência

A Ásia Ocidental é a verdadeira zona de confluência destes dois berços, aquela que foi mais asperamente disputada pelos dois mundos. A sua análise oferece, assim, um interesse particular, já que a mesma conduz à noção de uma verdadeira mestiçagem das influências e dos povos provenientes das duas regiões. A área geográfica aqui considerada é limitada pelo Indo.

Arábia

Esta foi em primeiro lugar povoada pelos elementos meridionais, que foram mais tarde submersos por populações provenientes do Norte e do Leste.

Segundo Lenormant, um império Cuchita ter-se-ia constituído primitivamente em toda a Arábia. Foi a época personificada pelos Aditas – de Ad, neto Cham.

Cheddade, filho de Ad, e fundador do lendário “Paraíso terrestre” mencionado no Corão, pertence a este período dos primeiros Aditas. O império destes últimos foi destruído no século XVIII antes da era cristã por tribos jectanidas incultas provenientes do Nordeste.

39. Frazer, *op. cit.*, p. 132.

Estas misturaram-se com a população cuchita. A profecia de Hud diz respeito a esta invasão. No entanto, o elemento cuchita não tardou em retomar o domínio no ponto de vista político e cultural; estas primeiras vagas jectanidas foram completamente absorvidas pelos Cuchitas. Esta é a época reconhecida como sendo dos segundos Aditas.

*No entanto, após o primeiro distúrbio da invasão, como o elemento cuchita continuava a ser o mais numeroso na população, e pelo facto de possuir uma grande superioridade de conhecimentos e de civilização em relação aos Jectanidas, recentemente provindos da vida nómada, retomou rapidamente a supremacia moral e material, o domínio político. Um novo império é formado, no qual o poder continua a pertencer aos Sabeus – provenientes da raça de Cuche. Durante um certo número de séculos, as tribos jectanidas viveram sob a lei deste império, aumentando em silêncio. A maior parte adoptou os costumes, a língua, as instituições e a cultura, de tal modo que, mais tarde, quando se assiste à sua ascensão, não se verifica nenhuma mudança considerável nem na civilização, nem na linguagem, nem na religião. A era deste novo império representa, para os narradores árabes, o dos segundos Aditas.*⁴⁰

Estes factos, em torno dos quais os próprios autores árabes estão de acordo, demonstram que seria mais prudente considerar os Semitas e a cultura semita, não enquanto uma realidade *sui generis*, mas enquanto o resultado de uma mestiçagem cujos elementos históricos são conhecidos. É durante os primeiros séculos do império dos Segundos Aditas que o Egipto conquista o país, no tempo da minoria de Tutmósis III. Lenormant considera que a Arábia é o Reino de Punt e da Rainha de Sabá; deve lembrar-se que a Bíblia situa Put, o filho de Cham, no mesmo país. No século VIII antes da era cristã, os Jectanidas, tornados suficientemente fortes, ter-se-iam apoderado do poder da mesma maneira – e por volta da mesma época – que os Assírios face aos Babilónios, e que Lenormant considera igualmente como Cuchitas.

Porém, ao mesmo tempo que possuem os mesmos costumes, a mesma linguagem, os dois elementos que constituíam a população da Arábia meridional permaneciam bastante distintos e em conflito de interesses, tal como com os Assírios e os Babilónios na bacia do Eufrates, em que os primeiros eram igualmente Semitas, e os segundos, Cuchitas...

... Enquanto que o Império dos Segundos Aditas durou, os Jectanidas foram submetidos aos Cuchitas. Porém, chegou um dia em que estes se sentiram suficientemente poderosos para se tornarem dominadores. Atacaram os Aditas,

*sob a direcção de Iârob, e chegaram a triunfar: em geral, a data desta revolução é fixada no início do século VIII antes da era cristã.*⁴¹

Segundo Lenormant, depois da vitória jectanida, uma parte dos Aditas alcançara o Mar Vermelho, no estreito do Bab el-Mandeb, para se instalar na Etiópia, enquanto que a outra fracção permanecera na Arábia refugiada nas montanhas de Hadramaute e noutros locais, o que explica o provérbio árabe: *Dividir-se como os Sabeus*.

Terá sido este o motivo pelo qual a Arábia meridional e a Etiópia se terão tornado inseparáveis do ponto de vista linguístico e etnográfico.

*Muito tempo antes da descoberta da língua e das inscrições himiaríticas, tinha-se dado conta de que o guez, ou idioma abissínio, se mantinha um remanescente da língua antiga do Lémen.*⁴²

O regime das castas, estranho aos "Semitas e aos Arianos", constituía a base da organização social, tal como na Babilónia, no Egipto, na África Negra, no Reino de Malabar, na Índia.

Este regime é fundamentalmente cuchita e, em todo o lado onde se encontra, é fácil constatar que o mesmo procede originariamente desta raça. Vimo-lo florescer na Babilónia. Os Aryas da Índia, que o adoptaram, tinham-no aprendido das populações de Cuche que os tinham precedido nas bacias do Indo e do Ganges...

*... Lockmân, o representante mítico da sabedoria adita, relembra Esopo, cujo nome pareceu revelar a M. Welcker uma origem etíope. Na Índia, de igual modo, a literatura dos contos e dos apólogos parece provir dos Sutras. Talvez este modo de ficção, caracterizado pela função que o animal ali desempenha, se nos apresente como um género de literatura própria dos Cuchitas.*⁴³

Note-se que Lockmân, que pertence ao segundo período dos Aditas, é também o construtor do famoso dique de Mareb, cujas águas "eram suficientes para regar e fertilizar a planície até sete dias de caminhada em torno da cidade... Ainda existem, actualmente, ruínas consideráveis que numerosos viajantes visitaram e estudaram".⁴⁴

Os Jectanidas, "que ainda se encontravam, no momento da sua chegada, num estado quase bárbaro", apenas introduziram, na verdade, o sistema das tribos pastoris características do berço nórdico e o feudalismo militar.

41. Lenormant, *op. cit.*, p. 373.

42. Lenormant, *op. cit.*, p. 374.

43. *Id.*, *op. cit.*, pp. 384 e 385.

44. *Id.*, *op. cit.*, p. 361.

40. Lenormant, *op. cit.*, pp. 260 a 261.

Acima deste pano de fundo, sempre conservado, de instituições e de tradições provenientes dos Aditas da raça de Cuche, acima do regime das castas, os Jectanidas, uma vez transformados em soberanos, implantaram uma organização política que lembra a da maior parte dos outros povos semíticos, e que difere daquilo que se observa nos impérios chamitas, no Egípcio, na Fenícia, em Babilónia, nos Nárkas do Malabar, sendo as duas instituições estimadas por todos os Árabes.⁴⁵

A religião é de origem cuchita e parece emanar directamente da dos Babilónios; esta manter-se-á imutável até ao advento do Islão.

É impossível não reconhecer os deuses caldeo-assírios Illu, Bel, Samas, Istar, Sin, Samdan, Nisruk, nos deuses do Iémen, Il, Bil, Schmas, Athor, Sin, Sindan, Nasr.⁴⁶

O deus era objecto de um culto nacional; este usufruía dos seguintes atributos: Senhor dos Céus, Misericordioso, etc. A única Tríade venerada era: Vénus-Sol-Lua, tal como na Babilónia; a religião tinha um carácter sideral extremamente vincado, sobretudo solar; rezava-se ao Sol nas diferentes fases do seu desenvolvimento. Não existia nem idolatria, nem imagens, nem sacerdócio. Dirigia-se uma invocação directa aos sete planetas. O jejum de trinta dias já existia – semelhante àquilo que se praticava no Egipto. Rezava-se sete vezes por dia, com a face virada para o Norte. Estas orações são próximas das da religião muçulmana. Todos os elementos necessários para a emergência do Islão encontravam-se assim instaurados mais de 1 000 anos antes do nascimento de Maomet, e o Islão surgirá como uma “depuração” do sa-beísmo através do “mensageiro de Deus”. Esta sobreposição das duas influências meridional e nórdica na península arábica produziu-se em todos os domínios e não poupou a literatura, nem os heróis romanes-cos.

Apesar do apreço que tinham pela sua genealogia e pelo privilégio de sangue, os Árabes, sobretudo os habitantes sedentários das cidades, não conservam a sua raça pura de qualquer mistura...

... Mas a infiltração do sangue negro, que se espalhou em todas as partes da península e que parece ter vindo, posteriormente, alterar completamente a raça, tem início numa antiguidade muito recuada. Esta produziu-se em primeiro lugar no Iémen, cuja situação geográfica e cujo comércio o relacio-navam permanentemente com África...

45. *Id.*, op. cit., p. 385.

46. *Id.*, op. cit., p. 392.

... A mesma evolução foi mais lenta e mais tardia no Hejaz ou no Nedjd. Todavia, a mesma sucedeu também durante uma época mais recuada do que aquela que se acredita geralmente. O herói romanesco da Arábia ante-islâmica, An-tar, é mulato devido à sua mãe e, no entanto, a sua face totalmente africana não o impede de desposar uma princesa de uma das tribos mais orgulhosas da sua nobreza, o que prova o quanto estas misturas melânicas eram comuns, e aceites há muito tempo nos costumes, ao longo dos séculos que antecederam imediatamente Maomet.⁴⁷

O carácter misto das línguas semíticas explica-se da mesma forma. É deste modo que é possível encontrar raízes comuns às línguas árabes, hebraicas, siríaca, e às línguas indo-europeias. Este vocabu-lário comum é mais importante do que aquilo que a curta listagem que se segue permite antever. Nenhum contacto entre Nórdicos e Árabes, no interior do período histórico da humanidade, permite explicá-lo; é um parentesco de origem e não um empréstimo.

árabe	francês	inglês	alemão
ain	oeil	eye	Auge (occulus latim)
ard	terre	earth	Erde
beled	lande	land	Land
aswadnoir			schwarz

Por outro lado, algumas palavras árabes parecem ser de origem egípcia faraónica:

árabe	egípcio
Nabi = profeta	Nab = o senhor (da Sabedoria)
Ba-ra-ka = bênção divina	Ba-Ra-Ka = noções divinas

É notável o facto de muitos termos religiosos poderem ser obtidos através de uma simples combinação das três noções ontológicas BA, RA, KA. Pode citar-se, por exemplo:

KABAR (a)	= acção de erguer as mãos para rezar.
RAKA	= acção de pousar a fronte na terra.
KAABA	= lugar santo de Meca ⁴⁸ .

47. *Id.*, op. cit., pp. 429-430.

48. Cf. nota no final do capítulo, p. 119

Deduz-se facilmente, de acordo com o anteriormente exposto, que a Arábia foi primeiramente habitada por populações meridionais, sedentárias e agrícolas, tendo preparado a via aos Nómadas nos diferentes domínios do progresso. Nesta primeira sociedade, a mulher usufruía de todas as vantagens correlativas ao regime matriarcal: prova disso é o facto de a mesma poder ser rainha. O reinado da Rainha de Sabá, que dominava simultaneamente a Etiópia e a Arábia meridional, foi o mais glorioso e o mais célebre da história desta região. O triunfo do elemento nórdico nómada far-se-á acompanhar por uma preponderância do sistema patriarcal marcado por anomalias aparentes, remanescentes do regime anterior. Assim, o dote é atribuído à mulher, tal como no regime matriarcal. Este factor só pode ser explicado invocando a influência do sabeísmo na sociedade islâmica.

Ásia Ocidental: Fenícia

Deve ser distinguida essencialmente de Israel, cujo nome apenas será mencionado nos textos históricos a partir da XIX^a dinastia egípcia, enquanto que a Fenícia, isto é, Canaã, já tinha mais de um milénio.

O homem encontrado em Canaã durante a pré-história, o Natufiano, é um meridional; a indústria capsiana, que terá irradiado desde a África do Norte (região de Túnis) até este local, é igualmente de origem meridional. Segundo a Bíblia, quando as primeiras populações nórdicas alcançaram estes locais, encontraram um povo do Sul: os Cananeus, descendentes de Canaã, irmão de Mizraim o Egípcio e de Cuque o Etíope, todos eles filhos de Cham.

E disse o Senhor a Abraão: Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que te mostrarei...

Assim partiu Abraão como o Senhor lhe tinha dito, e foi Ló com ele...

*E tomou Abraão Sarai, sua mulher, e Ló, filho de seu irmão, e todos os bens que haviam adquirido, e as almas que lhes acresceram em Harã; e saíram para irem à terra de Canaã, e ali entraram. E passou Abraão por aquela terra até ao lugar de Siquém, até à planície de Moré, e estavam então os cananeus na terra.*⁴⁹

Depois de múltiplas peripécias, os Cananeus e as tribos norte-orientais, simbolizadas por Abraão e pela sua descendência (linhagem de Isaque), fundiram-se para se tornar, ao longo do tempo, no actual povo hebraico:

49. Génesis: 12, 1 a 6.

*Veio, pois, Hamor e Siquém, seu filho, à porta da sua cidade, e falaram aos homens da sua cidade dizendo: Estes homens são pacíficos, estão connosco; portanto, habitarão nesta terra e negociarão nela. Eis que a terra é larga de espaço para eles; tomaremos nós as suas filhas por mulheres e dar-lhes-emos as nossas.*⁵⁰

Esta passagem que, no contexto bíblico, consiste numa astúcia destinada a suprimir os Cananeus, não deixa de fazer transparecer os imperativos económicos que, na época, terão regido as relações entre invasores e autóctones. A história da Fenícia torna-se assim mais compreensível se tivermos em conta as informações bíblicas segundo as quais os Cananeus – posteriormente designados de Fenícios – estavam na origem dos Meridionais sedentários, agrícolas, aos quais se vieram juntar, conseqüentemente, tribos nómadas provenientes do Nordeste. Desde então, o termo Leucosírios, aplicado a algumas populações desta região, ao invés de representar uma contradição, tal como Hoefler acredita, constitui uma confirmação do testemunho da Bíblia:

*O nome dos Sírios parece ter-se alargado desde a Babilónia até ao Golfo de Issus, e, mesmo anteriormente, a partir deste Golfo até ao Ponto Euxino. De igual modo, os Capadócijs, tanto os do Taurus como os do Ponto, conservaram até ao presente o nome de Leucosírios (Sírios brancos), como se existissem também Sírios negros.*⁵¹

Talvez um parentesco original explicasse parcialmente a aliança – ao longo de toda a história – de Mizraim e de Canaã. Mesmo nas épocas mais conturbadas, o Egito podia contar com a Fenícia, da mesma forma que se pode, de algum modo, contar com um irmão.

Entre as narrativas monumentais gravadas nas muralhas dos templos do Egito, e relativas às grandes insurreições que, durante este período de cinco séculos, rebentaram por várias vezes na Síria contra a supremacia egípcia, por incitamento dos Assírios, ou dos Rotennou, ou ainda dos Heteus setentrionais ou Khetas, cujas mais admiráveis foram controladas por Tutmés III, Seti I, Ramsés II e III; o nome dos Sidónios nunca figura na lista dos revoltados e dos vencidos, nem o da sua capital, bem como de nenhuma das suas cidades.... Um precioso papiro do museu britânico contém a narrativa ficcional da viagem realizada na Síria por um funcionário egípcio, no final do reinado de Ramsés II, após a conclusão da paz definitiva com os Heteus...

50. Génesis: 34, 20 e 21.

51. Hoefler, *Chaldée, Babylonie* (col. L'Univers); ed. Didot frères, 1852, p. 158.

*Em toda esta região, o viajante encontra-se em terra egípcia, circula com a mesma liberdade, com a mesma segurança que teria no Vale do Nilo, chegando até, em virtude das suas funções, a dar provas de autoridade.*⁵²

Não devemos, certamente, minimizar o papel das relações económicas entre o Egípto e a Fenícia para explicar esta lealdade, que parece ter existido entre os dois países.

Compreende-se, partindo deste parentesco originário, que a religião e as crenças cananeias tenham sido apenas réplicas das do Egípto. A cosmogonia fenícia é conhecida pelos fragmentos de Sanconíaton, tal como é referido previamente. Segundo estes textos, existia inicialmente uma matéria incriada e caótica, em perpétua desordem (Bohu); o Sopro (Rouah) pairava acima do Caos. A união destes dois princípios foi designada por Chephets, o Desejo que está na origem de toda a criação.

É surpreendente a semelhança desta Trindade cósmica com aquela que encontramos no Egípto, tal como a refere [Amélineau em *Prolegómenos ao estudo da religião egípcia*]. De igual modo, segundo a cosmogonia egípcia, existiu originalmente uma matéria caótica incriada, o Nun primitivo; esta continha, em estado germinal, e no estágio inicial – os arquétipos futuros de Platão – todos os seres possíveis. O princípio ou deus do Devir, Khepru, estava igualmente incluído. Assim que o Nun – ou Nu – der origem ao demiurgo Ra, a sua função terá terminado; doravante, a filiação será contínua até Osíris, Ísis e Hórus, antepassados dos Egípcios. A Trindade primitiva passou então do plano do Universo para o da Humanidade.

Do mesmo modo, na cosmogonia fenícia, chega-se ao mesmo antepassado egípcio através de gerações sucessivas; Misor, que deu origem a Taaut, criador das letras e das ciências (que representa simplesmente o Thot egípcio); e culmina-se, por filiação, a Osíris e Canaã. Note-se que Misor não é outro que não Mizraim.

*E todas estas coisas foram anotadas nos livros sagrados, sob a dominação de Taaut, pelos sete Cabiros, filhos de Zedek e pelo seu oitavo irmão, Eshmun. E aqueles que receberam esta herança, cuja iniciação transmitiram aos seus sucessores, foram Osíris e Canaã, o antepassado dos Fenícios.*⁵³

As descobertas arqueológicas recentes confirmam a origem meridional dos Cananeus. Os textos de Ras-Shamra situam o berço dos heróis nacionais no Sul, nas próprias fronteiras do Egípto.

*Os textos de Ras-Shamra representaram uma ocasião de analisar de novo a origem dos Fenícios. Enquanto que as tábuas da vida corrente dão conta dos diversos elementos estrangeiros que participavam nas trocas quotidianas da cidade, aquelas que são consagradas ao recenseamento dos mitos e das lendas fazem alusão a um passado completamente diferente e, não obstante o facto de interessar uma cidade do extremo norte fenício, adoptam o extremo sul, o Negeb, enquanto moldura dos acontecimentos que descrevem. Estas atribuem aos heróis nacionais, aos antepassados, um habitat localizado entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho. Esta tradição foi, aliás, anotada por Heródoto (século VI) e anteriormente a ele, por Sofonias (século VII).*⁵⁴

Geograficamente, a porção de terra situada entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo é, essencialmente, a Arábia Pétria, país dos Inus, que fundaram o Pilar do Norte (Heliópolis), nos tempos pré-históricos.

Os Fenícios, na medida em que se fundiram com os Hebreus, constituem aquilo que designamos como o ramo semita, a partir de Abraão – linhagem de Isaque –, enquanto que os Árabes formam o segundo ramo – linhagem de Ismael. Quer num caso, quer no outro, o substrato meridional é evidente; é este o motivo pelo qual não é historicamente correcto abstrair-lo para erigir em absoluto o semitismo. Este deve ser considerado enquanto a síntese mais pronunciada dos elementos nórdicos e meridionais.

Indo e Mesopotâmia

As localidades de Mohenjo-Daro e de Harappa revelaram a existência de uma civilização urbana e agrícola que remonta provavelmente ao terceiro milénio, e que entrou em declínio bruscamente (1 500 anos a.C.), com a invasão dos Arianos. Esta caracteriza-se por um urbanismo extremamente desenvolvido (uso de esgotos). As cidades, fundamentalmente comerciais, não estavam rodeadas de fortificações, a língua falada não era indo-europeia; segundo os especialistas, era provavelmente uma língua dravídica, ou munda. A escrita estava desenvolvida: 400 caracteres eram utilizados, que se podem resumir, de acordo com os estudos realizados, a 250, ao passo que a escrita cuneiforme da época contemporânea de Ourouk ainda continha 2 000 signos. As escavações arqueológicas demonstraram que na época de El'Obeid, na Mesopotâmia, a civilização do Indo já tinha atingido o seu apogeu. Esta é a razão pela qual existe uma tendência cada vez maior em explicar a

52. Lenormant, *op. cit.*, p. 484 a 486.

53. Lenormant, *op. cit.*, p. 583.

54. Contenau, Dr. G., *Manuel d'Archéologie Orientale*; IV, Ed. A. e J. Picard, 1947, p. 1791.

Mesopotâmia através das civilizações do Indo. Estas últimas, tal como todas as civilizações meridionais, permaneceram estáveis até à sua destruição por um elemento externo: a invasão ariana de – 1 500.

A partir desta data, todos os vestígios de civilização material desaparecem. Será necessário aguardar até ao século III a.C. para assistir a uma espécie de renascimento com o imperador Asoka.

A destruição dos locais do Indo deve ser atribuída à invasão ariana, e não a uma extensão do deserto na planície do Sind, uma vez que esta região ainda era fértil quando foi atravessada por Alexandre o Grande, no século IV a.C.

O culto fálico, tão expandido na Índia, é anterior à invasão ariana: consiste num culto da fecundidade, indício de uma vida sedentária, agrícola e matriarcal. Este é, indubitavelmente, imputável ao elemento meridional aborígene que antecedeu o elemento nórdico na península.

Os factos que se seguem, relativos à civilização do Indo, foram extraídos das investigações de Jeannine Auboyer⁵⁵.

Com o advento dos Arianos (entre 1 500 e 800 a.C.), o Noroeste da Índia era habitado por uma população cuja cor de pele escura (varna) tinha surpreendido os recém-chegados, tal como o seu nariz achatado e a sua linguagem. Foram designados com o termo geral de Drávidas; alguns dos seus nomes particulares (Aja = cabra) fazem lembrar o totemismo. Estes opuseram uma resistência vigorosa aos invasores, porém, misturaram-se com eles ao longo do tempo. *"Isto porque são assinalados casamentos mistos, demonstrando que, nesta época recuada, os conquistadores Arya ainda não tinham sentido a necessidade, tal como sucederá posteriormente, de se precaver de modo demasiado rigoroso contra os possíveis malefícios da mestiçagem."*⁵⁶

Ao nomadismo dos recém-chegados opunha-se a vida sedentária e agrícola dos Drávidas. Podemos aqui relembra as considerações formuladas a respeito do termo *lavrar* nos diferentes dialectos indo-europeus. Não tendo ainda a agricultura sido introduzida nos costumes dos Ária no momento da sua chegada, o termo designando esta actividade encontrava-se ausente da sua linguagem, tendo estes que adoptar um conceito drávida. *A lavoura – que é designada através de uma palavra comum aos Índios e aos Iranianos – é realizada com a ajuda de um arado, que é provavelmente puxado por duas ovelhas... Esta vida rural e agrária é baseada numa sociedade aldeã, de tipo patriarcal, que oferece também vestígios de matriarcado, e cujos actos principais se baseiam no sacrifício.*⁵⁷

55. Aymard, A. e Auboyer, J., *L'Orient et la Grèce antique*; col. Histoire Générale des Civilisations, P. U. F., 1955.

56. *Id.*, p. 547.

57. *Id.*, pp. 548 a 550.

A vaca já é sagrada; é proibido matá-la e comê-la. Talvez fosse mais económico conservá-la por causa do leite e da multiplicação da manada.

"O abandono das raparigas, os colégios de Heteras, o lar doméstico, a cremação", todos estes traços culturais existiam durante o período védico e eram trazidos, indubitavelmente, pelos Árias.

"Toda a vida familiar é regida pelo ritual doméstico. Este tem por ponto central o fogo (agni) que é instalado no interior da casa, no meio de uma vedação de madeira, ou ainda no exterior, e que representa o verdadeiro senhor do lar (gârhapatya)..."

*Faz-se uma toilette integral ao defunto e transporta-se num cortejo... Uma vez chegado ao local da cremação, prepara-se o morto uma última vez, para ser colocado na fogueira; a viúva deste toma lugar ao seu lado, mas é convidada a voltar a descer (para mais tarde ser, ainda assim, queimada) e a tornar-se esposa do irmão do defunto.*⁵⁸

Lado a lado com a monogamia, a poligamia era praticada pelas classes dirigentes, isto é, nos Árias e nos Drávidas de alta estirpe. Com efeito, na época védica, *"as castas não são tão rigorosamente limitadas como nas épocas seguintes e ainda não são estanques entre si."*⁵⁹

Percebe-se, assim, que na península indiana a sobreposição das duas culturas meridional e nórdica, matriarcal e patriarcal, não deixa lugar para dúvidas. Neste local, menos do que em qualquer outro, não poderíamos falar de uma passagem universal, ou seja, interna ao mesmo povo, de uma para a outra. Existiu recuperação e triunfo, com uma certa mudança da cultura dos dirigentes.

Mesopotâmia

Originariamente, por volta de – 3000, três regiões devem ser distinguidas: o antigo Elam ou Susiane, a Suméria com a capital Ur e Acádia com Acade. A história mesopotâmica destes primeiros milénios é pouco conhecida. No entanto, no que concerne Elam, a arqueologia, graças às escavações de Dieulafoy, lança uma luz particular acerca da natureza das primeiras dinastias. Ao demolir um muro sassânido, construído com materiais mais antigos encontrados no local, foram descobertos monumentos que remontam ao período elamita da história de Susa.

58. *Id.*, op. cit., p. 555.

59. *Id.*, op. cit., p. 556.

Ao retirar um túmulo, colocado transversalmente num muro de tijolos que fazia parte da fortificação da porta elamita, os trabalhadores revelaram uma urna fúnebre e, à volta desta, uma faixa em alvenaria constituída por tijolos em esmalte. Estes eram provenientes de um painel no qual estava representada uma personagem trajada esplendorosamente com um vestido verde, sobre-carregada de bordados amarelos, azuis e brancos, de uma pele de tigre, e segurando uma bengala ou uma lança em ouro. O mais curioso é que a personagem cuja parte inferior da face encontrei, com a barba, o pescoço e a mão, era negra. O lábio é fino, a barba abundante e os bordados das vestimentas, de carácter arcaico, parecem ser obra de trabalhadores babilónios. Em outros muros sassânidos, construídos com materiais anteriores, foram encontrados tijolos esmaltados que proviam dois pés calçados com ouro, uma mão extremamente bem desenhada; o punho estava coberto de pulseiras, os dedos seguravam a grande bengala que se torna, com os Aqueménidas, no emblema do poder soberano; um pedaço de vestido ornado com o brasão de Susa (isto é, uma visão da cidade assíria) parcialmente escondida por baixo de uma pele de tigre. Por fim, um friso distinto com fundo escuro. Mãos e pés eram negros. Era até visível que toda a decoração tinha sido preparada com o objectivo de fazê-la combinar com a tonalidade escura da figura. Só as personagens poderosas tinham o direito de usar grandes bengalas e pulseiras; só o governador de um lugar bélico poderia mandar bordar estas imagens na sua túnica. Ora, o proprietário da bengala, o senhor da cidadela é negro: existem assim maiores probabilidades para que o Elam tenha sido o apanágio de uma dinastia negra, e se nos remetermos aos caracteres da figura já encontrada, de uma dinastia etíope. Estaremos nós perante um destes Etíopes do Levante de que fala Homero? Teriam os Nakhuntas sido descendentes de uma família principesca aparentada com as raças que reinaram no sul do Egipto?⁶⁰

O Dr. Conteneau chega a constatações semelhantes:

*O Susano, nomeadamente, consequência provável de alguma mestiçagem de Cuchita e de Negro com o seu nariz relativamente achatado, as suas narinas dilatadas, as suas maçãs do rosto salientes e os seus lábios carnudos, representa um tipo de raça rigorosamente observada e restituída.*⁶¹

É provável que este elemento meridional se tenha misturado desde cedo com um elemento nórdico. É o que parece comprovar o estudo da população actual, cujos resultados ainda são apresentados pelo Dr. G. Contenau, citando Houssaye:

Arianos-Negróides correspondendo aos antigos Susanos, que pertenciam em grande parte aos Negritos, raça negra de pequena estatura, de fraca capacidade craniana...

Trata-se de uma das três camadas da população actual. O Dr. Contenau prossegue:

*Ainda que esta classificação possa ainda sofrer alguns ajustes, deve reter-se o lugar que a mesma atribui aos Negróides.*⁶²

Não se conhece praticamente nada acerca da organização da família no antigo Elam. Os documentos que possuímos, tal como se conclui do que antecede, permitem unicamente afirmar a anterioridade de um substrato meridional; ora, sabemos que a este último está ligada a vida agrícola, sedentária e matriarcal. A invasão ariana, a partir do planalto do Irão, permanecerá contínua até aos Medos e aos Persas que trarão, entre outras práticas nórdicas, o tão característico culto do fogo.

Quanto aos Sumérios, ainda não chegámos ao ponto de desvendar o mistério das suas origens; porém, sabemos com toda a certeza que não eram nem Arianos (ou seja, Indo-Europeus), nem Semitas, nem Amarelos. Estes eram sedentários e agricultores, já praticavam a irrigação. Remonta-se o período mais antigo da sua civilização a – 3000, sobretudo para fazê-la corresponder ao início da história egípcia, “por solidariedade”⁶³. Durante muito tempo, só existiram Reinos-Cidade, ainda que a Baixa Mesopotâmia apresente todas as características favoráveis a uma unificação territorial. É necessário esperar até cerca de – 2100, na época designada babilónica de Hamurabi, para assistir ao surgimento do primeiro Império Mesopotâmio. A história suméria apresenta uma particularidade importante: toda a sua primeira fase só nos é dada a conhecer através de inferências a partir do Código de Hamurabi.

Ao analisar atentamente os documentos babilónicos, quer os textos, quer o sistema de organização, os especialistas aperceberam-se que esta época não representava um início, mas um estado avançado, implicando uma época anterior. Foi deste modo que se descobriu o conhecido período sumério.

O único reinado da época Suméria que deixou vestígios relativamente memoráveis foi o de Gudea. Existe uma série de estátuas relativas a este, bastante enigmáticas, devido à escolha invariável da pedra (diorito negro), à mutilação quase sistemática das estátuas, e à

60. Citado por Lenormant, *op. cit.*, pp. 96 e 98.

61. Contenau, G., *op. cit.*, p. 97.

62. *Id.*, *op. cit.*, p. 98.

63. Contenau, G., *La Civilisation des Hittites et des Mitanniens*; Payot, Paris, I, 1934, p. 48-49.

particularidade dos traços do rosto. Uma destas, encontrada em Tello, representa Gudea amparando, sobre os seus joelhos, o plano de um templo destinado ao deus Nin-Girsu: uma das inscrições que glorifica o deus contém uma ideia que parece estar na origem das celebrações sacas. Com efeito, é mencionado que na inauguração do Templo, realizaram-se sete dias de festa durante os quais terá reinado uma igualdade total entre os habitantes da cidade:

A serva rivalizou com a sua senhora, o servo caminhou a par com o seu senhor; na minha cidade, o poderoso e o fraco andaram lado a lado; na língua imprópria, as palavras nocivas foram alteradas para benevolentes.

Esta inscrição da estátua de Gudea, conhecida como o Arquitecto (- 2 400), constitui o mais antigo documento conhecido relativo às festas sacas: esta reforça a tese da origem babilónica das mesmas. Talvez os Citas as tenham adaptado a ponto de alterarem completamente o seu objectivo.

Ao analisar o Código de Hamurabi, André Aymard procura extrair a legislação familiar babilónica e a estratificação social:

*A legislação hamurabina precede por vários séculos a legislação assíria. Traduz assim, certamente, um estado social que nos levaria a considerá-lo como sendo mais evoluído. Mas é necessário também, no que concerne à espécie, ter em conta o carácter étnico. Não se afigura de todo surpreendente que, num povo guerreiro como o povo assírio, a mulher seja mantida numa situação jurídica inferior.*⁶⁴

O mesmo será dizer que a condição da mulher regrediu com a chegada dos Semitas. Outrora, a mulher usufruía de uma personalidade jurídica superior à da grega e da romana. Uma monogamia temperada era regra. Porém, um outro factor apresentado por André Aymard sublinha, talvez ainda mais, as marcas Cuchitas da sociedade babilónica, já salientada por Lenormant.

*De facto, se os filhos nascidos do casamento de uma rapariga livre com um escravo são livres, tal como a sua mãe, aqueles que nascem do relacionamento do senhor com uma concubina escrava só alcançam plenos direitos, ao mesmo tempo que a sua mãe, aquando da morte do seu pai.*⁶⁵

A perspectiva meridional e matriarcal, segundo a qual o descendente equivale àquilo que a sua mãe é, parece triunfar no Código de Hamurabi.

Mesmo que este seja um Semita proveniente do Oeste ou de outro local, a sociedade que o mesmo construiu não deixou de estar imbuída de cuchitismo. Tudo acontece como se um fundo cuchita se perpetuasse no plano cultural, apesar das mudanças étnicas, frequentes nesta região. Porém, este pano de fundo viria a alterar-se profundamente com o tempo.

Uma outra chamada de atenção de André Aymard permite compreender melhor esta ideia.

A originalidade desta repartição (a sociedade em três classes) consiste na existência da classe intermédia. Ignoramos a sua origem; ignoramos igualmente se esta está confinada em determinadas profissões. Devemos resignar-nos a constatar somente que esta existe e que a lei submete-se a ela a meio caminho das outras duas...

*O Código de Hamurabi atesta vigorosamente a existência, pelo menos nas cidades, de três categorias de seres humanos: o homem pura e simplesmente, isto é, o homem por excelência, o homem livre; o homem que se prostra, o subalterno, inferior, o homem com pouco; por fim, o escravo, propriedade de outro homem, livre ou subalterno.*⁶⁶

Tal como teremos ocasião de constatar no capítulo VI, e sobretudo em *África Negra pré-colonial*, esta estratificação social é idêntica, sob todos os pontos de vista, à de uma sociedade de castas, no sentido africano do termo, isto é, no sentido de Lenormant e de Renan. Foi o que conduziu Lenormant a classificar a sociedade babilónica entre as sociedades de castas. Nestas últimas, efectivamente, o conjunto dos homens sem profissão manual, guerreiros e sacerdotes, constituem a casta superior, ou, para ser mais exacto, os *sem-casta*, ou seja, os homens por excelência de que acabámos de tratar. O termo *homem-de-casta* está reservado para a categoria subalterna de homens livres que praticam o conjunto das profissões artesanais; este não pode ser escravo de ninguém, pode mesmo chegar a possuir escravos; porém, no âmbito das relações sociais, o mesmo deve “prostrar-se” perante o homem da primeira categoria, deve ceder-lhe o passo. A sua posição económica jamais poderá influenciar ou melhorar a sua posição social. Por último, o conjunto dos escravos forma uma terceira categoria.

A origem dos Caldeus não é mais segura do que a dos Sumérios, ainda que se considerem mais prontamente os primeiros como Semitas. Segundo Diodoro da Sicília, o primeiro agrupamento humano ao qual a Caldeia devia o seu nome era a uma casta de sacerdotes egípcios que tinham emigrado e que, tendo-se fixado no Alto Eufrates, continuava

64. Aymard, A. e Auboyer, J., *L'Orient et la Grèce antique*, p. 132.

65. *Id.*, *op. cit.*, p. 130.

66. *Id.*, *op. cit.*, p. 129.

a praticar e a ensinar a astrologia, segundo os princípios transmitidos pela casta mãe.⁶⁷

Em todo o caso, este núcleo primitivo não deve ter resistido por muito tempo, no plano temporal, à invasão de um elemento étnico diferente; foi no plano intelectual e espiritual que a sua resistência deve ter sido mais vivaz, perpetuando-se.

Cerca de 1 250 antes da nossa era, os Assírios apoderaram-se da Babilónia. Era certamente uma vitória de montanhistas pastores, falando uma língua semítica muito próxima do acádio, enquanto que a língua suméria não era nem semítica, nem indo-europeia, nem chinesa.

Os Assírios estabeleceram uma sociedade patriarcal de modo extremamente evidente. É impossível, ao analisar os costumes e as leis deste povo, pensar por um instante que este tenha sequer a florado um regime matriarcal.

Bizâncio

O Império Romano prevaleceu no Oriente, durante 9 séculos, com Bizâncio por capital, que se tinha tornado na cidade de Constantino, ou Constantinopla.

Nenhum texto ou costume regulamentava a sucessão ao trono: reinava uma indeterminação absoluta a este respeito. As intrigas dos Palácios forneciam os melhores direitos e as melhores oportunidades. Por vezes, os imperadores, em vida, associavam o seu herdeiro ao trono: foi o caso de Justiniano, sucedido pela sua esposa, a imperatriz Teodora. Esta, ao mesmo tempo que sabia apresentar-se enquanto uma imperatriz digna da sua posição, não deixava de ser, quanto às suas origens, uma cortesã que se elevou gradualmente à custa de intrigas. Foi graças à sua presença de espírito que Justiniano conseguiu dominar a famosa revolta espontânea do hipódromo, durante a qual 30 000 manifestantes terão sido massacrados.⁶⁸

Com os Porfirogenetas, procurou instaurar-se um costume curioso: para ser herdeiro, era necessário ter nascido em Constantinopla, na Sala púrpura do Palácio. Nesta sociedade complexa, tudo parecia estar dominado por uma crueldade requintada. A rainha Irene, contemporânea de Carlos Magno, que reinou sozinha, não deixava de pertencer a esta categoria de soberanas asiáticas, a partir das quais não seria possível relacionar o reinado com qualquer prática matriarcal.

O mesmo acontecerá mais tarde com as rainhas da Rússia czarista, que sofreu a influência de Bizâncio.

Em toda a extensão da zona de confluência, desde a Arábia até ao Indo, foi possível, em certa medida, com base nos documentos encontrados, e por vezes apesar da sua escassez, decompor as diferentes sociedades encontradas e analisadas nas suas componentes históricas meridional e nórdica para melhor examiná-las e penetrar na sua essência.

Foi possível evidenciar, em todo o lado, a existência de um substrato meridional que virá mais tarde a ser encoberto por um contributo nórdico. Porém, os problemas teriam sido simples se a realidade não apresentasse, frequentemente, um carácter embaraçoso, se não tivéssemos encontrado, aqui e ali, nos diferentes berços, anomalias aparentes.

OS TRILITAS WOLOFS (ver p. 89)

Os trilitas wolofs parecem provir maioritariamente de uma antiga prefixação que já não se pronuncia actualmente.

ex: djgen dja bôt (mulher que carrega às costas) – dja bôt – djabôt = mulher que carrega às costas, mãe de família;

ex: aren bu sèv (amendoim que pequeno) – bu sèv – busèv – bûsé = pequena semente de amendoim;

ex: vay djay mber (o tipo que campeão) – djay mber – djambâr? = corajoso.

Algumas prefixações recentes ainda se fazem sentir:

ex: nit ku gav (o homem que rápido) – ku gav = que é rápido;

ex: nit ku bah (o homem que bom) – ku bah = que é bom.

etc.

Não se afigura imprudente explicar o “triliterismo” semita através deste modo de prefixação. Compreender-se-ia por que motivo, ao suprimir a primeira consoante de uma raiz árabe, por exemplo, nos deparamos frequentemente com uma raiz africana ou indo-europeia.

ex: b-led – land = país (indo-europeu)

O biliterismo surge assim enquanto o estado primitivo da língua.

67. Sicile, Diodore de, *Histoire Universelle*; trad Abbé Terrasson, 1758, Livro I, secção I, pp. 56-57.

68. Teodora exerceu a profissão de comediante, antes de se tornar imperatriz.

IV.

Anomalias Detectadas nas Três Zonas

Explicação

ÁFRICA

Mesmo neste berço que parece ser o do matriarcado por excelência, são visíveis factores que, à primeira vista, parecem surpreendentes e, até mesmo, contraditórios.

Reinado da Rainha Hatsheput

Esta rainha é a primeira que reina sozinha na história da humanidade. Este factor, por si só, merece que se conceda uma atenção particular às circunstâncias que envolveram o seu acesso ao trono. Representa um dos curiosos traços da história egípcia, que mais intriga os historiadores modernos. Para compreender estes últimos, vejamos com Maspero a sua genealogia.

Hatsheput era a única descendente viva da rainha Amósis e de Tutmósis I. Ambos, irmão e irmã, e filhos de Amenófis I e da sua irmã *Akhoptou II*. Algum tempo antes da sua morte, Tutmósis coroou Hatsheput, sua filha, e casou-a com Tutmósis II, filho de outra das suas mulheres; portanto, Hatsheput e Tutmósis II são meios-irmãos. Contrariamente à opinião geral entre os historiadores ocidentais, a mãe de Tutmósis II não era concubina de Tutmósis I, no que concerne a mãe de Hatsheput. É igualmente uma mulher legítima sobre a qual a esposa do Faraó tem apenas uma certa precedência. A mesma não pode ser comparada a uma mulher adquirida através de razia ou outro meio, e atirada para um harém para dar bastardos a um rei, cujos únicos filhos legítimos, os únicos herdeiros, seriam os descendentes provenientes da rainha. Se assim fosse, o rei jamais poderia entregar ao seu bastardo a sua nobre herdeira em casamento.

Consideremos o caso hipotético em que um Faraó tivesse desposado no mesmo dia, e do mesmo modo, as suas duas irmãs, nascidas da mesma mãe e do mesmo pai e, por conseguinte, possuindo o mesmo grau de nobreza. Nenhum texto proíbe este procedimento ao Faraó. Se estas duas mulheres trouxerem ao mundo, no mesmo dia, duas crianças do mesmo sexo, estas terão o mesmo direito ao trono. Alteremos, agora, uma de entre estas duas condições: data de casamento, grau de nobreza entre estas duas mulheres. Daqui resultam automaticamente consequências relativamente aos direitos de sucessão dos descendentes, mas que estão longe de ser assimiláveis àquelas que seriam impostas pela condição dos bastardos. Tendo em conta a igualdade de nobreza, no que concerne as duas mães, é o filho da primeira esposa que é detentor dos direitos, sendo ele o primeiro a nascer. Caso a segunda mulher, estando casada tão legitimamente quanto a primeira, seja detentora de sangue menos nobre, os seus filhos terão menos direito ao trono, mesmo que sejam os mais velhos. Por outro lado, se esta for de proveniência escrava, os seus descendentes terão ainda menores direitos de herança, não ficando, porém, totalmente desprovidos e permanecendo filhos legítimos. Um bastardo, do ponto de vista africano, é uma criança que se teve com uma mulher com quem não se casou perante a tradição, quer seja ela princesa, de origem popular ou escrava. Este não pode herdar nada.

Ora, a rainha Hatshepsut, segundo Maspero, possuía da sua mãe, Amósis, e da sua avó, *Akhoptou*, direitos de sucessão superiores, não somente aos do seu marido e irmão, Tutmósis II, mas aos do seu próprio pai Tutmósis I, faraó reinante. Deste modo, torna-se aqui evidente o matriarcado em vigor: é a maior ou menor nobreza da mãe que sustenta os direitos de sucessão ao trono, excluindo os do pai que, mesmo em alguns casos, como este, pode ser substituído por um pai divino. Hatshepsut, apoiada pelos sacerdotes, acabará por substituir Amon ao seu próprio pai. Relembramos que, quando Atena procedeu desta forma, segundo a lenda grega, contrariamente a Hatshepsut, foi para apagar a sua filiação uterina, ideia esta que jamais chegará ao Egito, onde o matriarcado prevalece.

Maspero afirma que, aos olhos da nação egípcia, Hatshepsut era a herdeira legítima das antigas dinastias. Esta teve um filho de Tutmósis II; mas este último teve, de uma das suas mulheres nomeada Ísis, um filho Tutmósis III educado para o sacerdócio no Templo de Amon de Tebas. Apesar do seu papel secundário, Tutmósis II soube associar Tutmósis III ao trono e colocá-lo sob a tutela de Hatshepsut. Esta, desempenhando o papel de mãe, casou-o com a sua filha, também chamada Hatshepsut Mariri. Hatshepsut mãe não deixou, por isso, de

reinar, ao mesmo tempo que mantinha estes filhos do lar afastados do poder. Foi com a sua morte que Tutmósis III, com 20 anos de idade, se tornou Faraó.

Apoiada pelos sacerdotes de Amon, a mesma quis ser Faraó em toda a acepção do termo e chegou mesmo a ostentar a barba postiça, símbolo de autoridade. Este modo de se apresentar como um Faraó é puramente simbólica.

Com a morte de Tutmósis II, o seu filho, o futuro grande conquistador era apenas uma criança e esta é uma das razões pelas quais Hatshepsut não teve qualquer dificuldade em exercer o seu reinado e em prolongá-lo durante 22 anos.

Na verdade, no Egito, ao que parece, é a mulher que herda direitos políticos; porém, dada a sua inferioridade física natural, é o seu marido que domina enquanto que esta assegura a continuidade uterina da dinastia. Hatshepsut deu também provas de uma energia quase masculina ao organizar a primeira expedição na Costa da Somália, ao Reino de Punt, de onde trouxe, entre outras riquezas, essências vegetais que aclimatou no Egito. Desenvolveu também o comércio e mandou construir o sumptuoso túmulo de Deir-el-Bahari.

Época Ptolomaica

Esta corresponde à XXVIIIª Dinastia, que representa também a última dinastia estrangeira. Posteriormente, o Egito tornar-se-á numa província romana. A mesma contou com vinte soberanos e durou 275 anos. Relativamente a este período, abordaremos apenas as rainhas, tendo em conta que são estas que assumem importância relativamente ao assunto presentemente tratado. Os soberanos gregos adaptaram-se à tradição e aos costumes egípcios: foi deste modo que o casamento entre irmãos foi praticado por aqueles. É o caso de *Ptolemeu IV Filopator* que, após ter assassinado o seu pai, casa com a sua irmã, cansa-se dela e, por isso, mata-a.

Ptolemeu IV subiu ao trono com a idade de cinco anos, sob a tutela da sua mãe, Cleópatra. Com a sua morte, o seu irmão *Ptolemeu Evérgeta* apoderou-se do trono do Egito, casou com a sua cunhada, e assassinou o seu sobrinho. *Ptolemeu VII Sóter II* veio a suceder-lhe: este casou sucessivamente com as suas duas irmãs e teve de se exilar abandonando o trono em consequência das intrigas da sua mãe, Cleópatra. Foi substituído pelo seu irmão mais novo, *Ptolemeu IX*, que era o filho favorito de Cleópatra. No entanto, esta não tardou em procurar livrar-se dele, mas o filho foi mais rápido e mandou assassinar

a sua mãe. *Ptolemeu X (ou Alexandre II)* assumirá o trono após algumas dificuldades. Com efeito, depois da morte de Sóter II – que tinha sido lembrado –, a sua filha Berenice tornou-se rainha. Alexandre II desposou-a para se tornar rei e mandou assassiná-la de seguida. O povo egípcio jamais lhe perdoaria este crime. Morreu exilado em Tyr, após ter tido o cuidado de legar, em testamento, o Reino do Egipto aos Romanos. Chega então o reinado do *Auleta*, que foi escorraçado e substituído no trono pelas suas duas filhas, Cleópatra e Berenice. Com a morte de Cleópatra, os Romanos voltaram a colocar Auleta no trono: este aproveitou para assassinar a sua filha Berenice e todos os seus partidários.

O filho mais velho de Auleta e a sua irmã Cleópatra – aquela que permanecerá célebre na história – subiram ao trono, após a morte do pai. Esta casou sucessivamente com os seus dois irmãos, mortos um a seguir ao outro. Escorraçada pelos Egípcios, retirou-se durante uns tempos para a Síria, mas foi trazida pelas tropas vitoriosas de Júlio César, de quem teve um filho, *Ptolemeu Caesar*. A mesma seduziu Marco António em Tarso, na Cilícia, e este proclamou-a “Rainha dos Reis”. Após a derrota de António por Octávio, Cleópatra esconde-se num túmulo e divulga o rumor da sua morte, a fim de se livrar de António. Este não deixou de se suicidar, porém, durante a sua agonia, teve a penosa surpresa de tomar conhecimento de que Cleópatra se encontrava viva. A rainha contava com o seu charme para encantar Octávio; este resistiu, aquela sentiu-se perdida, uma vez que tinha conspirado contra Roma, e suicidou-se deixando-se picar por uma serpente. O Egipto caiu sob o domínio romano.¹

Apesar deste matriarcado adoptivo imposto aos soberanos estrangeiros gregos pela tradição do reinado egípcio, a violência e as intrigas continuaram a reger o verdadeiro destino dos príncipes e das princesas. A história egípcia da época ptolemaica apresenta mais do que um traço de parentesco com a de Bizâncio. As rainhas do período helénico são todas provenientes do mesmo filão; fazem tanto mais figura de cortesãs e de conspiradoras quanto as rainhas autênticas acreditadas pela tradição. São as Arianas que se adaptam aos costumes meridionais e o seu caso não pode ser confundido com o das rainhas provenientes de uma verdadeira tradição matriarcal. De facto, abstraindo Bizâncio, que já considerámos como um complexo oriental à parte, seria vão procurar em Roma, menos afectada pela influência meridional, uma rainha governando sozinha, mesmo durante esta época baixa.

Amazonismo

A lenda das Amazonas aqui retratada foi recolhida e transmitida por Diodoro da Sicília. É indispensável expor o seu resumo, antes de iniciar o estudo detalhado da noção de amazonismo.

Segundo Diodoro, as Amazonas ditas de África habitavam outrora a Líbia. Estas desapareceram várias gerações antes da Guerra de Tróia, enquanto que as de Termodonte, na Ásia Menor, ainda prosperavam. Existiram, na Líbia, várias raças de mulheres guerreiras, entre as quais as *Górgonas*, contra quem Perseu combateu. No oeste da Líbia, nos confins da terra, habita um povo governado pelas mulheres. Estas permanecem virgens durante o serviço militar; depois, aproximam-se de homens e ocupam todas as magistraturas e todas as funções públicas. Os homens são mantidos afastados destas funções e do exército. Após o parto das mulheres, estes servem de amas. São mutilados à nascença por forma a tornar-se inaptos para o porte de armas. As mulheres são submetidas a uma excisão do seio direito para melhor lançar ao arco. Habitam numa ilha chamada Héspera, situada no Ocidente, no Lago Tritonis; este adopta esta designação no rio Tritão que ali desagua. Encontra-se próximo do Atlas. As Amazonas subjugaram todas as cidades da Ilha, exceptuando Ménés, considerada sagrada e habitada por Etíopes Ictiófagos. Posteriormente conquistaram, nos arredores, as tribos líbias nómadas e construíram a cidade de Quersoneso (= península). Venceram os Atlantes. *Myrina*, rainha das Amazonas, dispunha de um exército de 2 000 mulheres experientes a cavalgar. No final das suas conquistas sobre os *Atlantes*, e até mesmo sobre as *Górgonas*, mandou incinerar os corpos das suas companheiras. Por fim, as Amazonas e as *Górgonas* foram exterminadas por Hércules, aquando de uma expedição ao Ocidente: daí, por conseguinte, as Colunas de Hércules.

Durante o seu reinado, *Myrina* entrou no Egipto, criou amizade com Hórus, filho de Ísis, que era então rei do país. Daquele lugar, partiu para guerrear os Árabes, exterminando um grande número de entre eles. Mais tarde, subjugou a Síria, a Cilícia, a Frígia, parando no rio Caicus. Fundou Cime, Pitane, Priene e combateu contra os habitantes da Trácia.²

Apesar da tese geralmente aceite, é fácil constatar que a sociedade descrita desta forma nada tem de matriarcal; reflecte antes, ainda que se trate de uma lenda, a vingança impiedosa e sistemática de um sexo sobre o outro. Para permanecer na lógica desta tradição, somos levados

1. Amelineau, E., *Résumé de l'Histoire de l'Égypte*; Paris, 1894, pp. 170 a 176.

2. Diodoro da Sicília, *Histoire universelle*; Livro III, par. 52 a 55, trad. Hoefer, Ed. Adolphe de la Trays, Paris, 1851.

a supor um período anterior, durante o qual os homens de uma certa região teriam por hábito considerar todas as cidadãs femininas da sua comunidade como escravas, a quem se podia infligir qualquer tipo de tratamento. Estas últimas, em consequência de uma revolta vitoriosa, levaram a cabo a sua vingança praticando uma técnica consumada de depreciação do homem. Fisicamente, este era mutilado à nascença, por forma a manter-se inapto para o serviço militar; a sua educação era concebida de modo a que lhe fossem inculcados apenas sentimentos vis, e afastando qualquer noção que pudesse despertar a coragem ou a honra. O mesmo teria sido eliminado, caso não fosse necessário para a procriação. A noção de casamento ou de lar, ou ainda de qualquer espécie de vida em comum, é impensável.

[O matriarcado não representa o triunfo absoluto e cínico da mulher sobre o homem; consiste num dualismo harmonioso, uma associação aceite pelos dois sexos para melhor construir uma sociedade sedentária na qual cada um prospera plenamente entregando-se à actividade que está em maior conformidade com a sua natureza fisiológica. Um regime matriarcal, longe de ser imposto ao homem por circunstâncias independentes da sua vontade, é aceite e defendido por ele.]

[O Amazonismo, longe de ser uma variante de matriarcado, surge enquanto a consequência lógica dos excessos de um regime patriarcal desenfreado.] Tudo, nas Amazonas – hábitos, factos apurados, local de habitat – leva a interpretar o seu regime no sentido que acaba de ser indicado.

Se observarmos de perto, percebemos que as Amazonas – quer sejam as de África ou da Ásia Menor – habitam exclusivamente com as populações arianas, nómadas, que praticam o regime patriarcal mais ultrajante.

A localização das Górgonas e das outras Amazonas de Myrina em África enganou muitos génios. Porém, se prestarmos atenção ao detalhe do local, verificamos que se trata essencialmente da Cirenaica (Lago Tritonis) habitada pelos Líbios brancos nómadas, designados Povos do Mar, e cujos primeiros contingentes já se encontravam preparados desde – 1500.

Convém relembrar que a Cirenaica é o local de origem de Atena e de Poseidon, duas divindades adoptadas pelos Gregos, mas que são sempre consideradas enquanto originárias da Líbia. Poseidon era, de facto, deus de um povo proveniente do mar, tal como o eram os Líbios. É nesta península da Cirenaica que se encontra uma cidade designada Hespérides. Por último, a distância das costas do Peloponeso à Cirenaica é mais curta do que aquela que separa esta região do Delta do Nilo.

É usual afirmar-se que os Egípcios em particular e a África em geral não conhecem o cavalo das estepes eurasiáticas antes da invasão dos Hicsos. A domesticação deste animal afigura-se, assim, consistir no apanágio dos Arianos. Ora, o cavalo representa o suporte por excelência das Amazonas.

Estas praticam igualmente a incineração, tão característica do berço nórdico. Combatem todos os Arianos nómadas e poupam a cidade dos Etíopes, considerada sagrada e cujo nome evoca o de Menés, primeiro rei do Egipto. A sua rainha cria laços de amizade com Hórus, um rei sedentário. Em contrapartida, levará a cabo uma expedição na região dos Árabes nómadas. A tradição afigura-se, assim, bastante coerente, por muito surpreendente que possa parecer. A análise consequente leva a pensar que as Amazonas são de facto provenientes de um berço eurasiático, no qual predominava um regime patriarcal feroz. Foi por este motivo que aquelas se revoltaram e que, depois do seu triunfo, combateram em todo o lado os partidários deste regime e terão poupado, e até mesmo estabelecido relações amicais, com os representantes daquele, onde as cidadãs do mesmo sexo sempre se realizaram livremente.

[É errado supor que existem Amazonas um pouco por toda a parte no mundo. Foi por assimilação abusiva que se alargou esta designação a *mulheres da América do Sul*, sob pretexto que estas combatiam tão bem quanto os homens, quando na verdade, não apresentam nenhuma das outras características relativas ao amazonismo, particularmente o desprezo pelos homens, etc.]

[É a partir de um erro semelhante que se fala igualmente das *Amazonas de Daomé*. Um rei do Daomé, *Ghezo* (1818-1858), lutando contra os Iorubá, suseranos do seu país, utilizou todos os recursos nacionais de que dispunha para vencer. Foi deste modo que, para se apoderar da tutela do Benim, teve de criar companhias de cavalaria femininas que combateram com tal vigor, que os historiadores modernos assimilaram-nas às Amazonas. O facto de estas companhias terem sido criadas e dirigidas por homens demonstra que a situação destas mulheres foi radicalmente diferente da das Amazonas clássicas, que não podiam pensar em combater sob ordens masculinas. Não se trata aqui de uma organização feminina autónoma, no seio de uma sociedade masculina, cuja autoridade seria ignorada. Estas não são mais Amazonas do que aquelas que são membros dos Corpos auxiliares femininos dos exércitos europeus modernos. Todos os seus atributos lhes são provenientes do homem, que concebeu a sua formação; deste modo, estas não possuem nada de intrínseco e de comparável à autodeterminação das Amazonas. O ódio ao homem é-lhes desconhecido, possuem

a consciência de “recrutas” lutando unicamente pela libertação do seu país.]

O Matriarcado Fula

A sociologia da comunidade fula é, indubitavelmente, do maior interesse para as ciências humanas. Raros são os povos que deram tanto que falar. O conjunto das contradições aparentes que ali se encontram desencorajou, ou desorientou, frequentemente os investigadores. Encontramo-nos hoje perante as hipóteses mais extravagantes a seu respeito. Deste modo, compreende-se o interesse que apresenta uma documentação inédita acerca da sua sociedade.

A primeira dificuldade a ultrapassar consiste em conseguir explicar, partindo das hipóteses que se encontram na base do presente estudo, de que modo é que os Nómadas Fulas podem praticar o matriarcado. O inverso poderia parecer evidente. A resposta está relacionada com o conhecimento das origens deste povo. De onde são eles provenientes?

Com base em dois factores importantes, é possível afirmar, com quase toda a certeza, que os Fulas são originários do Egipto e que alguns de entre eles pertencem mesmo ao ramo régio das antigas dinastias faraónicas. Com efeito, são as noções ontológicas do BA e do KA que se encontram enquanto nomes totémicos essenciais dos Fulas. Ora, o nome totémico representa essencialmente um índice étnico na África Negra. BA-RA, BA-RI, KA-RA, KA-RÉ, todas estas designações mais compostas, visivelmente, por raízes egípcias, extraídas da teogonia mais autêntica e mais secreta. Sabemos que, até à revolução proletária que se produziu no final do Antigo Império, o Faraó, por si só, possuía um KA imortal e usufruía da morte osiriana.

Qualquer que seja a verdadeira essência do BA e do KA nos antigos Egípcios, o facto de os reencontrarmos, sob a forma de nomes totémicos, e sem qualquer dúvida possível nos Fulas, parece sustentar a tese de Moret que pretendia demonstrar o totemismo egípcio a partir da análise destas noções.³

Por outro lado, Moret afirmará acerca de BA e de KA:

O Ka, que vem unir-se ao zet, é um ser divino que habita no céu e só se manifesta após a morte...

Nos textos do Antigo Império, para dizer morrer, recorre-se à expressão “passar para o seu Ka”. Outros textos precisam que existe, no céu, um Ka essencial... este Ka... preside às forças intelectuais e morais; é ele que, simultaneamente,

informa a carne, embeleza o nome, e atribui a vida física e espiritual.

Uma vez reunidos os dois elementos, Ka e Zet formam o ser total que realiza a perfeição. Este ser possui propriedades que o tornam um habitante do céu, que se designa BA (Alma?) e AKH (espírito?). A Alma BA, figurada através do pássaro BA, detentora de uma cabeça humana, vive no céu... Assim que o rei se une ao seu KA, torna-se BA.⁴

Pouco importa se a interpretação de Moret é correcta ou não. Esta permite sublinhar a importância destes conceitos no pensamento egípcio.

Portanto, não é um mero acaso que o nome de KA seja o mais nobre e o mais autêntico dos nomes fulas.

Presumiu-se com frequência que os Fulas estavam na origem dos Brancos, que se teriam negrificado progressivamente por via da mestiçagem. A análise da língua fula, o seu parentesco gramatical profundo com as outras línguas do grupo africano (wolof, serer, egípcio antigo...), leva a supor o contrário⁵. Com efeito, se a França actual tivesse de se negrificar com a invasão progressiva de um povo exterior, mesmo em consequência desta transformação, o suporte da cultura, isto é, a língua, permaneceria francesa, mesmo caso a própria sociedade não tivesse sido abalada. Os novos mestiços continuariam a falar francês. Se os Fulas fossem um elemento conquistador, de um nível cultural superior, propagadores de uma civilização, provenientes não se sabe de onde, mesmo ao misturarem-se em tais condições de superioridade, é a sua cultura que deveria ser transmitida, é a sua língua que deveria ser imposta aos aborígenes da África, ao invés de se produzir o inverso.

Somos, portanto, forçados a supor que estes estavam na origem de autênticos africanos, progressivamente mestiçados com um elemento exterior. Apenas esta hipótese torna inteligível os factos constatados, permitindo explicar o motivo pelo qual, apesar da sua mestiçagem evidente, os Fulas falam uma língua negra, que não pode ser relacionada com nenhum grupo semítico ou indo-europeu; e que o matriarcado se encontre na base da sua organização social, apesar do seu nomadismo. De resto, estes possuem todos os traços culturais em comum com os outros povos mais ou menos mestiçados da África Negra: Iorubá, Sarcólês, etc.

Na medida em que os Fulas são de origem egípcia, estes foram Africanos sedentários, agricultores e praticaram o matriarcado. Em consequência da deslocação da sociedade egípcia antiga – desaparecimento da soberania – terão emigrado bastante tardiamente, com as suas

4. Moret, *L'Égypte et la Civilisation du Nil*; p. 212.

5. Cf. Apêndice.

3. Moret, *Des clans aux empires*.

manadas de bovinos. Por força das circunstâncias teriam, deste modo, passado da vida sedentária para a vida nómada. Compreende-se, então, que o matriarcado da primeira época continue a regulamentar as relações sociais; tanto mais que é sem dúvida abusivo falar de um nomadismo absoluto do Fula. Na verdade, este é seminómada: a África Negra está repleta de aldeias fulas habitadas em qualquer época do ano. Só a fracção jovem da colectividade caminha atrás dos rebanhos, atravessa províncias inteiras em busca de pradaria, para voltar a descer até ao ponto de partida com o fim da estação.

Poder-se-ia objectar que os nomes citados não são os únicos usados pelos Fulas. Certamente, sim; mas são os mais autênticos, uma vez que os Fulas não os partilham com nenhum outro povo da África, enquanto que os seus outros nomes podem ser utilizados por indivíduos de agrupamentos étnicos diferentes. Assim, *Diallo* é, simultaneamente, um nome fula e tukuler; *Sow* é, ao mesmo tempo, um nome fula e laobé, etc.

Esta explicação permite compreender, em simultâneo, o matriarcado do Fula, o seu nomadismo, o seu totemismo, as suas origens étnicas e as da sua língua. O matriarcado deste povo seminómada deixa de constituir uma objecção válida à tese aqui fundamentada.

Patriarcado Africano

Verifica-se que a tendência actual da evolução interna da família africana se orienta para um patriarcado mais ou menos atenuado pelas origens matriarcais da sociedade. Não é demais realçar o papel desempenhado, nesta transformação, por factores externos, tais como as religiões, Islão e Cristianismo, e a presença temporária da Europa em África.

O Africano islamizado é automaticamente dominado, pelo menos no que concerne à herança dos bens, pelo regime patriarcal. O mesmo sucede com o Cristão, quer seja protestante ou católico. Porém, para além disso, a legislação colonial tende a atribuir em toda a parte um estatuto oficial a estas opções privadas, tal como o comprova um julgamento sucedido em Diourbel em 1936, sob a Administração Champion, relativo à herança das terras da aldeia de Thiátou, perto de Gaouane: o diferendo foi decidido a favor do partido de Magatte Diop, que fazia prevalecer a herança patrilinear, em conformidade com o direito francês, e em detrimento da sobrinha do seu pai Gagne-Siri-Fall, irmã de Diéri Fall, que invocava a filiação matrilinear, válida essencialmente, fundamentava esta, para os *garmis*, isto, é, as famílias dinásticas e a nobreza.

Por fim, tornando-se mais fracas as ligações ancestrais, por força das exigências da vida moderna que desagrega as antigas estruturas, o Africano sente-se, cada vez mais, tão próximo do seu filho como do seu sobrinho uterino. Porém, em alguns povos que ainda não estão em contacto intelectual e moral com o Ocidente, tal como os Sereres, a herança matrilinear ainda prevalece. O filho não tem nada, o sobrinho herda tudo.

É também a estes três factores que convém imputar a transformação do nome das crianças que deixam de usar o do seu tio materno, isto é, o da mãe, para adoptar o do pai. Já observámos que em 1253, quando Ibn Batouta visitou o Mali, esta importante operação ainda não se tinha efectuado na família africana.

Poligamia

Tal como outros pensadores já o fizeram, Engels salienta que a poligamia não é específica de nenhum povo; foi e continua a ser praticada pelas classes sociais elevadas de todos os países, talvez não em graus diferentes, mas sob formas diferentes. Era comum na aristocracia germânica do tempo de Tácito, na Grécia, na época de Agamémnon, em toda a Ásia, no Egipto na família faraónica, e na dos dignatários da corte. Em todos estes países, sem prejuízo de danos morais, poder-se-ia usufruir deste luxo caso se possuísse os meios para tal; mas a monogamia era regra no seio do povo, em particular na África. Na medida em que a África é considerada enquanto a terra da poligamia, importa salientar este facto. Nas representações esculturais e pictóricas do antigo Egipto, a monogamia popular é comprovada pelos numerosos casais representados.

Ao que parece, assim sucedeu em toda a África da alta Idade Média, até ao século X, que marca a extensão do Islão às populações autóctones, pelos Almorávidas. A poligamia terá, então, tendência a generalizar-se, sem nunca deixar de representar o indício de um estatuto social. Por outro lado, não é raro ver-se cidadãos comuns que, procurando iludir-se acerca do seu próprio estatuto social, casam com várias mulheres.

É com este parágrafo acerca da poligamia que convém relacionar a investigação daquilo que designámos por mau tratamento da mulher africana. Uma vez mais, é a concepção patriarcal que irá esclarecer os factos de modo inteligível. Esta implica, efectivamente, uma dualidade relativamente rígida na actividade quotidiana de cada sexo. A divisão do trabalho socialmente aceite reserva ao homem as tarefas arriscadas, de poder, de força e de resistência; se, em consequência de uma

mudança de situação devido à intervenção de um qualquer factor externo – interrupção do estado de guerra, etc. – as tarefas do homem viessem a ser diminuídas, tanto pior para a mulher: esta não deixará de assegurar todos os trabalhos domésticos e outros que a sociedade lhe reserve. Isto porque o homem não poderia substituí-la sem ser desprestigiado aos olhos de todos. É impensável, de facto, que por exemplo, um Africano partilhe uma tarefa feminina com a sua mulher, tal como cozinhar, lavar a roupa, ou exercer funções de puericultura, abstraindo qualquer influência europeia, evidentemente. A diminuição das tarefas do homem provém da supressão das soberanias nacionais, que provoca o desaparecimento de uma fracção importante das funções de responsabilidade. Pode também ser sazonal, em função das culturas e das colheitas; nos países tropicais, com duas épocas, durante o longo período de seca, o desemprego involuntário é frequente nos homens, a quem a fraca actividade económica não permite manter ocupados. Nos campos, é o marido que cava a terra e é a mulher que semeia. Durante a colheita, é o marido que desenraíza os amendoins, por exemplo, e é a mulher que apanha. Na verdade, as preocupações campestres estão longe de ser tão rígidas e não é raro ver-se a mulher a concretizar algumas tarefas que não são demasiado penosas, como o cultivo do solo. Porém, podemos afirmar, com toda a certeza, que a fracção que cabe ao homem neste trabalho é claramente superior àquela que cabe à mulher. Geralmente, esta prepara os alimentos e trá-los para o campo, enquanto que aquele trabalha. Os viajantes europeus, que atravessam a África como um meteoro, trazem frequentemente descrições surpreendentes, compadecendo-se com o destino destas pobres mulheres, cujos maridos obrigam a trabalhar enquanto que os próprios permanecem à sombra. Em contrapartida, os Europeus que visitaram a África e ali se mantiveram durante um maior ou menor período de tempo, não sentem pena das Africanas: consideram que estas estão felizes.

De resto, esta situação não mudou desde a antiguidade; os casais que se observam nos monumentos africanos do Egipto estão unidos por uma ternura, uma amizade, uma vida íntima comum, absolutamente impossível de encontrar no mundo eurasiático da época: Grécia, Roma, Ásia... Este facto, por si só, tenderia a provar que o antigo Egipto não é semítico: na tradição semita, a história da terra começa pela queda do homem (mito de Adão e Eva). No Egipto antigo e no resto da África Negra, em todas as épocas – excluindo qualquer influência árabe –, o sequestro das mulheres vigiadas pelos eunucos, esta prática tão tipicamente eurasiática, é totalmente desconhecida.

EURÁSIA

A extensão da região considerada e a multiplicação dos factores a ter em conta, leva-nos a reter apenas os mais significativos de entre eles.

Matriarcado Neolítico

No VI milénio, após o degelo, com a amenização do clima, os homens agruparam-se em aldeias fortificadas ou em cidades lacustres. Não sabemos se se trata de Magdalenianos provenientes das cavernas, ou de uma raça nova originária da Ásia. Em todo o caso, os homens desta época já praticavam a criação e uma agricultura embrionária. Entre os animais domesticados, assinalam-se o boi, a ovelha, o porco, o cavalo e o cão. Para além disso, entre os cereais cultivados, sobretudo o trigo; o cultivo do linho fornecia as fibras para tecer (vestimentas). Os homens desta época eram, portanto, agricultores seminómadas e os especialistas da Pré-história atribuem-lhes a prática do matriarcado. É o caso de Menghin e Kern, citados por Turel.

Esta agricultura arcaica caracteriza-se pelo desbravamento através da enxada, pelo aperfeiçoamento com o machado, pela maça, o escudo de madeira, o matriarcado, os mitos lunares... O papel predominante da mulher no trabalho da fresagem foi a causa do matriarcado, que designa a concentração da vida humana em torno dos recursos da sua alimentação. A mulher, na posse das culturas, adquire a predominância social. A sucessão procede de mãe para filha e o homem entra na família da sua esposa...

Os agricultores primitivos não dão tanto valor aos ornamentos quanto os clãs totémicos. Parecem ter tido menos imaginação, as suas concepções são mais estreitas. Em contrapartida, eram amedrontados por acessos de temor religioso.

Na verdade, não possuímos documentos explícitos relativos à organização da família humana há 8 000 anos. As conclusões supra-referidas apenas puderam ser alcançadas analisando as sociedades actuais que se encontram no estado neolítico e extrapolando os resultados encontrados durante as épocas arcaicas. Concluimos apenas, com mais ou menos certeza, a existência, nesta época, de um culto da fecundidade graças à descoberta de estatuetas esteatopíguas (Vénus de Willendorf e outras), cuja área de expansão se estende da Europa Ocidental à Ásia, até ao Lago Baikal e ao Japão. É muito provável que "o papel predominante da mulher no trabalho da fresagem" seja exagerado. Em

qualquer época, parece ser natural que os trabalhos mais árduos sejam concretizados por homens, qualquer que seja a latitude. Não eram certamente as mulheres que fabricavam os instrumentos agrícolas, tal como as enxadas, etc. Também não foram elas que tiveram de desbravar os primeiros territórios virgens. O homem tinha que acumular esta tarefa com a da pesca e da caça, tal como acontece até aos nossos dias em muitas sociedades primitivas. A emergência do matriarcado está relacionada com o facto de, numa vida verdadeiramente sedentária, a mulher, ao invés de representar, praticamente, um peso morto na sociedade, poder trazer uma contribuição económica considerável e incomparável com aquela que é permitida pela vida nómada; e percebe-se, de imediato, que num regime desta natureza, esta é mais digna do que o homem na transmissão dos direitos de herança. Com efeito, mesmo na vida sedentária, o homem é relativamente mais móvel, tem menos ligações do que a mulher cuja missão social, ao que parece, consiste em permanecer no lar. O rapaz de uma família africana, por exemplo, é comparável a um pássaro em cima de uma galho: este pode voar a qualquer momento, é um potencial emigrante que, mesmo em alguns casos, não regressa ao lar. Por conseguinte, este apenas deve a sua perenidade às raparigas que lhe são relacionadas: daí a transmissão matrilinear dos interesses familiares. Se fosse o homem a transmiti-los, compreende-se que estes estariam rapidamente comprometidos, perdidos no exterior. Estas ideias são muito familiares aos Africanos, que conhecem bem a sua sociedade.

Na época das cidades lacustres, a julgar pela importância dos sistemas de defesa erguidos para se protegerem contra a natureza externa, inimigo primeiro, a precariedade da vida terá vindo a restringir o papel que a mulher podia desempenhar na sociedade: esta devia não só encontrar-se paralisada num temor religioso, mas também material, constantemente alimentada pela luta pela vida, contra os animais, as forças da natureza e os vizinhos. Alguns indícios levam certos autores a justificar a presença das estatuetas esteatopíguas com a chegada de populações meridionais, talvez africanas, para se instalarem na Eurásia do Sul, na época aurignaciana.

É o caso de Dumoulin de Laplante:

Foi então que uma migração de negróides de tipo hotentote teria, partindo da África Austral e Central, submergido a África do Norte, a Argélia, a Tunísia, o Egipto e trazido, à força, uma nova civilização à Europa mediterrânica: a Aurignaciana. Estes Bochimano foram os primeiros a gravar nas rochas desenhos grosseiros, e a esculpir estas estatuetas de calcário representando adiposas, monstruosas mulheres grávidas. Terá sido a estes Africanos que

*a bacia interior do Mediterrâneo ficou a dever o culto da fecundidade e da Deusa-Mãe?*⁶

A opinião de Furon, simultaneamente mais ténue, não deixa de constituir uma espécie de confirmação:

*Durante este tempo, na África e no Oriente, que ignoram o Salutreano e o Magdaleniano, os Aurignacianos negróides prolongam-se directamente numa civilização conhecida como Capsiana, cujo centro parece ser a Tunísia. A partir daqui, terá alcançado, por um lado, a África do Norte, a Espanha, a Sicília e a Itália do Sul, disputando assim a Bacia do Mediterrâneo com os Cáucacos e com os Mongóis; por outro lado, a Líbia, o Egipto e a Palestina. Terá, por último, dominado parcialmente o Saara, o Sudão, a África Central e até a África do Sul.*⁷

A propósito das estatuetas esteatopíguas, que temos vindo a tratar, Furon escreve:

*Com todas estas estatuetas com um "ar de família", seremos levados a admitir a ideia do culto da fecundidade, uma vez que seria inacreditável que a França, a Itália e a Sibéria tivessem sido povoadas por povos da mesma raça, negróides, cujas mulheres fossem todas esteatopíguas.*⁸

A presença de um elemento meridional negróide no Sul da Europa, durante a época aurignaciana, é comprovada através da presença do homem de Grimaldi.

Matriarcado Germânico

Tal como o matriarcado neolítico nórdico, se o matriarcado germânico fosse demonstrado, este tenderia a provar a universalidade do fenómeno. Porém, quer num caso como no outro, a escassez dos documentos invocados é da mesma ordem.

Nada é mais duvidoso do que este matriarcado germânico. Bémont e Monod, apoiando-se nos estudos de César e de Tácito, afirmam que:

O Germanos não conheciam o dote; mas a mulher oferecia tributos ao seu marido... O mero homem livre devia contentar-se com uma única mulher; a poligamia só era permitida aos nobres. Em algumas tribos, a viúva não podia voltar a

6. Laplante, Dumoulin de - *Histoire générale synchronique*; Paris, 1947, p. 13.

7. Furon, *Manuel d'archéologie préhistorique*; Paris, Ed. Payot, 1943, pp. 14-15.

8. *Id.*, p. 151.

casar-se; “a mulher toma um único esposo, tal como possui um único corpo, uma única vida, a fim de esta amar o seu casamento e não o seu marido” (Tácito). O pai de família tinha direitos alargados sobre a sua mulher, que podia escorraçar caso esta lhe fosse infiel, que podia até vender em caso de necessidade, bem como sobre os seus filhos que podia expor, sobre os seus alforriados e sobre os seus escravos; mas esta autoridade era interrompida relativamente ao filho maior de idade e à filha casada; mais velho, o pai já não contava como membro activo, era o filho que o substituíra. Os Germanos não conheciam os testamentos: os parentes mais próximos por consaguinidade herdavam com plenos direitos; as mulheres eram excluídas do legado da terra. Os rapazes eram iguais entre si; não existe qualquer vestígio seguro acerca do direito de primogenitura.⁹

É difícil considerar enquanto matriarcal um regime no qual, apesar de tudo, a mulher presenteia o marido, enquanto que este pode vendê-la caso seja necessário e expor os seus filhos, no qual aquela é excluída da herança da terra, e onde o filho é que herda do pai e não o sobrinho, no qual os parentes mais próximos por consaguinidade são herdeiros, exceptuando os de filiação uterina. Uma vez que a filha casada escapa à autoridade do pai e pode ser vendida pelo marido, isto significa que a mesma já não faz parte da sua família natural, contrariamente àquilo que aconteceria numa sociedade matriarcal. Encontramo-nos, portanto, na presença de um regime patriarcal, com as suas exigências mais atrozes, tal como a exposição das crianças: só num regime desta natureza é que o pai pode expor os seus filhos quando já não os pode alimentar, visto que, num regime matriarcal, os seus próprios descendentes não lhe pertencem. Neste último caso, é o tio que possui o direito de vender o seu sobrinho e é este último que herda do primeiro: daqui resultam as expressões wolof, anteriormente citadas.

A exposição das crianças e o enterro das raparigas em tenra idade, consideradas como bocas inúteis, eram práticas correntes em todo o mundo eurasiático patriarcal, onde isto surgia com frequência como uma dura necessidade. Com os hábitos ancestrais a ajudar, mesmo após a sedentarização, esta prática manter-se-á usual nos Gregos, quase estupefactos por ver os Egípcios elevar todas as suas crianças, sem distinção de sexo, ao invés de as expor, de entre elas, uma fracção considerável desde a nascença, nas imundícies materiais:

Mas o desejo de posteridade masculina, uma vez satisfeito, não impedia o sacrifício dos nascimentos ulteriores. Os Gregos salientaram, quase com

estupefacção, o facto de se aceitar, no Egipto, “elevar” todas as crianças: entenda-se que ali não se praticava, tal como na Grécia, a “exposição”, isto é, o abandono dos recém-nascidos gemendo entre os dejectos da vida material.¹⁰

O único factor que subsiste a favor de um matriarcado, após uma análise profunda da sociedade germânica, é deste modo acordado ao sobrinho, sobretudo em matéria de tomada de reféns, em que este é preferido ao filho. Ora, isto poderia efectivamente constituir uma prática introduzida pelos Fenícios, no âmbito dos contratos comerciais que estabeleciam com os Germanos.

Matriarcado Céltico

Só foi possível falar do matriarcado irlandês assimilando a este costume algumas práticas que lhe são estrangeiras:

Deste modo, Hubert cita Strabon – que parecia apoiar-se em Pytheas – para afirmar que os Irlandeses não conheciam nem mãe, nem irmã.

Segundo César, os Celtas da Grã-Bretanha possuem uma mulher por cada grupo de dez a doze homens, composto indistintamente por irmãos, pais e filhos. Aquele que trouxe a mulher para casa representa o pai nominal das crianças que nascem. Estamos na presença de um caso de poliandria que não deve ser confundido com o casamento em grupo.

A poliandria é o apanágio exclusivo dos Indo-Arianos, exceptuando os Semitas. Esta consiste em forçar uma mulher, contra a sua vontade, a assegurar a descendência de um grupo de irmãos ou outros. Assistiu-se ao seu desenvolvimento em Atenas, bem como aqui, em país anglo-saxão.

Ao que parece, por muito extraordinário que possa parecer, os Árabes terão contribuído de modo significativo para a educação refinada do homem ocidental da Idade Média. Cabe a estes o surgimento da vida da Corte.

Hubert explica a poliandria céltica pela inferioridade económica da mulher no sistema social: sendo os homens detentores de um interesse material em introduzir o menor número de mulheres possível no grupo. Este salienta que as Gaulesas realizavam o seu serviço militar tal como os homens, que acompanhavam para o combate.

O mesmo sucedeu com as Irlandesas correlativamente com o seu direito à propriedade fundiária. Estas só foram isentas progressivamente pela Igreja Cristã. Começaram inicialmente por readquirir o serviço militar entregando metade da propriedade à família.

9. Bemont, Ch. e Monod, G., *Histoire de l'Europe au Moyen-Age*; Vol I, Ed. F. Alcan, Paris, 1921, pp. 21 e 22.

10. Aymard, A. e Auboyer, J., *L'Orient et la Grèce antique*, op. cit., p. 49.

*A família normal dos Celtas, apesar destes factores excepcionais e destas relíquias do passado, é uma família quase exclusivamente agnática. As mulheres consituem o instrumento de um parentesco natural, mas não de parentesco civil. O descendente da filha não faz parte da linhagem do seu avô, excepto num caso: aquele em que um homem que não tem herdeiro masculino case a sua filha resguardando-se a criança que irá nascer, que se torna juridicamente não mais seu neto, mas sim seu filho. Esta família agrupa-se em torno de um lar que foi o centro do seu culto e não deixou de ocupar um lugar central na representação da sua essência e da sua unidade.*¹¹

A *patria potestas* (poder paternal) do chefe de família gaulesa é idêntica à do Romano. Segundo César, possuía o direito de vida e de morte sobre os seus filhos.

Nos Irlandeses, esta autoridade só tem um fim com a morte do pai, e aos 14 anos (idade do serviço militar) com os Gauleses; de seguida, o jovem entra então na clientela de um chefe. Ainda de acordo com César, citado por Hubert, o marido tinha o mesmo direito de vida e de morte sobre a sua esposa.

A poligamia era corrente.

*As concubinas, em irlandês bem urnadma, compravam-se nas grandes feiras anuais e por um ano.*¹²

A condição da mãe não exercia influência sobre a dos filhos.

A transmissão de um bem integral como a Realeza não se efectuava de pai para filho. Escolhia-se, de entre os agnados vivos, aquele que tinha maior direito – um irmão mais novo ou um primo, por exemplo.

Tal como em todas as sociedades Indo-Arianas, a sociedade celta possuía a sua plebe composta por “desclassificados” (sobretudo os que tinham perdido nos jogos de Inverno), desenquadrados expulsos das famílias para escapar a uma dívida de sangue ou de dinheiro, etc. Estes “sem lar nem abrigo” eram extremamente numerosos na Gália, segundo César.

A existência desta imensa classe fora da lei (Outlaws) leva H. Hubert a escrever:

*O mundo celta encontrava, nas suas instituições, motivações internas de evolução que as levavam, depois de ter constituído aristocracias, a criar plebes que tendiam a tornar-se democracias.*¹³

11. Hubert, H., *op. cit.*, p. 248.

12. *Id.*, *op. cit.*, p. 248.

13. *Id.*, *op. cit.*, p. 239

Encontram-se novamente os mesmos costumes consanguinários, tal como a “caça aos crânios” que era uma instituição cultural comum aos Gauleses e aos Irlandeses.

O autor que cita Posidónio demonstra que os cavaleiros suspendiam os crânios embalsamados dos inimigos mortos na garupa dos seus cavalos. Gabavam-se das avultadas somas oferecidas pelas famílias dos defuntos para recuperar estes troféus de caça.

Os mesmos foram encontrados como efígies na moeda Gaulesa.

A sociedade celta é, deste modo, claramente patrilinear e provida de todos os outros traços culturais relativos a esta tradição.

A filiação matrilinear naquele local traduz sempre uma anomalia, sempre que a sua existência não é contestável.

*A filiação de indivíduos como Cuchullain e Conchobar é apontada pelo nome da mãe. Estes eram de nascença incomum e, precisamente, os irlandeses atribuíam à família da mãe as crianças nascidas fora do casamento.*¹⁴

Matriarcado Etrusco

A sua existência não teria nada de surpreendente, tendo em conta a profunda influência meridional a que este povo deve ter sido submetido. No entanto, apesar de tudo, permanece extremamente duvidoso. Se adoptarmos, por um instante, a origem troiana dos Etruscos, relembramo-nos que Eneias, ao correr nas destruídas ruas de Tróia onde perdera a sua mãe, procurou sobretudo salvar o seu pai e o altar doméstico, o lar, segundo Virgílio: o fogo sagrado do lar não se apagará, apesar da longa travessia marítima até Roma, local onde servirá para fundar uma nova cidade, à maneira ariana. Sabe-se, segundo Fustel de Coulanges, que a manutenção de um fogo permanente representa uma tradição especificamente indo-europeia. Pode rezear-se, no máximo, que Virgílio tenha reconstituído as origens etruscas segundo as ideias romanas.

A presença de figuras de amazonas na arte etrusca constitui um argumento suplementar contra a existência do matriarcado na Etrúria.

14. Hubert, H., ler de um modo geral pp. 247 e 236 a 292.

Filhos de escravos rebeldes, os “Bonis” reconquistaram a sua liberdade e restauraram hoje, na floresta guianesa, o matriarcado africano. O marido volta para junto da sua mulher.

Amazonismo do Termodonte

A narrativa da tradição que se segue é extraída de Diodoro. Nas margens do Rio Termodonte, habitava outrora um povo governado por mulheres experientes, tal como os homens, na profissão da guerra. Uma de entre elas, revestida pela autoridade real, e notável pela sua força e pela sua coragem, formou um exército composto por mulheres, acostumando-o com a dureza da guerra, e servindo-se dele para submeter algumas povoações vizinhas. Tendo este triunfo aumentado o seu prestígio, esta marchou contra outros povos limítrofes. A fortuna que ainda lhe era favorável nesta expedição encheu-a de orgulho. A Rainha, que se proclamava filha de Marte, obrigou os homens a fiar a lã e a entregar-se a tarefas femininas; estabeleceu leis segundo as quais as funções militares pertenciam às mulheres, enquanto que os homens eram mantidos na humilhação da escravatura. As mulheres estropiavam as crianças do sexo masculino logo à nascença, pernas e braços, de modo a torná-las inaptas para o serviço militar; queimavam o mamilo direito às filhas para que a proeminência do seio não as incomodasse durante os combates. É devido a esta última razão que lhes é atribuída a designação de Amazonas. Por último, a sua Rainha, tão célebre pela sua sabedoria e pelo seu espírito guerreiro, fundou, na foz do rio Termodonte, uma cidade considerável, nomeada Temiscira e ali construiu um Palácio famoso. Esta teve o cuidado de implementar uma boa disciplina e, com a participação do seu exército, recuou os limites do seu império até Tanais. Finalmente, após numerosas explorações, teve uma morte heróica num combate, defendendo-se com valentia. A sua filha, que a sucedeu ao trono, imitando a mãe ciosamente, chegou a ultrapassá-la em várias coisas. Esta exercitava as jovens para a caça, desde tenra idade e, tornava-as familiar com as dificuldades da guerra. Instituiu sacrifícios sumptuosos em honra de Marte e de Diana, apelidada de Tauro (habitante da Táurida). Levando as suas armas para lá do Tanais, submeteu numerosas povoações alargando as suas conquistas até à Trácia. De regresso ao seu país, carregada de despojos, a mesma ergeu Templos esplêndidos a Marte e a Diana e conciliou o amor dos seus súbditos pela justiça do seu governo. De seguida, levando a cabo uma expedição para o lado oposto, conquistou uma grande parte da Ásia e expandiu o seu domínio até à Síria. As rainhas que lhe sucederam, enquanto herdeiras directas, reinaram com esplendor e ainda contribuíram para o poder e para o prestígio da nação das Amazonas. Após um grande número de gerações, tendo-se espalhado o rumor do seu valor por toda a terra de Hércules, filho de Alcmena e de Júpiter, recebeu de Eristeu, afirma-se, a tarefa de lhe trazer o cinturão

da Amazona Hipólita. Por conseguinte, Hércules empreendeu uma expedição e ganhou uma grande batalha, durante a qual destruiu o exército das Amazonas... Os Bárbaros revoltaram-se. Pentésiléia, filha de Marte e Rainha das Amazonas, uma sobrevivente ao massacre, combateu durante muito tempo ao lado dos Troianos, contra os Gregos, e morreu pela mão de Aquiles.¹⁵

Conclui-se, a partir deste texto, que as Amazonas da Ásia e as de África têm o mesmo comportamento. Ainda que de proveniência eurasiática, é da sua própria sociedade que estas têm aversão. As suas conquistas situam-se na Europa e na Ásia, excluindo a África. As últimas de entre elas combaterão ao lado dos Troianos, aliados do Egipto, contra a Grécia que personifica o regime patriarcal. Depois das suas primeiras vitórias, estas sedentarizam-se, constroem cidades e dedicam-se à agricultura, rejeitando a vida nómada.

*Tendo os seus empreendimentos guerreiros sido levados a bom porto, as heroínas vitoriosas proveram domicílios, fundaram cidades e dedicaram-se à agricultura.*¹⁶

Nas Amazonas, existe uma sucessão sistemática das rainhas ao trono. Isto é resultado de uma reacção a um regime patriarcal; não constitui uma característica do matriarcado. Neste último, à filha, herdeira e guardiã legítima do trono devido aos seus direitos invioláveis, é associado um homem – com frequência, o seu irmão –, que prepara e executa as grandes decisões de interesse nacional. Não existe, portanto, exclusivismo, mas sim associação. É este o motivo pelo qual os Reinos da Ásia Central, referidos por Turel, não devem ser considerados enquanto dominados pelo matriarcado:

*Ao lado destes fragmentos, vestígios de um sistema primitivamente muito mais vasto, os relatórios de autores chineses acerca do Estado gineocrático da Ásia Central (onde a mulher pôde conservar a sua predominância quer política, quer familiar, até ao século VIII da nossa era) merecem toda a nossa atenção.*¹⁷

A técnica de subjugação do homem é a mesma: este fia a lã. Sabe-se que esta era a actividade do rei asiático degenerado Sardanapalo.

O mesmo será dizer que este se cobriu com o vestido transparente das prostitutas

15. Diodoro, *op. cit.*, Livro II. Par. 45, 46.

16. Turel, *op. cit.*, p. 75.

17. *Id.*, *op. cit.*, p. 77.

e que se ocupou a cardar a lã, tal como Sardanapalo e os outros soberanos asiáticos correspondentes.¹⁸

Seria vão procurar o equivalente destes costumes em África e, em particular, no Egipto, abstraindo qualquer influência estrangeira.

Ásia: Reino da Rainha Semíramis

É ainda de Diodoro que se deve extrair a narrativa que relata as acções da rainha lendária Semíramis.

Uma vez que se trata da mais célebre de todas as mulheres de que tenhamos conhecimento, torna-se necessário mostrar de que modo, proveniente de uma condição humilde, esta alcançou um estado de glória. Filha de Vénus e de um pastor sírio, segundo a lenda, a mesma foi miraculosamente elevada por pombas que tinham feito ninho, em grande quantidade, no local onde tinha sido exposta. Os pastores, tendo descoberto a criança, entregaram-na ao chefe dos ovis reais chamado Simma: daí o nome Semíramis; outros afirmam que este nome significa pomba em sírio. Foi dada em casamento a Ménone, um cortesão do rei, que a levou a Nínive e de quem teve dois filhos, *Hyapaté* e *Hydaspe*. Semíramis foi associada a todos os trabalhos do seu marido, dada a sua inteligência. O rei Ninus procurou conquistar a Bácia; cercou a cidade de Bactram, mas foi repellido. Semíramis, que era subsequente ao rei devido à sua inteligência, encontrou uma saída afortunada para a empresa de Ninus, ao encontrar um meio de contornar as fortificações da cidade, ao mesmo tempo que distraía os defensores. Foi isto que lhe valeu a homenagem do Rei, que a pediu em casamento, propondo ao seu antigo esposo que lhe concedesse. Aquele, que ameaçava cravar os olhos ao seu cortesão em caso de recusa, viu o seu desejo satisfeito, mas este último enforcou-se e Semíramis tornou-se rainha. Ninus teve um filho com ela, Ninyas. Quando morreu, deixou a coroa a Semíramis. Atribui-se-lhe, se não a criação, pelo menos o embelezamento da Babilónia.¹⁹

Certamente, estes textos são lendários e não seria conveniente interpretá-los à letra. No entanto, Semíramis existiu tal como os outros soberanos lendários acerca dos quais a história crítica possui poucos documentos: Menés, Minos, as Amazonas, etc. A sociologia que procura, entre outras coisas, apreender a mentalidade dos povos, longe de se incomodar com estas lendas, encontra ali matéria para reflectir.

Através da sua análise, é possível alcançar as disposições sentimentais e sociais dos povos que as criaram. Como é evidente, teria sido necessário saber em que época a lenda surgiu, para além de saber se a mesma não terá sofrido modificações ao longo do tempo, isto é, se é de facto característica do período histórico ao qual se pretende atribuí-la. Sendo estas condições ideais, impossíveis de preencher, permanecerá sempre uma ampla parte de interpretação, que podemos, no máximo, esforçar-nos por restringir. Mas seremos certamente obrigados a proceder desta forma caso se pretenda tentar escrever a história destes primeiros períodos da humanidade, cujos escassos testemunhos sobreviveram.

Semíramis não é, como as rainhas africanas, princesa de nascença, consagrada rainha pela tradição. É uma cortesã de condição humilde, cujas circunstâncias favoráveis conduziram à tomada do poder. Representa, portanto, uma aventureira, tal como todas as rainhas asiáticas. Por detrás destas, nenhuma tradição matriarcal.

Ao considerar as três zonas, África, Europa e Ásia, é possível apresentar a situação da mulher do seguinte modo:

Em África – Egipto e Etiópia incluídos –, a mulher usufrui de uma liberdade igual à do homem, de uma personalidade jurídica e pode ocupar todas as funções (Candace, rainha da Etiópia é general superior do seu exército). Já é emancipada e nenhuma acto da vida pública lhe é desconhecido.

Na Ásia, por tradição, não é nada. Toda a sua fortuna se encontra na aventura e na vida cortesã – pelo menos no que concerne o berço ao qual limitámos a nossa análise. Aqui, a noção de concubina e de harém reveste todo o seu sentido.

Na Europa, na época clássica (Grécia, Roma), nenhuma aventura cortesã, nenhum representante, nenhum acidente poderia levar a mulher a reinar. Esta era sobretudo assimilável a uma escrava, na medida em que, não possuindo personalidade jurídica, não podendo sequer servir de testemunha, enclausurada no gineceu, não podendo participar em qualquer deliberação pública, o marido possuía o direito de vida e de morte, de venda sobre ela e sobre os seus filhos que podia expor. No entanto, as “prostitutas” são as únicas que usufruem da estima e da consideração da elite intelectual, sem contudo poder tornar-se “rainhas cortesãs” como na Ásia. Assim Aspásia foi amante de Péricles, que mandou embora a sua mulher legítima para viver com ela, apesar dos rumores públicos; assim sucedeu também com a cortesã grega

18. *Id.*, *op. cit.*, p. 148.

19. Diodoro, *op. cit.*, Livro II, par. 4.

Agathocleia com Ptolemeu IV Filotapor que matou o seu pai e a sua irmã-esposa Arsínoe, e as outras Gregas cuja mais célebre é Rhodophis.

A mulher europeia nem sequer será emancipada com o Código Napoleão, tal como sublinhou Engels: será necessário esperar o final da última guerra para ver a Francesa votar.

Voltando à Ásia, podemos afirmar que, tal como em Bizâncio, a sucessão ao trono só era regulamentada através da violência, da intriga, excluindo qualquer noção de matriarcado. Os reis persas adoptaram o hábito de nomear os seus sucessores em vida e, frequentemente, o assassinato político fazia o restante.

Segundo Maspero, Ciro trata da sua sucessão antecipadamente designando o seu filho mais velho, Cambises, que mata o irmão mais novo para evitar qualquer rivalidade.

Cambises é também o primeiro Ariano que casa com a irmã, de acordo com a tradição egípcia, sem que se tenha conhecimento, tendo em conta as suas numerosas crises de epilepsia e a sua depravação, – mencionadas por Heródoto – acto este que revelaria já uma intenção sádica e incestuosa.

Matriarcado Lício

Segundo Heródoto, Lício viria de Lico, filho de Pandião, rei de Atenas; mas os primeiros habitantes da Lícia teriam sido emigrados de Creta, sob o comando de Sarpedão, irmão de Minos. Os Lícios nomeavam os seus filhos exclusivamente segundo o nome da sua mãe.

*A sua genealogia baseava-se unicamente na filiação materna e era somente o estatuto social da mãe que classificava a criança. Nicolas de Damas completa estes dados com detalhes relativos aos direitos de sucessão exclusivamente reservados às raparigas e que, segundo ele, seria proveniente da tradição lícia, direito não escrito que Sócrates definiu como emanando da própria divindade.*²⁰

Não é o filho de Sarpedão que lhe sucede, mas a sua filha Laodâmia. Procurou justificar-se este costume lício pela necessidade de dotar as raparigas. Turel relembra a este respeito que em Roma se repetia, constantemente, que a rapariga sem dote casada desta forma não se distinguia da concubina.

O filho, segundo os testemunhos antigos, recebe do pai o dardo e a espada. Isto deve ser o suficiente para ultrapassar as necessidades da sua existência. Porém, se a rapariga é privada de herança, esta terá de sacrificar a sua virgindade para adquirir a fortuna que um esposo lhe assegura.

*... e, apesar da instituição das formas fundamentalmente patriarcais do seu povo, alguns autores áticos consideram que o melhor uso que se pode dar à fortuna materna consiste em entregar um dote à filha, a fim de preservar esta última da corrupção.*²¹

Não existe nada de surpreendente no facto de os Lícios praticarem o matriarcado se, de facto, estes forem originários de Creta, tal como reclama a tradição. No entanto, nos dados apresentados, permanece uma contradição maior que convém revelar. Num regime matriarcal, como já verificámos, é a pessoa que herda, isto é, uma rapariga, que recebe o dote em simultâneo, uma vez que é esta que não abandona o seu clã, a sua família. E isto é totalmente lógico e bem fundamentado em acontecimentos, quando se remonta até à origem. O facto de subordinar a herança da rapariga à necessidade de lhe conceder um dote no momento do seu casamento coloca-nos, assim, na presença de um regime patriarcal em pleno vigor, no qual a mulher deve compensar a sua inferioridade com o contributo de um dote ao seu marido. Portanto, é para satisfazer esta exigência imperiosa de dotar as raparigas em todas as sociedades indo-europeias, exigência que levava, por vezes, a suprimi-las ou a livrar-se delas através da venda, que parece ter levado ao acordo da entrega de um legado, uma herança que lhe possa servir de dote. Sendo este último injustificável fora das condições de vida patriarcal, seria vão procurar na sociedade gerco-romana, depois da sedentarização, uma razão material que o pudesse legitimar: o mesmo é um prolongamento de uma tradição que remonta à época da vida nómada. Por conseguinte, o matriarcado lício é no mínimo duvidoso. Este comporta, com efeito, dois factores contraditórios inconciliáveis à partida: a transmissão dos direitos políticos por via da rapariga, por um lado, o que resulta de um matriarcado autêntico e, por outro lado, o contributo de um dote para obter um esposo, costume proveniente do patriarcado não menos autêntico. Porém, não será uma tal justaposição de hábitos própria de uma zona de confluência como a Ásia Menor?

20. Turel, *op. cit.*, pp. 25 e 26.

21. *Id.*, *op. cit.*, pp. 60 e 61.

V. Comparação dos outros aspectos das Culturas Nórdica e Meridional

O estudo comparativo das estruturas meridional e nórdica, das suas realizações, pode ser generalizada e alargada a outras áreas que não a da família. Foi o tema desta análise que impôs o início a partir deste ponto. Por outro lado, não era indiferente saber, apesar das informações gerais, qual dos dois berços tinha, em primeiro lugar, oferecido à mulher a possibilidade de se emancipar.

A comparação da génese dos Estados, no norte e no sul, não é menos edificante.

Concepção do Estado Patriótico

A vida sedentária e nómada não deu apenas origem a dois tipos de família, mas também a duas formas de Estado. O colectivismo é a consequência lógica do sedentarismo agrícola. Este culmina, desde cedo, sobretudo no caso concreto do Egipto, naquilo que André Aymard designa *a vocação imperial* do Próximo Oriente.

África

Sabemos que a estrutura do Vale do Nilo exigiu da população, desde a sua instalação, empreendimentos e uma actividade geral comuns a todos os Nomos e a todas as cidades, por forma a fazer face a fenómenos naturais, tal como as cheias do rio. A obrigação de quebrar o enquadramento demasiado estreito, isolador, da família primitiva, isto é, do clã, a necessidade de um poder central forte, que transcendesse o indivíduo e coordenando o trabalho, a unificação administrativa e cultural, a noção de Estado e de Nação, tudo isto estava implicado nas condições materiais de existência. Para além disso, os clãs primitivos fundiram-se, desde cedo, para vir a constituir apenas divisões administrativas (os Nomos). O Estado surgiu com o seu aparelho de Governo aperfeiçoado até nos mínimos detalhes, sem que se possa apreender,

nem que seja através da lenda, a existência anterior de um período de vida nómada. O mesmo é válido para o Egipto, para a Etiópia e para o resto da África Negra.

O sentimento patriótico é, antes de mais, um sentimento de orgulho nacional. O indivíduo é subordinado à colectividade, uma vez que é do bem público que depende o bem individual; assim, o direito privado é subordinado ao direito público. O que não significa que o indivíduo seja um número negligenciável e que as civilizações meridionais, por oposição às nórdicas, atribuam pouca importância às unidades humanas, à personalidade humana.

Europa

Em contrapartida, nos Arianos, o estilo nómada da vida faz de cada clã, isto é, de cada família, uma entidade absoluta, uma célula autónoma, independente em todas as suas determinações, auto-suficiente do ponto de vista económico e outros. Para além disso, o chefe de família não tem que prestar contas a ninguém, nenhuma autoridade acima da sua, nenhuma religião acima da sua, nenhuma moral exterior à moral doméstica. Esta situação, originada durante a vida nómada, perpetua-se durante muito tempo após a sedentarização; Fustel de Coulanges demonstrou que o direito privado, nos Arianos, é anterior à fundação da cidade, e que é a razão pela qual, durante um longo período, o Estado não tinha qualquer poder para intervir na vida privada das famílias, isto é, em Roma e na Grécia, durante séculos, podia matar-se um filho, uma esposa, um escravo, ou vendê-los sem cometer um crime face ao Estado, que era então a Cidade. O poder público terminava à porta das casas.

*Os tempos em que o homem só acreditava nos deuses domésticos é também o tempo em que só existiam famílias. É verdade que estas crenças conseguiram subsistir depois, e até por bastante tempo, quando as cidades e as nações estavam formadas. O homem não se liberta facilmente das opiniões que alguma vez tiveram influência sobre ele.*¹

Tal como o autor salienta, estas instituições concebidas unicamente para a vida nómada, constituirão durante muito tempo um obstáculo para a evolução política e social depois da sedentarização.

É possível, assim, entrever um longo período durante o qual os homens não conheceram nenhuma outra forma de sociedade que não a da família. Foi

1. Coulanges, Fustel de, *op. cit.*, pp. 124 e 125.

deste modo que se produziu a religião doméstica, que não poderia ter emergido numa sociedade constituída de outro modo, e que deve mesmo ter sido um obstáculo para o desenvolvimento social. Assim, também foi estabelecido o antigo direito privado, que mais tarde entrou em conflito com os interesses de uma sociedade pouco alargada, mas que estava em perfeita harmonia com o estado de sociedade na qual tinha surgido...

*... Até mesmo na morte ou na existência que lhe sucede, as famílias não se misturam. Cada uma continua a viver à parte no seu túmulo, de onde o estrangeiro é excluído. Cada família possui também a sua propriedade, isto é, o seu bocado de terra que lhe está ligada inseparavelmente pela sua religião: os seus deuses Termes guardam o recinto, e os seus Manes velam por ela. O isolamento da propriedade é tão obrigatório que dois domínios não se devem confinar um ao outro e devem manter entre si uma extensão de terreno que seja neutra e inviolável.*²

A contiguidade, mesmo entre duas casas, era um sacrilégio. Com a formação das cidades, a lei do isolamento prevaleceu.

*Entre duas cidades vizinhas, existia algo de mais intransponível que uma montanha: era a série dos limites sagrados, era a diferença dos cultos, era a barreira que cada cidade erguia entre o estrangeiro e os seus deuses.*³

Nada devia ser comum entre duas cidades. Devido à religião, nenhuma outra forma de organização social que não a cidade era possível. Cada uma era soberana, possuía o seu próprio sistema de pesos e medidas, o seu calendário e as suas festas, os seus anais, e não podiam conceber nenhuma autoridade transcendente. Quando uma cidade era vencida, afirma Fustel de Coulanges, a mesma podia ser saqueada, os seus habitantes podiam ser mortos ou vendidos como escravos, mas não era possível substituir a soberania estrangeira à dos seus cidadãos e governá-la como uma colónia. A própria natureza das instituições opunha-se, portanto, à unificação dos territórios para a formação de uma nação.

Deste modo, é na sequência de uma influência externa, provavelmente meridional e egípcia, com a ajuda da alteração das condições de vida, que os Greco-Latinos acederam, gradualmente, à noção de uma unidade nacional, de um império. Fustel de Coulanges refere justamente:

Se compararmos as instituições políticas dos Árias do Oriente, com a dos Árias do Ocidente, não se encontra quase nenhuma analogia. Se compararmos, em

2. *Id.*, *op. cit.*, p. 239.

3. *Id.*, *op. cit.*, p. 126.

contrapartida, as instituições domésticas destes diversos povos, percebemos que a família era constituída segundo o mesmo princípio que a Grécia e a Itália.⁴

Enquanto que as instituições domésticas dos Arianos lhes pertencem integralmente, as suas instituições políticas parecem ter sido provenientes do exterior.

Este particularismo das instituições que não leva em consideração o caso do estrangeiro, com a xenofobia como sua consequência lógica, justifica o patriotismo desenfreado dos antigos greco-latinos. O homem livre, quando era estrangeiro numa cidade, pelo menos até às primeiras revoluções, devia obrigatoriamente tornar-se “cliente”, isto é, escravo, de um habitante da cidade que o protegia. *A ideia de um estrangeiro livre e usufruindo de uma personalidade jurídica não aflorava os Greco-Latinos. Matar um estrangeiro não representava um crime; não prevendo as leis o seu caso, não podia apresentar queixa contra ninguém e não podia ser julgado por nenhum tribunal. Só se era homem no seu próprio lar.*

A pequena pátria era o recinto da família, com o seu túmulo e o seu lar. A grande pátria era a cidade, com o seu Pritaneu e os seus heróis, com o seu recinto sagrado e o seu território marcado pela religião. Terra sagrada da pátria, afirmavam os Gregos. Não era uma palavra vã. Este solo era verdadeiramente sagrado para o homem, tendo em conta que era habitado pelos seus deuses. Estado, Cidade, Pátria, estas palavras não representavam uma abstracção, tal como nos modernos; estas representavam realmente todo um conjunto de divindades locais com um culto a cada dia e crenças poderosas acerca da alma...

*...Uma tal pátria não representa um mero domicílio para o homem. Caso abandone as suas muralhas sagradas, caso ultrapasse os limites sagrados do território, este jamais encontrará uma religião ou laço social de qualquer espécie. Em qualquer outro lado que não a sua pátria, este encontra-se excluído da vida regular e do direito; em qualquer outro local, este permanece sem deus e fora da vida normal. Só ali é que ele possui a sua dignidade de homem e os seus deveres. Só ali é que ele pode ser um homem.*⁵

O patriotismo greco-latino, nórdico, é portanto especificamente diferente do patriotismo egípcio-africano, no que concerne às razões que estão na sua origem. A xenofobia dos países nórdicos, por oposição à xenofilia dos países com regime matriarcal, era tal que, durante a época de Heródoto, no século V, só um adivinho é que tinha adquirido

*a nacionalidade ateniense, enquanto que no Egípcio, segundo Fontanes, desde a XII^a dinastia, Negros, Brancos e Amarelos já eram admitidos a viver como cidadão iguais.*⁶

Quanto mais a força do direito privado revelava, no início da formação das cidades, a existência de um período nómada anterior, do mesmo modo o direito público vai sobrepor-se, com o tempo, às instituições privadas; e, no final, a vida do indivíduo estará completamente subordinada à do Estado. Na verdade, a liberdade individual só existiu na época patriarcal e unicamente para os chefes de família. Actualmente, já não existe para ninguém, com o reforço da autoridade da Cidade-Estado; este encarrega-se da educação das crianças, pode dar ordens a cada cidadão daquilo que deve fazer, exila aqueles de entre os quais são demasiado virtuosos (ostracismo), intervém até nos sentimentos dos cidadãos.

*Não existia nada no homem que fosse independente... A vida privada não escapava à onipotência do Estado. Muitas cidades gregas proibiam o homem de permanecer solteiro. Esparta punia não somente aquele que não se casava, mas também aquele que o fazia tardiamente. O Estado podia determinar o trabalho a Atenas e a ociosidade a Esparta. Exercia a sua tirania até nas mais pequenas coisas; em Lócrida, a lei proibía os homens de beber vinho puro; em Roma, em Mileto, em Marselha, proibía-o às mulheres: Era corrente que a tradição fosse fixada invariavelmente pelas leis de cada cidade; a legislação de Esparta regulamentava o penteado das mulheres, a de Atenas proibía-as de levar mais de três vestidos para viajar. Em Rodes, a lei proibía que se fizesse a barba, em Bizâncio, punia com uma multa aquele que possuía uma lâmina de barbear; em Esparta, pelo contrário, exigia-se que se desfizesse o bigode. O Estado tinha o direito de não tolerar que os seus cidadãos fossem disformes. Por conseguinte, este ordenava ao pai que tivesse um filho desta natureza que o matasse. Esta lei vigorava nos antigos códigos de Esparta e de Roma. Não temos conhecimento se o mesmo existia em Atenas; sabemos apenas que Aristóteles e Platão o inscreveram nas suas legislações ideais. Existe, na história de Esparta, uma característica que Plutarco e Rousseau admiravam grandemente. Esparta acabava de ser submetida a uma derrota em Leuctra e muitos dos seus cidadãos tinham perecido. Dada esta notícia, os pais dos defuntos tiveram de se mostrar publicamente com um rosto de felicidade. A mãe que sabia que o seu filho tinha escapado ao desastre e que ia voltar e vê-lo demonstrava aflição e chorava. Aquela que sabia que não voltaria a ver o filho dava provas de alegria e percorria os templos agradecendo aos deuses. Tal era, portanto, o poder do Estado que ordenava a inversão dos sentimentos naturais e que era obedecido!*⁷

4. *Id.*, op. cit., p. 125.

5. *Id.*, op. cit., pp. 233 e 234.

6. Fontanes, Marius, *Les Égyptes*; Paris, 1880. p. 169.

7. Coulanges, Fustel, op. cit., p. 265-266.

O que resta então da liberdade individual que parecia tão característica do berço nórdico desde a antiguidade? Nada para o período que nos interessa; observámos que a mesma deixou de existir pouco depois da sedentarização e que, mesmo anteriormente, só era válida para o *pater familias*.

Com o contacto dos Estados meridionais e com o fim da vida nómada, os Nórdicos vão conceber um tipo particular de Estado que permanece marcado de sequelas do período precedente. Este culmina rapidamente num totalitarismo que qualificaríamos de “nazi” actualmente, e que não tem correspondente no sul, Egipto, Etiópia e no resto da África Negra. É bastante provável que o cidadão egípcio tenha sido esmagado pelo peso dos impostos e dos trabalhos árduos durante a época da construção das Pirâmides, mas nunca conheceu esta intromissão do Estado na sua vida privada. É impossível citar, na história do Egipto antigo, da Etiópia e da África Negra, um único caso em que a autoridade estatal tenha imposto expor as crianças pelo simples facto de terem nascido disformes, ou de permitir a limitação do seu nascimento. Pelo contrário, o respeito pela vida, pela pessoa humana era de tal modo que, segundo Heródoto, quando um cidadão núbio era condenado à morte, o Estado contentava-se em intimá-lo com a ordem de se suprimir, mas a sua própria mãe velava então, por patriotismo e por civismo, pela execução da sentença e encarregava-se ela própria caso o filho viesse a falhar. Isto relembra, certamente, a morte de Sócrates, condenado a beber o suco da cicuta. Porém, a influência meridional nos países nórdicos não se limitou ao âmbito estatal, esteve presente também ao nível da legislação, para a melhoria das condições de vida e pela igualdade dos cidadãos. Quando Sólon foi designado palos Atenienses para lhes redigir um Código que viesse a gerir as suas vidas pública e privada, este inspirou-se oficialmente na Sabedoria egípcia. Platão refere que aquele se deslocou ao Egipto para se iniciar junto dos sacerdotes que, outrora, consideravam os Gregos como crianças; na verdade, eram simplesmente mais jovens na via da civilização.

Seria possível conciliar este lugar atribuído ao indivíduo nas sociedades meridionais com os casos de sacrifícios humanos que ali detectámos? Na realidade, estes são comuns a toda a humanidade. **Nos Gregos, originariamente, comiam-se os inimigos vencidos, crus ou cozidos; encontram-se vestígios deste costume na Ilíada.** Agamémnon, general superior dos Gregos, sacrifica a sua filha Ifigénia, antes da partida para Tróia, a fim de se conciliar com os deuses da Vitória. O seu avô já tinha servido ao seu irmão, à mesa, a carne dos seus sobrinhos. Foi esta, segundo a tradição, a origem do destino pavoroso que se abateu no ramo dos Átridas, isto é, de Agamémnon. Nos Hebreus, Abraão

marca a delimitação; é a partir deste que os costumes são suavizados, que se começam a substituir os seres humanos por animais, destinados ao sacrifício. A substituição de Isaque, seu filho, pelo carneiro trazido por um anjo após a terrível ordem divina que a tradição tem tanta dificuldade em justificar, só pode ser interpretada desta forma.

No Egipto, cenas representando, talvez, sacrifícios humanos que remontam à Pré-história estão esculpidas na Paleta de Narmer, descoberta por Quibell em Hieracômpolis. Em contrapartida, ao que parece, os Hebreus ainda os praticavam até ao século V, no tempo em que Heródoto visitou o Egipto. Foram igualmente assinalados em algumas tribos germânicas.

Na África Negra, apenas subsistiram de modo muito parcial em Daomé, no país Mossi, contrariamente à opinião generalizada. Quanto à antropologia propriamente dita, nos casos reais, esta está sobretudo relacionada com a penúria económica, tal como foi o caso na Europa durante a Idade Média, ou na Antiguidade, para as armadas de Cambises em marcha contra a Etiópia.

A diferença dos berços não engendrou unicamente, portanto, duas famílias diferentes; esteve de igual modo na origem de dois tipos de Estado irredutíveis um ao outro. Mas a Cidade-Estado nórdica, que é uma organização sedentária baseada nas ideias adquiridas sob a vida nómada, revelar-se-á a menos adaptada às novas condições de vida dos cidadãos que a servem. Explodirá então, por assim dizer, debaixo dos nossos olhos na época pré-histórica, para dar lugar ao tipo de Estado meridional: aquele que poderíamos designar de Estado territorial, por oposição à Cidade-Estado, recobrando várias cidades e transformando-se, por vezes até, em Império. Tal foi a evolução da cidade Romana, até ao momento do seu apogeu durante o qual podia considerar o Mediterrâneo como um mar interior: *mare nostrum*.

A evolução do patriotismo será corolária com a do Estado, com o desaparecimento da xenofobia ariana.

Realeza

Os imperativos da vida agrícola colectiva exigiram, desde cedo, a existência de uma autoridade temporal, coordenadora, que não tardou em transcender a sociedade para adoptar um carácter sobrenatural, divino.

Desde o início, o rei é deus. Não por imagem, a fim de lembrar o seu poder e a sua superioridade sobre o homem comum. É, pelo contrário, a expressão

*literal de uma crença que constitui uma das particularidades essenciais do Egipto. A crença, aliás, evoluiu, mas nunca perdeu o seu vigor.*⁸

A ideia de Rei-Deus parece nunca ter particularmente retido a atenção dos Arianos; os reis, com eles, eram no máximo intermediários entre a divindade e o comum dos mortais, a quem transmitiam as ordens divinas no âmbito de uma cerimónia ritual bem estabelecida. Porém, estes eram homens aos olhos de todos e mesmo nas épocas mais recuadas.

Neste tempo, em que a função social do rei ariano ainda não era supérflua, este último, salienta Fustel de Coulanges, usufruía de uma autoridade sagrada e inviolável. A realeza era realmente vivida pelo povo e o soberano dispensava completamente o aparelho repressivo, de que os Estados modernos precisam para se fazerem obedecer.

*A realeza estabeleceu-se muito naturalmente, em primeiro lugar na família, mais tarde na cidade. Esta não foi imaginada pela ambição de alguns; surgiu de uma necessidade que era manifesta aos olhos de todos. Durante longos séculos, foi pacífica, honrada, obedecida. Os reis não tinham necessidade de recorrer à força material; não possuíam nem exército, nem finanças; porém, apoiados por crenças que eram poderosas acerca da alma, a sua autoridade era sagrada e inviolável.*⁹

Reinava, assim, uma confusão do sacerdócio e do poder temporal. Era-se verdadeiramente rei-sacerdote, intérprete da vontade divina, mas não deus. Quando a realeza for derrubada, mantendo-se as crenças religiosas, recorrer-se-á à “sorte” para conhecer a vontade divina relativamente aos magistrados.

*Platão exprimia o pensamento dos Antigos quando afirmava: “o homem que o destino designou, diz-se caro à divindade e consideramos justo que comande. Para todas as magistraturas que têm a ver com as coisas sagradas, deixando à divindade a escolha daqueles que lhe convêm, entregamo-nos ao destino.” A cidade acreditava assim receber os seus magistrados de deus.*¹⁰

As motivações que presidem à escolha do Rei Africano, daquele que poderíamos chamar de primeiro magistrado, são totalmente diferentes. Não são deuses que designam o candidato mais apto, por intermédio de um sorteio e com base num critério que se desconhece.

A escolha do africano, seja ele egípcio antigo, etíope, ou cidadão do resto da África Negra, em particular Bantou, está relacionada com a concepção que este tem acerca do mundo dos seres, das essências; assim, a toda uma ontologia, a toda uma metafísica a que o R. P. Tempels designa “A filosofia Bantou”. Todo o universo está fragmentado numa série de seres, de forças quantitativamente diferentes, e portanto, também qualitativamente. Daqui resulta uma hierarquia ou ordem natural. Cada uma destas parcelas de essências, de seres ontológicos, emerge por intermédio de um corpo material animado ou inorgânico. Estas forças, que se dizem vitais, são aditivas, isto é, se eu carregue em mim, sob a forma de talismã, amuleto, fétiche... – designar-se como bem se entender – o órgão onde a força vital de um animal é suposta estar localizada (garra ou presa de leão, por exemplo), acrescento esta força à minha. Para que um inimigo proveniente do exterior me possa destruir de modo ontológico, e por via das consequências, de modo físico, é necessário que totalize, por meios similares, uma soma de força vital superior àquela de que disponho agora que me associei à do leão. Este universo de forças é submetido a uma gravidade, uma espécie de lei de gravitação que exige que a posição de cada corpo exista naturalmente em função do seu peso do ser, da sua quantidade de força vital. O contrário romperia a harmonia universal e a concretização natural dos fenómenos seria gravemente abalada. É a uma desordem ontológica deste tipo que se imputa a emergência das secas, as más colheitas, as nuvens de gafanhotos, as epidemias de peste, etc. Portanto, é a ordem e a harmonia universais que exigem que cada ser animado ou inorgânico esteja no seu lugar e que, em particular, o homem correcto ocupe o lugar correcto.

Tal é a necessidade que preside à escolha do rei. Este deve ser, de entre todos os seres vivos, aquele que dispõe da maior quantidade de força vital. Só nesta condição é que o país não atravessará calamidades. Compreende-se, deste modo, por que motivo, segundo Heródoto, os Etíopes Macróbios designavam como rei o mais forte e o mais sábio de entre eles. Penetramos igualmente no sentido profundo da celebração do ZED no Egipto, conhecida como a supressão ritual do Rei. Trata-se, quando este resulta de um longo reinado e de uma certa idade, quando perdeu realmente o seu vigor aos olhos de todos, de lhe renovar através de rituais mágicos que, diríamos nós, só podem incrementar a sua força vital já que, no final da cerimónia, o rei está aparentemente tão velho quanto antes. Se o seu vigor mudou, só é possível de um modo ontológico, no âmbito daquilo que se pode designar, num ser, a sua força vital.

Ao que parece, nos tempos primitivos, o rei era pura e simplesmente entregue à morte, depois de um certo número de anos a reinar, ao fim

8. Aymard, A. e Auboyer, J., *L'Orient et la Grèce antique*, op. cit., p. 22.

9. Coulanges, Fustel, op. cit., p. 208.

10. *Id.*, op. cit., p. 213.

dos quais se considera que o vigor, que lhe permitia assegurar a sua função, se esgotou.

Durante o reinado, renovam-se cerimónias do mesmo género. São jubileus; mas o sentido da maior parte de entre elas é mais rico do que o de simples festas. Trata-se de voltar a dar ao rei, na frescura vigorosa de outrora, estas forças religiosas e mágicas de que depende a prosperidade do país. Sem dúvida, estas cerimónias representam a adaptação de costumes brutais que, inicialmente, culminavam na sua morte e na sua substituição por um sucessor mais jovem.¹¹

Seligman demonstrou que esta concepção vitalista do Egipto antigo é também a do resto da África Negra, mesmo actualmente¹². Em alguns povos de África, o rei é efectivamente entregue à morte depois de uma duração variável de reinado, que é de dez anos nos Mboum da África Central, e a cerimónia tem lugar antes da colheita do painço. Entre os povos que ainda praticam a execução ritual do rei, deve citar-se os Iorubá, os Dagbani, os Tchamba, os Djoukon, os Igara, os Songhai, os Ouaddaï, os Hausa de Gobir, do Katsina e de Daoura, os Shilluk¹³. Esta prática existia igualmente no antigo Meroé, isto é, no Sudão de Cartum, no Uganda-Ruanda.

Um rei desta natureza era simultaneamente o sacerdote que, no Egipto, delegava as suas funções sacerdotais a um oficiante que as cumpria diariamente no templo.

O rei africano distingue-se do rei nórdico pela sua essência divina e pelo carácter vitalista das suas funções. Um deles é um homem-sacerdote, o outro é um deus-sacerdote entre os viventes: o rei do Egipto é de facto o Deus Falcão, Hórus, vivendo para o maior benefício de todos, mesmo na sua actividade desportiva:

Caçando e pescando, este ainda cumpre a sua função convencional de soberano, uma vez que se mostra sempre, consequentemente, hábil, poderoso e preocupado, pelo menos na caça – mesmo o crocodilo e o hipopótamo existem nos pântanos – em purgar o país de animais selvagens.¹⁴

O rei no Egipto e na Etiópia era também o primeiro agricultor: é frequentemente visto nas representações dando a primeira pancada com a picareta (como sinal de bênção?) para dar início à escavação

de um canal. Segundo Caillaud, que descobriu Meroé, era chamado de primeiro agricultor, no país de Sennar, isto é, na Núbia. É a ele que se deve a fertilidade dos campos e a ausência de calamidades sociais de qualquer espécie. Para além disso, era considerado normal que este reservasse – ritualmente, por assim dizer – uma parte das colheitas de cada um para o mantimento da sua própria família e dos seus servos.

Assim sucedeu durante os primeiros reinados, até que o aparelho administrativo introduziu a corrupção. Como é evidente, a função de defesa do país cabia também ao rei, mas nos países meridionais agrários, durante períodos alargados de paz, o papel militar do rei era relegado para segundo plano, depois do seu papel sacerdotal e agrícola. As coisas aconteceram desta forma até à época em que o mundo meridional foi ameaçado e invadido pelo mundo indo-europeu, no decorrer do segundo milénio.

Numerosos soberanos egípcios parecem ter vivido pacificamente, e o frequente elogio da paz, com acentos quase modernos, não representa a originalidade menos notável da própria literatura oficial do Egipto.¹⁵

Nem a guerra era o apanágio do sul, antes da guerra dos Nórdicos, nem a agricultura era o do berço setentrional. Foi portanto, muito provavelmente, com o contacto com o mundo meridional da época egeia que os invasores nórdicos da Grécia e da Itália, adoptaram, gradualmente, o hábito de praticar, de respeitar, e até mesmo de considerar finalmente a agricultura enquanto sagrada, tal como é tradição no berço meridional. Existe, de facto, contradição no que concerne à divinização do cultivo do solo por nómadas. Para além disso, diversas provas demonstram que, na península itálica, foram os Etruscos que iniciaram os Romanos até no traçado ritual da cidade com o arado. Na Grécia, a tradição faz remontar a Cécropé e Egito, ambos filhos de Egipto, a adopção da agricultura como actividade nacional.

Religião

No domínio da religião, de igual modo, a diferença não é menos significativa entre as concepções nórdica e meridional.

Mircéa Eliade, em *Histoire des religions*, quis demonstrar o carácter universal de algumas crenças religiosas, tal como os rituais ctónico-agrários, que poderíamos encontrar de forma mais ou menos significativa, em todas as sociedades na sua origem. No entanto, uma análise

15. *Id.*, op. cit., p. 26.

11. Aymard, A. e Auboyer, J., op. cit., p. 24.

12. Seligman, A *Study in Divine Kingship*; Londres, 1934.

13. Westermann e Baumann, *Peuples et Civilisations de l'Afrique*; trad. Mlle Homburger, Payot, 1941, p. 328.

14. Aymard, A., op. cit., p. 25.

atenta dos factos obriga a rejeitar este ponto de vista. É contraditório, por exemplo, que a cultura e o pensamento religioso de um povo nómada se inicie por rituais agrários. Terá sido, portanto, depois da sedentarização que os nómadas arianos terão adoptado, ao mesmo tempo que a agricultura, os rituais e a religião corolária. De modo que, se não tivermos em conta a cronologia, corremos o risco de generalizar crenças que, originalmente, eram extremamente localizadas.

Eliade mostrou, de facto, que com a descoberta da agricultura surgiu uma religião fundada numa Tríade cósmica, transformada em atmosférica: o Ciel, ou Deus-Pai, por intermédio da chuva, fecunda a Terra, ou Deusa-Mãe para que nasça a Vegetação-Filha. Estas três divindades cósmicas não tardaram a antropomorfizar-se – entenda-se, encarnar em seres humanos – nas pessoas de Osíris, Ísis, Hórus, mas numa época em que, sem dúvida, os Arianos ainda eram nómadas e praticavam um culto claramente diferente, sobre o qual a linguística comparada permite obter alguns esclarecimentos. O testemunho de César é peremptório sobre este ponto e atesta que, até uma época recente, as crenças nórdicas e meridionais permanecem distintas.

*Os costumes dos Germanos são muito diferentes: porque não possuem qualquer druida para presidir ao culto e não se preocupam, de todo, com sacrifícios. Apenas consideram os deuses que apreendem e cujas beneficiências são sensíveis, o sol, Vulcano e a lua: nem sequer ouviram falar dos outros.*¹⁶

Com Tácito, já se percebe a influência meridional nos Germanos Suevos (actuais Suábios) que *sacrificam a Ísis*, começando assim a adoptar os rituais agrários do sul. Vendryès mostrou qual foi a extensão e a profundidade desta influência religiosa meridional recente.

Com Fustel de Coulanges, ficamos a saber que a base religiosa da família patriarcal nómada é o culto dos Antepassados:

Constitui uma grande prova da antiguidade destas crenças e destas práticas, o facto de as encontrar simultaneamente nos homens da margem do Mediterrâneo e nos da península indiana. Certamente, os Gregos não adoptaram esta religião dos Hindus, nem estes últimos dos primeiros. Mas os Gregos, os Italianos, os Hindus pertenciam a uma mesma raça; os seus antepassados, numa época muito recuada, tinham vivido em conjunto na Ásia Central. Foi ali que conceberam, em primeiro lugar, estas crenças e estabeleceram estes rituais. A religião do fogo sagrado data, assim, da época longínqua e obscura em que ainda não existiam nem Gregos, nem Italianos, nem Hindus, e em que só existiam Árias. Quando as tribos se separaram umas das outras, transportaram

*este culto com elas, umas nas margens do Gange, outras nas do Mediterrâneo. Posteriormente, entre estas tribos divididas e que já não tinham relação entre si, umas adoraram Brama, os outros Zeus, e outros ainda Jano; cada grupo providenciou os seus próprios deuses. Porém, todos conservaram, como um legado antigo, a religião primeira que tinham concebido e praticado no berço comum da sua raça.*¹⁷

Segundo o autor, visivelmente, os deuses da Natureza, tal como Zeus, foram adoptados tardiamente, contrariamente à opinião que faz remontar a sua origem ao tempo das estepes e que se baseia em analogias linguísticas, no mínimo duvidosas. Ao demonstrar que não faz parte da sua natureza íntima não serem adorados pelo estrangeiro, não serem xenófobos, este opõe-os aos deuses do lar que não saberiam submeter-se à presença ou à veneração do estrangeiro. O culto doméstico separava os indivíduos até na morte, porque até mesmo além-túmulo, as famílias não se misturavam. Este teve durante muito tempo a supremacia em relação aos outros cultos; Agamémnon, generalíssimo vitorioso, regressando de Tróia, dirige-se em primeiro lugar ao seu lar para lhe agradecer:

*[Não é a Júpiter que este vai agradecer; não é num templo que ele vai manifestar a sua alegria e a sua gratidão; este oferece o sacrifício da acção de graças ao lar que se encontra na sua casa.]*¹⁸

Inicialmente, as divindades nacionais eram elas próprias domésticas e pertenciam a famílias privadas.

*Foi necessário muito tempo antes que estes deuses saíssem do seio das famílias que os tinham concebido e que os viam como património pessoal. Sabemos até que muitos de entre eles nunca se libertaram desta ligação doméstica. A Demetra de Eulêsis permanece a divindade particular da família dos Eumolpides; o Ateneu da Acrópole de Atenas pertencia à família dos Butades. Os Potitii de Roma tinham um Hércules e os Nautii uma Minerva... Acontece que, com o passar do tempo, a divindade de uma família que tivesse angariado um grande prestígio na imaginação dos homens e parecendo poderosa proporcionalmente à prosperidade desta família, qualquer cidade desejava adoptá-la e prestar-lhe um culto público para obter os seus benefícios. Foi o que aconteceu com a Demetra dos Eumolpides, com o Ateneu dos Butades, e com o Hércules dos Politii.*¹⁹

17. Fustel de Coulanges, *op. cit.*, p. 26.

18. *Id.*, *op. cit.*, p. 23.

19. *Id.*, *op. cit.*, pp. 140-141.

16. César, *La Guerre des Gaules*, Livro I, cap. 21.

Este carácter privado, doméstico, constitui um traço comum aos deuses arianos e semíticos. Com efeito, mesmo após o triunfo do monoteísmo na consciência humana, Javé permanecerá o deus do seu "povo eleito", tal como acontecia, inicialmente, com o deus da tribo que nenhum estrangeiro podia adorar. Nada de redenção universal: este apenas ama e salva os seus. Tal como Zeus, é rancoroso e colérico e manifesta-se através do trovão²⁰. Era provavelmente também, originalmente, uma espécie de deus Agni – culto do fogo – tão característico do berço nórdico. Lembremo-nos que é sob a forma de uma coluna de fumo, de arvoredo a arder ou de outra manifestação vulcânica, que este emerge quer a Moisés, quer ao povo, como guia. Fustel de Coulanges insiste no facto de, durante muito tempo, a ideia de um deus universal não ter aflorado o pensamento greco-romano:

*Deve forçosamente reconhecer-se que os antigos, exceptuando raros génios de elite, nunca se representaram Deus enquanto um ser único que exerce a sua acção no universo. Cada um dos seus inumeráveis deuses tinha o seu domínio restrito: a um, a família, ao outro, uma tribo, a este, uma cidade; era este o mundo que bastava para a providência de cada um deles. Quanto ao Deus do género humano, alguns filósofos souberam adivinhá-lo, os mistérios de Elêusis deixaram-no entrever; aos mais inteligentes dos seus iniciados, mas o vulgar nunca acreditou. Durante muito tempo, o homem apenas apreendeu o ser divino enquanto uma força que o protegia pessoalmente, e cada homem ou cada grupo de homens quis ter os seus deuses.*²¹

É provável que a vocação não se encontrasse no monoteísmo, uma vez que Fustel de Coulanges contou o número de deuses que existiam em Roma: eram mais numerosos que os cidadãos: *"Em Roma, existem mais deuses do que cidadãos."*²²

Aquilo que sabemos acerca do culto primitivo nesta cidade permite afirmar que os Latinos não representavam os seus deuses originalmente. Esta particularidade, ao invés de resultar de um génio de abstracção, enquadrar-se-ia sobretudo com as necessidades da vida nómada. As mesmas razões materiais que obrigavam a cremar os antepassados, a fim de torná-los transportáveis, inibiam também o transporte das figuras de antepassados esculpidas, ou de qualquer outro deus durante as longas jornadas. Deve assim reconhecer-se que a não representação material da divindade parece ser, em primeiro lugar, uma característica

20. Seria interessante estudar a etimologia de Tör, termo através do qual os actuais semitas (árabes) designam o Sinai, onde Moisés se encontrou com Javé pela voz do trovão. Thor é o deus germânico do trovão.

21. Fustel de Coulanges, *op. cit.*, pp. 172 e 173.

22. *Id.*, *op. cit.*, p. 255.

cultural nórdica. Os próprios Citas, não obstante o seu estado primitivo, apenas representavam Ares (Marte, deus da guerra) sob a forma sumária de uma espada plantada num monte de madeira.

A situação religiosa era completamente diferente no sul, em África. Com a adjuvante da brandura do meio físico, os Núbios e os Egípcios tiveram, desde cedo, mais de um milhão de anos antes dos Greco-Latinos e dos Semitas, a noção de um Deus todo-poderoso, criador de tudo o que existe, benfeitor de toda a humanidade sem distinção, podendo qualquer um tornar-se seu adepto e alcançar a salvação. Assim aconteceu com Amon que, até aos nossos dias, é o Deus de toda a África Ocidental: é aquele que Marcel Griaule descreveu em *Dieu d'Eau*; Amma, Deus dos Dogon, é de facto o deus da água, da humidade, da fecundidade. Possui os mesmos atributos que Amon, tanto no Sudão, como na Nigéria, com os Iorubá. Plutarco, em *Ísis e Osíris* considera que o seu nome significa, em egípcio: escondido, invisível. Podemos apontar que, numa língua africana actual, como o wolof, cujo parentesco com o egípcio antigo é indubitável, a raiz *Amm* significa o facto de existir, que é, a existência por oposição ao nada.

Em todo o caso, no Egipto, o culto de Amon não tardou a enriquecer e a tornar muito importante a casta de sacerdotes que o serviam. Seguiu-se a reacção de Akhnaton, rodeada de circunstâncias mal conhecidas, Breasted considera este faraó como o primeiro inventor do monoteísmo mais puro na história da humanidade²³. O deus Aton que este concebeu não era apreensível sob forma de uma representação estatutária: o disco solar simbolizava o seu poder, pela sua luminosidade e pelos seus raios que vivificavam toda a natureza. Tinha, deste modo, um traço comum com os deuses nórdicos e alguns historiadores tendem a considerar que este facto poderia estar relacionado – com a origem mitânica da avó de Akhnaton ou com a influência da sua esposa Nefertiti.

Quando Heródoto insiste na devoção dos Egípcios e afirma que *"estes são também os primeiros a enunciar esta doutrina segundo a qual a alma do homem é imortal"*, os historiadores consideram que aquele não está a exagerar²⁴.

Certamente, podemos salientar como um traço particular do Egipto e da África Negra este culto desenfreado dos animais, esta zoolatria que os Gregos tanto ridicularizaram e acerca da qual André Aymard aponta que não se encontra qualquer vestígio na Ásia semítica. Estas crenças – quer se designem de totemismo ou de zoolatria – que tornam possível a identificação de um ser humano e de um animal,

23. Breasted, *La conquête de la civilisation*; Payot.

24. Heródoto, *op. cit.*, Livro II, par. 124.

apreendidas e analisadas do exterior, enganaram, durante um certo tempo, pensadores ocidentais, tal como Lévy-Bruhl. É na sequência da sua investigação generalizada que este afirma que o princípio de identidade não deve operar nos povos cujos indivíduos são capazes de se auto-considerar simultaneamente animais e seres humanos autênticos: estes estariam dominados por uma mentalidade primitiva, pré-lógica, cuja diferença com a do homem branco adulto civilizado não pode ser preenchida por progressos intelectuais concretizados ao longo de uma vida humana. Existiriam dois patamares distintos. O autor, antes de falecer, reconsiderou e afirmou que a palavra simbolismo seria mais justa para caracterizar este tipo de mentalidade.

Na verdade, só o conhecimento da ontologia dos povos onde reina a zoolatria teria permitido evitar cair nestes erros. Numa mentalidade na qual a essência das coisas, a ontologia por excelência, é a força vital, a forma exterior dos seres e dos objectos torna-se secundária e já não pode constituir uma barreira, seja para adicionar duas forças vitais, seja para identificar duas delas, uma vez que estas têm a mesma quantidade ou porque os seres que animam foram levados, durante a sua existência, a estabelecer um contrato social, uma espécie de pacto de sangue. Assim, se a beleza da plumagem do papagaio ou do pavão me seduz, se confunde com o meu ideal estético, nada me impede de o escolher, apenas devido a este traço específico, como meu totem. Poderia também ter sido tentado a escolher o leão, dada a sua força, ou o falcão, devido à sua vigilância... Evidentemente, todas estas escolhas que, na origem se faziam à escala clânica, traduzem-se por uma identificação de essências que só é concebível por uma mentalidade vitalista, regida por uma filosofia de tipo bantou. E compreende-se que não constitua um acaso o facto de, nos Negros da África Negra e nos antigos Egípcios, que praticam todos o totemismo ou a zoolatria, o vitalismo esteja na base da concepção do universo. Enquanto que no mundo semítico e ariano a associação de um animal e de um ser humano, tal como salientou André Aymard, apenas terá um carácter simbólico, no mundo africano, a filosofia que está na base da vida permite identificar estes dois seres sem entrar em contradição com o princípio de identidade, sem que possamos evocar uma mentalidade pré-lógica. Percebe-se o embaraço do investigador que aborda esta realidade a partir do exterior e que só está provido pela lógica conceptual, a lógica da gramática de Aristóteles. Aqui, a forma exterior não se confunde com a essência do conceito, esta não é a realidade primeira, talvez não seja ilusória, mas secundária; nenhuma classificação séria poderia partir dela. O Faraó e o falcão são uma só e mesma essência, ainda que usufruindo

de duas formas externas diferentes; o cervo de Diana ou o galo gaulês são apenas símbolos, caso contrário os Indo-Europeus teriam conhecido o totemismo.

É no âmbito de um tal pensamento que se situam logicamente as doutrinas filosóficas tais como a da reencarnação ou metempsicose de Pitágoras. Heródoto, no parágrafo 124 do seu Livro II, refere, ironicamente, esta atribuição da doutrina a Pitágoras. Afirma que conhece alguém na Grécia que, ao querer atribuir a si mesmo uma reputação de sábio e de filósofo, reivindica a invenção desta doutrina que, na verdade, foram os Egípcios que inventaram, mas que, por discrição, Heródoto não quer nomear.

A concepção do além, bem como a dos valores morais, são as tendências naturais da religião e da filosofia. Ainda neste domínio, as concepções meridional e nórdica são irreduzíveis e carregam, indubitavelmente, as marcas dos berços que as viram emergir.

No berço nómada, onde predomina um estado de guerra endémico – em consequência de uma falta de poder central que separe as tribos e os indivíduos – a defesa do grupo constitui a primeira das preocupações. Todos os valores morais serão aferentes à guerra, contrariamente a qualquer expectativa para indivíduos provenientes do berço meridional. Só é possível entrar-se no paraíso germânico, o Valhala, caso se seja um guerreiro caído no campo de batalha. Só neste caso é que as Valquírias vêm colher, no terreno, o corpo do combatente defunto e o levam para o paraíso. Porém, também aqui, os deuses passam o tempo, para se distrair, a combater entre si durante o dia e a beber durante a noite. Estes morreriam todos à fome caso Frigga, filha de Wotan, não lhes cultivasse maçãs em ouro no seu jardim. De resto, os deuses são mortais, tal como os homens; serão corrompidos pela vida e morrerão todos para que renasça um outro mundo regenerado e puro. Tal é o pensamento que se extrai da Tetralogia de Wagner e que foi retomada num sentido particular pelos nazis, mas que não é outra coisa senão aquela que está contida nos *Nibelungen*.

Aqueles que caíam na confusão ou que morriam devido às suas feridas eram admitidos no céu, jornada do eleitos (wahl-halle) onde residiam as Valquírias e Frigga, esposa de Odín, que recebiam os heróis e os presenteavam com o chifre para beber. As sombras passavam o dia na guerra, à noite nos festins, e o Germano não desejava recompensa mais digna do seu valor. Aliás, estes deuses, tal como o universo criado por eles, não eram imortais; deixar-se-iam corromper, tal como os homens, pelos maus costumes; seriam então condenados com o mundo e pereceriam, porém, da mesma forma que o dia sucede à noite, estes ressuscitariam purificados para não mais morrer. Os elementos

*destas épocas primitivas encontram-se misturados com tradições antigas e cristãs nos Eddas, antologias de tradições escandinavas compostas na Islândia do século X^o ao XIII^o*²⁵.

Um jovem Germano só tinha o direito de se barbear humedecendo o rosto com o sangue de um inimigo morto em combate. Segundo Tácito, o roubo era um exercício honrado e de endurecimento, desde que fosse cometido no exterior da tribo.

O Olimpo grego é idêntico ao Valhala germânico, relativamente aos valores morais que ali predominam e às ocupações e sentimentos dos deuses. Zeus triunfará, de entre o conjunto dos deuses, pela violência exercida numa batalha organizada, com o auxílio de Prometeu. A sua alma é o centro de intrigas indescritíveis, de ideias de crimes, de profusões coléricas. Este não recua perante nenhuma injustiça, nenhum sentimento, por mais horrível que possa ser, ele, o mestre do Olimpo, para cobiçar a mulher de outro deus.

A concepção assíria do além aproxima-se significativamente da dos Arianos; nos Assírios, de facto, é o soldado caído no campo de batalha que vai para o paraíso. A crueldade destes é reconhecida: considerou-se – não sem pavor – que se a sua arte é tão anatómica, é graças ao conhecimento profundo da musculatura humana que adquiriram ao esfolar vivos os seus prisioneiros e sobretudo os chefes. Nada era mais banal, no que lhes concerne, do que a mutilação de um membro ou o furamento de um olho, ou ainda o corte de um nariz ou de uma orelha.

Deste modo, durante todo o período nómada e muito tempo depois da sedentarização, a noção de justiça parece desconhecida aos Arianos. Todos os valores morais se encontram no lado oposto aos do berço meridional e só se tornarão mais atenuados com o contacto com este último. O crime, a violência, a guerra e o gosto pelo risco, tantos sentimentos nascidos do clima e das primeiras condições de existência, predispunham o mundo ariano, por muito extraordinário que isto possa parecer, para um grande desígnio histórico. Quando se lançar, para o conquistar, sobre o berço meridional, encontrá-lo-á mal defendido, sem fortificações notáveis, uma vez que este estava acostumado com uma coexistência pacífica. Foi depois de ter sofrido estas primeiras invasões que os Egípcios, em particular, elevaram fortificações nas portas de entrada do país, tal como no Sinai. Foi em resultado de circunstâncias semelhantes que os Sidónios protegeram a sua cidade, que nem por isso deixou de ser destruída no século XII, para dar lugar a Tyr.

Os Núbios e os Egípcios da Antiguidade encontravam-se bem em sua casa e não tinham vontade de sair daquele lugar: estes não eram

conquistadores, mas distinguiram-se pelo seu espírito de justiça e de devoção. Quando a Rainha Candace assumiu o comando dos seus exércitos, foi para defender o solo nacional contra as tropas de César Augusto, comandadas pelo general Petrônio. Nem por isso deixará de combater, com um tal vigor, que Estrabão virá a afirmar: *"esta teve uma coragem acima do seu sexo"*. O Egito só se tornou numa nação conquistadora e imperialista por reacção, por auto-defesa após a ocupação dos Hicsos, na XVIII^a dinastia; em particular com Tutmósis III, frequentemente designado de Napoleão da antiguidade. Este conquistou a Palestina e a Síria e levou a fronteira do Egito até ao alto Eufrates, em Kadesh. Foram necessárias dezassete expedições. Na oitava, partiu para o Egito por via marítima e desembarcou na Fenícia, mandou construir barcos em Biblos, fazendo-os transportar através do deserto até ao Eufrates, que viria a atravessar desta forma, e desafiou os Mitânios. O reconhecimento desta vitória assegurou-lhe a submissão destes grandes guerreiros que eram os Assírios, os Babilónios e os Hititas, que, todos eles, viriam a pagar-lhe um tributo. Por conseguinte, a dominação egípcia sob Tutmósis III estende-se até aos contrafortes da cadeia elamita. Os Egípcios praticaram então uma espécie de política de assimilação, que consistia em tomar os jovens príncipes herdeiros dos reinos vencidos, proporcionar-lhes uma educação egípcia e reenviá-los para sua casa para que pudessem expandir a civilização egípcia.

As conquistas de Chaka, também designado de Napoleão da África do Sul dos tempos modernos, são, sob vários pontos de vista, comparáveis às de Tutmósis III²⁶.

O espírito de conquista parece ter sido introduzido na África Ocidental durante o período islâmico, com os conquistadores religiosos tais como El-Hadji Omar no século XIX.

Quanto à atitude de Samory, esta é comparável à de Vercingetórix. Tratava-se de uma resistência nacional.

Por conseguinte, é através do contacto com o exterior que a África Negra, de uma maneira geral, vai introduzir-se intensamente na aprendizagem da guerra para ali se superar, de tal modo as adaptações são fáceis para o ser humano, sobretudo quando as mesmas são ditadas pela necessidade.

À mediocridade das condições de vida oferecidas pela natureza, os Nórdicos responderam através de concepções religiosas medíocres,

25. Bemont, Ch. e Monod, G., *op. cit.*, pp. 28 e 29.

26. Mofolo, Thomas, *Chaka, une épopée bantou*; Gallimard, 1940.

fortemente marcadas pelo materialismo. Estes não tinham, por assim dizer, razões para agradecer esta natureza hostil.

No que concerne ao berço meridional, que parece ser a terra de eleição do idealismo religioso, é completamente diferente. Os deuses egípcios transcendem a humanidade devido às suas virtudes, à sua generosidade, ao seu espírito de justiça. Com a emergência da nação, Osíris já se encontrava ali, com o seu espírito de equidade: no além, no seu trono divino, este preside ao tribunal dos mortos; a sua justiça absoluta é simbolizada pela balança de Thot e Anúbis que pesam as acções dos defuntos antes de recompensá-los ou de puni-los. É o mesmo estado de espírito que se encontra em todo o lado na África Negra; a este respeito, pode invocar-se o testemunho de Ibn Batouta, que visitou o Sudão no século XIII:

Aquilo Que Vi de Bom na Conduta dos Negros

Os actos de injustiça são neles raros; de todos os povos, é aquele que tem menos tendência a cometê-los, e o Sultão (rei negro), nunca perdoa a quem quer que se declare culpado. Em toda a extensão do país, predomina uma segurança perfeita; é possível ali permanecer e viajar sem temer o roubo ou a rapina. Estes não confiscam os bens dos homens brancos que morrem no seu país, mesmo quando o valor seja avultado, não lhe tocam; pelo contrário, nomeiam curadores escolhidos de entre homens brancos para deliberar acerca da herança, tornando-se estes responsáveis até que os legítimos a venham reclamar²⁷.

O conjunto destas concepções morais e a solidariedade social que daqui resulta atribui à África Negra o seguinte carácter tríplice acerca do qual podemos meditar.

A África Negra é um dos países do mundo em que o homem é o mais pobre, isto é, possui menos actualmente; porém, é o único país do mundo onde a miséria não existe apesar desta pobreza, em resultado da existência de uma solidariedade de direito. De igual modo, é o primeiro país do mundo onde a actividade criminal é a mais baixa. Seria interessante aproximar as estatísticas dos crimes cometidos no resto do mundo – sobretudo os crimes devassos – e os verdadeiramente cometidos por Africanos autênticos na África Negra²⁸.

27. Batouta, Ibn, *op. cit.*, p. 36.

28. Se pensarmos apenas nos EUA, segundo um relatório recente do F. B. I., um crime é cometido a cada determinada fracção de segundos. Compreende-se a necessidade de incentivar os estudos sociológicos preventivos na África Negra.

Literatura

A ênfase será colocada sobre aquilo que diferencia essencialmente a literatura grega da do Egipto: o gosto particular que os Gregos tiveram em desenvolver o género trágico.

Podemos procurar encontrar o motivo, fazendo abstracção da estimulação das vontades criadoras dos artistas por meios artificiais, tal como a atribuição de prémios nas Olimpíadas.

Os temas são tratados, sempre, pela representação da acção do destino, de uma fatalidade cega que tende sistematicamente a perder toda uma raça ou linhagem. Estes atraíam todo um sentimento de culpabilidade simultaneamente original e específico do berço nórdico. Quer se trate de Édipo, das Átrides com Agamémnon, existe sempre um erro, um crime cometido pelos antepassados que será irremediavelmente expiado pela sua descendência; por conseguinte, o que quer que faça, esta está totalmente condenada pelo destino. Ésquilo procura atenuar este estado de coisas, esforçando-se por introduzir a noção de justiça que permitiria não mais atingir a posteridade inocente, ou seja, absolvê-la.

A concepção semítica é idêntica. O pecado original foi cometido pelos próprios antepassados da raça humana e toda a humanidade, doravante condenada a ganhar o seu pão com o suor do seu rosto, deve redimir-se. Esta perspectiva foi adoptada e ensinada pelas religiões modernas, tais como o cristianismo e o islão.

Se um tal sentimento de culpa invadiu verdadeiramente a consciência indo-europeia, ao ponto em que a literatura permite antevê-lo, mesmo actualmente, torna-se forçoso admitir que existe uma espécie de incomensurabilidade entre a consciência nórdica e a meridional. Nenhuma noção, para o Africano, é tão hermética como o sentimento de culpa concebido desta forma. Não se encontra qualquer indício desta na literatura egípcia antiga. Mesmo para o africano cristianizado ou islamizado, este permanece um dogma misterioso, que nunca é vivenciado conscientemente.

Tendo em conta que o modo como este sentimento de culpabilidade é introduzido na literatura nórdica é sempre artificial, poderíamos questionar-nos quais são as verdadeiras motivações, específicas do berço nórdico, que o fizeram surgir. Entre outros crimes, poderíamos invocar, uma vez mais, o papel medíocre atribuído à mulher na sociedade ariana? Ter-se-á a consciência nórdica sentido culpada face a esta? Um erudito poderia demonstrá-lo sem dificuldade baseando-se na análise do teatro trágico da antiguidade. Os temas tratados reflectem, frequentemente, apenas este aspecto. Édipo, as Suplicantes de Ésquilo, etc. No que concerne a esta última peça, importa salientar que a lenda

a partir da qual Ésquilo se baseia – a das Danaides – é de origem grega. Mas uma parte das cenas relatadas acontecem no Egito, e deduz-se erradamente que se trata de uma lenda egípcia²⁹.

Em todo o caso, é notável que os Egípcios não tenham criado um teatro trágico. Podemos supor que a sua estrutura social, o rumo da vida e o seu psiquismo não eram favoráveis a uma tal actividade cultural.

O Nascimento da Tragédia ou Helenismo e Pessimismo de Nietzsche

Podemos afirmar que a tragédia, sob a sua forma clássica, aquela sob a qual nos foi transmitida, representa o género literário tipicamente grego – para não dizer ariano. Se é fácil apreender, na origem de todas as tradições, uma literatura dramática embrionária (Mistérios de Osíris), só nos Gregos é que encontramos um terreno moral propício à exaltação do género e à sua elevação ao nível de um classicismo; o conteúdo da consciência do Grego era e permaneceu a matéria natural de qualquer tragédia. Deve lembrar-se o lugar preponderante que ali ocupava o sentimento vivo do crime, que por reacção social se exprime com frequência pelo horror do assassinato, pela noção de culpa que lhe é corolária, pelo ressentimento na consciência masculina da relação desarmoniosa, injusta, dos sexos, em consequência do constrangimento social da mulher. Devemos pensar em todos estes factores para compreender que a Grécia era o território de eleição da tragédia. Uma das originalidades de Nietzsche consistiu em larga medida em colocar o problema.

Teremos agora de recorrer a todos os princípios estéticos expostos até aqui para nos podermos orientar neste labirinto, que constitui verdadeiramente a origem da tragédia grega. Creio não estar a pronunciar nenhum absurdo ao sugerir que este problema ainda não foi abordado seriamente e muito menos, por conseguinte, resolvido, por mais numerosas que já tenham sido as especulações tentadas com o auxílio dos fragmentos dispersos da tradição antiga, tão frequentemente dilacerados e reunidos um ao outro.

Esta tradição indica, do modo mais categórico, que a tragédia é proveniente do coro trágico e que, originalmente, este era apenas coro e nada mais³⁰.

29. Ésquilo, vol. I, Texto organizado e traduzido por Paul Mazon, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1953.

30. Nietzsche, *Naissance de la tragédie ou Hellenisme et pessimisme*; trad. por Jean Marnold e Jacques Morland, Ed. Mercure de France, 1947, p. 67.

Segundo Nietzsche, foi necessário, para dar origem à tragédia, a síntese de um elemento dionisíaco musical e de um elemento apolíneo plástico e inteligível, racional. Para demonstrar esta tese, este é levado a apresentar uma significação particular ao Sático do teatro grego: aquele vê neste uma entidade imaginária oponível ao homem civilizado engrenado numa espécie de carapaça politico-social excisante que o impede de realizar esta identificação primordial com a Natureza, cantada pelo coro de Sático; pelo menos, é ao ser submetido ao efeito da sua música dionisíaca, ao deixar-se aniquilar por ela, que se pode atingir este estado de êxtase que permite apreender a vida na sua unidade primordial.

Creio que o homem civilizado grego se sentia assim suspenso na presença do coro das sátiras, e este é o efeito mais imediato da tragédia dionisíaca que as instituições políticas da sociedade ou, por outras palavras, os abismos que separam os homens uns dos outros, desaparecem perante um sentimento irresistível que os transporta para o estado de identificação primordial com a natureza. O consolo metafísico transmitido, tal como já o afirmámos, por qualquer verdadeira tragédia, o pensamento segundo o qual a vida, no fundo, apesar da variação das aparências, permanece imperturbavelmente poderosa e cheia de alegria, este consolo surge com uma evidência material, sob a representação do coro das sátiras, do coro de entidades naturais, cuja vida subsiste de uma forma quase indelével por detrás de qualquer civilização, e que, apesar de todas as metamorfoses das gerações e das vicissitudes da história dos povos, permanecem eternamente imutáveis.

É sob a tónica deste coro que a alma profunda do Heleno se reconforta, tão incomparavelmente apto para sentir o mais ligeiro ou o mais cruel sofrimento: ele que tinha contemplado, com um olhar penetrante, as terríveis calamidades daquilo que designamos por história universal, e reconhecido a crueldade da natureza; encontrava-se, assim, exposto ao perigo da ambição pela negação budista da vontade. A arte salva-o e através da arte, a vida reconquista-o³¹.

Infelizmente, a exaltação extática do estado dionisíaco cessa com a música e a realidade quotidiana volta a surgir em toda a sua nudez, com tudo aquilo que tem de decepcionante e de cruel; no entanto, esta visão breve da "verdade pura" é suficiente para destruir a vontade e torna praticamente absurda a actividade humana.

Neste sentido, o homem dionisíaco é semelhante a Hamlet: ambos mergulharam profundamente na essência das coisas; ambos viram e sentem repugnância pela acção, uma vez que a sua actividade não pode mudar nada

31. *Id.*, op. cit., p. 74.

relativamente à essência das coisas; afigura-se-lhes ridículo ou vergonhoso terem, eles próprios, que reordenar um mundo desagregado. O conhecimento destrói a acção; aquela necessita da miragem da ilusão – eis aquilo que nos ensina Hamlet; não se trata daquela sabedoria banal de Hans, o sonhador, que, por reflectir demasiado, e talvez por se deparar com um número supérfluo de possibilidades, já não consegue agir; não se trata da reflexão, não! – trata-se do verdadeiro conhecimento, da visão da terrível verdade, que destrói qualquer impulso, qualquer razão de agir, tanto em Hamlet como no homem dionisíaco.

Deste modo, nenhum consolo pode prevalecer, o desejo difunde-se acima de todo um universo em direcção à morte, e menospreza os próprios deuses; a existência é negada, e com ela o reflexo ilusório da sua imagem no mundo dos deuses, ou num além imortal. Sob a influência da verdade contemplada, o homem apenas apreende agora, por toda a parte, o horrível e o absurdo da existência; compreende agora aquilo que existe de simbólico no destino de Ofélia; reconhece a sabedoria de Sileno, o Deus das florestas: apodera-se dele a abominação e, face ao perigo iminente da vontade, a arte avança então como um Deus redentor, trazendo o bálsamo protector. Só ele tem o poder de transformar esta aversão pelo que existe de terrível e absurdo na existência em imagens ideias, com a ajuda das quais a vida se torna possível. Estas imagens representam o sublime, enquanto arte que domina e submete o horrível, e o cómico, enquanto arte que nos liberta da abominação do absurdo. O coro das sátiras do ditirambo constitui o acto redentor da arte grega; os acessos de desespero evocados previamente desvaneceram graças ao mundo intermediário destes acompanhantes de Dionísio³².

Segundo o autor, a sátira, tal como o pastor dos romances modernos, simboliza uma aspiração ao estado primitivo original: este representa a natureza ainda intacta de qualquer detracção do conhecimento, ainda inviolada por qualquer civilização. Para além disso, aos olhos dos Gregos, tratava-se de algo totalmente diferente de um fantoche:

O sátiro... simboliza a onipotência sexual da natureza, que o Grego tinha aprendido a considerar com uma consternação temerosa e respeitosa³³.

Nietzsche, até aqui, apenas sublinhou o efeito da tragédia, da música dionisíaca, recorrendo a meios plásticos apolíneos, na alma do Grego civilizado. Depois de ter insistido sobre este efeito louvável, este penetra de modo mais profundo no conteúdo do drama para extrair os sentimentos que se encontram na base, que lhe servem de fundamento.

Trata-se dos mesmos previamente referidos: sentimento do crime, da culpabilidade, do pecado original e, ainda que expresso de modo mais discreto, um terrível sentimento de incómodo face à mulher, usada como bode expiatório na sociedade ariana. Todos estes sentimentos são especificamente indo-arianos e semíticos; Nietzsche reivindica-os para estas duas raças, em graus diferentes, para dar conta das ideias pessimistas que estão na base da sua concepção do Universo e da civilização. É na análise do mito de Prometeu que o mesmo encontra os argumentos que lhe permitem fundamentar o seguinte ponto de vista:

A lenda de Prometeu constitui uma propriedade original de toda a raça ariana, bem como um documento que dá provas da sua aptidão para o profundo e para o trágico; poderia mesmo não ser inverosímil que este mito tivesse tido, para a natureza ariana, precisamente o mesmo significado característico que a lenda da queda do homem para a raça semítica, e que existisse entre estes dois mitos um grau de proximidade semelhante ao de um irmão e de uma irmã. A origem deste mito de Prometeu reside no valor inestimável que uma humanidade ingénua concede ao fogo... Mas que o homem pudesse dispor livremente do fogo, que não o recebesse como uma dádiva celestial, relâmpago, raio, isto parecia um sacrilégio à alma primitiva, um roubo levado a cabo contra a natureza divina. Aquilo que a humanidade podia adquirir de mais precioso e de mais elevado, a mesma obteve-o através de um crime, e é necessário, doravante, aceitar as consequências, isto é, toda a torrente de males e de tormentos com que os imortais são enfurecidos devem afligir a raça humana na sua nobre ascensão. Trata-se de um pensamento amargo que, pela dignidade que confere ao crime, contrasta estranhamente com o mito semítico da queda do homem, ou a curiosidade, a mentira, a cobiça, enfim, um cortejo de sentimentos mais especificamente femininos são vistos como a origem do mal. Aquilo que distingue a concepção ariana é a ideia sublime do pecado eficaz, considerado como a verdadeira virtude prometeica; e isto desvenda-nos simultaneamente o fundamento ético da tragédia pessimista; a justificação do sofrimento humano, justificação não somente por culpa do homem, mas também dos males que daqui resultam³⁴.

Originalmente, a tragédia era assim a completa encenação do sofrimento humano, qualquer que fosse a sua causa; Nietzsche é peremptório: o herói primitivo de toda a tragédia grega é Dionísio, os heróis posteriores são apenas as suas máscaras, as suas transfigurações. Do mesmo modo, o elemento trágico dionisíaco do drama diminuirá progressivamente, a partir deste início: a individualização dos tipos gerais, o refinamento do estudo psicológico das personagens com

32. *Id.*, op. cit., p. 75.

33. *Id.*, op. cit., p. 76.

34. *Id.*, op. cit., p. 76.

Sófocles, a falsificação do mito com Eurípides; em suma, o advento do *Deus ex machina*, acabaram por destruir a tragédia antiga.

Consitui uma tradição indiscutível o facto de a tragédia grega, na sua forma mais antiga, ter por objecto unicamente os sofrimentos de Dionísio e de, durante um longo período da sua existência, o único herói da cena ter sido precisamente Dionísio. Porém, podemos assegurar com igual certeza que antes, e até Eurípides, Dionísio jamais deixou de ser o herói trágico, e que todas as personagens célebres do teatro grego, Prometeu, Édipo, etc. são simplesmente máscaras do herói original, Dionísio. Que por detrás destas máscaras se esconde um Deus, tal é a causa essencial do idealismo típico tão frequentemente admirado destas figuras gloriosas...

Deste modo, possuímos todos os elementos de uma concepção de mundo pessimista e profunda e, em simultâneo, o ensino dos mistérios da tragédia.

Qual era portanto o teu propósito, sacrílego Eurípides, ao procurares ainda subjugar este agonizante? Este pereceu no meio das tuas mãos brutais e recorreste então a uma máscara, a uma falsificação do mito...

Reconhecemos, por outro lado, a acção deste espírito anti-dionisíaco inimigo do mito, a importância crescente dos refinamentos psicológicos e da representação dos caracteres na tragédia de Sófocles. O carácter já não deve deixar-se generalizar, ampliar num tipo eterno, deve pelo contrário agir individualmente através de traços acessórios e nuances artificiais, através da mais minuciosa exactidão de todas estas linhas, por forma a que o espectador deixe de receber a impressão do mito, mas sim a de uma verdade natural impressionante e do poder imitativo do artista...

Mas é durante o desenlace dos dramas que o novo espírito antidionisíaco se manifesta de modo mais evidente. O fim da tragédia antiga evocava o consolo metafísico, sem o qual o gosto da tragédia permanece inexplicável; estas harmonias de paz provenientes de um outro mundo, talvez seja de um Édipo em Colono que as mesmas ressoam de modo mais puro. Agora, o génio da música abandonou a tragédia, e esta está morta, no sentido estrito da palavra: isto porque, doravante, onde ir retirar este reconforto metafísico? Ademais, procurou-se uma resolução terrestre conveniente para esta dissonância trágica; depois de ter sido suficientemente torturado pelo destino, o herói obtinha, através de um bom casamento, de homenagens divinas, uma recompensa bem merecida. O herói tinha-se tornado um gladiador ao qual, depois de ter sido convenientemente esfolado e coberto de feridas, era eventualmente acordada a liberdade. O "Deus ex machina" substituiu o consolo metafísico³⁵.

A explicação do nascimento da tragédia por Nietzsche permanece, apesar de tudo, insuficiente; o leitor ressentido inúmeras dificuldades

em hierarquizar o papel da música e do sofrimento na concepção do autor. Será a música pura, com os seus efeitos divinos, wagnerianos sobre a alma, ou será o sofrimento humano, cuja música representa apenas a expressão particular, trágica, que constitui o elemento fundamental? O autor parece ter preferido a primeira hipótese, quando a segunda se afigura mais sustentável. A delicadeza e a nuance do seu pensamento não permitem confundir a sua perspectiva com a do Conde de Gobineau, acerca da origem da arte em geral. Este último afirma sem ambiguidade que em todo o lado onde exista uma arte válida, a mesma é resultado de uma síntese de dois factores complementares: um, de origem negra e proveniente da sensibilidade, lado inferior da alma humana, o outro, de origem ariana e proveniente da razão, do cerebral, lado superior do ser humano. Torna-se tentador identificar este duplo carácter com os factores dionisíaco e apolíneo de Nietzsche. E, se assim for, o livro de Nietzsche poderia ter sido intitulado, não *O Nascimento da Tragédia*, que é restritivo, mas sim "*O Nascimento da Arte*".

Parece mais satisfatório considerar a tragédia como a encenação das ideias mais angustiantes, do destino de um povo, por parte de um cidadão privilegiado, isto é, um artista nacional cuja alma foi passível de servir de receptáculo a qualquer emotividade colectiva. Neste caso, a música, ou mais exactamente a musicalidade da expressão dramática, é apenas o reflexo de uma realidade profundamente vivenciada e transposta para a cena.

Poderíamos, portanto, procedendo cronologicamente, procurar uma outra explicação partindo desta hipótese.

Uma primeira ideia parece anómala. Por que motivo é que os Gregos teriam escolhido, não um mito endógeno, mas o mito exógeno de Dionísio? Porque Dionísio é de facto um mito estrangeiro, facilmente identificável a Osíris, quer se parta da tradição grega ou egípcia. O próprio Nietzsche refere que, segundo a lenda, Dionísio tinha sido cortado aos pedaços e disperso pelos Titãs durante a sua infância; a sua mãe, Demetra, mergulhara então no luto e só viria a sentir-se aliviada depois de saber que teria hipótese de voltar a gerar um Dionísio: o Deus renascerá. Quando foi cortado em pedaços, este era adorado sob o nome de Zagreu. Reconhece-se aqui facilmente, nesta lenda "grega", o mito da morte e da ressurreição de Osíris, cortado em pedaços e espalhado pelo seu irmão Seth; este último personificando o Deus do Mal, da esterilidade, e da inveja. Do mesmo modo, Osíris ressuscitará. Segundo Heródoto, os Egípcios identificam Osíris e Dionísio.

35. *Id., op. cit.*, pp. 96, 98, 100, 158 a 160.

... porque todos os Egípcios, sem distinção, não prestam culto aos mesmos deuses, a não ser Ísis e Osíris que, afirmam, seriam Dionísio³⁶.

O “pai da história” está convicto da origem estrangeira do Deus, uma vez que todos os seus atributos contrastam com os costumes e as tradições dos Gregos. Este é uma figura de adopção. Como é que o mesmo terá chegado ao solo nacional? Heródoto refere:

Isto leva-me a pensar que Melampo, filho de Amythaon, não ignorava de modo algum o sacrifício que acabo de mencionar, mas que tinha perfeito conhecimento do mesmo. Efectivamente, foi Melampo que deu a conhecer Dionísio aos Gregos, o sacrifício que lhe é ofertado, a procissão do falo. Para ser mais exacto, este último não lhes ensinou tudo de uma só vez; os sábios que lhe sucederam desenvolveram as suas lições; porém, no que diz respeito à procissão do falo em honra de Dionísio, foi Melampo que a introduziu, e foi dele que os Gregos aprenderam a fazer aquilo que ali fazem. Por outras palavras, enquanto homem sensato, que se tornou mestre da arte divinatória, aprendeu dos Egípcios para importá-los para junto dos Gregos, afastando-se sob poucos pontos de vista em relação ao seu modelo, mas sob muitos no que concerne a Dionísio. Isto porque, segundo me parece, é inadmissível que entre o culto prestado a este deus no Egito e aquele que é prestado com os Gregos, a semelhança seja uma coincidência: no que a isto se refere, este culto deveria estar em harmonia com os costumes dos Gregos e a sua introdução não terá sido recente. De igual modo, não admito que os Egípcios tenham importado estes rituais dos Gregos, tanto como qualquer outro costume³⁷.

Percebe-se, assim, de que modo Dionísio, deus nacional egípcio, foi introduzido tardiamente na Grécia e no resto do Mediterrâneo setentrional. Este terá provavelmente recorrido a uma via terrestre, o que explicaria as numerosas inscrições relativas ao seu culto encontradas na Trácia, e às quais Grenier faz alusão. Mas nenhum factor, nenhuma outra tradição, permitiria situar a sua origem na Trácia ou na Ásia. Por agora, é necessário examinar os seus atributos, que contrastam de modo tão evidente com os costumes gregos e arianos de um modo geral. Estes explicam simultaneamente o entusiasmo indescritível com o qual as mulheres o acolheram e a resistência, a luta impiedosa travada pelos homens no Mediterrâneo ariano.

Os Indo-Europeus tiveram muitas dificuldades em transmitir clara e fielmente o mito de Dionísio, sem o alterar tornando-o em algo grosseiro, imoral, lúbrico, etc., enquanto que o espírito, a essência de

Dionísio “cavalgando a sua pantera” representa o oposto da luxúria. Tal como Turel demonstrou, Dionísio não é o Deus da anarquia na vida doméstica, a união conjugal é sagrada para ele, bem como a fidelidade dos cônjuges. Porém, é inimigo da submissão física, de tudo aquilo que é anti-natural; este é a favor do pleno desenvolvimento dos seres e, em particular, o da mulher. É o deus cujo ensinamento continha as aspirações secretas da mulher ariana, tão constrangida e sufocada pela sociedade. É o deus da liberdade individual, da dualidade dos sexos na ordem. Apresentá-lo sob a forma de um Baco, deus do vinho, sempre ébrio e em busca de prazeres lúbricos desmesurados, representa, por assim dizer, um sacrilégio. **Dionísio não é outra coisa senão o símbolo do casal harmonioso de Ísis e Osíris;** é a exportação para um país ariano do ideal social, doméstico, conjugal e meridional. Desde logo, o mito lança uma luz cruel sobre a realidade; o entusiasmo das mulheres, tanto quanto a resistência dos homens são justificáveis. **Na Grécia, tal como em Roma, as mulheres casadas, ou não, que praticavam o culto de Dionísio eram condenadas à morte pelo seu tutor. Encontramo-nos aqui perante um aspecto dramático de luta dos valores meridionais e arianos para se apoderar da consciência humana. O grau de uma civilização mede-se através das relações entre o homem e a mulher.** Dionísio é o libertador da mulher ariana: este espalha o seu ensinamento na Grécia no momento em que era possível observar, neste país, dois irmãos casar com a mesma mulher para assegurar a única coisa que contava no mundo ariano, uma descendência.

Aqueles que de entre os sociólogos modernos assimilam, talvez inconscientemente, progresso técnico e moral, não podem evitar, nas conclusões das suas investigações em países meridionais, de deturpar esta vantagem moral das sociedades agrícolas matriarcais, explicando o lugar que a mulher ali ocupa por conta de um instinto primitivo ainda solidamente enraizado na materialidade grosseira da terra – deusa dionisiaca fertilizável, tal como Ísis –, por oposição à espiritualidade das regiões etéreas onde reina, sem contestação, Apolo, o Deus da racionalidade pura que abdica de uma mulher para gerar Hera, a sua filha.

Outros sociólogos, em contrapartida, devolvem a este conjunto de crenças o seu significado autêntico.

*Os mistérios (de Dionísio = Baco), que tinham destituído grande parte do antigo furor, eram um culto da fecundidade natural, da geração e da vida. Mas não se tratava unicamente da vida terrestre;...*³⁸

36. Heródoto, Livro II, par. 42, op. cit.

37. *Id.*, op. cit., vol. II, par. 49.

38. Grenier, op. cit., p. 204.

Certamente, no momento da iniciação, entre outras práticas relacionadas com a vida agrícola e com o culto da fecundidade, "descobrimos o falo escondido por baixo do estofo; faz-se com que este caia, juntamente com outros símbolos, sobre o recipiendário inclinado. O efeito destas cerimónias consistia, ao assimilar o bacante ao seu deus, em assegurar-lhe a beatitude eterna"³⁹.

Para Grenier, citando Cumont, os mistérios de Baco que assim se praticavam em Roma eram de origem egíptio-asiática. O material litúrgico deste culto comporta um conjunto de símbolos da fecundidade, o que se opõe a representações pornográficas, estes são os elementos de uma religião agrária. As procissões, aquando das festas em honra de Dionísio no Egito, tal como Heródoto as descreve, aplicam-se até ao mínimo detalhe às procissões que acompanham, a 25 de Dezembro, os fanais ao Senegal: trata-se de uma procissão que celebra o nascimento de Cristo, mas é pouco provável que tenha sido o Ocidente cristão a introduzir estas particularidades rituais em África, a menos que os "carnavais" meridionais da Europa tenham tido este carácter, o que se deveria verificar. Deste modo, é provável que exista aqui uma justaposição de dois fragmentos de tradições de origem aparentemente distintas, mas ambas sagradas no que diz respeito ao seu fundo. Afigura-se indispensável reproduzir o excerto de Heródoto ao qual faz alusão para fixar as ideias e facilitar a investigação.

*Quanto ao resto, a festa de Dionísio é celebrada pelos Egípcios exactamente, ou quase, da mesma forma como com os Gregos, com a diferença mínima de que não existem coros. Porém, ao invés do falo, estes imaginaram outra coisa: estatuetas articuladas, de cerca de um côvado, que são movidas com a ajuda de cordas, e cujo membro viril, em nada menor do que o resto do corpo, se abana; as mulheres passeiam estas estatuetas nas cidades com um tocador de flauta à sua frente; aquelas prosseguem louvando Dionísio. Relativamente ao motivo pelo qual estas estatuetas possuem um membro desproporcionado e apenas movem esta parte do corpo, existe a este respeito uma lenda sagrada que se conta*⁴⁰.

Agora que a essência moral do deus está suficientemente esclarecida, ao mesmo tempo que as concepções domésticas meridionais e arianas, torna-se mais fácil compreender as catástrofes e as perturbações que o ensinamento de Dionísio viria a provocar nas sociedades indo-europeias: viria a quebrar a couraça de bronze com que o homem ariano as tinha cercado, abrir as portas da consciência feminina, levar

a exaltação da mulher ao seu grau mais elevado e colocar ao homem ariano o problema mais grave que este jamais teve de resolver. A vida nas estepes eurasiáticas, nas condições do nomadismo – tal como vimos – tinha-o acostumado a ver a mulher não tanto como uma companheira na sociedade, mas como um instrumento que permitia assegurar a sua descendência, saldar uma dívida para com os antepassados ao prolongar a linhagem racial, ao não permitir que esta não se extinguísse a partir dele, ao assegurar assim a imortalidade. Neste caso, as condições económicas estão essencialmente em causa: estas tinham imposto este estilo de vida e a superestrutura religiosa e moral respectivas. Porém, o homem encontra-se agora instalado na vida sedentária; já para não dizer que a maior parte das ideias herdadas da vida nómada se tornaram inadequadas, em particular as concepções sociais, se é que o podemos afirmar. O drama resulta dos hábitos adquiridos: não se muda a consciência de um momento para o outro. As únicas ideias que convêm ao seu novo estilo de vida serão ideias estrangeiras elaboradas paralelamente no mundo meridional agrícola, sedentário. O choque na sua consciência produzirá a reviravolta mais extraordinária que jamais experienciara. Não se trata aqui de concepções do espírito ou de especulações gratuitas. Tivemos ocasião de observar que na realidade da vida quotidiana, em Roma como na Grécia, este choque provocou uma reacção de autodefesa que chegou até à morte nos homens, uma vez que é impossível sobrestimar a quantidade de mulheres efectivamente condenadas à morte pelo simples facto de se terem tornado discípulas de Dionísio. Mas uma atitude prática, provisoriamente eficaz, não basta para resolver um problema de moral social tão profundo e delicado. Este viria assim, fatalmente, a ser recolocado e repensado no plano superior da arte e da filosofia; apenas neste nível, em que a serenidade de espírito é mais assegurada, é possível tentar novamente procurar uma solução de carácter permanente, e na sua ausência, colocar o problema de um modo mais ou menos velado, sem resolvê-lo. Uma tal transposição da realidade é específica da arte e compreende-se que a tragédia grega tenha encontrado o seu tema predilecto no mito, ainda que estrangeiro, de Dionísio. Devido ao seu duplo carácter, este era mais conveniente do que os mitos endógenos. Dionísio, ou Osíris, é o Deus que sofreu – fisicamente falando – na medida em que foi cortado aos pedaços. Os Egípcios encenaram apenas este aspecto do sofrimento físico de Osíris, reflectido no sofrimento moral de Ísis. Tal como Nietzsche salientou, Dionísio é um protótipo: este será a máscara divina que abarcará todas as formas de sofrimento da consciência humana nos Gregos: Prometeu, Édipo, etc. são apenas réplicas. Mas é impossível colocar Dionísio em cena

39. *Id.*, op. cit., p. 204.

40. Heródoto, op. cit., Livro II, par. 48.

sem transpor para esta, consciente ou inconscientemente, o conflito social gerado pela emergência do deus no mundo ariano. É este aspecto do problema que transparece nos coros das sátiras. A função das sátiras simboliza uma situação social, um problema que os Gregos parecem ter temido colocar correcta e convenientemente; foram, deste modo, levados a deformá-lo, a desfeá-lo, a ponto de este se tornar irreconhecível à primeira vista, mascarando o papel das sátiras. O sátiro é uma criação grega, acrescentada ao mito egípcio de Osíris, de Dionísio.

»Tal como Nietzsche refere, o carácter fundamental do mito tenderá a desaparecer no teatro ulterior da Grécia: este será apenas apreensível na permanência dos temas tratados, possuindo as tragédias, títulos quase exclusivamente de nomes de mulheres. Eurípides que, de resto, retomou aproximadamente os mesmos temas que Ésquilo e Sófocles, escreveu *Helena, as Fenícias, as Troianas, Ifigénia em Táuris, Electra*. Mesmo quando, aparentemente, tal como em *Édipo*, o título é um nome masculino, o conteúdo varia pouco e vemo-nos, através de um qualquer meio, colocados perante o mesmo problema.

A análise do mito de Prometeu levou Nietzsche a fazer da criminalidade eficaz um elemento constitutivo da consciência ariana⁴¹. Ao aprofundar o mito do ferrador na África Negra e no antigo Egipto, facilmente se chega a um herói equivalente ao Prometeu ladrão de fogo e benfeitor da humanidade com as novas técnicas que apresenta. Também aqui a noção de crime não está ausente, mas é atenuada e colocada sobretudo ao nível de um erro grave, uma espécie de indiscrição cometida para com os deuses. As suas consequências são apenas fatais para a linhagem daquele que o cometeu, estas serão circunscritas; não resultará qualquer sentimento de culpabilidade permanente pairando sobre o conjunto da humanidade, forçando esta última a criar um universo pessimista. O universo do mundo meridional é optimista. Osíris não possui qualquer sentimento de culpa, nem o seu filho, Hórus, nem a sua esposa, Ísis. Seth, o criminoso, poderia quando muito, tê-lo: é ele que personifica o mal, apenas ele excluindo todo o resto da humanidade honesta, sofrerá as consequências.

O sentimento de culpa ariano aproxima-se do pecado semítico originado pelo “erro de uma mulher” e alguns exegetas observam ali o resultado do conhecimento: conhecimento = consciência do bem e do mal. A maçã que Eva levou Adão a comer apenas simbolizaria isto. Neste sentido, é na verdade devido ao seu conhecimento que Prometeu se tornou pecador, criminoso. Nietzsche não faz esta aproximação tendo

41. Lembremo-nos dos combates dos gladiadores que constituíam jogos nacionais. Alguns “cris-tãos” cobertos de resina transformados em tochas acesas iluminavam os jardins de Néron; quantos crimes cometidos no próprio apogeu da civilização romana.

em conta que seria necessário, segundo este, que o conhecimento, a contemplação resoluta da verdade pura conduzisse à inactividade, caso não existisse o auxílio da magia da arte.

Neste caso, uma vez mais, a explicação da criminalidade ariana, do pecado semítico, não resiste à comparação e à análise. Não podemos negar que os Egípcios antigos tenham adquirido o conhecimento ao mesmo nível que nas exegeses precedentes. Deveriam assim, por conseguinte, adquirir o mesmo sentimento de culpabilidade, contrair a mesma noção de pecado alargada a toda a espécie humana, se este fosse o corolário fatal, na consciência humana, da aquisição da sabedoria. Aconteceu de modo completamente diferente e o universo mental egípcio – e meridional, em geral – é de facto optimista, e trata-se de um optimismo consciente e reflectido. Não seria correcto afirmar ou apoiar que os Dogons da Falésia de Bandiagara dispõem de um sistema filosófico, na medida em que se considera, através desta expressão, um sistema de pensamento especulativo consciente de si; mas não é exagero admitir que estes possuem uma cosmogonia coerente que explica de modo satisfatório para a sua consciência todos os aspectos do Universo, tal como demonstrou Marcel Griaule em *Dieu d'Éau*. Para eles, o antepassado primitivo também tinha roubado o segredo dos deuses; um pecado foi cometido desde a origem na procriação, mas era sobretudo um erro verificado nos seres criados pelos deuses depois de uma certa experiência, para além de ter sido corrigido de imediato, reabsorvido, ao invés de constituir até ao fim dos tempos o sentimento de não se sabe que erro injusto, irracional e que deve ser expiado até ao fim da vida.

Por conseguinte, é remetendo-nos aos respectivos berços dos Arianos e dos Meridionais que poderemos compreender esta divergência no conteúdo da consciência humana que, aparentemente, deveria ser uma só, uniforme. Já observámos que ao passar do Sul para o Norte, a geografia e o clima, as condições de existência invertiam efectivamente os valores morais que se tornam opostos, tal como os pólos: qualquer defeito ali representa uma virtude além. É relembando os critérios da moral guerreira nórdica e em particular germânica ariana, moral necessária pelas condições de vida, que podemos compreender a formação lenta com o contacto de influências externas antagónicas de um sentimento de mal-estar moral, culminando na noção de culpa nuns, ou de pecado nos outros, todos eles sentimentos especificamente nórdicos efectivamente colectivos.

Deste modo, Nietzsche tem razão ao fazer da criminalidade e do pecado um elemento constitutivo da consciência ariana... A ligeira nuance que este introduz entre a consciência profunda ariana e semítica parece

válida; mas demonstra que os Semitas são Indo-Europeus quanto ao seu âmago, que serviram de apoio, de regulador entre os dois berços, tal como os Eslavos entre o mundo ariano e o Extremo-Oriente. Em ambos os casos, existe uma reviravolta mais ou menos profunda dos traços normais e físicos originais.

A tragédia é, deste modo, uma criação especificamente da consciência ariana que é talvez a única, no mundo, a conter desde a origem os elementos indispensáveis para a sua criação.

VI. Será histórica a comparação da África Negra actual e do Egipto antigo?

Fustel de Coulanges demonstrou que uma das principais causas de erro do historiador consiste em imaginar espontaneamente o passado de acordo com o presente. Deste modo, as comparações precedentes estabelecidas entre a África e o Egipto antigo só serão consideradas objectivas, científicas, na medida em que é possível demonstrar que se conseguiu evitar esta tendência e que se está suficientemente munido de garantias. Trata-se, através de uma breve análise, de mostrar que o sistema de castas que domina a sociedade africana conserva as estruturas e se opõe às perturbações internas e que permite, actualmente, reaproximar, sob numerosos aspectos, factos africanos e egípcios. De resto, foi demonstrado em *l'Afrique Noire précoloniale* que as características africanas em causa remontavam provavelmente pelo menos ao primeiro milénio.

Torna-se indispensável insistir, à partida, na especificidade do sistema de castas. A sua originalidade reside no facto de os elementos dinâmicos da sociedade, cuja insatisfação poderia ter provocado transformações, se contentarem com a sua condição social e de não procurarem alterá-la: um homem, dito de casta inferior, recusaria categoricamente ser introduzido numa casta superior caso só os interesses materiais estivessem em jogo; contrariamente ao proletário, que adoptaria de bom grado o lugar do patrão. A sociedade encontra-se dividida em escravos e homens livres. No Senegal, os homens livres são os *gor*, compostos por *gér* e *ñeño*.

Os *gér* incluem a nobreza e todos os homens livres sem outra profissão manual que não a agricultura, considerada sagrada.

Os *ñeño* englobam todos os artesãos: sapateiros, ferreiros, ourives, etc. Estas profissões são hereditárias. Os *djam* (escravos) repartem-se em três categorias: os *djam bour*, que são os escravos do rei, os *djam neguday*, que são os escravos da família ou da pátria da mãe, os *djam neg bây*, que são os escravos da família ou da pátria do pai.

Os *gér* formam a casta dita "superior". Estes não podem explorar materialmente os cidadãos das castas inferiores sem serem considerados aos olhos do povo; são, pelo contrário, responsáveis por

ajudá-los sob todos os pontos de vista: mesmo que sejam menos ricos, os mesmos devem despojar-se caso um homem de casta “inferior” se dirija a eles. Em troca, este último deve-lhe respeito moral.

A originalidade deste sistema provém do facto de o trabalhador manual, em vez de ser desprovido do produto do seu trabalho – tal como o artesão ou o servo da Idade Média, ou ainda o operário moderno, em menores proporções –, poder, pelo contrário, ser aumentado com a adição dos bens oferecidos pelo senhor. Por conseguinte, se tivesse de existir uma revolução social, esta efectuar-se-ia de cima para baixo e não o oposto. Ademais, os cidadãos provenientes de todas as castas, incluindo os escravos, estão estreitamente ligados ao poder; o que conduz a monarquias constitucionais, governadas por Conselhos de ministros onde figuram todos os representantes autênticos do povo.

Compreende-se que não tenha existido, em África, qualquer revolução contra o regime, mas somente contra aqueles que o aplicam mal, isto é, contra príncipes indignos.

Para cada casta, inconvenientes e vantagens, alienação e compensação entram em equilíbrio. Para além disso, é no exterior das consciências, no progresso material, nas influências recebidas do exterior que se deve procurar o motor da história. Se tivermos em conta o isolamento, compreenderemos por que motivo as sociedades africanas permaneceram relativamente imutáveis, ao ponto de podermos hoje estabelecer pontos de comparação com o antigo Egipto.

O único elemento que teria interesse em ser abalado na ordem da sociedade africana, pelo facto de estar alienado e sem compensação, seria o escravo da casa do pai. Não foi capaz de fazê-lo por razões que resultam do carácter pré-industrial da sociedade: concentração fraca, etc. O sistema clânico que se encontra igualmente em África é um estágio primitivo em que a divisão embrionária do trabalho ainda não ganhou a forma do sistema de castas. Com a ausência dos modos de alienação das sociedades mais evoluídas, este tende, de igual modo, a petrificar-se.

A proximidade gramatical das línguas africanas actuais, tal como wolof, e do egípcio antigo da XVIII^a dinastia, tal como se verifica, sem qualquer dúvida, na conjugação abaixo-indicada, demonstra que a comparação destas duas realidades, longe de ser ilusória, é legítima e que se concebe também em diferentes domínios.

A raiz KEF = capturar, agarrar violentamente, arrancar, que no wolof actual, quer em egípcio antigo (2 400 a 750 a.C.), será escolhida como exemplo de conjugação:

Egípcio clássico ¹		Wolof	
KEF i	eu agarrei	KEF nâ	eu agarrei
KEF ek (masc)	tu agarraste	KEF nga	tu agarraste
KEF et (fem)		KEF na ²	ele agarrou
KEF ef (masc)	ele ou ela agarrou	KEF ef	agarrou-se/agarrámos
KEF es (fem)		KEF es	
KEF nen	nós agarrámos	KEF nen	nós agarrámos
KEF tem	vós agarrastes	KEF ngèn	vós agarrastes
KEF sem	eles agarraram	KEF nanu	eles agarraram

O wolof, actualmente, exprime o feminino através de um outro processo gramatical diferente do egípcio clássico. Este consiste em fazer suceder o nome por masculino ou feminino. De resto, este procedimento existia no egípcio em alguns casos, mas nunca foi generalizado³. Segundo Mlle Homburger, só nas línguas africanas é que a generalização irá ocorrer, como uma espécie de prolongamento de uma evolução esboçada na língua egípcia durante o período de declínio.

Compreende-se, assim, que as formas femininas da conjugação egípcia desapareçam no wolof ou, quando se mantêm, tal como na terceira pessoa do singular, estas se tornem equivalentes às formas masculinas e o conjunto traduz-se através de um pleonismo. Esclarecem-se, deste modo, alguns factos gramaticais wolof, até então mantidos obscuros.

Investigações cada vez mais numerosas vêm gradualmente confirmar este parentesco cultural profundo do Egipto antigo e do resto da África Negra. É deste modo que Jean Capart e Georges Contenau se interrogam acerca do pretenso carácter semítico da língua egípcia.

A que família linguística se realciona então a língua das inscrições hieroglíficas? Depois de ter afirmado, de modo cada vez mais evidente, nas edições sucessivas da sua gramática egípcia (1894, 1902, 1911), o parentesco da língua

1. Gardiner, *Egyptian Grammar*; Londres, 1927.

Lefebvre, *Grammaire égyptienne*; Le Caire, 1953.

2. Génesis do pronome na 3^a p. do singular na a partir do egípcio:

EGÍPCIO: *hs (y) t nt ntr* = (aquela) que favorece o deus

WOLOF: *hed n a ti tûr* = (ela) é favorecida pelo deus

Hed na = (ele/ela) é favorecido/a...

3. *Id.*

egípcia com as línguas semíticas, as línguas do Leste africano e as línguas berberes da África do Norte, o Professor Erman exprime estas relações com muito menos convicção na última edição da sua obra (1928). Perante estas hesitações, parece assim mais sábio, no momento actual, inspirar-se nas últimas conclusões do Professor Erman: "Os Egípcios são Núbios semitizados"⁴.

As últimas investigações de Masson-Oursel tendem, pura e simplesmente, a identificar o génio egípcio antigo e actual africano, e insistem na amplitude e na profundidade da influência cultural egípcia sobre a África Negra através da Núbia.

Ao adaptar-se, o intelectualismo resultante de Sócrates e de Aristóteles, de Euclides e de Arquimedes, acomodava-se à mentalidade negra, que o egíptólogo apreende, como pano de fundo, por detrás dos refinamentos da civilização com a qual se deslumbra.

Levados a considerar aquilo que deveria ser um truísmo, o aspecto africano do espírito egípcio, compreendemos através dele mais do que um dos traços da sua cultura.

A partir de agora, de acordo com esta ordem de pesquisas tão preciosa para a investigação do pensamento, começamos a entrever que uma grande parte do continente negro, ao invés de ser tão grosseiro e "selvagem" como se supunha, repercute-se em inúmeras direcções através do extenso isolamento do deserto ou da floresta, das influências que, através da Núbia, da Líbia ou da Etiópia, chegavam do Nilo.⁵

Assim, por força do carácter relativamente estático da sociedade africana, que incitou Frobénius a escrever que a África é "uma lata de conservas das civilizações antigas"⁶, é possível, actualmente, estabelecer uma comparação com o passado resguardando-se contudo com as precauções indispensáveis para permanecer no terreno científico.

4. Capart, Jean e Contenau, Georges, *Histoire de l'Orient ancien*; Hachette, 1936, p. 52.

5. Masson-Oursel, "La philosophie en Orient"; fascículo suplementar à *Histoire de la Philosophie*, por Émile Bréhier, Presses Universitaires, 1948, p. 43.

6. Frobenius, Léo, *Histoire de la Civilisation Africaine*; trad. D. H. Back e D. Ermont, Gallimard, 1933.

VII.

Os factores perturbantes

Nesta rubrica, serão analisados um certo número de factores sugeridos pelo vocabulário das línguas dos povos estudados.

Culto dos Antepassados

O seu carácter universal foi enfatizado: a tónica foi sobretudo colocada sobre a diferença das formas que este culto reveste quando se passa do berço indo-europeu para o berço meridional.

Com os Indo-Europeus, tudo gravitava em torno do géno: clã do pai simbolizando o regime patriarcal, filiação patrilinear; todas as concepções do parentesco consaguíneo patrilinear estão contidas neste termo que se afigura tipicamente indo-europeu. É um dos raros termos cuja autenticidade não se coloca em dúvida sempre que se procura extrair o mínimo de raízes possíveis que constituem, no estado actual do nosso conhecimento, o fundo primitivo do indo-europeu.

O final do capítulo precedente mostra que o vocabulário de algumas línguas africanas, como o wolof, poderia provir de uma antiguidade extremamente recuada. Ora, em wolof, existe uma raiz *gêno* = a cintura paterna, a filiação patrilinear no sentido estritamente indo-europeu, a tal ponto que a expressão *Sama gêno (a)g bây!* = sobre a cintura do meu pai, é um sermão. Esta raiz proliferou tanto em wolof como nas línguas indo-europeias e, curiosamente, o sentido destas proliferações é frequentemente comparável.

Wolof	Indo-europeu germânico
<i>gên</i> = sair	
<i>genté</i> = baptismo (cerimónia da saída do recém-nascido, 8 dias após o seu nascimento)	

gen = ser melhor
 gen men = de meio mais nobre,
 homem bem nascido
 gèn = sexo masculino, cauda do animal

gen men = o nobre, geração; gen
 men >germen>germano = o nobre
 (por dissimilação regressiva do n)

A comparação seria mais convincente, mais exaustiva se fosse possível encontrar a mesma raiz em egípcio antigo.

Ora, existe na escrita hieroglífica um sinal representativo de uma cauda de animal, cujo nome se transcreve *gen*. Não se chegou a identificar o animal em questão; não se sabe exactamente se o termo transcrito representa o nome de animal ou o do determinativo: de resto, em egípcio, o determinativo possui com frequência um valor vocálico e pronuncia-se do mesmo modo que o nome determinado. Deste modo, a existência da raiz *gèn* parece bastante provável em egípcio. As incertezas que dominam o vocabulário não permitem ser mais afirmativo.

Os dicionários da língua egípcia encerram uma infinidade de palavras cujo sentido só pode ser atribuído, por enquanto, através de uma indicação muito geral: "Verbo exprimindo um movimento, ou uma acção violenta". Frequentemente, a tradução mais segura faz-se acompanhar pela reserva: "ou algo de análogo". Chega mesmo a acontecer que as determinações zoológicas botânicas se deparem com dificuldades, de entre as quais temos aqui um exemplo. Os textos falam, desde as épocas mais antigas, de uma madeira de construção que os Egípcios iam buscar ao Líbano. Os primeiros egiptólogos traduziram o nome Ash por acácia. Victor Loret demonstrou que se tratava do pinheiro da Cilícia, que se encontra hoje no Tauro. A tradução que muitos autores tinham adoptado: "Cedro do Líbano" está, deste modo, errada.¹

Podemos salientar também que os Egípcios – não mais do que qualquer outro povo antigo – jamais elaboraram um dicionário académico e que, por conseguinte, o vocabulário recolhido segundo os textos (Livro dos Mortos, Textos das Pirâmides, etc.) é necessariamente fragmentário. Assim, acontecerá com frequência que alguns termos egípcios não comprovados tenham prevalecido nas línguas africanas aparentadas; porém, só investigações sistemáticas ulteriores é que tornarão este ponto de vista suficientemente convincente.

Segundo Fustel de Coulanges, o parentesco patrilinear está marcado pelo culto: a partilha da refeição fúnebre, a concretização do mesmo culto para o mesmo antepassado.

1. Capart, *op. cit.*, p. 45.

O princípio do parentesco não era o acto material do nascimento; era o culto. Isto é visível na Índia. Ali, o chefe de família oferece, duas vezes por mês, a refeição fúnebre; este apresenta um bolo aos manes do seu pai, outro ao avô paterno, um terceiro ao seu bisavô paterno, e nunca aos descendentes das mulheres. Para além disso, recuando mais ainda, mas sempre na mesma linhagem, o mesmo faz uma oferenda ao quarto, ao quinto, ao sexto ascendente. Só que, para estes, a dádiva é mais ligeira; trata-se de uma simples libação de água e alguns grãos de arroz. Tal é a refeição fúnebre; e é seguindo o cumprimento destes rituais que o parentesco se concretiza.²

Estes rituais encontram-se – no que diz respeito à refeição fúnebre – nos Sereres do Senegal, mas o antepassado ao qual o culto é oferecido é da linhagem materna; o uso do totemismo faz com que este seja sempre representado sob a sua "forma animal": o *Tûr*, que é, na maior parte das vezes, uma serpente não venenosa que habita nos locais reservados às libações e circula livremente no interior da casa³. É isto que justifica o facto de *Tûr* significar "libação" em wolof e em serer; *tûru* = fazer libações. Estas últimas são reservadas, tal como acontece com os Indo-Europeus, unicamente aos indivíduos pertencentes à família proveniente do mesmo antepassado: a relação de parentesco que existe entre eles diz-se *mbok* = partilha (subentende-se: da refeição fúnebre?). *Bok* = partilhar, é o verbo correspondente. É característico que este sirva para designar a noção de parentesco; reflecte bastante mais o aspecto cultural do que o biológico da linhagem. Só por extensão é que a palavra pode significar: ter em comum; *boknday* = ter em comum a mesma mãe.

Cada família possui o seu nome totémico, o do seu antepassado mítico, do seu clã, ou por outras palavras, do seu géno, mas de base matrilinear. Por exemplo, os guélwar Diouf têm como totem uma espécie de lagarto, chamado Mbossé: estes são os únicos a poder fazer libações para este animal.

lar = Deus do lar (Etrusco, Romano, Peul)⁴

lar = objecto de culto em wolof.

Não é apenas no âmbito dos cultos dos antepassados que se encontram factores tão perturbantes devido à etimologia das palavras que os designam.

2. Fustel de Coulanges, *op.cit.*, p. 59.

3. Capart, *op. cit.*, p. 45.

4. Hampaté Ba, *Culture Peul*; Présence Africaine, n.º Junho-Novembro de 1956, p. 85.

Vocabulário Mediterrânico

Existe todo um vocabulário, datado da época egeia, ou seja, de um período em que o mundo indo-europeu, devido à sua inconsistência cultural, era particularmente permeável às influências estrangeiras, que poderia ser posto em causa.

Talvez ninguém tenha insistido tanto quanto Victor Bérard sobre a influência unilateral egípcio-fenícia sofrida pela Grécia.

Foi também do mar e das suas gentes que o poeta grego (Homero) recebeu inúmeras palavras estrangeiras, quer se trate de nomes de lugares e nomes próprios, quer se trate de nomes comuns. Poderíamos a partir daqui estabelecer um vocabulário bastante amplo e demonstrar convenientemente, isto é, recorrer às noções e teorias dos Fenícios ou dos seus mestres do Egito, para explicar inúmeras fórmulas e metáforas homéricas...

Para chegar até Egyptos ou para ali regressar, Menelau e o pirata cretense passaram pela Fenícia. Para chegar aos poemas homéricos, o conto egípcio (o conto do naufrago) pode ter adoptado a mesma via...

O nosso conto odisséico apresenta assim uma mistura de coisas egípcias e semíticas, o que constitui exactamente o carácter das produções fenícias...

*Não creio, portanto, no papel de um Homero Ulisses. Creio no trabalho de um poeta erudito, sabendo tão bem ler como escrever e facultando à matéria literária a matéria das suas descrições e das suas lendas. Esta fonte provinha-lhe directa ou indirectamente dos Fenícios.*⁵

A maior parte das outras ilhas gregas conservaram até nós a memória indelével desta época, nos nomes que usam ainda hoje.

Estes nomes, de facto, que os Helenos transmitem desde há trinta séculos, Délos, Syros, Casos, Paxos, Tharos, Samos, etc. não significam nada em grego; mas faziam-se acompanhar, durante a antiguidade, por nomes gregos, que qualquer ouvinte helénico compreendia imediatamente: Ortygia "a ilha das codornizes", Aghné "a ilha da espuma", Plateia "a ilha plana", Aéria "a ilha suspenso". Estas designações gregas hoje esquecidas eram a mera tradução dos nomes misteriosos, cuja etimologia semítica pode certamente dar-nos conta: Casos-Achné, Paxos-Platéia, Thasos-Aéria, Samos-Hypsélé, Délos-Ortygia representam umas quantas "parelhas", como diriam os geógrafos...

Nas antigas parênteses do Mediterrâneo grego, o primeiro termo é o original, ao que parece, e o segundo é uma cópia posterior: os Semitas criaram o primeiro; os Helenos substituíram-no pelo segundo. Isto porque não se percebe quando, como, nem por que motivo é que os Helenos, se a designação grega fosse o original primitivo, teriam depois abandonado este termo da

5. Bérard, Victor, *La Résurrection d'Homère. Au temps des héros*; Ed. B. Grasset, Paris, 1930, pp. 99, 102, 145 e 153.

*sua língua e preferido um nome estrangeiro. Os Fenícios tinham dominado as águas dos Pelasgos antes dos Helenos Aqueus; a história posterior à ocupação aqueia já não menciona a sua soberania... A Odisseia fornece, acerca deste aspecto, o indício decisivo.*⁶

Nada é mais discutível do que a etimologia do termo "bárbaro", frequentemente considerado indo-europeu. Segundo Tucídides, Homero nunca o utilizou e fornece uma razão para tal:

*Ele (Homero), de resto, não utilizou muito a palavra bárbaro, isto porque, segundo me parece, os Gregos ainda não estavam agrupados, no que lhes dizia respeito, sob um regime único que pudesse opor-se-lhe.*⁷

No Livro II de Heródoto, encontra-se uma passagem bastante curiosa relativa ao termo "bárbaro"; o Faraó Nékaou levou a cabo a perfuração de um canal ligando o Nilo ao Mar Vermelho; porém, este teve de parar os trabalhos "depois de um oráculo ter iniciado a travessia, afirmando que trabalhava para o Bárbaro; os Egípcios designam de Bárbaros todos aqueles que não possuem a mesma língua que eles."⁸

Poder-se-ia ter pensado que "Bárbaro" representa um termo essencialmente grego e que Heródoto o utilizou para traduzir uma ideia egípcia equivalente. Aquilo que precede já permite duvidar desta interpretação. Deve acrescentar-se que o termo não proliferou nas línguas indo-europeias; que a sua estrutura – duplicação da raiz "Bar" para formar um substantivo – caracteriza essencialmente as línguas africanas, por oposição às línguas indo-europeias.

É curioso notar que *Bar* = falar rapidamente em wolof; *barbar-lu* = fingir falar rapidamente; poder-se-ia multiplicar os exemplos para salientar a proliferação desta raiz em wolof:

Okéanos: extensão de água, em grego. Foi Homero que introduziu a palavra na poesia depois de Heródoto. Cf, Livro II, não é indo-europeu.

Cyane = escavação preenchida com água, em wolof.

Zeus é considerado como o Deus Europeu por excelência. É identificável com todos os fenómenos atmosféricos, celestiais; é sucessivamente Deus da luz, da trovoada, da chuva, segundo Albert Grenier que salienta de igual modo a unidade etimológica do seu nome nas diferentes línguas indo-europeias.

6. *Id.*, pp. 52, 53, 54.

7. Tucídides, *La Guerre du Péloponèse*; Livro I, par. III, trad. Jacqueline de Romilly, Ed. "Les Belles Lettres", Paris, 1953.

8. Heródoto, *op. cit.*, Livro II, par. 158.

Ao sânscrito *Dyâus* (raíz *div*, irradiar) corresponde o grego *Zeus*, o latim *Jup-iter*, o nórdico antigo *Tyr*, o germânico *Ziu*. Em concreto, representa o céu luminoso.⁹

Esta perspectiva acerca da etimologia de Zeus é também a de Piganiol:

*Perfeitamente fiel à tradição indo-europeia, os Persas atribuem o nome de Zeus a todo o espaço celeste.*¹⁰

O autor remete para o parágrafo 131 do Livro I de Heródoto, onde a mesma ideia se encontra mencionada.

Destas citações, resulta essencialmente que Zeus não é identificado com o céu, mas sim com o espaço celestial, este espaço entre o céu e a terra no qual se desenrolam todos os fenómenos atmosféricos e que, através de uma coincidência não tão perturbadora, é também designado *Dyau* em wolof. *Djaw* = dia, em bantou.

Como é evidente, seria ingénuo da nossa parte pretender alcançar certezas científicas por conta de uma aproximação tão vaga de termos africanos e indo-europeus, sobretudo quando as provas anteriores das línguas africanas são tão raras. É possível mesmo lembrar que em linguística, é sempre relativamente fácil aproximar duas línguas quaisquer do globo; o contrário é que seria sobretudo difícil: provar que duas línguas não possuem qualquer grau de parentesco.

Não obstante, o mistério subsiste, uma vez que a comparação foi estabelecida, não com termos secundários do indo-europeu, mas com alguns termos seguros, autênticos de que pudemos dispor para construir a própria teoria do indo-europeu: génos, Zeus, etc...

Conclusão

Para concluir, o berço meridional confinado ao continente africano em particular caracteriza-se pela família matriarcal, pela criação do Estado territorial, por oposição à Cidade-Estado ariana, pela emancipação da mulher na vida doméstica, pela xenofilia, pelo cosmopolitismo, por uma espécie de colectivismo social tendo como corolário a quietude, chegando até à despreocupação em relação ao futuro, por uma solidariedade material de direito para cada indivíduo, e que faz com que a miséria material ou moral seja desconhecida até aos nossos dias; existem pessoas pobres, mas ninguém se sente só, ninguém está angustiado. No domínio moral, um ideal de paz, de justiça, de bondade, um otimismo que elimina qualquer noção de culpa ou de pecado original nas criações religiosas ou metafísicas. O género literário predilecto é o narrativo – o romance, o conto, a fábula e a comédia.

O berço nórdico confinado à Grécia e a Roma caracteriza-se pela família patriarcal, pela Cidade-Estado (entre duas cidades existia, afirma Fustel de Coulanges, algo de mais intransponível do que uma montanha); percebe-se facilmente que é no contacto com o mundo meridional que os nórdicos expandiram a sua concepção estatal para se erguer ao nível da ideia de um Estado territorial e de um império. O carácter particular destas Cidades-Estado, no exterior das quais se era um fora da lei, desenvolveu o patriotismo no seu interior, bem como a xenofobia. O individualismo, a solidão moral e material, a repugnância pela existência, toda a matéria da literatura moderna que, mesmo sob os seus aspectos filosóficos, não representa outra coisa se não a expressão da tragédia de uma vida, cujo estilo remonta aos antepassados, constituem o apanágio deste berço.

Um ideal de guerra, de violência, de crime, de conquistas, herdado da vida nómada, tendo por corolário um sentimento de culpabilidade ou de pecado original que representa o fundamento dos sistemas religiosos ou metafísicos pessimistas são o apanágio do mesmo.

O progresso técnico e a vida moderna, a emancipação progressiva da mulher moderna, mesmo sob a influência deste individualismo,

9. Grenier, Albert, *Les religions etrusque et romaine*; col. Mana, P. U. F., s/l, 1948, p. 88.

10. Piganiol, *Les origines de Rome*; ed. Librairie Fontemoing et Cie, s/l, 1916, p. 117.

quantos factores que tornam difícil o esforço para relembrar a antiga condição de serva da mulher ariana.

O género literário por excelência é a tragédia ou o drama. O Africano, depois dos mitos agrários do Egipto, nunca ultrapassou o drama cósmico.

A solidariedade africana não é uma solidariedade científica, sendo esta tão eficaz quanto desprovida de calor humano. Esta poderia enriquecer o socialismo científico com este último factor.

A angústia social previamente em causa resulta da insegurança material e da solidão moral; é completamente distinta da decepção e do mal-estar intelectual e moral do sábio moderno.

O sábio manteve-se tranquilo durante todo o reino do sistema geocêntrico – isto é, até ao Renascimento. Depois, a descoberta do infinito veio abalar a sua razão e até mesmo a sua consciência. Na sua nova concepção do universo em devir, as galáxias que se movimentam no abismo a distâncias que só podem ser medidas em anos-luz, a imensidão da duração face ao fenómeno humano, provocam-lhe um desvario intelectual. Este é esmagado pela infinitude do espaço e do tempo; é decepcionado pela divisão periférica do homem no universo, pela sua presença puramente accidental. Tem tendência a questionar-se, tal como Salomão, se tudo não é pura vaidade.

No entanto, é necessário que as coisas tenham um sentido; a tarefa do sábio deve inserir-se no âmbito de uma actividade geral grandemente útil para a civilização e para o universo, caso contrário, este seria o reino do absurdo à escala do cosmos. Como escapar a esta fatalidade? Quinze biliões de anos, a duração da vida que os eruditos atribuem hoje ao sistema solar; depois, o sol apaga-se; se não tiver explodido até então para gerar uma morte geral através do fogo, será uma morte através do frio. E, talvez, ao cabo de um período incomensurável, o mesmo ciclo seja novamente esboçado algures no espaço e volte a atravessar as mesmas fases. É necessário que o intelectual encontre um meio para afastar esta eventualidade desconcertante que o conduz nas suas próprias investigações, a vontade indestrutível de penetrar no desconhecido.

Aqui, de igual modo, o passado cultural das nações e dos povos pode influenciar as perspectivas pessimistas ou optimistas que podemos adoptar para atribuir um sentido à actividade superior do espírito humano, de modo a perspectivar o futuro da espécie.

Em *Le Phénomène Humain*, Père Teilhard de Chardin, num esforço gigantesco de síntese, procura demonstrar que a evolução vai necessariamente ao encontro de um fim; mas o fim em causa é metafísico e não satisfaz o intelectual preocupado com a objectividade, com aquilo

que é tangível. A questão é tão desconcertante que muitos eruditos ocidentais (físicos, matemáticos, biólogos) chegam a um vago deísmo.

Segundo aquilo que até aqui foi dito, pode deduzir-se que a maior parte dos futuros sábios africanos, tendo em conta o seu passado cultural, pertencerão sobretudo à categoria dos que adoptam uma perspectiva optimista reflectida.

Talvez estes venham a considerar que, quando a humanidade estiver concretizada, ao invés de morrer de tédio na mais completa ociosidade, o homem aperceber-se-á que a sua tarefa apenas começou. Descobrirá, então, que lhe é inteiramente possível, muito antes de 15 biliões de anos de reflexão, domesticar o sistema solar e dominá-lo até ao planeta periférico de Plutão, de modo praticamente eterno. Talvez consiga alcançar este propósito alimentando o sol recorrendo a satélites precários formados a partir da matéria sideral que acabam por cair na sua massa, ou quem sabe restituindo ao sol a energia irradiada na aceleração dos núcleos de hidrogénio a partir de imensos campos electromagnéticos artificiais? Recusar a morte termodinâmica, estabilizar o sistema solar, protegê-lo dos meteoritos perigosos, solidificar os planetas gasosos, aquecer os da periferia por forma a torná-los habitáveis, impedir o aparecimento e a proliferação de monstros biológicos, controlar os climas e a evolução dos planetas, descobrir e cuidar de todas as vias praticáveis do sistema, comunicar com as estrelas próximas da galáxia, criar um super-homem com uma esperança de vida mais prolongada, talvez estas venham a ser as preocupações entusiastas do futuro. A vida teria assim, a seu modo, triunfado sobre a morte, o homem teria realizado um paraíso terrestre praticamente eterno, teria triunfado, ao mesmo tempo, sobre todos os sistemas metafísicos e filosóficos pessimistas, sobre todas as visões apocalípticas do destino da espécie. Uma etapa grandiosa da evolução da consciência humana seria alcançada. O homem emergiria como um Deus em devir no sentido hegeliano.

O universo do futuro estará, muito provavelmente, impregnado pelo optimismo africano.

Apêndice

Anotações acerca de *La Resurrection d'Homère. Au temps des héros* por Victor Bérard

Foram raras as vezes em que, tanto quanto Victor Bérard, um historiador insistiu na influência egípcia na Grécia.

Este sublinha, em primeiro lugar, a frequência das relações desde a época homérica, o imenso luxo em que vivia o mundo egeu: Helena já recebia oferendas preciosas dos habitantes "*de Tebas do Egipto, a cidade onde as casas abundam em riquezas*".

O Egipto já era reconhecido por ter os médicos mais sábios do mundo:

*Esta mesma Helena podia adquirir livremente, em Tebas, o famoso nepenthes, simultaneamente anestésico e narcótico, com o qual adormecia instantaneamente as dores e as preocupações dos seus convivas.*¹

Segundo o autor, os objectos encontrados em Creta fazem remontar as relações com o Egipto a um antiquidade inalcançável: um vaso encontrado em Cnossos "*resulta de um modelo que só se encontra no Nilo nos tempos pré-dinásticos ou sob a I^a e II^a dinastia*". A ilha terá sido mesmo anexada pelos Faraós:

*Ao que parece, treze séculos antes dos Ptolemeus, que terão a mesma tarefa, vinte e dois séculos antes dos califas, que tornarão a repeti-la, trinta e dois séculos antes de Mehemet Ali, que a conquistará e a manterá durante um instante, os Faraós anexam a Ilha de Creta ao seu império: os seus vassalos e tributários da Fenícia representam ali os seus agentes políticos, bem como os seus agentes comerciais*².

Os selos de Amenófis III e da sua rainha Titi encontrados no Mediterrâneo permitem datar com exactidão o início da história grega.

1. Bérard, Victor, *La Résurrection d'Homère. Au temps des héros*; Ed. Bernard Grasset, 1930, pp. 34 e 35.

2. *Id.*, pp. 36.

A história dos países gregos inicia-se nos séculos XVI-XV antes da nossa era: os monumentos egeus e micénicos podem desde logo enquadrar-se numa cronologia sugerida pelos documentos do Egipto e da própria Grécia. Os selos de Amenófis e da sua rainha Titi (1411-1380), encontrados no Chipre, em Rodes, em Creta e em Micenas, fornecem a primeira data assegurada para o pleno desenvolvimento desta civilização egeo-levantina, a quem os Helenos atribuíam a entrada a Minos, filho de Europa a Fenícia, a Cadmo o Tirreno e a Danaus o Egípcio, importadores das leis escritas, do alfabeto, do cavalo, do tanque de guerra e da embarcação a cinquenta remadores³.

Os Aqueus foram introduzidos na escola dos Egipto-Fenícios, aprenderam a construir as embarcações rápidas homéricas com cinquenta e dois homens por equipa "que compunham as frotas de Tyr e de Sídón e cujos monumentos egípcios, a partir do século XV antes da nossa era, conservaram a imagem: todos os detalhes da construção e do equipamento correspondem às características do cruzeiro homérico e desta tripulação de cinquenta remos que os Levantinos, e mais tarde os Ocidentais, receberam dos Fenícios e que todo o Mediterrâneo da época clássica, da Idade Média e dos tempos modernos adoptou durante três mil anos e cujos últimos exemplares ainda figuravam nos esquadrões do nosso Luís XV⁴."

A pesada carroça com as suas rodas de madeira, que era a casa do nómada, transformou-se, no contacto com os Egípcios, em tanque metálico ligeiro com os Aqueus, "em tudo semelhantes aos tanques do Faraó que Maspero descreveu"⁵.

O autor cita uma passagem na qual Maspero descreve a carroçaria e a cavalaria egípcias levantando a seguinte questão:

*Trata-se de guerreiros homéricos ou de guerreiros egípcios aqueles acerca dos quais G. Maspero fala? Não seria um tal verso homérico "Os cavalos esvoaçavam livremente em direcção à planície" a tradução mais exacta de uma representação egípcia de um tanque em plena corrida, cujos cavalos de longas crinas (segundo o epíteto homérico) levantam voo, com as duas patas dianteiras batendo o ar?*⁶

As relações com o Egipto e com o Oriente Próximo eram tão profundas que o autor supõe que Agamémnon, o chefe do feudalismo aqueu,

símbolo da formação do povo grego, não era de sangue puramente aqueu, nem mesmo de cultura e de raça helénica, uma vez que este é filho de Atreu e neto de Pélops o Frígio, que se tinha instalado em Argos em consequência de um casamento com uma princesa aqueia. Devia o seu nome à sua fortuna. A sua suserania expandiu-se até à península que se tornou no Peloponeso.

*Egípcios, Fenícios e Hititas foram assim os educadores da Acaia, mas sobretudo os Egípcios e os Fenícios.*⁷

O autor mostra que os heróis da época homérica conservam relações estreitas com a Tebas do Egipto, já que Menelau se expatriou dali durante sete anos e voltou a regressar carregado de ofertas. Tebas estava repleta de estrangeiros, Semitas, Líbios, Aqueus, tal como viria a suceder posteriormente em Bizâncio durante o período do Baixo Império.

Encontrava-se mesmo reduzida a defender o seu território, o seu passado, a sua própria língua, contra estes estrangeiros que se apresentam enquanto amigos, aliados, em servos e que a penetram pacificamente... Esta permanece a cidade mais célebre e mais rica do mundo; esta cidade do ouro ainda atrai os olhares e as cobiças dos Aqueus...

*Quantos senhores aqueus terão, antes e depois de Menelau, chegado e permanecido durante longos meses, longos anos, nesta capital da civilização!*⁸

Na verdade, é todo o Egipto que recebe uma vaga cada vez mais importante de estrangeiros de raça aqueia. Sempre que o Faraó venceu os "povos do mar", "este poupa os sobreviventes, alista-os e distribui-os pelos seus terrenos de construção ou nos seus postos militares. Estes tornam-se os melhores operários e os melhores soldados do rei..."

*... Domiciliados ou aquartelados em Tebas e nas províncias, estes mercenários desposam Egípcias, misturam-se com a população, tornam-se pessoas honestas e até grandes personagens, alcançam as honras e a riqueza. Sob a XXª dinastia (1200- 1100 a.C.), mesmo em Tebas, boa parte dos oficiais e dos funcionários era composta por Sírios e Berberes de adaptação recente... Esta troca de mulheres operava sobretudo uma mistura das raças e das civilizações, cujas narrativas de Eumeu nos fornecerão um bom exemplo... Em Ítaca, o herói Egito, o Egípcio, é sempre escutado quando se ergue para falar ao povo.*⁹

3. *Id.*, op. cit., pp. 36 e 37.

4. *Id.*, op. cit., p. 38.

5. *Id.*, op. cit., p. 39.

6. *Id.*, op. cit., p. 40.

7. *Id.*, op. cit., p. 43.

8. *Id.*, op. cit., p. 44.

9. *Id.*, op. cit., pp. 47 e 48.

O autor revela, na toponímia mediterrânica, a amplitude da influência egíptio-fenícia.

Dois e três mil anos de intimidade quase contínua entre as Ilhas Verdes e as civilizações levantinas exerceram a influência directa e indirecta que se pode imaginar na vida política dos Aqueus: Roma não agiu de modo mais significativo e mais profundo na nossa Europa Ocidental...

... A arte desta época, mesmo no que concerne às suas obras seguramente mais nativas, é orientalista, com todas as características que este conceito implica: o gosto pelo ornamento e pela pompa, pelo brilho e pela cor, pela riqueza e até mesmo pelo extravagante; a fantasia e a exuberância na combinação das linhas cultas com matérias preciosas; o sentimento da vida universal, da beleza animal e vegetal tanto quanto da beleza humana; um ardor sensual aspirando ao movimento e à felicidade, e uma espécie de languidez contemplativa e de resignação no deleite; em suma, de não se sabe que exotismo aos olhos da nossa Europa¹⁰.

Porém, nesta época recuada, os Fenícios que serviam de intermediários com o Egito eram, sem contestação possível, os vassalos do Faraó: o autor encontra a prova disto na correspondência trocada.

Os reis ou sufetes de Tyr, de Sídón, de Arad e de Biblos, das mais nobres metrópoles fenícias, figuravam entre estes correspondentes que se afirmavam servidores de Amenófis, os cães da sua casa, os degraus e o pó dos seus pés¹¹.

Victor Bérard chega à análise de Homero. Segundo ele, a dependência entre a *Odisseia* e os romances marítimos egípcios transmitidos através do papiro é estreita. Muitas das passagens da primeira consistem apenas, de certa maneira, na versificação grega de fragmentos de romances egípcios.

Há muito tempo, as navegações egípcias no Mediterrâneo ou no Mar Vermelho e os seus périplos tinham dado origem a contos ou romances marítimos, de entre os quais os papiros ainda só nos divulgaram dois... A segunda narrativa muito mais romanesca é este conto do naufrágio ao qual aludi mais acima: é o primeiro, quanto à datação, dos Robinson Crusoe. Este transporta o leitor para os tempos longínquos em que os Pepi e os Mentuhotep das VI^a e XI^a dinastias (2400-2100 antes da nossa era) já enviavam as suas frotas do Punt, no sul do Mar Vermelho, para ir comprar as fragrâncias, os narcóticos e os animais raros: Salomão e Hirão viriam a associar-se para enviar as suas

10. *Id.*, op. cit., pp. 47 e 48.

11. *Id.*, op. cit., p. 72.

grandes embarcações de Társis com o intuito de ali negociarem. O Robinson egípcio é vítima de um naufrágio nas águas longínquas que ladeiam To-Noutri, o País dos Deuses (Ulisses vai citar palavras provenientes da língua dos Deuses). Uma tempestade afunda o navio e toda a tripulação, e só o nosso herói é lançado numa ilha habitada por uma serpente gigantesca, dotada de uma voz humana (como Circe e Calipso): esta serpente, chefe de família, acolhe o naufrago, cuida dele, alimenta-o, adivinha-lhe um regresso feliz e enche-o de oferendas colocando-o a bordo do navio que o leva de volta (Circe faz o mesmo)¹².

Proteu, o feiticeiro divino, encontrado por Menelau na foz do Nilo e toda a história que lhe diz respeito, e à qual Eidoteia se mistura, encontram o seu equivalente na literatura egípcia: *Prouti* é o nome de um Faraó egípcio, mágico lendário.

Nos papiros do século XIII antes da nossa era, encontra-se relatada a história de dois príncipes feiticeiros: estes são filhos de *Prouti* e dos próprios futuros *Prouti*. Estão em busca do livro de *Thot*, o livro mágico por excelência, que permite àqueles que o possuem posicionarem-se imediatamente abaixo dos Deuses; através das suas fórmulas, é possível encantar o céu, a terra, o mundo da noite, as montanhas e as águas; conhecer os pássaros e os répteis, os peixes que se encontram no fundo do abismo, porque uma força divina fá-las vir à superfície.

O Proteu odisseico conhece os abismos do mar na sua plenitude e faz emergir as focas da profundidade espumante.¹³

Quando, após todas estas metamorfoses, o Proteu odisseico retomará uma forma humana, este não terá "*a majestosa cabeleira branca e a barba prateada do Pai eterno que se imagina comumente. Ostenta uma peruca negra erizada pelo zéfiro, tal como convém a Proteu o Egípcio. Porque o verdadeiro Prouti nunca sai sem uma peruca azul ou negra.*"¹⁴

O Faraó do Egito ostentava uma peruca ligeira, não de cabelo ou de crina, mas de metal e sobretudo de esmalte. Tratava-se, portanto, de um verdadeiro penteado, e não de uma imitação de cabeleira. As perucas ainda existem na África Negra, na Abissínia. A nobreza egípcia ostentava perucas em lápis-lazúli.

O Faraó odisseico domina as focas "*tal como os Faraós das fábulas e as caricaturas egípcias reinavam sobre os ratos, os leões ou os gatos...*"

12. *Id.*, op. cit., pp. 107 a 109.

13. *Id.*, op. cit., p. 90.

14. *Id.*, op. cit., p. 90.

*O conto do Rei Khoufoui e os Mágicos colocavam em cena um certo Didi que, graças aos livros de Thot, se fazia seguir pelos leões através do país, tal como o nosso Proteu se faz suceder pelas focas.*¹⁵

Por último, as profecias da grande Serpente barbuda no conto egípcio do naufrago são as mesmas que as do divino Tirésias a Ulisses.

O autor demonstra que o Zéfiro é um vento benfeitor e digno de ser cantado em poesia apenas no Egito; que tendo em conta o seu carácter funesto na Grécia e no Mediterrâneo setentrional em geral, "só um empréstimo aos modos e à literatura do Egito poderiam ter tornado o mistral na aprovação suprema de um paraíso helénico. Contudo, afirmar que, há vinte séculos, o inconveniente zéfiro (assim fala sabiamente o poeta odisseico) se tornou, em todas as literaturas ocidentais discípulas da Grécia, o vento dos suspiros afectuosos, da felicidade tranquila e do amor!"¹⁶

Nas suas metamorfoses, Proteu transforma-se sucessivamente em leão com crina, em pantera, em porco gigante, etc. Ora, é ao hipopótamo que os Egípcios designavam como porco do rio. Era a divindade do parto. Este só se encontra na Grécia nos monumentos minóicos de origem egípcia. A sua presença, refere Bérard, representa a prova indubitável, para os arqueólogos, da influência egípcia na Creta pré-helénica, cujos cultos foram transmitidos aos Cretenses helenizados. Para concluir, o autor levanta a seguinte questão: "De um modo geral, poder-se-á negar que o poeta odisseico retirou o seu episódio de Proteu aos contos e romances do Egito faraónico? Mas terá este empréstimo sido directo, de um texto egípcio para um texto grego?"¹⁷

Este considera que não: os Fenícios, agentes e vassalos dos Egípcios, teriam servido de intermediários. Mas segundo ele, os Egípcios-Fenícios desempenharam, face à Grécia e aos Hebreus, a mesma função civilizadora, se não mais ainda do que a Antiguidade greco-latina face ao Ocidente moderno.

O erro dos nossos precursores consistiu somente em acreditar que esta auro-ra dos tempos modernos correspondia também ao despertar da humanidade pensante e criadora e que Homero e a Bíblia eram as primeiras e súbitas explosões do génio literário. As descobertas recentes dos arqueólogos no Egito e na Caldeia revelaram-nos indubitavelmente que, durante uma longa anti-guidade levantina, alguns sábios, artistas e poetas já tinham criado obras-primas que serviram, também elas, de modelo a uma centena de gerações,

15. *Id.*, op. cit., pp. 91 e 92.

16. *Id.*, op. cit., p. 96.

17. *Id.*, op. cit., p. 97.

*entre as quais os Hebreus e os Helenos que, longe de as ignorar, admiraram e imitaram, e, por vezes, até copiaram. A Caldeia, o Egito e a Fenícia, a Babilónia, Tebas e Sídon representaram para os Hebreus e para os Helenos a mesma bela, sã, douta e venerável antiguidade que Jerusalém, Atenas e Roma representaram para os Ocidentais.*¹⁸

Os sacerdotes egípcios não assinavam as suas descobertas como os gregos individualistas, nenhum nome de inventor foi perpetuado. Em contrapartida, mantiveram-nas invejosamente nas suas castas e apenas disponibilizavam um ensino elementar esotérico ao povo.

Estes inventaram a noção de iniciação, que constituiu a grande fragilidade que viria um dia a destruir a sua civilização. Adoravam conferir ao conhecimento um carácter anunciador e atribuíam as suas descobertas e os resultados das suas experiências ao Deus Thot (Mercúrio Hermes). Para além disso, foi bastante fácil para os discípulos iniciados imputarem-se a si próprios as descobertas dos seus mentores. Sabemos hoje, de modo praticamente assegurado, que Tales de Mileto, Pitágoras de Samos, Arquimedes da Sicília, Platão, Sólon, etc. foram discípulos de sacerdotes egípcios que nesta época, mesmo segundo Platão, consideravam os Gregos como espíritos relativamente imaturos. Ora, é notável que nenhum destes sábios gregos educados desta forma no Egito, em particular Pitágoras, fundador da escola de matemática grega, não tenha pensado em estabelecer um equilíbrio entre as suas próprias descobertas e aquelas que recebeu do Egito. É tanto mais inexplicável que Plutarco, em *Ísis e Osíris*, insista no facto de que, de entre todos os sábios gregos que se iniciaram no Egito, Pitágoras é o mais estimado pelos Egípcios, devido ao seu espírito místico. Sabe-se que a sua ciência do Número foi durante muito tempo uma ciência matemático-mística.

Tal apreço pela reputação individual da imortalidade do nome, tal defeito de probidade intelectual não deixou de indignar o honesto Heródoto, que manifesta sem rodeios o facto de Pitágoras ter sido um plagiador¹⁹.

Heródoto, cujo nascimento distaria apenas de 16 anos (?) da morte de Pitágoras não fala de todo deste último como de um mito, mas sim como de um homem que realmente existiu. Isto não deixa de levar alguns a considerar Pitágoras apenas como a personificação da nova tendência (escola) filosófico-matemática.

A existência deste último pode ser posta em dúvida; o mesmo não sucede com a de Arquimedes. O seu túmulo foi encontrado em Siracusa,

18. *Id.*, op. cit., pp. 81 e 82.

19. Cf. Livro II.

na Sicília. Ora, todas as invenções mecânicas atribuídas a Arquimedes apresentam um carácter duvidoso; estas existiam no Egipto milénios antes do seu nascimento. Os construtores das pirâmides do antigo império conhecem o princípio da alavanca; recorriam a este de modo diversificado para erguer toneladas de pedras até ao topo das pirâmides em construção. Neste sentido, é impossível utilizar tal instrumento sem associar de imediato a relação das massas e das distâncias sem teorizar.

Arquimedes teria descoberto o parafuso sem fim que está na origem de um progresso mecânico considerável. Porém, Diodoro da Sicília é categórico, Arquimedes só poderia ter levado a cabo esta invenção após a sua viagem para o Egipto, onde o parafuso hidráulico já era utilizado e servia para bombear a água. Isto afigura-se de tal modo evidente que é hoje geralmente aceite o facto de Arquimedes ter, no máximo, adaptado uma invenção egípcia. O parafuso egípcio, assim exportado por Arquimedes, serviu, tal como no país de origem, para “bombear a água” das minas de prata em Espanha. Por último, o próprio princípio de Arquimedes está relacionado com esta mecânica dos fluidos. Há lugar, portanto, para prosseguir as investigações. O resultado, ao que parece, encontra-se no fundo.

Outro factor não menos paradoxal fica por desvendar. O génio intelectual heleno eclodiu e desenvolveu-se principalmente no exterior de Atenas e da Grécia continental, na Ásia Menor (Pérgamo, Mileto, Halicarnasso), na Palestina (Antioquia) e sobretudo no Egipto, em Alexandria.

Esta é a verdade durante e depois do reinado de Alexandre. Para detectar a anomalia, seria necessário supor que Dakar é hoje o centro permanente do poder criador da França no apogeu da sua glória.

É na Alexandria que a filosofia irá atravessar um novo desenvolvimento com o neoplatonismo de Plotino.

A biblioteca mais importante do mundo daquela época (que viria mais tarde a ser incendiada por cristãos fanáticos), os médicos mais proeminentes que praticavam a dissecação, os engenheiros construtores de máquinas “modernas” (taumaturgos): pombo voador em madeira, turbina a vapor por reacção... “eolípila de Heron”, etc, encontram-se na Alexandria, exceptuando Atenas. Porquê? Nenhuma razão aparente, a não ser o facto de a infra-estrutura e da tradição intelectual egípcia serem já milenares, e oferecerem condições de trabalho aos investigadores que não podiam concorrer com a Ásia nem com a Europa de outrora. Mesmo que se tratasse apenas desta escolha permanente e do desenvolvimento das ciências alexandrinas, compará-la à dos outros centros da Ásia e da Europa já forneceria uma ideia acerca

das desigualdades relativamente aos contributos estrangeiros à Grécia, para quem pretendesse colocar a África e a Ásia na mesma balança sob este ponto de vista.

Graças ao engenho dos sábios alexandrinos, os progressos técnicos concretizados na antiguidade permitiriam passar directamente para uma fase industrial com a utilização sistemática da máquina.

A energia hidráulica era domesticada por “Demetra”. A força motriz do vapor também o era virtualmente.

Porém, nenhum investigador sentirá a necessidade de aligeirar as dificuldades dos trabalhadores escravos (tão baratos) ao substituir a sua mão-de-obra servil pela máquina.

Os escravos, cuja questão poderia interessar, não estavam em posição de levar a cabo investigações e aplicações. Por outro lado, os resultados científicos serviram para o divertimento das classes dirigentes que chegavam mesmo a apreender a transformação brutal que resultaria da introdução da máquina nos costumes técnicos.

Aristóteles afirmava ironicamente: “Quando a lançadeira funcionar por si só, o escravo deixará de ser necessário.” De facto, a sentença estava ditada para a escravatura.

Porém, não era possível que lhe tivesse surgido a ideia de consagrar as suas investigações a tornar possível o funcionamento da lançadeira por si só, de modo a que todos os homens se tornassem livres. Este pretendia demonstrar com isto que a escravatura constitui uma necessidade natural.

Referências Bibliográficas

- Amélineau, E. (1894). *Résumé de l'Histoire de l'Égypte*. Paris.
- Aymard, A. & Auboyer, J. (1955). *L'Orient et la Grèce antique*; col. "Histoire générale des civilisations". Paris: P. U. F.
- (1954). *Rome et son empire*; col. "Histoire générale des civilisations". Paris: P. U. F.
- Aymard, A; Chapoutier, F.; Contenau, G.; et al. (1950). *Les Premières Civilisations*; col. Peuples et Civilisations. Paris: P. U. F.
- Ba, H. (1956) "Culture peule" in *Présence Africaine*, n° VIII-IX-X. Paris.
- Bachofen, J.-J. (1861). *Le Droit de la mère (Das Mutterrecht)*.
- (1948). *Johan Jacobb Bachofens Gesammelte Werke*; Dritter Band: *Das Mutterrecht* (mit Unterstützung von Haralf Fuchs, Gustav Meyer und Karl Schefold, herausgegeben von Karl Meuli), Benno Schwabe und C^o Verlag, Basel.
- Bémont, Ch. & Monod, G. (1921). *Histoire de l'Europe au Moyen Age*; vol. I. Paris: F. Alcan.
- Benloew, L. (1877). *La Grèce avant les Grecs: "Étude linguistique et ethnographique, Pélasges, Lélèges, Sémites et Ioniens*. Paris: Maisonneuve et Cie.
- Bérard, V. (1930). *La Résurrection d'Homère. Au temps des héros*; Paris: B. Grasset.
- Breasted, J.-H. (s/d). *La conquête de la civilisation*. s/l: Payot.
- Capart, J. & Contenau, G. (1936). *Histoire de l'Orient ancien*. Paris: Hachette.
- César (s/d). *La Guerre des Gaules*; livro VI.
- Champollion le Jeune (1839). "Lettres publiées par Champollion-Figeac" in *Égypte ancienne*; col. L'Univers.
- Chapoutier, F. (Cf. Aymard, A. ...)
- Contenau, G. (1947). *Manuel d'Archéologie Orientale*; vol. IV, A. e J. Picard e Cia.
- Contenau, G. (Cf. Aymard, A. ...).
- Contenau, G. (Cf. Capart, J. ...).
- Davy, G. (Cf. Moret, A. ...).
- Delafosse, M. (1922). *Les Noirs de l'Afrique*. Paris: Payot e Cia.
- Diodore de Sicile (1758). *Histoire Universelle*; vol. I e II, trad. Abbé Terrasson. Paris.
- (1851). *Histoire Universelle*; vol III, trad. Hoefer. Paris: ed. Adolphe de la Trays.
- Dumoulin de Laplante (1947). *Histoire générale synchronique*. Paris.
- Engels, F. (1936). *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État*; trad. Bracke, A.-M. Desrousseaux, Alfred Costes, Paris.
- Eschyle (1903). *L'Orestie*; trad. Paul Mazon, Albert Fontemoing.
- (1953). *Oeuvres*; vol. I: "Agamemnon", "Les Choéphores", "Les Euménides", org. e trad. Paul Mazon. s/l: ed. Les Belles Lettres.

Fontanes, M. (1880). *Les Egyptes*. Paris.

Forde, D. (Cf. Radcliffe-Brown, A.-R...).

Frazer, J. G. (1926). *Atys et Osiris, étude de religions orientales comparées*. s/l: Librairie Orientaliste Paul Guthner.

Frobenius, Léo (1933). *Histoire de la civilisation africaine*; trad. Dr. H. Back e D. Ermont. Paris: Gallimard.

Furon, R. (1943). *Manuel d'archéologie préhistorique*. Paris: Payot.

Fustel de Coulanges, N.-D. (1930). *La Cité antique*. Paris: Hachette.

Gardiner, A. (1927). *Egyptian Grammar*. Londres.

Grenier, A. (1948). *Les Religions étrusque et romaine*; col. Mana. Paris: P. U. F.

Hérodote (1945). *Histoires; Vol. II e IV*, trad. Ph. E. Legrand. Paris: ed. Les Belles Lettres.

Hoefer, F. (1852). *Chaldée, Babylonie*; col. L'Univers. Paris: ed. Didot Frères.

Homburger, L. (1947). *Les Langues négro-africaines et les peuples qui les parlent*. Paris: Payot.

Hubert, H. (1950). *Les Celtes*; col. L'Evolution de l'humanité. Paris: Albin Michel.

Ibn Battouta (s/d.). *Voyage au Soudan*; trad. Slane. s/l.

Ibn-Haoukal (s/d). *Les Routes et les Royaumes*. s/l.

Ibn Khaldoun (s/d). *Histoire des Berbères*. s/l.

Leenhardt, M. (1942). *La Personne mélanésienne*; École des Hautes Études, seção das ciências religiosas, Anuário 1941-1942, Imprimerie Administrative, Melun.

Lefebvre, G. (1953). *Grammaire égyptienne*; Le Caire.

Lenormant, F. (1890). *Histoire ancienne des Phéniciens*. s/l: Lévy.

— (1843). *Lois de Manou*; vol. XI, "Pénitence et Expiation", trad. Loiseleur, Deslong-champs.

Masson-Oursel, P. (1948). *La Philosophie en Orient*; fascículo suplementar de *Histoire de la philosophie*, por Emile Bréhier. s/l: Presses Universitaires.

Métais, P. (s/d.). *Mariage et Équilibre social dans les sociétés primitives*. s/l.

Mofolo, T. (1940). *Chaka, une épopée bantou*. Paris: Gallimard.

Monod, G. (Cf. Bémont, Ch...).

Moret, A. (s/d). *L'Égypte et la civilisation du Nil*. s/l.

Moret, A. & Davy, G. (1923). *Des Clans aux Empires*; col. L'Evolution de l'humanité. s/l: La Renaissance du Livre.

Morgan, L. M. (1871). *Systems of Consanguinity and Affinity*; publicado por The Smithsonian Institution, vol. XVII, "Contribution to Knowledge", 1870 a 1871, Washington.

Nietzsche, F. (1947). *Naissance de la Tragédie ou Hellénisme et pessimisme*; trad. Jean Marnold e Jacques Morland, mercure de France. s/l.

Piganiol, A. (1916). *Les origines de Rome*. Paris: Librairie Fontemoing.

Radcliffe-Brown, A.-R. & Forde, D. (1953). *Systèmes familiaux et matrimoniaux en Afrique*; P. U. F.

Saint Augustin (s/d). *De Civitate Dei*. s/l.

Seligman, C.-G. (1934). *A Study in Divine Kingship*. Londres: George Routledge and Sons.

Tacite (s/d). *Moeurs des Germains*. s/l.

Teilhard de Chardin, P. (1955). *Le Phénomène humain*. Paris: Le Seuil.

Thucydide (s/d). *Guerre du Péloponèse; vol. I*, trad. Bétant. s/l.

— (1953). *Histoire de la guerre du Péloponèse; vol. I*, trad. J. de Romilly. Paris: ed. Les Belles Lettres.

Tite-Live (s/d). *Histoire Romaine, vol. 34*, "Discours de Caton pour le maintien de la loi Oppia contre le luxe des femmes". s/l.

Turel, A. (s/d). *Du règne de la mère au patriarcat*. s/l.

Van Gennep, A. (s/d). *Mythes et Légendes d'Australie*; E. Guilmoto. Paris.

Vendryes, J. (s/d). *Les Religions des Cites, des Germains et des anciens Slaves*; col. Mana, vol. III. s/l.

Wartburg, Walter von (1946). *Problèmes et Méthodes de la Linguistique*. s/l: P. U. F.

Westermann, D. & Baumann, A. (1941). *Peuples et Civilisations de l'Afrique*; trad. L. Homburger. s/l: Payot.

Biblioteca de Ciências Sociais e Humanas:

Classes

Erik Olin Wright [ISBN: 978-989-8655-09-7]

Sentido e Poder

Georges Balandier [ISBN: 978-989-8655-30-1]

Oficina de Ciências Sociais e Humanas:

Sobre a Ciência da Incerteza. O Método Biográfico na Investigação em Ciências Sociais

Franco Ferrarotti [ISBN: 978-989-8655-10-3]

Horizontes das Ciências Sociais e Humanas:

O Socialismo Democrático 1864-1960

Jacques Droz [ISBN: 978-989-8655-41-7]

Incubadora das Ciências Sociais e Humanas:

A Televisão e a Criação de Significados na Criança

Heitor de Jesus João Lourenço [ISBN: 978-989-8655-29-5]

O GURN entre a Guerra e a Paz

Alberto Colino Cafussa [ISBN: 978-989-8655-28-8]

Cadernos de Ciências Sociais – Série Ciência Política:

O estudo científico da Política: abordagens epistemológicas e metodológicas

Fernando Muquepe

Miguel Domingos Bembe

Paulo Faria [ISBN: 978-989-8655-16-5]

Reler África:

O Antigo e o Moderno. A Produção do Saber na África Contemporânea

Paulin J. Hountondji [ISBN: 978-989-8449-82-5]

A Invenção de África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento

V. Y. Mudimbe [ISBN: 978-989-8655-00-4]

Sociologia das Brazzavilles Negras

Georges Balandier [ISBN: 978-989-8655-01-1]

Restituir a História às Sociedades Africanas. Promover as Ciências Sociais na África Negra

Jean-Marc Ela [ISBN: 978-989-8655-02-8]

África Insubmissa. Cristianismo, Poder e Estado na Sociedade Pós-colonial

Achille Mbembe [ISBN: 978-989-8655-08-0]

E se a África Recusasse o Desenvolvimento?

Axelle Kabou [ISBN: 978-989-8655-06-6]

O Sentido da Luta Contra o Africanismo Eurocentrista

Théophile Obenga [ISBN: 978-989-8655-03-5]

A Ideia de África

V. Y. Mudimbe [ISBN: 978-989-8655-19-6]

A África Face aos seus Problemas de Segurança e de Defesa

Mwayila Tshiyembe e Mayele Bukasa [ISBN: 978-989-8655-22-6]

Sociologia da África Negra. Dinâmica das mudanças sociais na África Central

Georges Balandier [ISBN: 978-989-8655-27-1]

Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África descolonizada

Achille Mbembe [ISBN: 978-989-8655-31-8]

O Estado Pós-colonial: factor de insegurança em África

Mwayila Tshiyembe [ISBN: 978-989-8655-33-2]

Pelos Meandros da Etnia. Etnias, tribalismo e Estado em África

Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo [ISBN: 978-989-8655-32-5]

A Longa Marcha da Modernidade Africana. Saberes, intelectuais, democracia

Jean Copans [ISBN: 978-989-8655-40-0]

A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica

Cheikh Anta Diop [ISBN: 978-989-8655-47-9]